REVISTA BRASILEIRA DE

ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS

publicação da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional

ISSN 1517-4115

ISSN eletrônico 2317-1529

Disponível Online em:

http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS
Publicação quadrimestral da Anpur
Volume 17, número 3, setembro-dezembro de 2015

EDITORA RESPONSÁVEL
Ana Cristina Fernandes (PPGEO-UFPE)

EDITORA ASSISTENTE
Norma Lacerda (MDU-UFPE)

COMISSÃO EDITORIAL
Bernardo Campolina (CEDEPLAR-UFMG), Fania Fridman (IPPUR-UFRJ), Fernanda Sánchez (PPGAU-UFF), Helena Lucia Zagury Tourinho (PPDMU-UNAMA), Maria Lucia Refinetti Martins (FAU-USP)

CONSELHO EDITORIAL
Ana Fani Alessandri Carlos (PPGH-USP), Ananya Roy (University of California, Berkeley, EUA), Benny Schvarsberg (PPG-FAU-UnB), Bernardo Mançano Fernandes (Geografia-UNESP/PP), Carlos Antônio Brandão (IPPUR-UFRJ), Carlos Antonio de Mattos (IEUT-Pontificia Universidad Católica de Chile), Clara Irazábal (GSAPP-Columbia University, EUA), Denise Elias (ProPGeo-UECE), Edna Castro (NAEA-UFPA), Emilio Pradilla Cobos (Universidad Autónoma Metropolitana, Xochimilco, México), Geraldo Magela Costa (Geografia-UFMG), Henri Acselrad (IPPUR-UFRJ), Ivo Marcos Theis (PPGDR-FURB), José Aldemir de Oliveira (PPGSCA-UFAM), Marco Aurélio A. de F. Gomes (PPG-AU-UFBA), Mariana Fix (IE-UNICAMP), Martim Smolka (Lincoln Institute of Land Policy, Inglaterra), Paul Claval (Université Paris IV-Sorbonne, França), Roberto Luiz do Carmo (NEPO-UNICAMP), Sarah Feldman (IAU-USP), Tamara Benakouche (PPGSP-UFSC), Víctor Ramiro Fernández (IIETE, Universidad Nacional del Litoral, Argentina)

COLABORADORES
Adriano Firmino V. de Araújo (UFPB), Ana Fani Alessandri Carlos (USP), Ana Maria Lima Daou (UFRJ), Anderson Kazuo Nakano (FIAAM-FAAM), Angelo Szaniecki Perret Serpa (UFBA), Anne-Marie Broudehoux (Universidade de Quebec, Montreal, Canadá), Antonio Paulo de Moraes Rezende (UFPE), Brasilmar Ferreira Nunes (UnB), Caio Amorim Maciel (UFPE), Camila Loffredo D'Ottaviano (USP), Cêça Guimaraens (UFRJ), Christiane Girard Ferreira Nunes (UnB), Clarissa da Costa Moreira (UFF), Felipe Berocan Veiga (UFF), Flávia Brito do Nascimento (USP), Geraldo Magela Costa (UFMG), Glauco Bienenstein (UFF), Heloisa Soares de Moura Costa (UFMG), Javier Walter Ghibaudi (UFF), Jorge Ramón Montenegro Gómez (UFPR), José Eduardo Baravelli (USP), José Júlio Ferreira Lima (UFPA), Josianne Francia Cerasoli (UNICAMP), Julieta Maria de Vasconcelos Leite (UFPE), Karina Oliveira Leitão (USP), Lívia Izabel Bezerra de Miranda (UFCG), Lúcia Maria de Siqueira Cavalcanti Veras (UFPE), Luis Renato Bezerra Pequeno (UFC), Madianita Nunes da Silva (UFPR), Magaly Marques Pulhez (USP), Marco Aurélio Arbage Lobo (UNAMA), Maria Beatriz Cruz Rufrino (USP), María Laura Silveira (Universidade de Buenos Aires, Argentina), Maria Stella Martins Bresciani (UNICAMP), Mariana Fix (UNICAMP), Marlon Clovis Medeiros (UNIOESTE), Natalia Miranda Vieira-de-Araújo (UFRN), Paola Berenstein Jacques (UFBA), Paula Freire Santoro (USP), Pedro Vasconcelos Maia do Amaral (UFMG), Rita de Cássia Barbosa de Araújo (FUNDAJ), Sandra Lencioni (USP), Sandra Maria Fonseca da Costa (UNIVAP), Simone Aparecida Polli (UTFPR), Soraya Silveira Simões (UFRJ), Telma de Barros Correia (USP)

SECRETÁRIO EXECUTIVO
Tiago Cargnin Gonçalves (MDU, PPGEO-UFPE)

REVISÃO
Carlos Gomes de Castro (português)

TRADUÇÃO:
Brian Honeyball (inglês)

EDITORAÇÃO E CAPA
Rian Narcizo Mariano
(Foto da capa: Marcelo Soares)

IMPRESSÃO E DISTRIBUIÇÃO
Letra Capital Editora (www.letracapital.com.br)

Indexada na Library of Congress (EUA), Latindex e Portal de Periódicos da CAPES

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais – v.17, n.3, 2015. – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional; editor responsável Ana Cristina Fernandes: A Associação, 2015.
v.

Semestral.
ISSN 1517-4115
O nº 1 foi publicado em maio de 1999.

1. Estudos Urbanos e Regionais. I. ANPUR (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional). II. Ana Cristina Fernandes.

711.4(05) CDU (2.Ed.) UFPE
711.405 CDD (21.Ed.) BC-2001-098

REVISTA BRASILEIRA DE
ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS
publicação da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional

SUMÁRIO

CIDADES E INSURGÊNCIAS: NOVOS E VELHOS CONFLITOS, AGÊNCIAS E DIREITOS

The resonant images of the multitude: Egypt, Spain and Brazil – Kênia Freitas — **17** A ressonância das imagens da multidão: Egito, Espanha e Brasil

Riots, social movements and the "making of the working class": forms of popular organization and urban protest in São Paulo (1945-1964) – Marcos Virgílio da Silva — **34** Quebra-quebras, movimentos sociais e a "formação da classe trabalhadora": formas de organização popular e protesto urbano em São Paulo (1945-1964)

Recife, a noiva da revolução: entre os circuitos espaciais da inclusão/exclusão e a resistência urbana contemporânea – Alexandre Sabino do Nascimento — **49** Recife, the bride of the revolution: between the spatial circuits of inclusion/exclusion and contemporary urban resistance

Práticas culturais como insurgências urbanas: o caso do *Squat Kunsthaus Tacheles* em Berlim – Claudia Seldin — **68** Cultural practices as urban insurgencies: the case of the Kunsthaus Tacheles Squat in Berlin

The appropriation of streets in Belo Horizonte by contemporary carnival blocks – Paola Lisboa Codo Dias — **86** A apropriação das ruas de Belo Horizonte pelos blocos de carnaval contemporâneos

Games and insurgencies: towards agonistic participation in the production of space – Ana Paula Silva de Assis **104** Jogos e insurgências: por uma participação agonística na produção do espaço

Espaços públicos e infâncias urbanas: a construção de uma cidadania contemporânea – Marina Simone Dias e Bruna Ramos Ferreira **118** Public spaces and urban childhoods: the construction of a contemporary citizenship

Do meio do medo nasce a coragem: o encontro entre pescadores e marisqueiras de Caravelas (BA) e do Ceará e os múltiplos sentidos da política – Cecília Campello do Amaral Mello **134** From fear courage is born: the encounter between fishermen and crab collectors from Caravelas (Bahia) and Ceará and the multiple meanings of politics

A luta pelo espaço no contexto do projeto Porto Maravilha: novos sujeitos e contradições – Letícia de Carvalho Giannella **150** The struggle for space in the context of Porto Maravilha: new subjetcs and contradictions

ENTREVISTA

Mobilidade urbana e direito à cidade: uma entrevista com Lúcio Gregori sobre transporte coletivo e Tarifa Zero – Mariana Fix, Giovani Espíndola Ribeiro e André Doca Prado **175** Urban mobility and the right to the city: an interview with Lucio Gregori on (free) public transport

ARTIGOS

O projeto Porto Maravilha e o *rent gap* de Neil Smith – Renato Domingues Fialho Martins **195** The *Porto Maravilha* project and the Neil Smith's rent gap theory

Verticalização e permeabilização do solo urbano nos setores censitários de Belo Horizonte/MG – Carlos Lobo, Diego Ferreira Fonseca e Ricardo Alexandrino Garcia **215** Verticalization and soil sealing in the census tracts of *Belo Horizonte/MG*

RESENHA

Intervenções urbanas em áreas em transformação de cidades da América Latina, de Eduardo Alberto Cusce Nobre e Jorge Bassani – por Luciana de Oliveira Royer **231**

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL – ANPUR

Gestão 2015-2017

PRESIDENTE

Rodrigo Ferreira Simões (CEDEPLAR-UFMG)

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Geraldo Magela Costa (Geografia-UFMG)

SECRETÁRIO ADJUNTO

Pedro Vasconcelos Amaral (CEDEPLAR-UFMG)

DIRETORES/AS

Ana Cláudia Duarte Cardoso (PPGAU-UFPA)
Fabrício Leal de Oliveira (IPPUR-UFRJ)
João Farias Rovati (PROPUR-UFRGS)
Maria Camila Loffredo D'Ottaviano (FAU-USP)

CONSELHO FISCAL (TITULARES)

Cidoval Morais de Sousa (PPGDR-UEPB)
Flaviana Barreto Lira (FAU-UnB)
Olga Lucia Castreghini de Freitas Firkowski (PPGeografia-UFPR)

CONSELHO FISCAL (SUPLENTES)

Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva (PPEUR-UFRN)
Ivo Marcos Theis (PPGDR-FURB)
Rita de Cássia Lucena Velloso (EA-UFMG)

Apoio

CNPq CAPES ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Editorial

Em janeiro de 2011, massivos protestos abalaram os países árabes, cinco deles mais fortemente, Tunísia, Líbia, Egito, Síria e Iêmen. Os movimentos reivindicavam o fim de seus regimes corruptos e autoritários, governados por monarquias e ditaduras oligárquicas, amplamente militarizadas e percebidas como responsáveis pelas duras condições de vida da maioria da população. Os levantes foram desencadeados pela imolação de um jovem tunisiano, que, em dezembro do ano anterior, ateara fogo às próprias vestes. A reação popular ao ato extremo do indivíduo foi amplificada graças ao emprego de tecnologias modernas de comunicação e diferentes ferramentas de internet e de telefones celulares bastante usuais entre os jovens. Elas serviram para difundir informações, organizar estratégias de manifestação e resistência, bem como para sensibilizar a sociedade local e o mundo para a luta dos movimentos. A mobilização logo transbordou para as grandes cadeias de telecomunicações, para os noticiários e redes sociais dos quatro cantos do planeta, inspirando ações em defesa da democracia e das liberdades civis por países do norte da África e do Oriente Médio, igualmente governados com mão de ferro, como Argélia, Bahrein, Djibuti, Iraque, Jordânia, Omã, Kuwait, Líbano, Mauritânia, Marrocos, Arábia Saudita, Sudão e Saara Ocidental.

O ciclo ficou conhecido como Primavera Árabe, em alusão à Primavera dos Povos, que tomou conta da Europa em 1848, e aos levantes de Praga de 1968. Semelhante à primeira, a Primavera Árabe alastrou-se rapidamente, como um incêndio, transpondo fronteiras nacionais e desafiando poderes há décadas estabelecidos. Como a segunda, lançou mão de táticas não violentas de mobilização; em vez das redes clandestinas de imprensa e radiotransmissores, tão importantes no movimento tcheco, o universo 2.0 notabilizou o movimento árabe como emblemático de revoluções Twitter/Facebook.

A onda de mobilizações em praça pública difundiu-se, pouco depois, para o Ocidente, levantando questionamentos acerca dos limites da ordem democrática liberal ali firmemente estabelecida. Na esteira dos movimentos anti-globalização que tomaram as ruas de Seattle, Gênova, Quebec, Melbourne e Bangkok a partir de meados da década de 1990, em setembro de 2011, o Parque Zuccotti, no epicentro do distrito financeiro de Nova York, tornou-se palco do famoso *Occupy Wall Street*. Dessa vez, os protestos foram contra os efeitos do estouro, em 2008, da bolha financeira sobre o emprego e a desigualdade social – fato que que sacudiu a sociedade americana (e mundial). Embora em uma escala menor que a dos protestos orientais mais recentes, o efeito do movimento *Occupy* repercutiu imediatamente em todo o planeta: milhares de pessoas foram mobilizadas para ocupar ruas e praças durante dias e noites, pressionando, ininterruptamente, as forças contrárias a seus pleitos.

Seja num caso, seja em outro, a resposta repressiva foi violentíssima. Verdadeiros massacres e prisões em massa foram produzidos. Houve uma enorme instabilidade política e até mesmo guerras nos países árabes; nos Estados Unidos, após os dois primeiros meses de resistência, foram empregadas técnicas antiterroristas de vigilância e repressão contra as dezenas de movimentos similares de ocupação que se multiplicaram em sedes de bancos e corporações, em audiências públicas, imóveis hipotecados e universidades por todo o país.

É verdade que nem na Primavera Árabe nem no *Ocuppy Wall Street* o que estava em jogo não era exatamente a cidade, a gestão urbana ou as transformações urbanísticas. As mobilizações empreendidas – como tantas outras que magnetizaram espaços públicos em toda parte, sob o espectro das políticas neoliberais dos últimos trinta anos, como a da Praça do Sol em Madrid, a da Praça Sintagma em Atenas e a das escadarias de Saint Paul em Londres – tinham alvos ligados diretamente à vida dos cidadãos: a legitimidade e representatividade de governos; a repressão militar e policial; a ausência ou perda de direitos civis; a alta de preços; o crescimento dos níveis de desigualdade e desemprego; o endividamento ou expropriação das famílias; o poder incontrastável do capital financeiro. De qualquer modo, foram as

cidades que lhes propiciaram as condições objetivas para se concretizarem. Foram produzidos processos comunicativos e decisórios peculiares, estratégias inusitadas de ocupação de ruas e praças por meios virtuais e físicos, maneiras de se auto-organizar e surpreender as autoridades locais em manifestações no espaço público, performances de massa e individuais – organizadas ou improvisadas –, ações diretas, velhas e novas formas de vocalização, imagens de difícil controle.

Expressões de insubordinação popular não são, de modo algum, inusuais na modernidade, e muitas delas, em outras épocas, ora incidiram diretamente sobre as condições de vida nas cidades, ora suscitaram respostas políticas, jurídicas, técnicas e urbanísticas importantes. Movimentos como a Comuna de Paris em 1871, a Revolta da Vacina no Rio de Janeiro em 1904 ou os levantes de Stonewall em Nova York em 1969, por exemplo, apropriaram-se, de forma tática, de materiais urbanos, construindo significativos eventos espaciais de luta e resistência política. Capítulos notáveis da história das políticas urbanas e do urbanismo, por outro lado, como o movimento das cidades-jardins na Inglaterra, o situacionismo na França ou o Estatuto da Cidade no Brasil, são incompreensíveis sem a referência a expressões variadas de contestação e mobilização popular. Tanto em um caso quanto em outros, as cidades, por concentrarem populações expressivas em um espaço geográfico relativamente limitado, são palco por excelência de insurgências e mobilizações, por meio das quais ideias são difundidas e confrontadas, originando o espaço público.

A nova geração de movimentos urbanos que têm reverberado mundo afora envolve não apenas os *occupy*, as frentes anticapitalistas de variadas orientações e as mobilizações por estado democrático de direito, mas também formas reticulares de sublevação, por vezes virulentas, inclusive digitais, atingindo os centros de poder político e econômico e produzindo efeitos ainda desconhecidos: contra-poderes urbanos de múltiplos enfoques e bases sociais, de sem teto a ciberativistas, de grupos de militância étnica ou de gênero a coletivos de artistas, educadores, profissionais e ambientalistas, bem como *squatters*. Tais movimentos vêm transformando a cidade em um universo altamente disputado. Em meio a essas formas de rebeldia e resistência, é possível muitas vezes flagrar a reconfiguração de agendas, políticas, programas e projetos urbanos, e mesmo a proposição de novos focos, práticas e arranjos espaciais, frequentemente ultrapassando as tradições dos estudos urbanos e regionais e as fronteiras disciplinares estabelecidas. De fato, em uma época na qual as cidades tornaram-se objeto imediato de valorização e financeirização do capital, não é estranho que muitos desses movimentos venham se pautando por motivações explicitamente urbanas, como críticas aos projetos e intervenções imobiliários e às condições precárias de moradia, fomento das redes de equipamentos sociais, propostas de preservação de áreas livres públicas, de sítios históricos e espaços de referência, projetos de infraestruturas de mobilidade, lazer, cultura etc.

No Brasil, um dos primeiros movimentos desse tipo foi o Ocupe Estelita. Surgido a partir do grupo de Facebook Direitos Urbanos, extremamente ativo no Recife desde março de 2012, o movimento envolveu, além de acampamento na área contestada, a realização de apresentações musicais, *hapennings*, oficinas de poesia e capoeira, iniciativas educacionais e lúdicas variadas e a produção/projeção de vídeos engajados, muitos dos quais disponibilizados em rede no correr da evolução dos enfrentamentos[1]. Mobilizando toda uma geração de universitários, com origem social mais diversificada que aquela de outrora, o movimento se organizou em oposição a um grande projeto imobiliário no Cais José Estelita, antigo pátio ferroviário abandonado, na franja do centro histórico da cidade e na orla da espetacular bacia do Pina, uma área sensível do ponto de vista paisagístico, ambiental, patrimonial e social. Em sincronia com inúmeros movimentos similares que despontaram no período em outras partes do país, como no Cais Mauá, em Porto Alegre, na Praça da Estação, em Belo Horizonte, no Largo da Batata e no Parque Augusta, em São Paulo, na região portuária do Rio de Janeiro e no Mercado Ver-o-Peso em Belém, a luta cedo converteu-se em uma reivindicação maior pelo direito à cidade e por uma maior participação popular nas decisões sobre processos e transformações urbanos. Ela atraiu artistas, intelectuais, engenheiros, arquite-

[1] Disponível em: <https://youtu.be/uE0wJi6xNBk>; <https://youtu.be/bbvKuKutH9w>; <https://youtu.be/KTF0gqoTIas>; <https://youtu.be/DxW-lnT8XHk>. Acesso em: 20 abr. 2016.

tos, advogados, publicitários, jornalistas, designers e também moradores de outras áreas ameaçadas pela especulação imobiliária na cidade[2]. As possibilidades de êxito de um movimento de resistência ao poderoso arco de aliança liderado pelo capital imobiliário propiciaram a percepção de empoderamento aos integrantes do movimento: "Entramos para a história com uma mensagem positiva de que vale a pena lutar, vale a pena interferir nos processos da cidade", testemunhou uma professora militante do Ocupe Estelita.

Esse tipo de mobilização encontrou um detonador importante nos megaeventos esportivos que marcaram fortemente as políticas urbanas adotadas nas cidades brasileiras na última década. Entre outros, merece destaque a Copa do Mundo de 2014, que não apenas estabeleceu uma legislação geral de exceção, em flagrante violação dos direitos humanos, do direito urbanístico e do consumidor e do Estatuto do Torcedor, mas também catalisou investimentos territoriais e urbanos extremamente ambiciosos, bem como um expressivo volume de recursos públicos para produzir as infraestruturas exigidas pela Fifa e pelo Comitê Olímpico Internacional. Isso produziu, como efeito colateral, a articulação, em todo o país, de Comitês Populares da Copa, com o objetivo de denunciar tanto as arbitrariedades cometidas quanto a contradição entre as obras e a histórica deficiência dos serviços públicos, especialmente da educação, saúde e do transporte coletivo. O Rio de Janeiro, sede também dos Jogos Pan-americanos de 2007 e das próximas Olimpíadas, em 2016, tornou-se um dos polos mais explosivos de protestos e mobilizações contra megaoperações urbanas, remoção de milhares de moradias, crimes ambientais de toda sorte, precariedade dos transportes públicos, estratégias de especulação imobiliária e gentrificação e inúmeras outras formas de violência, não apenas as repressivas.

Em 2013, pouco antes da Copa das Confederações, a onda de protestos tomou o país como um todo, e gigantescas manifestações de rua em cidades grandes e médias puseram em xeque não apenas governos, mas também os próprios fundamentos da cultura política estabelecida. Em junho desse mesmo ano, em meio a uma luta até então discreta, ainda que contumaz, de distintos comitês municipais do Movimento Passe Livre (MPL) pelo transporte coletivo urbano gratuito, manifestações quase diárias eclodiram nas cidades, principalmente em São Paulo. Estigmatizadas pela imprensa pelos inconvenientes produzidos no trânsito da metrópole e brutalmente reprimidas pela polícia paulista, as assim chamadas Jornadas de Junho logo ganharam corpo e alastraram-se por todo o país, levando às ruas milhões de cidadãos, sobretudo os mais jovens, para perplexidade de governantes, políticos de todos os partidos, jornalistas e cientistas sociais. Apropriações militantes de redes sociais via internet e telefones celulares, formas horizontais, autogestionárias e mesmo anárquicas de organização e deliberação, práticas multitudinárias, interações corpo a corpo e táticas de ação direta, como ocupações, trancaços, catracaços, *sit-ins*, performances, megafones humanos, projeções públicas, foram mobilizadas com objetivos políticos diretamente ligados à vida nas cidades. Em sua gênese, é verdade, o MPL estruturou-se em torno de uma reflexão mais geral sobre os problemas urbanos, a condição cidadã, o usufruto do espaço público pelos jovens e estudantes, a universalização do acesso a serviços e equipamentos urbanos, os deslocamentos e interações livres na cidade. Contudo, enquanto a marcha ganhava intensidade e visibilidade, as manifestações atraíram um universo variadíssimo de questões e posições, à esquerda e à direita, e, em detrimento das conquistas imediatas – como a suspensão de aumentos de tarifas e a reformulação de políticas públicas no setor –, logo diluíram-se em meio a uma onda de insatisfações com a saúde, a educação, o desemprego, a garantia dos direitos humanos, os meios de comunicação, os partidos e os políticos em geral, a corrupção, entre outras.

Muito vem se falando, desde então, sobre o significado eminentemente urbano dessas expressões contemporâneas de rebeldia coletiva, sobre o papel das novas tecnologias de comunicação no interior delas, sobre as rupturas e continuidades em relação a tradições anteriores dos movimentos sociais urbanos, sobre a composição socioeconômica das massas juvenis que tomaram a dianteira dos protestos. O

[2] Disponível em: <https://youtu.be/bbvKuKutH9w>. Acesso em: 20 abr. 2016.

fenômeno desafia não apenas poderes públicos e forças políticas estabelecidas, mas também os meios intelectuais, pondo em xeque modelos clássicos de interpretação e repercutindo na imprensa, na produção acadêmica e bibliográfica, em seminários, conferências e exposições e em números temáticos de revistas mais e menos especializadas, do Brasil e do exterior.

Transcorridos quase três anos das manifestações de junho de 2013 nas cidades brasileiras, pode-se dizer que seu caráter difuso foi expressão, de um lado, da elevação dos horizontes de democratização política e social pós-Constituição de 1988, do fracasso em assegurar padrões de qualidade nos serviços públicos compatíveis com as exigências de gerações de renda e escolaridade em ascensão, assim como do potencial socialmente explosivo do ciclo relativamente longo (para os padrões brasileiros) de dinamismo econômico a partir da segunda metade dos anos 2000. De outro lado, a característica difusa dos protestos parece ter respondido ainda a processos que transcendem a realidade nacional, em sintonia com desenvolvimentos mais gerais no campo das lutas sociais. Esses processos trazem, certamente, marcas de mudanças tecnológicas, em particular das tecnologias de comunicação e de segurança, mas, sobretudo, assinalam um vazio fundamental no campo da ideologia hegemônica: a crise de paradigmas tradicionais de mobilização e de transformação social; o enfraquecimento do Estado de bem-estar e, com ele, das utopias em torno da sociedade de trabalho e do proletariado; a emergência de novas subjetividades políticas ante as formas contemporâneas da desigualdade e da precarização; a afirmação política das diferenças e das micronarrativas como estratégia para ultrapassar ideários vistos como responsáveis pela perpetuação de normas de vida próprias a grupos culturalmente hegemônicos; e, inclusive, a crise de legitimidade da própria democracia como moldura institucional do Estado de direito burguês, em sua aliança duradoura com o sistema global capitalista.

Levando em conta esse cenário e suas respectivas questões, o presente número da **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** propôs-se a reunir contribuições para o entendimento desses processos em sua multiplicidade atual, assim como em suas expressões históricas. Como os movimentos sociais, presentes e passados, vêm apropriando-se dos territórios e materiais urbanos? Quais as dimensões de inovação, singularidade e continuidade das mobilizações recentes com relação aos substratos de ação social herdados e às agendas precedentes? Que movimentos e atores são esses, qual a sua composição social, seus códigos de coesão, suas dinâmicas, retóricas, micro e macroestratégias de ação? De que meios, tecnologias e linguagens eles vêm se servindo? Quais vontades e projetos de cidade neles se constituem? Como suas agendas se articulam a novas e velhas políticas espaciais (regionais, fundiárias, ambientais, urbanas, imobiliárias), públicas, populares, empresariais, híbridas? Quais tipos de transformações e revoluções eles são capazes de empreender? Qual a eficácia deles no campo da justiça espacial, da definição dos destinos das cidades e das sociedades, suas conquistas institucionais e culturais do ponto de vista da regulação urbana, assim como suas fraquezas, limites e refluxos ante os poderes públicos e suas alianças e conflitos com o mundo dos negócios? Quais leituras e interpretações foram ou podem ser formuladas a respeito desses movimentos insurgentes na cidade?

Evidentemente, o cenário político brasileiro atual, de enorme instabilidade e incerteza quanto ao futuro da democracia, dos direitos sociais e civis e dos movimentos populares, vem gerando deslocamentos importantes nas relações de força na sociedade e até mesmo certo grau de invisibilidade e/ou dualização das lutas e dos processos micropolíticos, muitas vezes contrastantes, localizados, ou apenas sutilmente conectados. A emergência de mobilizações virtuais e de rua, de cunho moral, religioso ou reativas a transformações sociais e culturais em curso, complica o entendimento global das expressões insurgentes e o impacto delas nos processos urbanos. Em nenhum momento, contudo, pretendemos, neste número, produzir um inventário global dos movimentos nem, muito menos, das iniciativas supostamente bem-sucedidas de produção social da cidade, reduzindo-as a eventuais crivos modelares em termos de mobilização, planificação ou gestão urbanas. O objetivo foi tão-somente aproximar-nos de alguns imaginários e experiências insurgentes, em sua concretude socioespacial e vibrações políticas,

abordando-os como parte constitutiva dos processos de transformação socioespacial e como ingrediente crítico imprescindível ao entendimento das ações e potências políticas na cidade contemporânea.

Acreditamos que o leitor concordará conosco que os desafios lançados aos autores foram devidamente enfrentados. Podemos afirmar que a chamada atendeu aos objetivos propostos, tendo permitido a produção de dois exemplares do Dossiê Temático ***Cidades e insurgências: novos e velhos conflitos, agências e direitos***, cuja qualidade instiga os sentidos e desdobra-se na originalidade e atualidade dos enfoques tratados. Este primeiro exemplar compreende nove artigos, reportados, a seguir, na sequência em que estão aqui publicados.

Abrindo o presente número, já captando a atenção do leitor para as práticas de mobilização contemporâneas por meio da internet, *The resonant images of the multitude: Egypt, Spain and Brazil*, de **Kênia Freitas**, focaliza a produção e o ativismo audiovisual que emergiram dos protestos nos três países a partir de 2011. Partindo do conceito de multidão de Michael Hardt e Antonio Negri, a autora aborda os dispositivos de visibilidade empregados nas manifestações por ela analisadas: os elementos imagéticos primordiais das multidões, dos corpos, os estímulos e as narrativas em vibração e, sobretudo, as técnicas de reprodução e as qualidades ressonantes na ótica dos internautas, seu impacto visual, sensível e político, pensado como dobra de uma atualização indissociável dos movimentos insurgentes.

O artigo de **Marcos Virgílio da Silva**, por sua vez, *Riots, social movements and the "making of the working class": forms of popular organization and urban protest in São Paulo (1945-1964),* problematiza historicamente a noção corrente de que protestos populares são fenômenos ocasionais e raros na história brasileira. Mas não fica aí. O autor propõe uma interessante tipologia de manifestações – os "quebra-quebras", os "movimentos sociais" de caráter não classista e os movimentos organizados da "classe trabalhadora" ou "operária" – baseada em uma apurada pesquisa bibliográfica, cujo resultado oferece uma contribuição metodológica criativa e relevante para estudos contemporâneos em torno da questão da organização popular urbana.

Já no artigo *Recife, a noiva da revolução: entre os circuitos espaciais da inclusão/exclusão e a resistência urbana contemporânea*, **Alexandre Sabino do Nascimento** adentra no tema das insurgências em nome do direito à cidade, focalizando o movimento Ocupe Estelita, no Recife. Ao passar em revista a transformação recente das políticas urbanas locais, cada vez mais regidas por interesses e parâmetros de gestão empresariais, interessa ao autor pensar como a mobilização de grupos e agentes específicos, os focos e as agendas de conflito e o emprego de determinadas práticas e estratégias de ativismo relacionam-se com substratos de resistência herdados do passado.

Dando, igualmente, atenção a um movimento específico de resistência a processos maiores de reestruturação urbana, **Claudia Seldin** focaliza, como diz o próprio título, as *Práticas culturais como insurgências urbanas: o caso do Squat Kunsthaus Tacheles em Berlim*. No artigo, a autora analisa as disputas em torno da cultura, as quais põem em oposição, de um lado, uma nova geração de estratégias urbanas orientadas para a espetacularização, o entretenimento, o consumo e a "cidade criativa", e, de outro, os movimentos sociais que lançam mão de práticas contra-culturais de apropriação do espaço urbano, por meio da ocupação de edifícios abandonados e transformação de seus usos por coletivos variados de artistas, estudantes, pessoas sem teto etc. O famoso *squat Kunsthaus Tacheles*, nesse contexto, é revisitado à luz das estratégias de resistência adotadas por seus ocupantes nos últimos vinte anos.

O artigo de **Paola Lisboa Codo Dias**, *The appropriation of streets in Belo Horizonte by contemporary carnival blocks*, aborda um fenômeno cada vez mais presente nas grandes cidades brasileiras: a expansão do carnaval de rua para além de seus polos tradicionais de expressão. Ao reconstituir detalhadamente o impulso tomado pelos blocos de rua de Belo Horizonte desde 2009, a autora examina o estreito vínculo entre as manifestações carnavalescas e as variadas bandeiras políticas, sociais e espaciais: de lutas pelo direito à moradia e ao transporte coletivo a mobilizações em torno do uso dos espaços públicos pela população, bem como de avenidas, parques e praças como locais de encontro, cultura, esporte, lazer e festividade.

O artigo de **Ana Paula Silva de Assis** – *Games and insurgencies: towards agonistic participation in the production of space* – segue essa mesma direção. Tendo por objeto a observação de três experiências de "jogos abertos", jogos realizados no espaço público, fora do campo da regulamentação do tempo livre, ela observa uma associação entre esses jogos e insurgências espaciais contemporâneas, baseando-se em teorias que denomina de pós-políticas e pós-democráticas. Ao ressaltar a perspectiva da relação entre justiça espacial e jogos de rua, entre os quais se destaca a inusitada experiência de um time de futebol formado por mulheres que se divertem e provocam os cidadãos nas ruas de Belo Horizonte, a autora aponta para a emergência de formas agonísticas de produção do espaço, refrescando a reflexão acerca da esfera pública.

Marina Simone Dias e **Bruna Ramos Ferreira**, por sua vez, abordam o tema das infâncias urbanas, novamente, uma temática pouco explorada nos estudos urbanos e regionais. Em *Espaços públicos e infâncias urbanas: a construção de uma cidadania contemporânea*, as autoras analisam o lugar das crianças na cidade, grupo social que, apesar de bastante representativo socialmente, é ainda negligenciado tanto pelos estudos urbanos e regionais, como pelas lutas por direitos. Alicerçadas em um conjunto variado de campos de conhecimento – sociologia da infância, pedagogia e planejamento urbano, por exemplo –, Dias e Ferreira procuram construir uma leitura transdisciplinar que parte de três eixos: o conceito de infância e o silenciamento da voz das crianças; os espaços públicos urbanos frente às práticas infantis; e o papel do espaço na constituição desse pequeno sujeito.

O texto de **Cecília Campello do Amaral Mello**, *Do meio do medo nasce a coragem: o encontro entre pescadores e marisqueiras de Caravelas (BA) e do Ceará e os múltiplos sentidos da política*, levanta uma questão crucial: a potência dos movimentos insurgentes em um momento de recrudescimento global das forças do capital. O cenário é dos mais vulneráveis, qual seja, os manguezais do litoral brasileiro. Alinhando-se ao argumento de Foucault acerca do conceito de luta de classe, segundo o qual os marxistas teriam dado mais ênfase à noção de classe que às lutas em si, a autora enfoca o experimento de cooperação e troca de experiências e saberes entre dois diferentes movimentos de marisqueiros e pescadores situados a mais de dois mil quilômetros de distância entre si, no bojo de uma política de resistência à destruição dos manguezais.

Finalmente, o artigo de **Letícia de Carvalho Gianella**, *A luta pelo espaço no contexto do projeto Porto Maravilha: novos sujeitos e contradições*, propõe o desafio de refletir sobre uma questão que já recebeu um conjunto expressivo de contribuições no campo dos estudos urbanos e regionais. Entretanto, a Operação Urbana Consorciada do Porto Maravilha é aqui observada, à semelhança do artigo anterior, na perspectiva das formas de luta pelo espaço e dos sujeitos constituintes do Fórum Comunitário do Porto. Adotando a metodologia da observação participante, a autora examina as ações do movimento, em sua fluidez, flexibilidade, abertura e horizontalidade, as táticas de mobilização e sobrevivência empregadas, as suas conquistas e contradições. É dado destaque, nesse cenário, à escala dos micropoderes, a qual, a seu ver, demanda a renovação das abordagens teóricas nesse campo do conhecimento.

O panorama geral evidenciado pelos artigos apresentados reitera a hipótese de Gianella. A complexidade dos fatores desencadeadores dos movimentos e lutas aqui analisados, o contexto de fluidez do espaço e de aceleração do tempo, a presença de agentes econômicos que operam à escala global, assim como a diversidade e a articulação de atores e práticas de resistência em escalas cada vez mais abrangentes, facilitadas pela internet e pelas redes sociais, são aspectos que diferenciam o formato e as possibilidades de tais movimentos interferirem, efetivamente, na produção do espaço, se comparados àqueles observados em décadas passadas. Os artigos mostram que permanece, porém, o aspecto central motivador dessas lutas: a cidade contemporânea, em seu incessante movimento de destruição e criação de valor, segue sendo a causa e o efeito dos mais intensos conflitos em torno de justiça espacial, qualquer que seja a posição, mais ou menos progressista, de seus governantes. A entrevista com Lúcio Gregori, que fecha o presente número do Dossiê, realizada por **Mariana Fix**, **Giovani Espíndola Ribeiro** e **André Doca Prado**, parece confirmar tal percepção.

O número 3 do volume 17 desta revista conta, ainda, com dois artigos selecionados por meio do processo regular de fluxo contínuo. Embora não contemplem a discussão acerca de práticas de resistência na luta pelo direito à cidade, eles dialogam facilmente com aqueles inseridos no escopo mais específico do Dossiê. O primeiro, intitulado *O projeto Porto Maravilha e o rent gap de Neil Smith*, de **Renato Domingues Fialho Martins**, indaga sobre a pertinência de se transportar uma teoria difundida, discutida e aplicada em cidades de países desenvolvidos para estudos relativos às cidades de países periféricos. Fundamentado na teoria do *rent gap* de Neil Smith sobre *gentrificação*, o autor propõe que sejam averiguados as distinções e os cuidados que precisam ser seguidos na transposição dela para diferentes casos. Para desenvolver seus argumentos, Martins trata da Operação Urbana Consorciada (OUC) Porto Maravilha na área central do Rio de Janeiro, inicialmente marcada por uma forte depreciação econômica, em consonância – e não por acaso – com a lógica do mercado imobiliário. Concluindo que a teoria de Smith tem valor explicativo para o caso estudado, o autor observa que a depreciação provocou um *rent gap,* ou seja, uma disparidade entre o nível potencial das rendas fundiárias (quantia que pode ser capitalizada sob o "maior e melhor uso que se faz dos terrenos") e as rendas de terra capitalizadas sob os seus atuais usos.

Na sequência, no artigo *Verticalização e permeabilização do solo urbano nos setores censitários de Belo Horizonte/MG*, **Carlos Lobo**, **Diego Ferreira Fonseca** e **Ricardo Alexandrino Garcia** empreendem uma discussão atualizada a respeito da forma/densidade de ocupação do solo urbano e da qualidade ambiental das cidades, com ênfase na relação entre verticalização e impermeabilização do solo. Por meio de técnicas de geoprocessamento e métodos de estatística inferencial e espacial, Lobo, Fonseca e Garcia avaliam essa relação tendo como objeto empírico de análise os setores censitários do município de Belo Horizonte em 2000. Para o caso, os autores concluem que inexistem níveis significativos de determinação da impermeabilização do solo em função dos valores de altura das edificações. Tal evidência os conduzem a afirmar que – embora a premissa de que a cidade compacta reduz os impactos ambientais derivados da perda de área permeáveis seja teoricamente razoável –, em Belo Horizonte, os setores censitários com maiores níveis de verticalização não correspondem àqueles com menor grau de impermeabilização.

A resenha de **Luciana de Oliveira Royer** encerra este número da RBEUR. A autora apresenta ao leitor a coletânea *Intervenções urbanas em áreas em transformação de cidades da América Latina*, organizada por Eduardo Alberto Cusce Nobre e Jorge Bassani. Reunindo nove textos, o livro se divide em três partes. Na primeira, são analisados os impactos da Copa do Mundo Fifa 2014 no Rio de Janeiro, em Porto Alegre e em Fortaleza. Na segunda, examinam-se algumas intervenções em áreas centrais da Cidade do México, de São Paulo e de Challao, na Argentina. Por fim, na terceira parte, são abordadas experiências de intervenção urbana em áreas ambientalmente frágeis de Belém, Manaus e Santa Fé, também na Argentina.

Boa leitura!

José Lira
Editor Convidado do Dossiê Temático

Ana Cristina Fernandes
Editora Responsável da RBEUR

Paris, São Paulo e Recife[3]

[3] Desejamos registrar nossos agradecimentos à inestimável contribuição dos pareceristas ao longo do processo de seleção e revisão dos artigos aqui publicados, a Norma Lacerda, Editora Assistente da RBEUR, pela apresentação dos dois artigos de fluxo contínuo publicados neste número, e a Tiago Cargnin, por sua competente assessoria na secretaria da RBEUR. Sem eles este número não seria possível. A editora responsável deseja ainda agradecer, em especial, ao Prof. José Lira, por ter aceito e conduzido, com refinada precisão, a montagem deste Dossiê

Cidades e Insurgências: novos e velhos conflitos, agências e direitos

The resonant images of the multitude:

Egypt, Spain and Brazil

A ressonância das imagens da multidão:

Egito, Espanha e Brasil

Kênia Freitas
Universidade Católica de Brasília, Programa de Mestrado em Comunicação, Brasília, DF, Brasil

Abstract: *This article examines the resonant images produced by the emergent multitude in street demonstrations in Egypt, Spain and Brazil, between 2011 and 2013. The starting point for this work is the resonant nature of these moving images, understanding this resonance as a bodily, affective, tangible effervescence generated by the encounter of the multitude in political demonstrations. Thus, the aim of this work is to undertake a reflective analysis of the moving images of recent street protests through the quality of resonance contained within them. The hypothesis is that the resonant images of these insurgencies are elements of mobilization, memory and affective constitutiveness of these events.*

Keywords: *demonstrations; multitude; resonance; image; internet.*

On an open window of the computer in February 2011: a transmission on the site of the independent broadcasting network Al Jazeera[1] showing a multitude of protesters in Tahrir Square in Cairo, the capital of Egypt. The demonstrators were celebrating their victory, following weeks of having camped out in the square, marching through the streets and often clashing with police. On February 11th, it became official: President Horsi Mubarak had been overthrown by popular pressure. The transmission continued for hours, interspersed with interviews and statements from activists and political experts, with vibrant images of the multitude in Tahrir. We could see and hear: the chants, the slogans and the bodies that reverberated collectively.

1 Available at: <http://www.aljazeera.com/>. Accessed on: 10th Jan. 2015.

Watching this transmission was a deeply affective experience due to the transformative effect of the images: a state of elation that made it impossible to avert the eye or to open a new tab on the browser. More than a journalistic construction of the event, the images of the multitude in the streets were hypnotic. These were images of revolution. And it was in the wake of these images and the affection that they provoked at that very moment, in which the computer screen became an open channel to Egypt, that the process for constructing this research project was decided upon. As the social networks, such as Twitter and Facebook, were soon to become associated with the power of the insurrections in the Arab countries, then what began to stimulate our interest were the moving images produced by and about these events.

Images arrived through transmissions such as those by Al Jazeera and coverage by the traditional media, but by and large through being shared on the social

networks. Video sharing websites such as YouTube became a prime location for the circulation of an infinity of amateur images produced by ordinary demonstrators at the very epicentre of the uprisings.

After the Arab countries, came images from *Puerta del Sol* Square which was taken over by the Spanish multitude on 15th May, 2011. Soon after, there were scenes of high school students on the streets of Chile; violent clashes between demonstrators and police during protests in Greece and the encampment on Liberty Square, next to Wall Street in the US. Through social networks, on the websites and blogs created by protesters, through the alternative press and traditional media coverages, images of the multitude on the streets all around the world continued to emerge.

And it was while this research was evolving from amongst the films and videos of the emergent multitude from around the globe, that in June 2013, here in Brazil, before our very eyes, we beheld more protests. We experienced these protests, which occurred during June and the months following, with the very same intensity as those who had hurled themselves into the street demonstrations: screaming their chants and slogans in unison, carrying vinegar in their backpacks and fleeing the effects of police teargas and rubber bullets. The events of these days were also experienced with intensity by those watching the live streaming transmissions by groups from the independent media as well as the active sharing of videos and photos from the demonstrations on the social networks.

Empirically, the experiences of June highlighted the indiscernibility of the two spheres: the streets and the networks. It also became perceivable how the production of images permeated the event in all its complexity and actuality. The June experience was thus decisive in demonstrating that the images of the multitude not only touched us through the field of film studies or even the new audio-visual formats now possible with communication technologies, but also as a constitutive political element of the struggles.

In this brief article, the aim is not to exhaust or map the entire audio-visual production of protests during recent years. The variety and immensity of this material seems far beyond the capabilities and limits of such a text. It will therefore confine itself to a small group of videos, and through the images encountered therein, construct a number of considerations regarding the subject. The focus of this work will therefore be on the videos (from Egypt, Spain and Brazil) in which the emergent multitude on the streets is the primordial imagerial constitutive element.

Within this profile, we will attempt to establish that the demonstrations of the emergent multitude are characterized by a bodily, affective and tangible effervescence. This characteristic will be termed *resonance*. This resonant quality is generated from bringing together the singularities that compose the multitude during political demonstrations. It is our belief that it was the resonance of these vibrant bodies moving through the streets that affected us via the live streaming transmissions of the protests. It was this resonance that hypnotized us as we watched the images from Tahrir Square.

The hypothesis is that the resonant images of the uprisings are not only elements of mobilization and memory, but that they are also the fold of their actuality. These images make and constitute the events; the construction of narratives and disputes of meanings. This article therefore seeks to demonstrate the resonance of the protest images in two manners: through the scenes of the bodies of the multitude vibrating

through the streets and squares of the cities, and through film devices of editing, script writing and mixing that produce or amplify this effect.

Over the pages that follow, the aim is to weave the theoretical basis in order to substantiate this hypothesis. The two concepts therefore that run through our research will be presented: resonance and the multitude. The concept of resonance is the common element through which the films and videos of current demonstrations will be considered. This element is neither a metaphor nor an abstraction, but rather a material quality, effectively provoking the vibration of the bodies, the materiality that also resounds throughout the moving images. It will be considered that the resonance of these images is capable of producing empathic affections and contaminating the bodies of the spectators. This affection produced by the resonance in the encounters of the multitude, will expand the power of the singularities involved to act, thus increasing the multitude's capacity to act as a political body.

The other key concept for the article will be the multitude. It is important to stress from the outset that the multitude is not understood as a synonym for "people" or "the masses". While the definition of "people" emphasizes the aspect of a single identity, and that of "the masses" proposes an idea of subjugation, the multitude is a set of multiple singularities that make up a collective body (although without destroying the singular specificities).

The non-unifying multiplicity of this concept seems fundamental when considering the diversity of the protesters who occupied the streets during the uprisings, and will be discussed herein. More than movements linked to class, ethnicities, genders or nationalities, these were marked by the heterogeneous composition of individuals and collectives. In political terms, the institutionalized forms and left-wing parties were not the protagonists in any of the protests in the Arab countries, Spain or Brazil. Instead, these manifestations were leaderless, horizontal and spontaneous. As this article will attempt to prove, it is our belief that these were movements from within the emergent multitude.

THE RESONANCE OF THE IMAGES

The demonstration which took place on the evening of 22nd July, 2013, in the proximities of the Guanabara Palace in Rio de Janeiro, was just another amongst many that had erupted around the city since the beginning of the previous month. This protest was a repercussion from the effects of the *Jornada de Junho*, which during the month of June took millions of Brazilians onto the streets in many capitals, cities and towns across the country. As in the case of many other protests, this was also dispersed with clashes between protesters and the military police. This particular night was marked both by the arrest of Bruno Teles Ferreira, one of the protesters, accused of throwing a Molotov cocktail at the police, and the collaborative work of protesters during the entire night to discover photos and videos that would go to prove his innocence.

The anonymous task force, organised by the people who had accompanied the demonstration through the social networks and live streaming on the internet, received encouragement from the alternative coverage and from Bruno Teles[2] himself in an attempt to prove his innocence. This was because all the other protesters arrested

2 In this video we see Bruno Teles asking people to search for images that would prove his innocence. This was originally transmitted by *Mídia Ninja* and was repeated that same night on several other social networks. Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=kHBWQ6PdtiE>. Accessed on: 21st Jan. 2015.

on that night were released after only a few hours, while Bruno Teles was detained in custody, since he had been charged with possessing explosives. The result of this collective work was a series of short videos made from both amateur footage and that of the traditional media in an effort to locate Bruno Teles at the demonstration, and therefore to confront the version given by the military police in order to justify the arrest. Thus, different editions of the same images were uploaded onto YouTube and posted across the social networks throughout the night, while other protesters and lawyers at the location were trying to obtain the boy's release. Habeas corpus for Bruno Teles was issued the following morning.

These videos are still easily accessible on YouTube, ranging from short snippets of less than 1 minute (that show specific details of the prison) to the most complete versions that last around 12 minutes (which provide a narrative of Bruno's route during the demonstration up to the moment he is arrested). As a good example, we would recommend the version entitled "*Bruno, a P2 e a tentativa de alguns policiais em incriminá-lo*"[3] (Bruno, the undercover police and the attempt by some police officers to incriminate him). As previously stated, no official version or authorship may be determined, and the use of the file in question is justified by its more diversified nature of sources and information on the case.

The video begins with a number of stills: a quote from Malcolm X, the *Wikipedia* definition of anarchism, a declaration from the website of the Military Police in Rio de Janeiro on the use of undercover police (popularly known as P2) in the demonstrations, and the *Wikipedia* page about an attack on the *Riocentro* in 1981. In the first direct images of events, we see the front line of the demonstration held back by a few barricades, very close to the police cordon. Bruno Teles stands out from the protesters, leaning against the railings and gesturing frantically towards the police. The latent tension between the two sides is broken when another protester knocks over one of barricades and soon after, Bruno Teles repeats the gesture knocking over yet another barricade. The protesters suddenly begin to run and many of them turn and run away from the front line. Bruno, who has also moved away, returns to the police lines, waving his hand freely, and is clearly not carrying any accessory.

At this moment, we see a petrol bomb hit the police barrier, coming from a different direction to where Bruno was standing. After the explosion, the video begins to use Military Police images conveyed by the newspaper *O Globo*. This change is marked by the highly pixelated poorer quality of the images. The recording shows the bomb being thrown towards the police, clearly demonstrating that the clothes worn by the person who threw the Molotov cocktail are different to those worn by Bruno Teles. After this scene, we return to the first recording, with its sharper images, filmed from a position to the left of the demonstration, showing the movement of the police after the explosion of the firebomb. The mixing of the film goes beyond the use of various recording sources, and constantly employs effects in order to freeze, repeat, speed up and slow down the images and sounds to demonstrate or explain some particular incident. The film is also striking because of the use of written captions over the images that contextualize and describe the sequences being shown. This didactic character is used as a mobilizing, militant mixing element, by constantly identifying the protester Bruno Teles, and highlighting wherever possible, the police violence taking place. Hence, the film, like so many others produced that night,

3 Video available at: <https://www.youtube.com/watch?v=ZNRvh_dYwCE>. Accessed on: 21st Jan. 2015.

not only provides a record of events, but becomes the fold of them, by extending the range and intensity of the protesters united *in loco* and via social networks, the *resonance*. The production of images of the event is not only confined to the moment they are recorded, but also in its wide distribution and in its capacity to analyse and edit several of the protesters from the considerable amount of existing material.

This kind of complementarity between occupying the streets and squares and producing texts and images on the social networks has been one of the main features of the popular movements that have appeared since the end of 2010, with the Arab countries, and which then spread to other locations around the world – from Spain to Greece, from Chile to the US, and from Turkey to Brazil. Clearly, if each of these insurgencies has its own unique characteristics, we believe that together they make up a single cycle of struggles and that this cycle needs to be considered in its global context so as to understand its potential, actualities and resonances.

But how may we consider the set of images from these events, which may be as extensive as one common element? The prison images of Bruno Teles, for example, counted on the collaboration of an anonymous group in producing and editing images of a protest in solidarity for one protester. However, the television program *Images of a Revolution*,[4] produced by the independent broadcasting network Al Jazeera, contains a compilation of a series of amateur images that went viral and became iconic within their own countries, during the demonstrations that took place in early 2011. In Tunis, Tunisia, a solitary man in the street at night cries out for freedom. The population of Sidi Bouzid (a small town in central Tunisia) starts a demonstration in front of a government building after the street vender, Mohamed Bouazizi, set fire to himself in protest. In Alexandria, Egypt, an unarmed man faces up to police and is shot in cold blood. In Cairo, dozens of unarmed protesters face police water cannons and armoured army trucks. These are just some examples of the amateur images presented in the documentary, which have become massively popular during the Arab insurgencies.

4 The programme is freely available online at: <http://www.aljazeera.com/programmes/aljazeeraworld/2011/10/201110197445121554 1.html>. Accessed on: 21st Jan. 2015).

There are many cases of images that have served as examples of this global process of uprisings. In Egypt, there are videos of the female demonstrators – such as those by Asmaa Mahfouz[5] – encouraging people to join the protests. With subjective reports regarding her own participation in the protests in her condition as a woman, the activist took advantage of the existing inequalities in her country between men and women both to challenge more men to be present (if she – a woman – were there in the square, why were the men not there?), and to serve as an example to other women (if she was there, then so could others)[6] . In Tunisia, the impact of the street vender Mohamed Bouazizi's self-immolation in front of a government building, spread quickly across the internet and triggered other demonstrations.

5 Sections of the Mahfouz videos translated into English may be seen at the link: <http://www.youtube.com/watch?v=1JW-3m8uwcL4>. Accessed on: 30th Jan. 2015.

6 The militancy of the women was central to the mobilization and for initiating the events, but as the manifestations grew in volume there were innumerable cases of sexual violence against women during the protests.

In these and in the case of many other images that have spread virally during periods of mobilization in this new cycle of struggles, the intensity of the images seems to have arisen from the presence of common, unarmed bodies facing violent government organized situations (the police or the army, and all their instruments: helmets, shields, tasers, batons, water cannons, tanks, etc.). These are images that affect us as spectators as we observe the bodies, which are being directly affected within them. In many cases, due to the intensity of that affection, the need arises not only to share and analyse them and to produce other images, but also to go onto the streets and demonstrate. These are resonant images that affect each receiving body in

a different manner, but which in general terms are responsible for bringing about an opening whereby these affections may become intensified.

Moreover, we feel that it is precisely through the resonant nature of the demonstrations, together with their images, that this cycle of insurgencies must be considered. The resonance of the images therefore, would seem to be the common element with which to consider the overall production of films and videos of this cycle of global mobilizations. These events and the circulation of their images through each country not only affect the local population, but are shared globally via the internet to affect demonstrators in many other places.

We consider that the form in which these movements have used the social networks and the autonomous production of images as resonant elements for the protests is one of the basic characteristics that they all have in common. Thus, the manners with which to mobilize demonstrations on social networks have not only served as an example for one uprising to lead to another, but also as a form of increasing the intensity of affection.

THE VIBRATION OF INSURGENT BODIES

The concept of resonance, in reference to the propagation of recent insurgent movements, was first used in the manifesto *The Coming Insurrection* written by an anonymous group of French contributors calling themselves The Invisible Committee. Originally published in France in 2007, the book is a mixture of essays and activist prescriptions, which in various forms anticipates the cycle of movements that took place across the world from the end of 2010. The Committee predicts that:

> Revolutionary movements do not spread by contamination but by *resonance*. Something that is constituted here *resonates* with the *shock wave* emitted by something constituted over there. The body that resonates does so according to its own form. An insurrection is not like a plague or a forest fire — a linear process which spreads from place to place after an initial spark. It rather takes the shape of music, whose focal points, though dispersed in time and space, succeed in imposing the rhythms of their own vibrations, always taking on more density. To the point that any return to the normal is no longer desirable or even imaginable" (COMITÊ INVISÍVEL, 2010, p. 155, author's translation).

The authors barely developed the concept of resonance beyond these few brief lines. Nonetheless, it is quite evident that they use this musical metaphor to explain the spread of insurrections. This sonorous use of the term is certainly in line with the most commonly accepted meanings, such as: "1) (sound) reinforced or prolonged by reflection or vibration; 2) echoing, resounding, continuing to sound; 3) a room or body etc. tending to prolong synchronous sounds."[7] The authors finalize the musical comparison stating that the starting point of the insurgents is the outline of a new *composition* in search of its *chords* (COMITÊ INVISÍVEL, 2010, p. 155, author's translation).

7 Definitions of "resonant" according to The Concise Oxford Dictionary, 2015.

It is from this fleeting use of the word *resonance* by the Invisible Committee that some authors have taken up the same term, this time however in a more conceptual

manner. The work of two authors seem fundamental to the development of this concept: that of the anthropologist Gastón Gordillo (who based his interpretation on the ideas and power of affection by Baruch Spinoza) and that of the political and social scientist Jon Beasley-Murray (who draws on both Spinoza and the concept of *multitude* by Michael Hardt and Toni Negri).

Gastón Gordillo argues that a bodily, affective, creative and tangible effervescence is the defining element of the insurgent movements (both in the new cycle, and previous). However, this characteristic has generally been disregarded by more orthodox analyses, being considered as subjective or nonmaterial. Nonetheless, the author believed that this element deserved deeper analysis, since it is the "most powerful form of material known to human beings" for being the only one with the power to "destroy the state" (GORDILLO, 2012, p. 1). And this powerful materiality is only created by the "resonant multitude taking over public space" (GORDILLO, 2012, p. 1).

The materiality of resonance, according to the author, causes the vibration of bodies, even when they are far apart, causing them to act empathetically: "And because it reverberates and is contagious, resonance can travel long distances, spreading outwards from its original node" (GORDILLO, 2011b). However, in the case of resonant insurgencies, far from being a domino effect or a linear, mechanical growth, it is an expansion that occurs within clusters of human bodies being affected by conglomerates of other human bodies, which in turn successively affect other constellations.

Thus, Gordillo considers that: "Resonance expansion is uneven and a permanent arena of dispute involving multitude on the street, messages and images circulating at high speed through media networks, and state violence" (GORDILLO, 2011d). In many cases, this political unpredictability and the irregularity in the forms of expansion, make it possible for resonance to exist in a latent preparatory process, prior to consolidation with the multitude taking over the streets. This would explain, for example, the fact that we are able to consider events in Brazil and Turkey in 2013 as part of the same cycle of protests that erupted in 2011, with the outbreaks in the Arab countries and the Occupy movements, all of which shared common forms of expression, strategies and demands. For Gordillo, the importance of resonance would be in the interconnection of politics, space and the impact of instant forms of communication. Even more importantly, "resonance brings to the fore the power of transnational forms of empathy created when local and trans-local concerns intersect" (GORDILLO, 2011a).

From the meetings to the speeches, through the marches, encampments, chants and collective gestures, to the confrontation of bodies with the police, everything makes part of the resonance. According to the author, the marches are the main source of political resonance, because their movement tends to intensify the exchange of affection between the bodies – as well as the incorporation of music, dance, and carnivalesque or performative elements. Gordillo believes that "the resonance that makes those bodies move in unison to the rhythm of music or drums is the same that makes them act together politically in the streets" (GORDILLO, 2011b). The marches and protests are also striking since they create *nodes* or *focal points* of resonance; that is, spaces from which the resonance expands. These nodes are often ephemeral, precisely because they only last as long as the political demonstration is gathered.

In recent movements, the occupation of squares and parks with permanent encampments has constructed yet another variety of *nodes*, which affect and change materially the physical space they occupy. Gordillo refers to this spatiality as *the terrain*. Thus, a node would not be just any space, but "a point of entanglement, thickness, and articulation that opens relations with other nodes in the rhizome and with the multiplicity of the global elsewhere" (GORDILLO, 2011d). Therefore, the terrain is transformed materially by the political expansion of the spatial saturations (entanglement, thickness and articulations) of nodes. That is, "the saturation of space with a high density of bodies and sounds" (GORDILLO, 2011d). For the author, it was this kind of spatial saturation created by the resonance of the multitude in the streets of Egypt in early 2011 that was responsible for the overthrow of the Mubarak dictatorship.

State repression normally tends to act in order to undo the intensity of these nodes as quickly as possible, although in general, the disproportionality of the counterattack eventually increases the affections of sympathy towards the insurgents. Remembering the abovementioned *Jornada de Junho* in Brazil for example, the violent, repressive response of the police to the demonstrations, not only directed towards the demonstrators but also the media who were covering it (both the corporate and alternative media), is wholly connected to the very first moments when the protests were popularized. Hence, 13th June was a turning point for the movement: that day, the extreme reactions of the police during the demonstration in São Paulo were reported by both the mainstream and alternative media and by activists through social networks.

For Gordillo, the effect of resonance is not exclusive to political mobilization, and may also be perceived in dance presentations, concerts or major sports events; that is, in places that bring several bodies into contact with the same reverberation. However, the author also believes that in these cases the level of empathy and contagion between bodies is relatively lower than in political meetings. For the author, "Resonance reaches political dimensions when the capacity to affect other bodies acquires a higher intensity" (GORDILLO, 2011b).

Thus, the author describes a direct parallel between resonance, as a force that makes it possible to create *lines of flight* (a political break by the multitude from dominant hegemonies, striving for the construction of new spaces) and the concept of desiring machines by Deleuze and Guattari[8]: the protesters in the streets as "bodily assemblages that act" (GORDILLO, 2011b). However, more than in the concept of *desiring machine*, it is in Deleuze's reading of Baruch Spinoza's philosophy, in which we encounter the theoretical basis for the concept of resonance.

8 The two authors developed the concept of "desiring machine" in *O anti-Édipo*: *Capitalismo e esquizofrenia 1* (Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia) (DELEUZE; GUATTARI, 2010).

One of the foundations of Spinoza's theory is that the human body is made up of a complex infinity of bodies/materials/individuals regarding constant composition and decomposition, and thus without a definite, stable form over time. The body is constantly being affected by its internal constellation of elements (bodies) and by encountering other external bodies (these are also complex entities in permanent composition). It is from this dual aspect that Deleuze describes the concept of the body in Spinoza as "a great number of parts", and their relationships of "motion and rest" and also, how they are capable of affecting and being affected by other bodies (DELEUZE, 2002, p. 128, author's translation).

Thus, relationships and motions (speeding up and slowing downing) that compose and decompose are more important than the bodies as forms or permanent

structures. And affection, therefore, would be a direct result of the relationship between bodies, "By affection understood as the affections of the body, by which the body's power of acting is increased or diminished, aided or restrained, and at the same time, the ideas of these affections" (SPINOZA, 2009, p. 50, author's translation). Thus, human affections would not be expressions of an isolated individual, but produced from the encounter of bodies.

It is along these premises that Gordillo defines resonance as intensified affection, explaining affection as "a confirmation that bodies exist only in constellations and that societies are spatially grounded attempts to structure these constellations" (GORDILLO, 2011b). Thus, resonance would be a form of empowerment that Spinoza called *conatus*: the effort of the body through an encounter with other bodies to expand its power to act, to affect and to be affected. Resonance is the collective search by various bodies (the multitude) for this expansion**.**

In relation to political resonances, Gordillo distinguishes anti-hierarchical movements from conservative or reactionary movements. In the first case, resonance would be the intensification of joyful passions (expansive and inclusive); in the second, sad passions (reactive and exclusive). Thus, the joyful passions lead to an open desire to encounter other bodies, whereas the sad would lead to a desire to decompose or reject certain bodies.

We believe that while the movements under analysis within this article (the Arab countries, the 15M, the various Occupy movements, the *Jornadas de Junho*, amongst others), clearly possess a number of internal disputes and contradictions, they are resonant movements that intensify joyful passions. In other words, through different manners they seek to construct more equal, inclusive societies. And, as the movements themselves move towards self-management and organization, understanding their compositional power and capabilities of the bodies, they not only become movements created from joyful passions, but also movements that form common notions and appropriate ideas. At this moment, the resonance also becomes a form in which the bodies that compose the movements act together.

Besides the encounter of the bodies, the other key aspect of this concept of resonance is the spatial dimension of the encounters: resonance occurs from within a terrain, a territory, a physical space being occupied by the bodies in contact. And one of the effects of resonant expansion is the expansion of this territory: whether in extension (a protest march that follows a long route towards an encounter with different bodies along the way) or in density (an encampment, which begins to form a resonant node enabling the creation of new, multiple meetings within the same network). Thus, the intensification of resonant affection is directly related to its ability to last in time and expand in space: "The longer a resonance lasts and the farther it expands, the stronger it becomes" (GORDILLO, 2011c).

Therefore, controlling space and the flows of circulation within it is one of the key issues for insurgent resonances. It is no coincidence that one of the tactics employed by many movements is to close avenues, streets or places vital to the circulation of a particular city. One example of this would be the actions of the *Movimento Passe-Livre São Paulo* (the Free-Bus Pass Movement) in June 2013. The demonstrations were planned within a minimal interval of days (between two or three) aiming to occupy and block the main streets in the centre of São Paulo, especially the very prominent *Avenida Paulista*.

Finally, it is important to highlight that the expansion of resonant affection may also occur through images, photos and videos produced by demonstrators and posted on the internet. Although the effect of unmediated physical encounters through bodies are more powerful and contain a greater urgency, what we have observed in this cycle has been an increase in the power of affection from amateur images produced by anonymous protesters and received by anonymous viewers in distant locations, who are willing to reverberate this resonance in its own context. As we witnessed in the case of the videos filmed on the night that the protester Bruno Teles' was arrested, the resonance of the streets and the resonance of images very often act simultaneously and in a complementary manner.

THE RESONANT MULTITUDE: THE COMPOSITION OF THE SINGULARITIES

We consider that within this cycle of struggles, the production and circulation of images from the demonstrations is the driving force for its global resonance. But what can be said of those anonymous, common, amateur protesters who create and circulate such images? How should we consider these bodies that come together in their thousands in the streets or squares, and that fold into thousands of profiles and accounts on the social networks? We believe that in order to provide a satisfactory response to these questions it is necessary to obtain an understanding of this cycle that transcends the traditional political groups or pre-existing social movements in each country. More than a repetition of figurines, these movements have taken over the streets with multiple heterogeneous singularities.

Consider, for example, the configuration of the Spanish *indignados*, the 15M. Initially, the demonstrations started from the union of several groups, amongst them: the *Democracia Real Ya*, an association of digital activists inciting people not to vote; the *V de Vivienda*, a movement that fights for housing developed in networks; the *hipotecados* (the mortgaged) movements, a reciprocal help platform for families and individuals evicted because of debt, and finally, the *coletivos do cognitariado urbano*, without militant supporters. These groups were also joined by the unemployed, casual workers and those in debt. The unification of these singularities and the different groups, under the slogans "All together" and "No one represents us", resulted in a non-identity movement, which sought to organize itself through direct democracy: always speaking in the first person. The organization process of the 15M was most striking because of its attempt at a collective construction from between groups and different singularities.

And what follows when this unit of struggles, groups and different people start acting in collaboration, without suppressing or ignoring the singularities, but rather endeavouring to operate them as power? This scenario approaches the definition by Michael Hardt and Antonio Negri of *multitude*: "a diffuse set of singularities that produce a common life" (HARDT; NEGRI, 2005, p. 436, author's translation). The authors counteract the concept of multitude with that of people (that begins from a unitary concept of identity) and the masses (which maintains a variety of subjects, but that becomes indifferently subjugated).

By definition, multitude is multiple, "it is made up of innumerable internal

differences that can never be reduced to a unit or single identity – different cultures, races, ethnicities, genders and sexual orientations; different forms of labour; different ways of living; different views of the world, and different desires" (HARDT; NEGRI, 2005, p. 12, author's translation). Despite being heterogeneous, diversified, made up of innumerable singularities, the multitude is able to act together. The authors state that: "The multitude designates an active social subject, that acts based on what the singularities have in common" (HARDT; NEGRI, 2005, p. 140, author's translation). Thus, a social subject is capable of self-government and acting politically in a unit, as observed in the movements examined herein.

In the philosophical aspect of the definition, the authors begin from Spinoza's logic regarding encounters between bodies (and between spirits): the singularities that make up the multitude in this ongoing process of affecting and being affected by one another. The multitude is "thus an inclusive body in the sense that it is open to encounters with all other bodies, and its political life depends on the qualities of these encounters, whether they are joyful and compose more powerful bodies or whether they are sad and decompose into less powerful ones" (HARDT; NEGRI, 2009, p. 43). Therefore, since the bodies are composed of an infinity of bodies, and affected by encounters, which continuously compose and decompose them, the singularities that form the multitude pass through the same process of metamorphosis, of mixtures and movements, of speeding up and slowing down. As Hardt and Negri state: "Every singularity is a social becoming" (HARDT; NEGRI, 2009, p. 112.). This concept of singularity differs from more fixed concepts, such as identity, for example.

It is on this point that yet another Spinoza concept becomes vital for the definition of multitude, that of *common notions*. *Common notions* (or *adequate ideas*) is the process by which the spirit rationalizes the affections that come from an encounter, and form an internal concept of what exists within them that is good, beneficial and joyful. We can define common notions as "a representation of a composition between two or more bodies, and a unity of this composition" (DELEUZE, 2002, p. 98-99, author's translation). The formation of this notion is what enables the body and spirit to be in full possession of their capacity to act. The multitude would then be a common notion of singularities that make it. Or in the formulation of Hardt and Negri: "The multitude is composed through the encounters of singularities within the common" (HARDT; NEGRI, 2009, p. 350).

Hardt and Negri argue that the search for this common would be one of Spinoza's ethical objectives: the search for ways in which bodies may be composed one with another, thus increasing their power to act and compose a common power. For Spinoza, from amongst many external bodies that affect and are affected by human beings, none is more useful (capable of composing a more powerful common notion) than the human being: "If, for example, two individuals of entirely the same nature are joined to one another, they compose an individual twice as powerful as each one" (SPINOZA, 2009, p. 85, author's translation). Hence, if human beings are defined from their affections and if the *conatus*, the search for joyful affections (which increases the power of acting) is the force that moves us, then the aspiration of human beings compounded in the multitude is to seek the common notions of which they are composed in an increasingly more potent manner. This common power is "the primary force that supports the possibility of democracy" (HARDT; NEGRI, 2009, p. 53).

Thus, for Hardt and Negri, one of the challenges of the multitude is that of self-government, "to create a durable state of happiness (and thus rather than 'public', we would call it 'common happiness')" (HARDT; NEGRI, 2009, p. 377). Happiness, in this case, is used by the authors as a synonym for Spinoza's joy, "a spur to desire, a mechanism for increasing and amplifying what we want and what we can do" (HARDT; NEGRI, 2009, p. 377). Happiness that is not a state of unalterable satisfaction, but is directly related to the capabilities of the multitude to self-manage and to take joint policy decisions.

For the authors, the multitude begins to act as a subject transformer from the moment that it becomes a political organization and not simply a spontaneous demonstration. The problem goes from *being* the multitude to *making* the multitude: "Multitude should be understood, then, as not a being but a making – or rather a being that is not fixed or static, but constantly transformed, enriched, constituted by a process to making" (HARDT; NEGRI, 2009, p. 173). A process of making that is self-produced by the singularities of which it is composed.

This making the multitude politically is in parallel to the biopolitical economic production model, in which a vast social multiplicity interacts together and produces intangible goods and economic value. More than a metaphor, the making of the multitude would need the same capabilities used for this in the economic terrain: "The ability of producers autonomously to organize cooperation and produce collectively in a planned way, in other words, has immediate implications for the political realm, providing the tools and habits for collective decision making" (HARDT; NEGRI, 2009, p. 174). If, economically, the singularities are able to work together producing the common, the same would apply to the political realm.

The question that consequently arises is: How has this multitude, organized by immaterial labour, passed from one sphere to another? How may production of the common mobilized by contemporary capitalism be politically appropriated by the multitude that produced it for its own benefit and not for capital? For Hardt and Negri, although circumstances of inequality, of anger or of social outrage may be the starting point for organizing a multitude, its political capacity to rebel comes about only from an excess: of affection, intelligence, experience, desire, etc. Thus: "This common surplus is the first pillar on which are built struggles against the global political body and for the multitude" (HARDT; NEGRI, 2005, p. 276, author's translation).

These uprisings, appearing from excess, have mobilized this common in two manners: by intensifying the struggle itself and extending it to other uprisings. This mobilization of the common organized by the politically mobilized multitude intensifies the mobilized common itself. And although the authors never actually employ the term, we believe that the intensification process of the common through the struggle of the multitude is exactly what we have termed resonance. Hardt and Negri indicate (as does Gordillo with regard to resonance) direct confrontation with the state as a factor that intensifies the uprisings and the common: "The direct conflict with power, moreover, for better or for worse, elevates this common intensity to an even higher level: the acrid smell of tear gas focuses your senses and street clashes with police make your blood boil with rage, raising intensity to the point of explosion" (HARDT; NEGRI, 2005, p. 276, author's translation). As the resonance expands from one insurgence to another, Hardt and Negri state that the common is

extensively mobilized from one local uprising to another: "the geographical expansion of movements takes the form of an international cycle of struggles in which revolts spread from one local context to another like a contagious disease through the communication of common practices and desires" (HARDT; NEGRI, 2005, p. 277, author's translation).

The mobilized common is resonance and the multitude is resonant. And thus we arrive at the definitions of multitude and resonance provided by Jon Beasley-Murray. For this author, the constitution process of the multitude passes through the composition of bodies and the establishment of mutual resonances through chance encounters, "every-body (every body) comprises a singular combination of simpler bodies that resonate to produce a new being, a body that is ever more open to new encounters, and so new transformations" (BEASLEY-MURRAY, 2010, p. 251). Hence, for the author, the composition of the multitude is formed when the bodies become closer through resonance, through good encounters. A composition remains open for new encounters and transformations.

One important outstanding difference is that, for Spinoza and Negri, the formation of the multitude and the encounters has a teleological purpose, in which the multitude tends towards the composition of perfection, while Beasley-Murray believes in more ambiguous ethics. Thus, according to the author, "a more complex account would stress that there are good multitude and bad: bodies that resonate and expand versus dissonant bodies or bodies whose resonance hits a peak that leads to collapse" (BEASLEY-MURRAY, 2010, p. 247).

Beasley-Murray starts from the concepts of *habitus*, affection and multitude in order to compose a theory on posthegemony, which the author defines as "an attempt to rethink politics from the ground up, rooted in the material reality common to us all" (BEASLEY-MURRAY, 2010, p. xi). The author understands *habitus*, from Pierre Bourdieu's theory, as the manner in which bodies perform regular and repetitive daily activities. Affection, in Spinoza's sense, is the power of bodies (individual or multiple) to affect and be affected by other bodies. And the multitude is a set of bodies in expansion that constitutes society, and through self-organization increases its power of affection and resonance. For Beasley-Murray (2010, n.p.), the three concepts interpellate in the definition of multitude, which would be "a collective subject that gathers on affect's line of flight, consolidates in habit, and expresses itself through constituent power."

By expressing itself through constituent power, the multitude refuses the state contract of constituted power: against the transcendence of the sovereign state, the multitude appears as an immanent expansion established by resonance through a good encounter. The multitude is developed through the *physics of society*, "experimental conjunctions and aleatory events whose outcomes can never be fully predicted" (BEASLEY-MURRAY, 2010 n. p.). Because of this aspect of continuous metamorphosis, and through the refusal to subjugate itself to the hegemonic social contract (to the constituted power), "the multitude opens up the immanent frontier that is the *kairòs*, the temporality of what is to come" (BEASLEY-MURRAY, 2010, n.p.). The multitude is therefore fluid, always in generation, "in *kairòs*, the temporality of the event and of constitution, straddles past, present and future. Its singular bodies are perpetually encountering and reencountering each other (and others), contingently and contiguously" (BEASLEY-MURRAY, 2010, n. p.)

And for Beasley-Murray (2010, n. p.), it is necessary to overcome this "fluidity and mutability" of chaos, so that the multitude organizes itself through constituent power. Relations between the singularities that compose the multitude then "follow an immanent ethics of the encounter", which is "Spinoza's account of such an ethics". And it is because of the new encounters and their perennial self-transformation, that the multitude is an open concept. Representing it is a way of eliminating it – thus, in the new cycle of struggles, claims, such as "No one represents us" politically echo a process of self-determination by the multitude from its own characteristics.

How then do we consider, from the refusal of representation, the use of images in the composition of insurgencies of this new cycle? How does the production of photos and videos of and by the multitude escape traditional representation (and reducing) processes of itself? How do these images also become resonant in the composition of these movements? These are the questions we will now attempt to answer below.

THE RESONANT IMAGES: FILMS AND VIDEOS OF THE MULTITUDE

The resonance of the struggles, the encounters and the affects within the urban space seems to be one of the recurring motifs of recent demonstrations. As previously mentioned, we believe that the real issue of these movements is that people are reclaiming the cities for themselves, not only as functional spaces to be occupied, but also as a terrain for the construction of emotions and experiences. And not only as a territory, but as a terrain and a resonant node: a location for the multitude to encounter and to exchange. It is within the streets, squares, parks and bridges that the multitude is composed. It is on this terrain that it fortifies its confrontations and builds its encampments. As Hardt and Negri state (2009, p 250): "The metropolis is to the multitude what the factory was to the industrial working class."

If the appropriation of the city by the multitude is placed before the physical occupation of the bodies, it would seem essential to consider how this experience is almost instantly folded via transmissions on the social networks and blogs with images, photos and texts of the protesters. The contemporary urban space is thus a space traversed by many different portable and immediate forms of communication.

We believe that the influence of mobile media in the construction of hybrid and nomadic spaces has been an important tool in the processes of contemporary political struggles. More than just a simple form of disclosure or broadcasting, the network has often functioned as a fundamental element of resonance, of complementarity in the streets and of constructing self-narratives by protesters. These communication tools have been imperative in enabling these demonstrations to take place without one particular centre or without being controlled by traditional political forces of resistance – factors which could have facilitated repression and demobilized commitment. At the same time, their use creates new possibilities for encounters and affections, increasing the density of the resonant nodes of the multitude.

In Brazil, during the *Jornada de Junho*, the most impressive contribution in real-time broadcasts of the protests was from the group *Ninja Media* (*Narrativas*

Independentes, Jornalismo e Ação). Although this was the group's first opportunity to be seen on a wider scale, their first coverage experiences date back to May 28th, 2011, with a transmission of the Freedom March in São Paulo. After this first experience came a channel for broadcasting debates, *Pós TV*[9]. Both the channel and *Ninja Media* are offshoots of the *Coletivo Fora do Eixo*[10]. It is from here that the resources, structure and most of the collaborators originated. In technical terms, coverage by Ninja Media is through mobile telephones and 3G or 4G devices, charged by notebooks that the ninjas carry in their backpacks, and transmitted via live streaming through *Twitcasting*[11]. During the June demonstrations, the group's Facebook page updated which channels were live and also posted texts and photos from the coverage.

In relation to coverage by the traditional media, the Ninja transmission was particularly outstanding because it was always inside the demonstrations, it interviewed the protesters (who generally drove away or ignored the traditional media), it provided subjective narratives (from the camera itself through to the way of talking, coverage emphasizes the subjective experience of who is transmitting) and it documented live images. All these combined attitudes were responsible for the resonance that the transmissions gained, particularly those in June, which managed to reach 100 thousand people in one night.

> The most striking element concerning the use of live streaming transmissions is its participatory nature, through the involvement of the viewer. Transmission sites such as *Twit-Casting*, not only provide videos, but also chat rooms for users to interact both with one another and with the person broadcasting. During the demonstrations this tool was constantly used to provide more information to the person broadcasting, and also to answer the questions of those watching. This type of transmission combines the resonance of the images in real time with the tools of circulation and network dialogues.

Such images have had a visceral affect on viewers, even when they are sitting kilometres away. While it is only possible to produce resonance by the effective encounter of the multitude on the streets, their spatial expansion does not necessarily imply the proximity of the bodies and may occur via global transmission of the experience of these bodies. Thus, for Gordillo, the speed of the insurgent waves is inseparable from the speed of the global networks of instant communication. Using the insurgency in Egypt as an example, the author points to a synergy between "the speed of swarms of bodies clashing with the police on the streets and the much-faster speed of the affective resonances generated by those clashes and amplified over the internet and TV networks not controlled by the Egyptian State like Al Jazeera" (GORDILLO, 2011c).

These resonances are disembodied when transformed into images, sounds and texts transmitted over the internet and television, and are re-embodied to affect those who are viewing, listening to and reading the messages. These messages (photos, videos, texts) do not affect all the bodies that receive them in the same way, just as not all bodies are affected in the same way by the encounters. They are therefore affective images, the impact of which may vary according to the openness of the receptors to be affected and compose new resonances with the messages. Moving images that can be made up of happy or sad encounters between producers and viewers, according to the common notion that they share, the singularities of those who produce and the singularities of those who watch the images.

9 Channel available at: <http://postv.org/>. Accessed on: 30th Jan. 2015.

10 *Fora do Eixo* (Off Axis) appeared in 2005, as a network for organizing music festivals off the usual Rio-São Paulo circuit (the axis). Over the years, activities have grown to other cultural sectors, creating group houses in several cities across Brazil.

11 Site available at: <http://twitcasting.tv/>. Accessed on: 30th Jan. 2015.

Thus, we may consider the expression "No one represents us" not only as a response to representative party politics, but also as a response to the representations of the movement made by the traditional media. Accordingly, amateur videos produced by demonstrators and distributed through their personal networks have been and are central to telling the story of the movement: not a single voice, not an official version, but a mosaic of stories, impressions and images that build polyphonic meaning. A multitude of images that make up a powerful collective body, while not eliminating the singular character of each film, of each video. Finally, a resonance of experiences of the multitude seeks to maintain its multiple character, constructing its own polyphonic narrative.

An example of this kind of affective dispute for public opinion during the *Jornadas de Junho* in Brazil was seen live during a survey conducted by the television crime watch programme *Brasil Urgente*, on the *Bandeirantes* television network, presented by José Luiz Datena, on 13th June, 2013. The programme's sensationalist host, who had thus far vehemently condemned the demonstrations against increased bus fares in São Paulo, launched a real-time survey asking viewers whether they were for or against the protests. Initial results demonstrated that viewers were clearly in favour of the protests. Faced with this result, Datena then reformulated the question to: "Are you in favour of violent protests?", giving emphasis to the disruptive nature of the demonstrations. Even though the question had been reformulated and the results of the initial survey were cancelled, viewers still remained in favour of the protests against the fare increase. With this unexpected response, the presenter finally changes his original discourse, in which he opposed the protests, and begins to demonstrate solidarity with the discontent of his viewers. The video[12] with the survey and Datena's change of posture, instantly went viral on the social networks, first because of the comic nature of a situation in which a populist presenter was forced to change his posture on live TV so as to agree with the opinion of his viewers, but also for being one of the first indications of the intense resonance that the demonstrations were having on public opinion.

12 Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=0XOnYntEfAw>. Accessed on: 30th Jan. 2015.

This affective dispute for the resonant multitude seems one of the multitude's challenges in this cycle of demonstrations. The construction of the narratives, images and autonomous communications, which are at the same time, open and far-reaching for the general public, are one of the ways that enables this encounter of the multitude with new singularities, based on sharing the common. As the empty spaces of the cities together with the major traffic routes are gradually taken over by the desiring, powerful bodies, so the images and symbols of mass media are increasingly appropriated and diverted by the creative power of the multitude.

This process takes place at the same time as the imagerial representation of the city leaves the screens of the cinema, the television and computers, and is actuated in an augmented reality (or reconstructed) with the intense use of mobile media devices, which draw other mappings over the existing maps. We are thus facing a new vision of urban space and the struggles that shape it – and simultaneously reconfigure it. A vision of real-time, of livestream

Kênia Freitas:
kenialice@gmail.com.

Article received on August 29th, 2015 and approved for publication on December 2nd, 2015.

REFERENCES

BEASLEY-MURRAY, J. *Posthegemony*: Political Theory and Latin America. Milwakee: University of Minnesota Press, 2010.

COMITÊ INVISÍVEL. *A insurreição que vem*. Lisboa: Edições Antipáticas, 2010.

DELEUZE, G. *Espinosa*: filosofia prática. São Paulo: Escuta, 2002.

_____; GUATTARI, F. *O anti-Édipo*: Capitalismo e esquizofrenia 1. São Paulo: Editora 34, 2010.

GORDILLO, G. Tunisia and the Expansive Resonance of the Multitude. *Space and Politics*, 19 jan. 2011a. Available at: <http://spaceandpolitics.blogspot.com.au/2011/01/tunisia-and-expansive-resonance-of.html>. Accessed on: 20th Feb. 2015.

_____. Resonance and the Egyptian Revolution. *Space and Politics*, 6 fev. 2011b. Available at: <http://spaceandpolitics.blogspot.com.au/2011/02/resonance-and-egyptian-revolution.html>. Accessed on: 20th Feb. 2015.

_____. The Speed of Revolutionary Resonance. *Space and Politics*, 5 mar. 2011c. Available at: <http://spaceandpolitics.blogspot.com.au/2011/03/speed-of-revolutionary-resonance.html>. Accessed on: 20th Feb. 2015.

_____. Occupy Wall Street as a Node of Resonance. *Space and Politics*, 14 nov. 2011d. Available at: <http://spaceandpolitics.blogspot.com.au/2011/11/occupy-wall-street-as-node-of-resonance_14.html>. Accessed on: 20th Feb. 2015.

_____. The Revolution as Resonant Event: The Generative Materiality of Insurrections. In: AMERICAN ANTHROPOLOGICAL ASSOCIATION MEETINGS, 111., 2012, São Francisco. *American Anthropological Association Meetings*. São Francisco: AAA, 2012.

HARDT, M.; NEGRI, A. *Multidão*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. *Commonwealth*. Cambridge: Harvard, 2009.

SPINOZA, B. *Ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

RESUMO: *Este artigo examina as imagens ressonantes produzidas pela multidão emergente nas manifestações de rua do Egito, da Espanha e do Brasil, entre os anos de 2011 e 2013. O trabalho tem como ponto de partida o caráter ressonante dessas imagens em movimento, entendendo a ressonância como uma efervescência corporal, afetiva e tangível, gerada pelo encontro da multidão nas mobilizações políticas. Dessa forma, o objetivo é construir uma reflexão sobre as imagens em movimento das manifestações de rua atuais, por meio da qualidade ressonante que as atravessam. A hipótese levantada é a de que as imagens ressonantes dos acontecimentos insurgentes são elementos de mobilização, de memória e de constituição efetiva desses eventos.*

PALAVRAS-CHAVE: *manifestações; multidão; ressonância; imagem; internet.*

Riots, social movements and the "making of the working class":

forms of popular organization and urban protest in São Paulo (1945-1964)

Quebra-quebras, movimentos sociais e a "formação da classe trabalhadora":

formas de organização popular e protesto urbano em São Paulo (1945-1964)

Marcos Virgílio da Silva
Centro Universitário Belas Artes de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil
UniFIAM-FAAM Centro Universitário, São Paulo, SP, Brasil

Abstract: *The present article investigates the expressions of popular demands and discontent within three forms of manifestation: riots, non-class-based "social movements", and movements organized by the "working classes" or "workers". By examining these different movements we expect to problematize the recurring literature surrounding these movements, which has often characterized them as being insufficient or incomplete, reactive and subordinate to higher authorities, thus being void of any transforming power. It is therefore hoped that this article may contribute to a debate that would seek to transcend the very frequently encountered viewpoint that popular protests have been sporadic, rare phenomena throughout Brazilian history.*

Keywords: *protest; social movements;* São Paulo*; urban movement; Social history.*

> *We have come to view the history of Brazil as an evolutionary timeline punctuated by supposedly peaceful events. A friendly "discovery", as independence as a "friendly separation" or "an agreement between the elites", the proclamation of a republic watched over by a "bestialized" people, two dictatorships installed with no immediate resistance and overturned with no popular insurrection, with an opposition that was open to authoritarianism, and the work of isolated groups – "idealists", when not "terrorists." Advances in human rights and citizenship have always come from the top down: from the very first constitution handed over by the Emperor, to the last, fruit of a political opening controlled by the authoritarian regime, through Abolition as a godsend from a princess and through labour laws granted by the Father of the Poor. Behave yourselves and social progress will come by itself, protest and progress is interrupted – this is the moral of our history.*
>
> *[...] For example, "Vandals", "barbarians" and "bandits" were some of the names used to deny the political character of Cabanagem (1835) and Balaiada (1838). "Activists", "subversives" and "terrorists" were the labels that the post-1964 dictatorship foisted onto those who faced up*

> *to it. The strategy is not new: dismantle popular power, to which existence as a political force is denied and the history of which is erased. Once done, police brutality ensures that voices coming from the streets are suffocated. (CALENDÁRIO, 2014, n.p., author's translation).*

THE *SPASMODIC VIEW* OF POPULAR PROTEST

Until recently, it would be hard to say that there is a Brazilian "historiography" of riots and popular uprisings in contemporary Brazil: there are references to popular uprisings in the colonial period (FIGUEIREDO, 2005) and during the Empire (QUEIROZ, 1977) – during which certain uprisings deserve special mention, such as the Malian (REIS, 2003) and *Sabinada* (SOUZA, 1987; LOPES, 2013) revolts in the state of Bahia, the *Praieira* Revolution in Pernambuco (FARMS, 1982; amongst others), and *Cabanagem* in the state of Pará, (PINHEIRO, 2001). During the Republican period, important production may also be encountered regarding the Vaccine Revolt – see, for example, the works of José Murilo de Carvalho (1991), Nicholas Sevcenko (1993), José Carlos Sebe Bom Meihy (1995) –, the Revolt of the Lash (MOREL, 2009; amongst others) or the Canudos Rebellion (MONIZ, 1978). From the substantial existing historiography of the Brazilian labour movement, it is impossible not to mention the anarchist-inspired revolts (LOPREATO, 2000).

Despite the growing tendency, currently available production regarding this particular subject may still be considered relatively insignificant and greatly fragmented, thus leading us to consider that in Brazil the topic continues to be seen from what may be referred to as a "spasmodic view". This term, coined by the British historian E.P. Thompson (1998), is herein taken up intentionally: there has been a noticeable impact of Thompson's work on recent production regarding social history and explains, at least in part, the interest in less organized or institutionalized forms of collective action.

Urban and regional studies have conferred less prestige towards popular uprising than in social history, particularly concerning work. Studies regarding social movements, especially those in housing, are much more frequent, and most of them either problematize state action in relation to these movements, or even the relationship between the state and capital, together with the implications of this relationship for the production of social housing. Several of these studies are referred to in this article, within the context of research into the forms of protest and demands in São Paulo during the period referred to as "populist", between the Getulio Vargas and military dictatorships.

This article seeks to investigate the popular expressions of discontent and demands encountered within three forms of demonstrations – riots, non-class-based "social movements" and movements organized by the "working class" or "workers". While much has been written on each of these forms in recent times this article does not intend to deal with all the available literature, and will most certainly not exhaust the themes explored. However, by examining the different movements, and their various forms of interface both with the state and the varying degrees of "organising" or formulating policies, we trust that this article may contribute to a debate that will seek to transcend the frequently-held viewpoint that popular protests have been

sporadic, rare (if not exceptional) phenomena throughout Brazilian history.

To achieve this, we expect herein to problematize the recurring literature surrounding these movements, which has frequently characterized them as being insufficient or incomplete, and that lack any quality that could possibly confer upon them a status which would render them a complete, effective or even legitimate manifestation. Even when they are not directly disqualified (although they mostly are), many studies have described such movements as being devoid of protaganism and agency: always referred to as reactive actions and subordinate to higher authorities (leaders or impersonal socioeconomic processes). Protests are depleted of any transformative power by considering that there is something *lacking*: rationality, direction, awareness. The pitfalls of a certain intellectual authoritarianism should therefore be acknowledged so that they may be overcome.

RIOTS AND POPULAR URBAN UPRISING: FROM "EMBRYONIC" OR "INSUFFICIENT" ORGANIZATION TO THE "COLLECTIVE WORD"

Against a backdrop of discrimination and social stigma where workers experienced weak institutionalized channels through which they were able to express their collective demands, violent *direct action* (the features of which include individual protest and group actions, such as rioting) became a possible instrument with which to respond and apply pressure. These direct actions were the subject of interest during at least two important moments in recent history, where one episode in particular aroused interest and differing interpretations regarding these two moments.

The first moment corresponds to a number of studies conducted during the early 1980s, which detected in the disturbances and riots "a broad spectrum of the most varied forms in which the working classes sought to participate socially and politically" (MOISÉS 1985, p. 96, author's translation). This "direct popular action" came under the analysis of authors such as Licia do Prado Valladares (1983) and José Álvaro Moisés (1985), as well as Edison Nunes and Peter Jacobi (1982).

Licia do Prado Valladares wrote one of the pioneering works devoted to the riots, the article "Riots in civil construction" (*Quebra-quebras na construção civil)* (VALLADARES, 1983). Although dedicated to an event that occurred outside the period of interest of this work (a series of strikes and protests during works on the Rio de Janeiro subway in 1978), the work of Valladares contains two points which are of interest to the examination presented herein. Firstly, she exposed a entire range of expedient reactions to popular actions that recurred with remarkable frequency, which included attempts of a cover-up, repression and/or reprisals, and even attempts to discredit: initially the demonstrations were attributed to "infiltrating agitators", which therefore permitted the riots " to be treated as acts of subversion [...] serving to legitimize the increasing presence of repressive forces" (VALLADARES, 1983, p. 136, author's translation). In second place, the author's assessment was that the riots corresponded to an "embryonic type of organization" (VALLADARES, 1983, p. 143, author's translation), which although they functioned "as an effective instrument of pressure" when the established resources proved ineffective or were depleted as intermediary channels, had not managed to achieve a 'broader political character"

(trade unions or other representative "class" bodies were entirely excluded from any participation in the protests) and had ultimately allowed a certain "awareness" to emerge of the actual potential to "intervene, complain and fight as a collective force" (VALLADARES, 1983, p. 137, 141, author's translation).

José Álvaro Moisés, one of the leading pioneers in studying urban protests, devoted a number of publications to the subject[1]. In his article *Protesto Urbano e Político: O Quebra-Quebra de 1947*, Moisés studied the bus and tram riots in São Paulo in August 1947, triggered by an increase in public transport fares immediately after the creation of the Municipal Company of Public Transport (CMTC) (MOISÉS, 1985). Firstly, it is noteworthy that the author sought to challenge the allegation used at the time, regarding the participation of "traditional politicians" in "inciting the crowds, who had simply allowed themselves to be commanded by them" (MOISÉS, 1985, p. 104, author's translation). This allegation, despite differences of emphasis and even treatment, highlights the same observation noted by Licia Valladares: by assigning the actions of external instigators to the demonstrations, the protests were denied any form of protagonism or agency from the protestors themselves. It is therefore a previously accepted fact that the "masses" are merely passive and reactive.

For the author, the demonstration revealed a *pattern* that repeated a Brazilian "tradition" of popular revolt[2], and which consists of the following aspects: (i) the character of the popular outburst was economic defence (proven by the fact that it was triggered by an increase in fares); (ii) identification of the state (in this case, the City Council) as the antagonist and the willingness to confront its repressive force; (Iii) the social composition of "angry mobs" specified by the "lower echelons of the pyramid"; and (iv) its significance in "obtaining immediate fulfilment of their aspirations" and marching "against the rich or those with power inside the system" (MOISÉS, 1985, p. 106, author's translation).

This form of "popular participation" is characterized as being "completely marginal in relation to the policies of the time, even to those policies pursued by leftist groups", and also due to the "impetus that broad sectors of the population adhere to" along with their "simultaneous eruptions in different parts of the city" (MOISÉS, 1985, p. 99, author's translation). Even so, José Álvaro Moisés recognized the political nature of these manifestations, which consisted of the people refusing to formally integrate themselves with a regime that called itself democratic, and which in turn, paid no heed to "the problems, real or illusory, that they were affected by" (MOISÉS, 1985, p. 107, author's translation).

However, in the view of the author, the movement was unsuccessful in achieving a solution for the immediate problems, and failed to create an *organizational tradition*. In this respect, he concluded that the use of violence "raises more problems than it solves," even when it produces political effects and obliges the state to provide the masses with some kind of answer (MOISÉS, 1985, p. 108, author's translation). The author observed that the emergence of such events placed a demand on certain sectors of the lower classes "for their own social organization and direction," lamenting that "the various political forces [particularly the left] had nothing to offer," thus frustrating the masses and their "spontaneous emergence." Such frustration seems especially problematic for the author, since the "spontaneity" of this kind of manifestation is directly associated with a "situation of insufficient organization" in which "organizational criteria have not yet been established, which could be considered

1 Amongst his most important works, those that deserve special mention are: Moisés (1977), especially the chapter written in association with Verena Martinez Allier; his doctorate thesis on political science (MOISÉS, 1978), and Moisés et al (1981), as well as the article cited herein – *Protesto urbano e política: o quebra-quebra de 1947.*

2 The allegation that direct collective action is a *tradition* is of great interest. Moreover, it is stated that "explosions of popular fury [...] are quite common in Latin America and even in Brazil, are a firmly established tradition" (MOISÉS, 1985, p. 107, author's translation).

rational in relation to their ends" (MOISÉS, 1985, p. 98, author's translation). The riots, although spontaneous and political, were violent and disorganized (almost *irrational*), and symbolized popular outbursts, "the ultimate significance of which was to seek political expression or, in other words, organization and direction" (MOISÉS, 1985, p. 109-110, author's translation).

The second valuable moment of *direct popular action* may be considered both as a deepening and reassessment of previous contributions. In the late 1980s, Sidnei Munhoz presented a study that caste new light onto the debate regarding rioting as a political expression of social dissatisfaction. In his master's dissertation, Munhoz examined an episode, which occurred at a time outside the period of interest of the present study (the São Paulo riots in the early 1980s, during the time of economic crisis and democratic beginnings). Nonetheless, some of his findings may be highlighted herein. Firstly, through a veritable historical reconstitution of Brazilian mutinies and riots, Munhoz reinforced the argument of a "tradition" of direct action, to which José Álvaro Moisés had already referred (MUNHOZ, 1989, p. 26-32, author's translation); and secondly, the presence of looting and rioting in fiercer moments of social conflicts (MUNHOZ, 1989, p. 25, author's translation). Thirdly, and perhaps more decisively, the historian embodied the notion of *ritual* into understanding the relationship between political control and social protest, for which E. P. Thompson's work proved deeply inspiring[3].

3 References to the writings of Thompson recur throughout the work of this second "generation" – particularly from the article "The Patricians and the Plebs" – *Patrícios e plebeus* (THOMPSON, 1998).

A relevant example of new contributions may be observed in the work of Luiz Adriano Duarte (2005), who analysed the same episode in 1947 previously examined by Moisés, but went on to highlight the manner in which the bus and tram riots in São Paulo were interpreted.

Duarte demonstrated that the riot was initially portrayed as a *direct result* of "a long sequence of political and administrative blunders, both by the state government and the city council" (DUARTE, 2005, p. 45, author's translation). This was the perspective to which the mainstream press aligned itself, "for two reasons: it openly criticised the Adhemar government and depoliticized the riot, redirecting the discussion towards the established channels" (DUARTE, 2005, note # 44, author's translation). This depoliticization was due to the fact that such an interpretation avoided "confronting the conditions of social exclusion that had actually produced them, as well as the need for solutions that addressed them," and at the same time limited and fitted into the universe of possibilities for understanding collective action: or economic rationality or total irrationality (DUARTE, 2005, p. 46, author's translation).

"Economic reasons" for the *turmoil* as being the only possible rational motivation was identified by the author in an editorial in the newspaper *O Estado de São Paulo* (DUARTE, 2005, p. 45-47, author's translation). Here, Adriano Duarte emphasized the interpretation that the *turmoil* had lost its character of being a "legitimate popular protest" and had been transformed into "rampant disorder." Up to this point, it would have been possible to recognize a parallel with the evaluation by Álvaro Moisés, that the action "produced more problems than it solved." But the editorial, as could be expected, went even further and depicted the crowd involved in the riot as "irrational, unstable and destructive," their actions as "a manifestation of complete primitivism and of low intellectual development," and its agents as " the riffraff and scum of the city, and matched to common criminals":

> In other words, by refusing to target only the acceptable economic aspects, the actors within the turmoil lost their human feelings and were transformed into the masses. Therefore, they were no longer a group of popular anonymous individuals at an economic protest, which was reduced to a simple riot, but merely an ungoverned mob, without law or order, and devoid of human feelings: the masses, which, in the absence of clear proposals, became transmuted into a horde. From this viewpoint, events on 1st August could not be simply explained through economic, political or social factors, since they all assumed some rationality in the manner in which it was conducted, and the mob was above all, the result of irrationality. Thus, to Gustave Le Bon the key to understanding the event was in the psychology of the masses and the behaviour of the crowds[4] (DUARTE, 2005, p. 46, author's translation).

Duarte observed that, according to the perspective adopted by Moisés, the actors in the riots lacked both the "structural" ability to fully comprehend the political and social significance of the actions then practiced, and the "effective political leadership" that was capable of preventing demonstrations from becoming "mindless" and ineffective. Thus, they went on to become at most a "spontaneous explosion of popular anger" until, through the populist policies of Jânio Quadros, Adhemar and Vargas, "the actions of the lower classes acquired certain meaning and encountered resonance" (DUARTE, 2005, p. 47, author's translation). While both the interpretations by Moisés' and the newspaper editorialist of the *O Estado de São Paulo* described the riots as a "flash in the pan", lacking any organized political motivation, by contrast, Duarte acknowledged a pattern in the actions of the rioters, and stated that "there was no uncontrolled violence or anything resembling a demented mob at any given moment" (DUARTE, 2005, p. 51, author's translation). Hence, Duarte observed that the episode had more lasting effects than is often supposed:

> The attack on buses and trams on 1st August 1947, only lasted for one afternoon, but for more than a decade it left a profound mark on the life of the city [...] and, for several years, any accident involving buses or trams in the capital was immediately investigated as "potential sabotage" [...]. Over the following years, there was a constant fear that buses and trams would be smashed or other types of urban riots would be repeated. Each year, when talks began on fare increases, the DOPS agents prepared several reports in which the possibility of fresh, imminent rebellion would be announced. [...] In addition, the implications of this placed the elite on its guard because, whether or not they were organized, the lower classes were sometimes acting violently. (DUARTE, 2005, p. 48-55, author's translation)

Works such as those by Munhoz and Duarte, in addition to those by Chalhoub (2001) and Fontes (2002, 2008), amongst others, helped to take class actions beyond expression or formal political organization, and to recognize the participants as agents that "did not only speak and act through the mouths of populist leaders, but through the collective *word* and common *action* they built a public sphere that was continuously created and recreated" (DUARTE, 2005, p. 48, original emphasis, author's translation). The importance of the disturbances, riots and other forms of "spontaneous" popular protest – that is, without explicit direction or formally established, stable leadership – took on particular significance in the work of a

4 At this point it would be appropriate to reproduce a quote by Duarte concerning Le Bon's formulation: "Through the simple fact of being part of the crowd, man thus descends many degrees along the scale of civilization. In isolation, he would perhaps be a cultured individual; in a mob, he acts instinctively, and is therefore a barbarian. He has the spontaneity, violence, ferocity as well as the enthusiasm and heroism of primitive beings. They are also easily attracted towards being unimpressed by words or images, and practice actions that only harm their most obvious interests." (LE BON apud DUARTE, 2005, p. 58, nota #47, author's translation).

generation of historians aligned with the so-called "social history of labour", in which the British Marxist history, especially with authors such as Thompson and Eric Hobsbawm, is presented as a fundamental reference.

POPULAR ORGANIZATIONS: HOUSING AND BLACK CULTURE

According to Marco Antonio Perruso, the 1970s marked the emergence of intellectual interest, notably from sociologists, anthropologists and social scientists linked to the *Centro Brasileiro de Análise e Planejamento* (CEBRAP), through the so-called "social movements", considered "new political spaces of participation and learning" (PERRUSO, 2004, p. 143, author's translation). At least two forms of popular organization observed by historiography since this period deserve special mention: the neighbourhood organizations – especially the Societies of Neighbourhood Friends (*Sociedades de Amigos de Bairro* (*SAB*)) – and the black organizations.

The neighbourhood movements were, according to Paul Singer (1982, p. 83-107, author's translation), "forms of solidarity and communal cohesion, and of the struggle for better living conditions for the poor", and were capable of expressing themselves to the "outside world" i.e., "to complain to public authorities about their demands arising from the specific requirements of urban life" (SINGER, 1982, p. 83, author's translation). Emerging from the conglomerations of residents, mainly in poor areas and on the outskirts of the city, during the period herein under consideration, the Societies of Neighbourhood Friends (SABs) were a characteristic expression of these movements. According to the author, this corresponded to the "first phase" of neighbourhood social movements (the "second phase" emerged at the end of the military regime, with the Basic Ecclesial Communities – (*Comunidades Eclesiais de Base* (*CEB*)). Less enduring, but nonetheless also important during the period 1945-1964, is the Popular Democratic Committees (CDPs) linked to the Communist Party, and also acting in neighbourhoods[5].

5 With regard to the CDPs, vide the work of Adriano Duarte (especially his doctorate thesis: Duarte (2002)).

Although the link has previously been highlighted in the literature (BONDUKI, 1998; amongst others) between the SABs and the public powers as a kind of "co-optation" of popular movements by the so-called "populist" political mechanisms and, from within the promiscuity of such a relationship, with reports regarding the origins of clientelist practices that proved long-lasting in the political life of the city, it is necessary to recognize its role as an organizational form of expression during the period. We only have to observe that in the period 1955-1970, the number of SABs in the state of São Paulo totalled 1,100 (with 500 in the capital alone), of which almost 88% were created after 1955 (SINGER, 1982, p. 87-88, author's translation). According to Maria da Glória Gohn (GOHN, 2004, p. 4, author's translation)[6], in São Paulo, during the ten years between the fourth centenary of the founding of the city and the military coup in 1964, numerous neighbourhood associations were created in the city, and served as the nucleus for the residents movement "which grew dramatically in the 1960s," especially in the city suburbs. Such neighbourhood movements were of an "inter-classist" nature with a very heterogeneous social composition, including workers and the "petty bourgeois" (local merchants, owners of service establishments, landowners, etc.).

6 Maria da Glória Gohn has produced much regarding the social movements in São Paulo. Her master dissertation (GOHN, 1979) is of particular direct interest to the present article, together with an overview of the social movements elaborated by the author (GOHN, 2004).

After the coup of 1964, work from this line of research heralded a certain decline. According to these works, the emergence of new popular movements concerning the housing issue in the 1970s, with the CEBs and movements against the illegal land squats, would be characterized by an "inside" proposal, i.e., the creation of a "new awareness, a mind-set for self-help in the population". According to this perspective, the characteristic taken on by these "outside" actions is that "of demanding rights, and not hand-outs obtained by bargaining with representatives of the state" (SINGER, 1982, p. 104-105, author's translation). Although not explicitly, comparison between the two moments of neighbourhood organization would seem to suggest that its participants had received a qualitative gain of "awareness". The organizations active in the 1950s and 60s still appeared to be fully linked and subjected to the logic of populist clientelism. This interpretive scheme imposes a certain passivity onto a process without a subject, or – even worse – subordinate to the "political leadership", in which the housing movements only respond, but do not propose. If a reinterpretation of the turmoil and riots was possible, and which provided a more complex understanding of the social tensions and political character of collective action during the so-called populist period, the same review for the housing movement would also seem to be a task to undertake.

In yet another line of work, we should not overlook the organizations linked to the *black movement* in São Paulo. Although recognition of a major mobilization of ethnic motivations has already been seized upon by the available historiography[7], it is important to mention herein some of the characteristics identified in these studies. Clovis Moura, stating that "the Brazilian black has always been an organizer," notes that resistance to marginalization was achieved through the "fragile, somewhat disjointed, although always constant, organizations" (MOURA, 1982, p. 143, author's translation). George Reid Andrews, in turn, sought to reconstruct the history of black political protest in São Paulo in the century following the abolition of slavery, so as to perceive black mobilization not as something formed of isolated moments, but rather as "chapters throughout a long-term history, progressing with the black fight and protest in Brazil" (ANDREWS, 1992, p. 148). Andrews observed the characteristics of this movement in São Paulo of the "populist republic" (1945-1964): the end of the New State created conditions for the resurgence of an active black press, which had virtually disappeared during the Vargas dictatorship. Thus, just in Sao Paulo the periodicals entitled *Alvorada* (1945), *Senzala* and *O Novo Horizonte* (1946) were founded, to which may be added other publications throughout the 1950s[8]. However, the author observed the absence of a political movement defined in terms of race, as occurred in the early 1930s with the *Frente Negra*, crediting the following features to the structural transformation of Brazilian society of the time: a growth in the industrial economy, a corresponding reorganization of the workforce, especially visible in São Paulo, and a slowing down in competition for manufacturing jobs with immigrants (ANDREWS, 1992, p. 162). Andrews notes, incidentally, that in 1950 the participation of Afro-Brazilians in the labour force in São Paulo was "virtually identical" to that represented within the population as a whole – around 11% (ANDREWS, 1992, p 162, note # 52). With the establishment of the military dictatorship (1964-1985) there was a period with a certain decline in the political nature of black mobilization – since it was not possible to speak of "demobilization". As a result, in the "populist" period, the black organizations were "almost exclusively

7 An article by Petrônio Domingues (2007) may be cited, as well as important studies by George Reid Andrews (1992; 1998) and Clóvis Moura (1982; 1992).

8 Domingues (2007, p. 110) cites, in São Paulo, *Notícias de* Ébano (1957) and *Níger* (1960).

cultural in orientation, focusing on literacy and other educational projects, the promotion of black literature, and theatrical and artistic activities" (ANDREWS, 1992, p. 162).

A different interpretation was offered by Antonio Guimarães: the black protest during the period had in fact increased, for reasons that included racial discrimination, the persistence of prejudices and stereotypes, and the continued marginalization in "slums, shacks, swamplands and subsistence farming" (GUIMARÃES apud DOMINGUES, 2007, p. 108, author's translation). However, Petronius Domingues recognized that this phase of the black movement "would not have the same conglomerating power as before" (DOMINGUES, 2007, p. 108), and was in fact politically isolated, without being able to effectively count on the support of political forces, whether from the right or from the Marxist left[9].

In Brazil, from amongst the most important black organizations of the period, the *União dos Homens de Cor*[10] and the *Teatro Experimental do Negro* (*TEN*)[11] deserve special mention. In São Paulo, the most prominent black organization of the period was the *Associação Cultural do Negro*, founded in December 1954 and presided over by the journalist Geraldo de Oliveira Campos. It remained active until the late 1970s. Although the black movements did not manage to attain greater "political expression" during the period considered herein, we should mention the emphasis placed on appreciating black culture as a significant element of identity, and it is possible to discuss the extent to which the *Movimento Negro Unificado*, which was formed later, was not a branch of those created previously. Thus, events such as the writing and publication of *Quarto de Despejo (*published in US and UK as *Child of the Dark)*, by Carolina Maria de Jesus, the movement to institutionalize carnival parades and organize the samba schools and samba bands in São Paulo, took on a new "political" meaning, in the broader, baseline sense of the word. This is precisely the "formative" period which seemed to be based on the quest to reinstate black traditions that during the 1970s, marked the work of Geraldo Filme – the samba composer from São Paulo[12].

Finally, it is worth noting that black identity as a significant element of social organization, and its importance to urban studies, has gained greater academic prominence, as demonstrated by the recent completion of the "*Negros nas Cidades Brasileiras (1890-1950)*" Symposium, promoted by the *Centro de Preservação Cultural* and *Centro Universitário Maria Antônia*, both at the Universidade de São Paulo (USP). The presentation text of the symposium declared that:

> Traditionally, in the field of human sciences, studies relating to racial issues have given emphasis to the historical-temporal dimension, observing the inequalities between the races and their transformations throughout time, according to the social and political conjuncture of the country. Within this context, there has been little investigation into issues related to the disputes of different ethnic and racial groups over space. On the other hand, since the 1970s, the focus of studies in relation to the struggles for urban areas has given greater emphasis to the subject of social class. Therefore, it has become necessary to exert extra effort: on the one hand, to broaden the field of discussion surrounding race relations, in order to incorporate aspects of production and disputes for urban territory; and on the other, to reconfigure the debate on urban space itself, so as to observe the historical construction of inequality and segregation from racial viewpoint. Examining the urban object from a racial viewpoint brings a perspective that enables us to construct

9 In 1946, according to Domingues, Senator Hamilton Nogueira (UDN) presented a draft bill to the National Constitution Assembly that outlawed discrimination, and received opposition from PCB (the Brazilian Communist Party), who argued that the law would divide the worker's struggle (DOMINGUES, 2007, p. 111, author's translation).

10 Founded by João Cabral Alves in Porto Alegre, in January 1943, which by the second half of the 1940s had spread to the states of Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Piauí e Paraná (DOMINGUES, 2007, p. 108-109, author's translation).

11 Founded in Rio de Janeiro, in 1944, with Abdias do Nascimento as the leader, *TEN* was one of the pioneers in bringing proposals to Brazil from the French *Négritude*, which was mobilizing the international black movement.

12 Moura (1992, p. 159-161, author's translation) highlights the important role of these entities as "meeting points for blacks which, apart from the parties, activate their associative spirit and enliven their ethnic awareness".

> new meanings for the debate on the creation and use of urban spaces in Brazil, and segregation and citizenship, placing these problems within a new prism and assuming new viewpoints, periodization, and methodological and epistemological orientations (SIMPÓSIO, 2015, n.p., author's translation).

THE TRADE UNIONS AND THE "MAKING OF THE CLASS"

While it is impossible to include herein all the existing literature concerning the trade union movement and the workers' struggles during the period, some important aspects may be observed briefly for the purposes of this investigation. First, we see an intense debate emerging on the notion of *class*, particularly the Brazilian *working class*, which takes the *formative* process into account as an historical (and historiographical) problem. Paoli, Sader and Telles, for example, note that the workers,

> [...] traditionally viewed as characters subordinate to the state and incapable of acting on their own impulses and who after 1964, were silenced and politically atomized by the military regime, burst onto the political scene in 1978 speaking with their own voices revealing forms of social organization, which they had woven onto the edges of traditional mechanisms assembled in order to represent them and that served for cooptation, inclusion and control (PAOLI, SADER; TELLES, 1984, p. 130, author's translation).

The expression acquired by the social movements of the period studied herein is often dealt with from the perspective of "new unionism" from the late 1970s, which deeply marked production on the theme of redemocratization. This emergence runs through the work of British Marxist historians, especially Eric J. Hobsbawm, and E.P. Thompson, with regard to the concept of *making* the class[13]. From the perspective of a formative process, the movements discussed in the previous section may be related to the strikes and mobilizations of urban workers in the 1950s and 1960s as part of the same general context. This context may be understood as the organisation, mobilization and accentuated action of these sections of the population across a broader political landscape. With this observation, it is not our intention to confirm the interpretation that the previously discussed "spontaneous" movements were the "embryonic" forms of the organized labour movements. The view adopted herein considers the very coexistence of these forms of manifestation as the different possibilities from within a broader repertoire of actions. It is possible to construe that this more organized, established manner of workforce mobilization did not correspond to a "stage" (as an evolutionary process) of organising the workers, but is rather an indication of the complexity of this class. This "new" complexity required the recognition of the multiplicity of identities mobilized by the people who are either part of the *crowd* (or "mob"), or the organized struggle of the trade unions and political parties. In other words, the class did not "evolve" from the crowd, but emerged from inside: "If we are interested in historical transformation, we need to pay attention to minorities with articulate speech. But these minorities appear from a less articulated majority, whose consciousness can currently be considered 'sub-political'" (THOMPSON, 1987, p. 57, author's translation).

13 The expression "the making of the working class" is borrowed from *A formação da classe operária inglesa (*The making of the English working class) (THOMPSON, 1987), a primordial reference of this new debate. Discussion on the theme as proposed by Hobsbawm (1974; 1988) also deserves mention.

One indication is in the denominations applied: from the *collective*, *popular* actions, to the *class* movements (working) what may be seen is the identity of a general social condition being displaced towards greater specificity. The idea of a state "protectorship" over the working class, identified in the historiography by Paoli, Sader and Telles, seems as such to have conditioned the problematization of the issues relating to the political activities of these social actors so that it is still difficult to bypass the chronological references with which the issue is addressed: it seems almost inevitable to remain obedient to the periodization of Brazil's "official story" and consider April 1, 1964 as a breaking point or inflection. Even when trying to recount the history of the struggles of workers from its own point of view, such chronological references are adhered to without further questioning or problematization[14]. In any event, the coup of 1964 led to major revisions: firstly, the left and the then active workers movements sought to undertake "self-criticism" and a review of the "errors" and the causes of political defeat. On the other hand, the 1964 coup would also signify a break with regard to academic research on the working class, in which the new regime would symbolize the end of "developmentalist optimism" and the "collapse of the democratic national project and the end of the previous belief in the possibilities of a democratic transformation of society through the state", in such a manner that poverty or marginalization appeared "no longer as the residue of a past moving along routes to overcome, but as constitutive realities – structural" (PAOLI; SADER; TELLES, 1984, p. 143-144, author's translation).

14 In Giannotti (2007), this vision of being "inside" the movement may be considered an interesting manner with which to enter the theme, by making the workers actors integrated in the general political process.

CONCLUSION

It has been considered that Brazil was "a country without people" (COUTY, 1988). Nonetheless, there was "something". Moreover, within the studied period, this *something* has made its presence known on the Brazilian political landscape, either through the direct, "*uncontrolled*" action of popular uprisings – riots, mutinies and other forms of protest – or through the more established means of representation and participation within the "official" channels. Heloisa de Souza observes that "the hierarchical tradition of Brazilian society implies the non-recognition of the lower classes as subjects with legitimate demands," a "perverse logic" surrounding the figure of the needy, thus becoming a "a target for help (rather than rights), protection (in place of participation) and charity (instead of justice), attributing to poverty the stigma of being excluded from the development process" (SOUZA, 1995). Perhaps perversity is still a little greater and for a long time, may have implied an imposed silence regarding other forms of popular protagonism that did not fit in with the given a priori interpretative schemes[15].

15 Her influence has been considered as an "interpretative paradigm of Brazilian history": "the absence of defined classes in the Brazilian case would have only produced a void to be filled by the demiurgic action of the State" (CULTURA, 1997, p. 15, author's translation).

Throughout this article, we have observed some of these forms of popular political expression, together with the manner in which they have been treated in various historiographical aspects that have addressed them. We have sought to highlight aspects of the different interpretations assessed that were implied within the imposed silencing of that which was to be problematized. This emphasis does not intend to ignore the methodological and interpretative differences: the assessed historiography presented methodological diversity, and even hermeneutics, which should not be ignored. By emphasizing the points of convergence instead of the differences, we have not intended to homogenize this production, but rather highlight a problem that

has only recently been revealed, either through new lines of research or through the emergence of new research themes, but there are still obstacles to overcome.

The first form of popular protagonism highlighted herein was only recognized by the literature of a relatively contemporary period (a little more than thirty years ago), riots; another line, which was initiated almost at the same time, presented "social movements" as the object (the causes of which escape from and go beyond parties, trade unions and traditional forms); and the third, is in fact the sacred line of thought in studies on popular struggles, and for that exact reason that which is subject to more extensive production and more consolidated debates.

In the three forms of popular expression examined there was a recurrence of one interpretive scheme that should be questioned: in this scheme, there is a fault, an insufficiency, a deficiency that prevents the "full" expression of popular struggle or its success. The riots either lacked the "leadership" that conferred upon them a rational direction or even any rationality at all. The black movements lacked a more explicitly "political" character, while the housing movements were in need of protagonism in order to deal with the manipulations of populist clientelism. Finally, for a long time, the Brazilian "working class" was seen as being merely subordinate to the dictates of the state, and was therefore unable to cope with the establishment of a dictatorial regime in 1964. In each case, we have attempted to present some pathways that indicate how to overcome this vision of perpetual incompleteness / inadequacy.

It is possible that the organisation of these views under a common denominator is missing. This may be perceived as the understanding of a complex of manifestations that expressed both desires and dissatisfactions in many different forms. These forms should not be prioritized (in order of importance) and do not constitute an "evolutionary line" – that is, social movements do not represent the "maturation" of the riots, and in turn are also not the embryo of a classist movement formally constituted and stable. It must sound like an obvious contradiction to juxtapose the idea of "movement" to "stability": it is essential to understand that forms of protest are interchangeable, provisional, always being reconstructed and remodelled. Their goals are also moved by the most immediate quotidian to a perspective of the most remote future (or to the memory of the past), from the individual to the broadest collective interest, and from the space of private life to the broadest public sphere. Even if it were possible to identify predominions in certain manifestations or in determined places and moments, it is essential to recognize that these same agents may participate in these various movements, more or less congruently.

Assigning a "political" character to such manifestations also deserves some problematizing. With regard to the negotiation or dispute over cohabited, shared space, "politics" should be understood as any organization that expresses collective demands, designs, discontent and dissatisfaction. It is possible to discuss the effectiveness of each form in each case examined, but there is no guarantee, a priori, that one form is necessarily always right or more legitimate. If, on the other hand, "politics" is understood surrounding the asymmetries of power and the resulting dispute between unequal parties, here too it is useful to consider that actions which are more "tactical" or more "strategic" (using the terminology proposed by Michel de Certeau (1998)) may be added and complement depending on the context, and that all the holes, cracks and fissures are capable of being exploited and occupied.

Recognising the plurality of possible actions, possible contradictions and manners

Marcos Virgílio da Silva:
marcos.silva@belasartes.br
marcos.v.silva@fiamfaam.br

Article received on 2nd September 2015 and approved for publication on 2nd December 2015.

with which to act collectively that escape the pre-established models should serve two purposes: firstly, to recognize that popular demonstrations are not easily predictable (and therefore controllable); and secondly, that they should be examined on their own terms, at the risk of once again imposing domination and silence upon them, which in our threatened democracy should long ago have been overcome.

REFERENCES

ANDREWS, G. R. Black Political Protest in Sao Paulo, 1888-1988. *Journal of Latin American Studies*, Cambridge, v. 24, n. 1, p. 147-171, fev. 1992.

_____. *Negros e brancos em* São Paulo *(1888-1988).* São Paulo: Edusc, 1998.

BATALHA, C. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In: FREITAS, M. C. (Org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 145-158.

BONDUKI, N. G. *Origens da habitação social no Brasil*: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

CALENDÁRIO Insurrecional do Brasil. *Coletivo Baderna Midiática*, [São Paulo], 3 jan. 2014, n.p. Available at: <https://badernamidiatica.milharal.org/calendario-insurrecional-do-brasil/>. Accessed on: 31st Aug. 2015.

CARONE, E. *Movimento Operário no Brasil (1945-1964).* São Paulo: DIEFEL, 1984.

CARVALHO, J. M. de. *Os Bestializados:* o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*: Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHALHOUB, S. *Trabalho, lar e botequim*. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

COUTY, L. *A escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Ruy Barbosa, 1988.

CULTURA e diversidade no Brasil: para além da história da identidade nacional - séculos XIX e XX. Proposta para o Programa de Apoio a Núcleos de Excelência – PRONEX, 1997. Availbale at: <http://www.cecult.ifch.unicamp.br/pf-cecult/public-files/projetos/8751/cultura_e_diversidade_no_brasil_-_pronex.pdf>. Accessed on: 1st Sep. 2015.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo,* Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

DUARTE, A. L. *Cultura popular e cultura política no após-guerra*: redemocratização, populismo e desenvolvimentismo no bairro da Mooca, 1942-73. 2002. Thesis (Doctorate in History) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

_____. O "dia de São Bartolomeu" e o "carnaval sem fim": o quebra-quebra de ônibus e bondes na Cidade de São Paulo em agosto de 1947. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 25, n. 50, p. 25-60, 2005.

FIGUEIREDO, L. R. A. *Rebeliões no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

FONTES, P. *Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais*: São Miguel Paulista (1945-1966). 2002. Thesis (Doctorate in History) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

_____. *Um Nordeste em* São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966). Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.

GIANNOTTI, V. *História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GITAHY, M. L. C. *Ventos do mar: traba*lhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914. São Paulo: Ed. UNESP; Fundação para o Desenvolvimento da UNESP, 1992.

GOHN, M. G. *Classes populares, periferia urbana e movimentos sociais urbanos*: o movimento das Sociedades Amigos de Bairros em São Paulo. 1979. Dissertation (Master in Sociology) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

_____. Os movimentos e as lutas do período de 1964 a 2004 em São Paulo. A questão social no novo milênio. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra. *Anais do VIII Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, 2004. Available at: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/MariaGohn.pdf >. Accessed on: 31st Aug. 2015.

HOBSBAWM, E. J. As classes operárias inglesas e a cultura desde os princípios da Revolução Industrial. In: GODINHO, V. M. (Org.). *Níveis de Culturas e Grupos Sociais*. Lisboa: Cosmos, 1974. p. 239-263.

_____. *Mundos do Trabalho*: novos estudos sobre história operária. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988. (Oficinas da História, 2).

JAMES, D. O que há de novo, o que há de velho? Os parâmetros emergentes da história do trabalho latino-americana. In: ARAÚJO, A. M. C. (Org.). *Trabalho, cultura e cidadania*: um balanço da história social brasileira. São Paulo: Scritta, 1997. p. 117-139.

LOPES, J. S. C. *Identidade políticas e raciais na Sabinada (Bahia, 1837-1838).* São Paulo: Alameda Editorial, 2013.

LOPES, J. S. L. (Coord). *Cultura e Identidade Operária*: Aspectos da Cultura da Classe Trabalhadora. Rio de Janeiro: UFRJ; Marco Zero, 1987.

LOPREATO, C. S. R. *O espírito da revolta:* a greve geral anarquista de 1917. São Paulo: Annablume, 2000.

MEIHY, J. C. S. B. *Revolta da vacina*. São Paulo: Ática, 1995.

MOISÉS, J. A (Org.). *Contradições Urbanas e Movimentos Sociais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *Classes populares e protestos urbanos*. 1978. Thesis (Doctorate in Political Scienses) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

_____. Protesto urbano e política: o quebra-quebra de 1947. In: _____ *et al. Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Cedec, 1985.

_____; ALLIER, V. M. A revolta dos suburbanos ou Patrão, o trem atrasou. In: MOISÉS, J. A (Org.). *Contradições Urbanas e Movimentos Sociais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 9-86.

MONIZ, E. *A guerra social de Canudos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MOREL, E. (Org.). *A revolta da chibata*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

MOURA, C. Organizações Negras. In: SINGER, P.; BRANT, V. C. (Org.). *São Paulo:* o povo em movimento. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 143-175.

_____. *História do Negro Brasileiro*. São Paulo: Ática, 1992.

MUNHOZ, S. *A ordem do "caos" versus o ocaso da ordem*: saques e quebra-quebras em São Paulo – 1983. 1989. Dissertation (Master in History) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1989.

NUNES, E.; JACOBI, P. Movimentos populares urbanos, poder local e conquista da democracia. In: MOISÉS, J. A. *et al*. *Cidade, povo e poder.* São Paulo: Paz e Terra, 1982. p. 165-199.

PAOLI, M. C.; SADER, E; TELLES, V. S. Pensando a classe operária: os trabalhadores

sujeitos ao imaginário acadêmico. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 6, p. 129-149, 1984

PERRUSO, M. A. Intelectuais, movimentos sociais e pensamento social brasileiro. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 7, n. 2, p. 139-150, jul./dez. 2004.

PINHEIRO, L. B. S. P. *Visões da Cabanagem:* uma revolta popular e suas representações na historiografia. Manaus: Valer, 2001.

QUEIROZ, S. R. R. *Escravidão negra em* São Paulo: um estudo das tensões provocadas pelo escravismo no século XIX. São Paulo: Jose Olympio, 1977. (Coleção Documentos Brasileiros, 176).

QUINTAS, A. *O sentido social da Revolução Praieira*. [Recife]: Massangana; Fundação Joaquim Nabuco, 1982.

REIS, J. J. *Rebelião escrava no Brasil:* a história do levante dos malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SEVCENKO, N. *A revolta da vacina*: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: Scipione, 1993.

SIMPÓSIO Negros nas Cidades Brasileiras (1890-1950). *Comunicação Social FFLCH/ USP,* São Paulo, 24 ago. 2015, n.p. Available at: <http://comunicacao.fflch.usp.br/ node/4825>. Accessed on: 31st Aug. 2015.

SINGER, P. Movimentos de bairro. In: _____; BRANT, V. C. (Org.). *São Paulo:* o povo em movimento. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 83-107.

SOUSA H. N. B. Trabalhadores pobres e cidadania. *Cadernos CRH,* Salvador, n. 22. p. 71-96, jan./jun. 1995.

SOUZA, P. C. *A Sabinada:* a revolta separatista da Bahia, 1837. São Paulo: Brasiliense, 1987.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VALLADARES, L. P. Quebra-quebras na construção civil: o caso dos operários do metrô do Rio de Janeiro. In: SILVA, L. A. M. et al. (Org.). *Movimentos Sociais Urbanos, Minorias* Étnicas *e Outros Estudos*. [Brasília]: ANPOCS, 1983. p. 113-143. (Ciências Sociais Hoje, 2).

Resumo: *O presente artigo objetiva investigar as expressões populares de demandas e de descontentamento, organizadas em três formas de manifestação: os quebra-quebras, os "movimentos sociais" de caráter não-classista e os movimentos organizados da "classe trabalhadora" ou "operária". Ao articulá-los, espera-se problematizar uma leitura recorrente em torno desses movimentos, que os caracteriza como insuficientes ou incompletos, reativos e subordinados a imperativos superiores e, assim, esvaziados em sua potência transformadora. Desse modo, busca-se contribuir para um debate que poderia superar a visão, ainda recorrente, de que os protestos populares são fenômenos ocasionais e raros na história brasileira.*

Palavras-chave: *protesto; movimentos sociais; São Paulo; movimento urbano; História Social.*

Recife, a noiva da revolução:

entre os circuitos espaciais da inclusão/exclusão e a resistência urbana contemporânea

Recife, the bride of the revolution:

between the spatial circuits of inclusion/exclusion and contemporary urban resistance

Alexandre Sabino do Nascimento
Universidade de Pernambuco, Petrolina, PE, Brasil

Resumo: *Para alcançar o conclamado direito à cidade são necessárias políticas urbanas de estruturação e planejamento verdadeiramente democráticas e que atuem, sobretudo, na regulação do uso e ocupação do solo. Tais políticas só são possíveis por meio de uma práxis urbana fundamentada em instrumentos de democracia direta. Neste artigo, analisamos o caráter protagonista e revolucionário do Recife na história brasileira, ligando-o às contradições sociais e à evolução dessa cidade como uma das mais desiguais do país. O Recife é, atualmente, palco de uma produção do espaço associada a inovações e a projetos urbanos que produzem circuitos espaciais de inclusão/exclusão, com destaque para o Projeto Novo Recife. Todo esse conjunto de elementos recrudesce o caráter segregativo da cidade e também dá margem para o surgimento de movimentos sociais com estratégias e táticas voltadas para a construção de uma nova prática social, marcada por tentativas de educação para a práxis urbana e por atos de ocupação do espaço público, como pode ser visto, por exemplo, nas atividades culturais e políticas realizadas na região do Cais Estelita. Esse cais, além de ser o local onde se insere o Projeto Novo Recife, é cenário de experiências revolucionárias relacionadas à questão urbana.*

Palavras-chave: *cidades rebeldes; circuitos espaciais da inclusão/exclusão; movimentos sociais; metrópole; reestruturação urbana; Recife; direito à cidade.*

Recife, cruel cidade,
Águia sangrenta, leão.
Ingrata para os da terra,
boa para os que não são.
Amiga dos que a maltratam,
Inimiga dos que não,
este é o teu retrato feito
com tintas do teu verão
e desmaiadas lembranças
do tempo em que também eras
noiva da revolução.
(Carlos Pena Filho)

INTRODUÇÃO

O Recife, como as demais metrópoles periféricas e incompletas brasileiras (MARICATO, 2011), vive uma gama de problemas urbanos, estando inserido em um amplo e caótico quadro de constantes engarrafamentos, moradias irregulares, especulação imobiliária e serviços públicos precários. De modo geral, esse quadro fez com que eclodisse, em junho de 2013, revoltas urbanas em diferentes partes do Brasil, em torno das quais orbitavam problemas típicos de uma questão urbana, com suas referentes consequências socioespaciais. Nesse contexto, observamos que o investimento em políticas públicas urbanas, como a urbanização de favelas, os grandes projetos de desenvolvimento urbano (GPDUs) (MASCARENAS; BIENENSTEIN; SÁNCHEZ, 2011), a requalificação de áreas centrais e/ou os megaprogramas habitacionais (Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)), representou um avanço, mas, ainda assim, foi insuficiente. O chamado direito à cidade é mais complexo, dependendo de políticas urbanas de estruturação e planejamento verdadeiramente democráticas, as quais devem atuar, sobretudo, na regulação do uso e da ocupação do solo, a fim de desmanchar o intricado nó górdio da terra e da especulação fundiária e imobiliária a ela correlatas (MARICATO, 2011).

Acrescentemos que os problemas socioespaciais ligados à questão urbana desenvolvem-se no interior de dois outros processos, a saber: (i) ampliação da concorrência intercapitalista entre diferentes frações do capital, com efeitos nos diferentes espaços; e (ii) reconfiguração constante da luta de classes. Quanto ao segundo processo, no estado de Pernambuco, especificamente, em Recife, notamos a configuração histórica de diversos momentos de revoltas e sublevações sociais, bem como de períodos de recrudescimento e ampliação das contradições ligadas ao processo de acumulação de capital e às crises do sistema capitalista, que produzem efeitos em diferentes temporalidades e espacialidades.

Em 2008, Francisco de Oliveira publica o ensaio *Noiva da Revolução*. O texto segue a ideia de que o Recife é uma cidade noiva da revolução. Mas quais revoluções foram protagonizadas nessa cidade? Vale retomar alguns dos eventos elencados por Oliveira (2008) para ratificar que Pernambuco e sua capital foram palco de um passado revolucionário. Em 1817, surgiu um movimento social revolucionário emancipacionista que propunha, em seu programa, com base nos ideais iluministas e na Revolução Francesa, o direito ao voto, a abolição da escravatura e a constituição de uma república (isto é, a separação da província do Brasil). Historicamente, esse é um dos eventos mais radicais de Pernambuco. Por conseguinte, veio a Confederação do Equador, de Frei Caneca, movimento separatista que, com uma fórmula inovadora para a época, idealizava um pacto entre estados autônomos (Pernambuco, Ceará e Alagoas) – inovadora no sentindo de que pressupunha, inclusive, a saída, a qualquer momento, de um de seus estados membros, caso fosse da vontade deles. Por fim, em 1848, houve a Revolução Praieira. Relembremos que 1848 é, também, o ano do fim do ciclo das revoluções burguesas na Europa, sucedidas pelas revoluções proletárias de 1871, como a Comuna de Paris (HOBSBAWM, 1977; MARX, 2011).

Neste artigo, dialogamos e, ao mesmo tempo, damos um ar contemporâneo a esse caráter protagonista e revolucionário da cidade do Recife – "a cidade lendária" do poeta Capiba –, com uma análise de manifestações e lutas atuais, como a do movimento Ocupe Estelita, associado ao Projeto Novo Recife.

Inicialmente, cumpre enfatizar que o Recife, da segunda metade dos anos 1950 até o golpe militar de 1964 – intervalo em que se dá, segundo Oliveira (2008), "o último namoro da cidade com a revolução" –, foi marcado pelas Ligas Camponesas de Francisco Julião, pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), pelo governo municipal e pelo breve primeiro governo estadual de Miguel Arraes (1963), pela prefeitura de Pelópidas Silveira, pelas ações de Celso Furtado, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), de Paulo Freire, do Movimento de Cultura Popular, e pela ascensão – e seu melhor momento – do Partido Comunista original (OLIVEIRA, 2008).

Comparando esse passado com as atuais manifestações, surge uma pergunta: será que estaríamos vivendo um novo namoro com a revolução? Se sim, esse namoro seria resultado do recrudescimento, em uma nova escala, das desigualdades sociais no espaço da cidade do Recife?

Lefebvre (1999) afirma que a transformação plena da sociedade urbana revolucionária se daria com práticas espaciais dentro de um espaço conflitivo e dialético. Ademais, ele demonstra que, por meio de uma práxis urbana, a problemática urbana seria não apenas um exercício do pensamento, mas também uma prática social. Em Recife, isso pode ser visto, por exemplo, nas tentativas de educação para a práxis urbana e nos atos de ocupação do espaço público, via atividades políticas e culturais na área do Cais Estelita e no restante da área central da cidade. Essas ações produzem uma racionalidade própria e uma abertura, nos termos de Lefebvre (1999), do campo das possibilidades e alternativas para o uso dos espaços públicos da cidade.

A luta de classes no ambiente construído é o pano de fundo para muitas das revoltas populares nas cidades e para a constante reprodução de seu espaço social (LEFEBVRE, 1999; 2006)[1]. Entendemos que os espaços do capitalismo contemporâneo – nos quais acontecem as inovações espaciais (CORRÊA, 2010), representadas aqui pelos grandes negócios de reestruturação urbana (*shoppings*, condomínios fechados, vias expressas, entre outros) – tendem a eclipsar todos os outros espaços da cidade (isto é, os espaços da cultura, do patrimônio arquitetônico cultural, do cotidiano, do encontro) por meio da produção de um espaço geográfica e socialmente desigual, uma produção marcada por processos de fragmentação, homogeneização e hierarquização do espaço (LEFEBVRE, 1999; 2006). São formados, desse modo, verdadeiros circuitos espaciais urbanos inclusivos/excludentes, logo altamente contraditórios. Esses circuitos, quando analisados adequadamente, revelam a natureza opressiva escondida por trás do "véu espacial", ou seja, da paisagem aparente, das imagens e ícones da modernidade e do progresso.

Encobertos por essa paisagem aparentemente moderna e sem contradições, encontram-se os conflitos entre as classes sociais na cidade e os conflitos pelo funcionamento da cidade, que se intensificam à medida que se aprofundam a divisão social do trabalho e a oposição de interesses – não só entre capital e trabalho, mas também entre segmentos do capital e do trabalho.

Lefebvre (1999; 2006) ajuda-nos a compreender a lógica conflitiva e dialetizada da produção de espaços na cidade capitalista através da transformação dos valores de uso em valores de troca, dos espaços públicos em espaços privados, como o que acontece no Projeto Novo Recife. Considerando isso, podemos questionar: o que se está processando nos espaços que representam o patrimônio arquitetônico cultural do Recife é somente uma supervalorização do valor de troca, em detrimento dos valores de uso para seus cidadãos, ou, ao contrário, há realmente uma conscientização dos

1 O filosofo francês Henri Lefebvre, de um modo geral, dá atenção à produção do espaço e à sua consequente reprodução na sociedade contemporânea. Ele examina, entre outras questões, as mudanças no espaço operadas pelo mundo da mercadoria. Efeitos como decomposição das cidades e processos como "implosão-explosão", "homogeneização", "fragmentação" e "hierarquização" do espaço foram amplamente desenvolvidos por ele para explicar as mudanças na cidade. Tais temas podem ser vistos nas obras *De lo rural a lo urbano* (1969), *A Revolução Urbana* (1999) e *A Produção do Espaço* (2006). Esta última é considerada sua principal obra no tocante à (re) produção do espaço.

cidadãos quanto à história local? E ainda: as lutas em torno desses espaços da cidade envolvem movimentos citadinos plurais e interclassistas (CASTELLS, 1980), novos movimentos urbanos ligados ao ciberespaço e às redes de internet, ou apenas projetos de uso e valorização de espaços ligados a determinadas frações da classe média da metrópole do Recife?

Para responder a tais questões, começamos o texto com uma análise conjuntural da metrópole do Recife, fazendo um sobrevoo sobre sua atual realidade socioeconômica e histórica. Em seguida, examinamos a conformação do que chamamos de circuitos espaciais de inclusão/exclusão urbana, ligados a processos de homogeneização, fragmentação, hierarquização e à produção do espaço urbano via "inovações espaciais". Nessa parte, retomamos conceitos de autores como Milton Santos, David Harvey, Roberto L. Corrêa, Henri Lefebvre, entre outros. Após isso, discorremos sobre a emergência e a importância dos movimentos sociais urbanos, especialmente no Recife, destacando suas bandeiras e formas de luta contemporâneas. Por fim, apresentamos as considerações finais e algumas de nossas inquietações acerca do tema das cidades e de seus movimentos insurgentes.

PANORAMA DA DINÂMICA SOCIAL E ECONÔMICA DA METRÓPOLE DO RECIFE E SUAS CONTRADIÇÕES

A capital de Pernambuco passou a disputar, nos últimos anos, um lugar no *hall* das metrópoles periféricas emergentes, centrando-se na produção e no consumo desigual de seu espaço urbano. Nela, houve um crescimento do mercado de bens duráveis e do consumo. Esse aumento trouxe novos atrativos em investimentos com vistas a atender aos mercados crescentes, assim como demandou infraestruturas de toda sorte e bens de consumo duráveis, como habitação (HARVEY, 2013).

Segundo dados do Plano Plurianual de Pernambuco 2012-2015, o principal vetor das mudanças foi, sem dúvida, o bloco de investimentos públicos e privados que o estado atraiu nos últimos anos. Em 2010, o Produto Interno Bruto (PIB) pernambucano cresceu 9,3%, situando-se acima do percentual nacional, que também apresentou o maior nível de crescimento da década, isto é, 7,5%[2]. O estado também passou por uma mudança na estrutura industrial no médio prazo, fruto da onda de recentes investimentos, notadamente na região do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) e no litoral norte.

Tudo isso conduziu à atração de mão de obra especializada e ao aumento dos rendimentos. Outra consequência foi a abertura de nichos de produção imobiliária para os potenciais novos moradores/consumidores da metrópole, favorecendo a especulação imobiliária. Atualmente, o mercado imobiliário do Recife sofreu certa redução no número de espaços urbanizados e bem localizados. Daí termos uma investida dos promotores imobiliários na área central da cidade, onde se localiza o cais José Estelita, representante de um espaço urbanizado com caraterísticas históricas e simbólicas muito fortes. Essa região da cidade, diante da saturação de projetos e empreendimentos imobiliários voltados para classes média e média alta em áreas nobres, como o litoral sul e a região norte, é um espaço com características que podem auferir rendas de monopólio para seus controladores (HARVEY, 2005).

2 Relatórios de Avaliação do Governo da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG-PE). Disponível em: <http://www.seplag.pe.gov.br/web/r.a/ra-relatorios-de-avaliacao#&panel1-1&panel2-1>. Acesso em: 30 ago. 2015.

Outro fator importante para nossa análise é a evolução, ou não, dos rendimentos dos trabalhadores. Na Região Metropolitana do Recife (RMR), observa-se a predominância de baixos salários. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2012, nela, 39,2% dos trabalhadores recebem até 1 salário mínimo; 46,7% recebem de 1 a 3 salários. Apenas 14% ganham acima de 3 salários mínimos (SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2014).

Em contrapartida, em 2012, o preço do metro quadrado no Recife subiu 17,8%, maior variação do país entre as sete capitais pesquisadas pelo Índice FipeZap de Preços de Imóveis Anunciados, com base em cálculos da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). O preço médio do metro quadrado chegou a R$ 5.536 em dezembro, segundo levantamento divulgado em janeiro de 2013 (PREÇO, 2013). Conforme Freitas (2012), os preços dos imóveis no Recife subiram 36,6% entre 2011 e 2012, enquanto a taxa brasileira foi de 24,8% no mesmo período. Houve, como mostram os dados, um crescimento da exclusão socioespacial nessa cidade, pois a renda média do trabalhador recifense manteve-se muito aquém da escalada de preços dos imóveis. Podemos dizer, assim, que o aumento do custo das moradias na cidade foi afetado, numa espécie de efeito dominó, pela especulação imobiliária.

Nesse cenário, foram produzidos espaços nas adjacências da bacia do rio Pina. Exemplos disso são os grandes projetos como a Via Mangue, o *Shopping* RioMar, o Porto Novo e o Projeto Novo Recife, os quais se configuram como grandes negócios para um grupo seleto de empreendedores e tendem a proporcionar altos lucros para o mercado imobiliário. É preciso pontuar que tais empreendimentos estão ligados à busca por melhor qualidade de vida dos setores da classe média alta do Recife e conformam um verdadeiro circuito espacial de inclusão/exclusão socioespacial – aspecto analisado no próximo tópico.

Entre os fatores apresentados por Harvey (2011) como ingredientes de sucesso para a gestão urbana do Estado na captação e no uso de investimentos, está a criação de condições favoráveis à qualidade de vida. Nos últimos anos, o Recife vem se posicionando como uma das capitais que mais crescem economicamente no país. Apesar de todo esse crescimento, a cidade ainda é uma das mais desiguais em termos de concentração de renda, conforme indicadores de qualidade de vida divulgados pelo movimento Observatório do Recife (ODR) e números do Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU).

O Recife foi líder em desigualdade social no Brasil durante os últimos 20 anos, aproximadamente. A cidade é apontada como a capital nacional das disparidades entre o total populacional e a concentração de renda. A capital pernambucana tinha, em 2010, a terceira pior linha de miséria do Brasil – famílias cuja renda *per capita* mensal é menor ou igual a 1/4 do salário mínimo –, perdendo apenas para Maceió/AL, 14,35%, e Macapá/AP, 15%. Em dezembro de 2010, segundo dados compilados pela Relação Anual de Informações Sociais/ Cadastro Geral de Empregados e Desempregados/Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/CAGED/TEM), 56,07% dos trabalhadores registrados ganhavam, no máximo, dois salários mínimos e absorviam 21,78% de toda a massa salarial. No mesmo mês, apenas 3,05% dos trabalhadores registrados ganhavam 15 ou mais salários mínimos, concentrando 22,96% da massa salarial (OBSERVATÓRIO DO RECIFE, 2015). Somemos, a isso, o fato de que, de acordo com o censo de 2010, 1/4 da população

recifense residia em favelas.

O geógrafo Jan Bitoun, analisando os indicadores de desigualdade do Recife, afirma que o coeficiente de Gini – índice que aponta quão distinta é a distribuição de renda entre os cidadãos – está longe de ser bom: de 0,6739, em 1991, o índice passou para 0,6894, em 2011, estando bem acima de metrópoles como São Paulo. Ele também assinala que, diferentemente de cidades como Campinas/SP, cujos Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) e IBEU estão, juntos, na liderança nacional, Recife mostra uma realidade distinta entre o potencial do que poderia ser e o que, de fato, oferece aos moradores.

Para Bitoun, entre os principais motivos para a ocorrência desse quadro, estão a organização do espaço e a disparidade social da cidade, que, em nossa análise, vem se agravando com a atual produção de GPDUs. Em relação à produção de um espaço cada vez mais desigual e sua relação com a renda dos moradores, o autor pontua:

> O problema é que a lógica dos serviços e equipamentos públicos está diretamente ligada à renda alta concentrada com poucas pessoas. A solução privada substitui a pressão sobre o poder público por soluções urbanísticas no município. A camada mais alta da sociedade é justamente a que pode fazer escolhas, mas ela não investe na ideia do "público" e o estilo de vida passa a ser "modelo" para todo mundo. O resultado é que a distância entre desenvolvimento e bem-estar faz parte do fato de a população ficar alheia à mediocridade do espaço público (BITOUN *apud* MUITAS, 2013, n. p).

Sublinhemos, ainda, que quase 97% dos aglomerados subnormais de Pernambuco encontram-se na Região Metropolitana do Recife (RECIFE, 2011). Essa concentração recebeu destaque no relatório da pesquisa Aglomerados Subnormais – Informações Territoriais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A esses dados, alinham-se os do déficit habitacional. Segundo relatórios da Fundação João Pinheiro (2013), a RMR tem o déficit de 143.235 mil domicílios – 12,9 % do estoque de domicílios particulares permanentes. Desse número, 62.687 domicílios correspondem à cidade do Recife.

A carência de infraestrutura urbana é o critério de inadequação que mais afeta os domicílios das regiões metropolitanas (RMs) brasileiras. Considerando as regiões metropolitanas de capitais, o maior número de domicílios afetados por pelo menos um componente da infraestrutura urbana é observado nas RM do Rio de Janeiro (717 mil domicílios), de São Paulo (522 mil), Recife (490 mil) e Fortaleza (355 mil). Vemos que a RMR é a terceira metrópole em carência de infraestrutura urbana, apresentando um percentual que corresponde a 45,2% de domicílios particulares permanentes, o que vai de encontro com os números de sucesso apresentados pelos governos locais.

Apesar de todos esses números problemáticos, atualmente, na sociedade recifense, a discussão urbana mais divulgada gira em torno do Projeto Novo Recife. Esse projeto – representante do modelo de produção do espaço abstrato do capitalismo – está imerso em uma batalha que envolve a produção e a apropriação do espaço, consubstanciada na luta de empreendedores urbanos (Construtora Moura Dubeux e Queiroz Galvão, principalmente), em aliança com o Estado, contra grupos de ativistas e movimentos sociais, como o Ocupe Estelita, surgido em 2012. Inspirado no *Occupy Wall Street*[3], tal movimento convocou todos os descontentes com a forma

3 O *Occupy Wall Street* representa um movimento de protesto contra a desigualdade econômica e social, a ganância, a corrupção e a indevida influência das empresas, sobretudo do setor financeiro, no governo dos Estados Unidos. Movimentos desse tipo vão contra o modelo de política baseado em estruturas verticais e centralizadas, típicas das repúblicas representativas. Eles propõem formas horizontais de decisão, sem personificação de lideranças nem comando de partidos e comitês centrais (ROLNIK, 2013).

de articulação do consórcio Novo Recife Empreendimentos a tomar as calçadas (e o interior, em algumas ocasiões) dos armazéns do cais José Estelita com o objetivo de impedir a sua destruição.

OS CIRCUITOS ESPACIAIS DA INCLUSÃO/ EXCLUSÃO E A PRODUÇÃO DA METRÓPOLE CONTEMPORÂNEA

Atualmente, é impossível pensar o capital e suas metamorfoses sem conectá-lo à maneira pela qual o espaço é produzido, apropriado e dominado como uma mercadoria. Nesse sentido, as transformações não se dão apenas na esfera da produção, mas também, e principalmente, no âmbito do consumo e da reprodução das relações de produção (LEFEBVRE, 1999; 2006; 2008). A esse respeito, Lefebvre salienta que, como disse Marx,

> [u]m modo de produção não desaparece antes de ter liberado as forças produtivas e realizado todas as virtualidades que ele contém [...]. Afirmação que se pode tratar tanto como uma evidência, quanto como um surpreendente paradoxo. Um salto adiante das forças produtivas – realizado sem que as relações capitalistas de produção tenham desaparecido – substitui, ou melhor, sobrepõe à produção de coisas no espaço a produção do espaço. Esta acompanha, ao menos em alguns casos observáveis e analisáveis, a pressão do mercado mundial e a reprodução das relações de produção capitalistas. A burguesia, despoticamente esclarecida, e o capitalismo dominaram parcialmente o mercado das mercadorias, servindo-se do espaço abstrato como instrumento (LEFEBVRE, 2006, p. 98-99).

Podemos observar, inclusive em Recife, a produção de circuitos espaciais da inclusão/exclusão, os quais são produtores de uma vida cotidiana ligada à reprodução das relações capitalistas de produção (LEFEBVRE, 1991; 2006), por meio da construção, nas metrópoles, de formas espaciais representativas de novas espacialidades e temporalidades. Tais formas articulam, conectam, as partes fragmentadas da cidade, verdadeiras ilhas modernas e de prosperidade, através de obras viárias – as chamadas obras de mobilidade urbana, como as vias expressas (Via Mangue), as pontes e os viadutos (Ponte do Paiva). Ademais, visualizamos a profusão de novos lançamentos, havendo, em abundância, a produção de locais como *shoppings* (RioMar), condomínios e loteamentos fechados (Reserva do Paiva, Alphaville, Cidade da Copa, entre outros), que viabilizam o caráter transitório da sociedade, vinculado à alta mobilidade e à circulação do capital.

Para Reynaldo *et al*. (2013, p. 7), "[o] que se assiste no caso da RMR é um importante processo de fragmentação espacial, com um baixíssimo nível de integração entre as urbanizações propostas e os núcleos urbanos existentes, tanto do Recife como dos municípios onde se localizam". Já Maricato (2013) aponta que as cidades contemporâneas atuam no processo de acumulação do capitalismo globalizado a partir dos meganegócios, nos quais a produção do espaço urbano, as obras de infraestrutura e as edificações têm um papel essencial. Considerando isso, é fato que a desregulamentação, a flexibilização e a privatização foram práticas que

acompanharam a reestruturação das cidades, com o intuito de abrir espaço para capitais imobiliários, de infraestrutura e serviços.

Cumpre assinalar, ainda, que, nesse jogo, é estabelecida uma interpenetração entre o público e o privado, percebida na presença reguladora do Estado, nas isenções fiscais, na usura do patrimônio público (doação e leilões de terrenos estatais), no *marketing* e na apropriação privada de espaços das cidades (LEAL, 2006). Esse quadro é configurado no interior do atual processo de reprodução ampliada do capital, no qual grandes empresas requerem, cada vez mais, grandes negócios (megaprojetos, megaeventos), e estes só se tornam viáveis e factíveis com o auxílio, cobertura e parceria do Estado.

É desse modo que se apresenta o grande negócio da urbanização do Recife, chamado de Novo Recife. Esse grande negócio tem sido objeto de polêmica em função de seu potencial de impacto para o desenvolvimento urbano da cidade, do nível de relações entre Estado e capitais envolvidos em sua produção, via arranjos político-institucionais, e do fato de estar ligado à promoção do desenvolvimento urbano através da produção de projetos urbanísticos espetaculares.

Podemos dizer que o Projeto Novo Recife se aproxima do que Harvey (2011) denomina de "destruição criadora": a necessidade premente de o sistema produzir, por meio da absorção dos excedentes da transformação urbana, novos espaços para fugir das crises de superacumulação. O autor também chama a atenção para a transformação da qualidade de vida e do próprio direito à cidade em mercadoria. Nas palavras dele:

> A qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria para aqueles com dinheiro, assim como para a própria cidade, num mundo onde o turismo, o consumismo, o marketing de nicho, as indústrias culturais e de conhecimento, e também a perpétua dependência em relação à economia política do espetáculo tornaram-se os principais aspectos da economia política do desenvolvimento urbano (HARVEY, 2011, p. 143).

Entendemos a difusão em Recife das chamadas "inovações espaciais" na mesma linha argumentativa de Harvey. Para Corrêa (2010), essas inovações constituem tanto objetos fixos criados pelo homem quanto deslocamentos em geral, fluxos, que são novos ou considerados novos em um dado contexto espacial. Ele também as associa às estratégias de "destruição criadora" (HARVEY, 2011) e de "obsolescência programada"[4] (LEFEBVRE, 1991; 2006), afirmando que as inovações são correntes e efetivadas, cada vez mais, em menores intervalos de tempo.

O produto da inovação, o novo, como demonstra Corrêa (2010, p. 150), é considerado "sinônimo de progresso e bem-estar, tornando-se, graças à massiva publicidade, o mais importante e genérico objeto de consumo. Por seu intermédio, a acumulação de capital estabelece uma de suas bases de continuidade". Isso é o que está implícito na proposta do Projeto Novo Recife, sobretudo na referência à modernização de uma área caracterizada pelo atraso e por um passado decadente, a qual precisa sofrer uma reestruturação para ocupar um novo papel na divisão social e territorial do trabalho como uma metrópole aberta às influências exógenas, aos novos signos contemporâneos e aos "vitoriosos" modelos de gestão urbana.

Nesse contexto, conforma-se o que intitulamos de circuitos espaciais da inclusão/exclusão urbana em Recife[5]. Tais circuitos são representativos do poder dos agentes hegemônicos na produção do espaço da metrópole, que efetivam mudanças

4 Lefebvre, em *A Produção do Espaço*, fala dessa obsolescência e sua ligação com a produção de novos espaços: "[as] dificuldades provenientes da demasiado lenta obsolescência dos produtos, o que tende a acarretar um abrandamento da rotação do capital, [são combatidas] por procedimentos bem diversos. A mobilização do espaço se torna frenética, e compele até a autodestruição dos espaços, antigos e novos. O investimento e a especulação não podem parar, [nem] mesmo abrandar: círculo, ciclo infernal" (LEFEBVRE, 2006, p. 456).

5 Essa definição fundamenta-se na releitura e imbricação de conceitos/reflexões de alguns autores, quais sejam: 1. Santos (1978; 2005) – "circuitos da economia urbana" nas cidades de países subdesenvolvidos; 2. Corrêa (2010) – "inovações espaciais" como formas espaciais típicas da urbanização contemporânea e seus efeitos no espaço urbano; 3. Lefebvre (1999; 2006; 2008) – espaço como sendo simultaneamente fragmentado, homogeneizado e hierarquizado, algo que nasce a partir do modo de produção hegemônico e de suas contradições.

qualitativas e quantitativas na dinâmica das cidades e em suas relações sociais. Na Figura 1, podem ser visualizados esses circuitos próximos à bacia do rio Pina e na região do Cais Estelita, área com localização privilegiada, inserida no centro antigo da cidade, nas margens da área portuária, fazendo parte da frente d'água (*waterfront*) ou frente marítima do Recife, juntamente do Cais de Santa Rita. Este último é outro espaço portuário que está sendo alvo de um projeto de requalificação designado como Projeto Porto Novo[6], sob liderança do Governo do Estado de Pernambuco.

Figura 1: Frente marítima do Recife e Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano

Fonte: Adaptado de Mendonça (2015).

1. Projeto Novo Recife
2. Projeto Porto Novo
3. Torres Gêmeas
4. *Shopping* RioMar e Via Mangue

Excluída desses circuitos espaciais e enclaves de modernidade, vive e trabalha uma massa de pessoas com baixas expectativas de inserção formal no exigente mercado de trabalho. Esses indivíduos não são contemplados com políticas de mobilidade social ascendente, e, por isso, reproduzem-se em espaços de periferização e exclusão. Uma vez que inexistem como consumidores desses espaços e de alguns serviços da cidade, não são tratados como cidadãos. Eles fazem parte de um mundo cindido pelos padrões sociais absorvidos pela classe dos incluídos, não sendo tolerados em função de sua pobreza e miséria. Nesse grupo, destacam-se os moradores e os trabalhadores que possuem residências e trabalhos localizados nas proximidades dessas áreas e que se ligam a um circuito informal da economia urbana (SANTOS, 1978; 2005; 2008). Adicionemos que tais moradores/trabalhadores não são lembrados e não fazem parte

6 O Projeto Porto Novo visa a revitalizar o berço histórico da cidade e a transformar antigos armazéns do Porto do Recife, inoperantes desde 1992, em espaços turísticos e de lazer, tendo os seguintes equipamentos: Terminal Marítimo de Passageiros; cais do Sertão Memorial Luiz Gonzaga; Centro de Artesanato e obras de urbanização do cais. Alguns desses equipamentos ainda se encontram em construção.

das discussões e dos debates sobre a área em que vivem, nem dos planos dos agentes hegemônicos produtores do espaço urbano.

Santos (1978), em sua análise da urbanização do Terceiro Mundo, considera tanto a dimensão histórica como a especificidade dos espaços periféricos examinados. Estes, como ele mostra, caracterizavam-se, entre outros fatores, por possuir grandes limitações na capacidade empregatícia de setores intensivos em capital (circuito superior) e por apresentar um alto índice de proliferação da pobreza, bem como uma gama de atividades urbanas de baixa produtividade (circuito inferior), as quais acolhiam uma parcela elevada da força de trabalho – algo muito próximo da realidade de metrópoles periféricas como o Recife. Sobre a origem desses circuitos, o autor afirma:

> A presença de uma massa populacional com salários muito baixos, dependendo de trabalho ocasional para viver, ao lado de uma minoria com altos salários, cria na sociedade urbana uma distinção entre os que têm permanente acesso aos bens e serviços oferecidos e os que, mesmo apresentando necessidades similares, não podem satisfazê-las. Isto cria ao mesmo tempo diferenças qualitativas e quantitativas de consumo. Essas diferenças são, ambas, causa e efeito da existência, isto é, da criação ou manutenção, nestas cidades, de dois sistemas de fluxo que afetam a fabricação, a distribuição e o consumo de bens e serviços (SANTOS, 2005, p. 95).

Para Santos (2005), ambos os circuitos são resultados, diretos e indiretos, da modernização – produtos de inovações, portanto. Corrêa (2010) destaca, dentro de um vasto quadro, os seguintes exemplos de inovações espaciais que configuram tais circuitos: "cidadelas" (bairros ou "cidades" planejadas), *shoppings centers* e vias expressas, sendo estes representativos da organização espacial de setores de amenidades. Para o caso do Recife, podemos adicionar ao quadro os edifícios (torres) de serviços especializados ou empresariais encontrados, hoje, em nossas metrópoles, cada dia mais ligadas a uma economia de serviços típica do circuito superior – aqui se insere, por exemplo, o polêmico Projeto Novo Recife.

Nas novas "cidadelas" ou condomínios de luxo, vive uma classe média alta, constituída por descendentes de famílias de alto *status* que residiam nos bairros nobres tradicionais ou por uma classe média emergente, procedente de bairros de menor *status*. Essas áreas podem ser ocupadas, ainda, como vem ocorrendo em Recife, por uma mão de obra vinda de fora para trabalhar em cargos especializados ou de chefia nos vários projetos e nas empresas recentemente instaladas na cidade. As "cidadelas" ou edifícios de serviços especializados ou empresariais – como as Torres Gêmeas[7] e o Novo Recife – oferecem segurança, variados tipos de lazer, lojas de conveniência, *shoppings*, restaurantes, marinas, capelas ecumênicas, escolas, entre outros serviços.

Entre os circuitos espaciais criados, recentemente, no Recife, temos, como primeiro exemplo, o *Shopping* RioMar, que gerou muita polêmica na cidade desde o momento em que foi publicada sua proposta de instalação. As controvérsias em torno do projeto se deram pelo fato de o *shopping* ocupar uma grande área de mangue, utilizando o frequente discurso (acionado por construtoras e promotores imobiliários) da sustentabilidade e dos edifícios inteligentes e ecológicos para relativizar a ocupação. Uma outra crítica relacionava-se ao provável aumento de congestionamentos em uma localidade que já era conturbada, uma vez que se constituía como entrada principal para a zona sul da cidade e para bairros como o de Boa Viagem.

7 Os edifícios Pier Mauricio de Nassau e Pier Duarte Coelho estão localizados no cais de Santa Rita. O terreno pertencia à Mesbla Veículos. A empresa encerrou suas operações com diversas dívidas trabalhistas e acabou perdendo o terreno em disputa jurídica. Posteriormente, esse terreno foi leiloado de forma questionável. Duas empresas tinham interesse em adquirir o local: as construtoras Moura Dubeux e Queiroz Galvão – atualmente, líderes do Projeto Novo Recife. O leilão deveria ocorrer no dia 24 de março de 2003, às 12 horas 30 minutos. Porém, sem notificação oficial, o horário foi modificado para as 9 horas da manhã, aparecendo apenas a Moura Dubex como interessada.

Um segundo exemplo está ligado à aliança do Estado com o capital incorporador, representado, entre outros, pelos grandes projetos urbanos realizados pelo grupo JCPM, pertencente a João Carlos Paes Mendonça, antigo dono da terceira maior rede de supermercados do país, Hiperbompreço, que fez fortuna em Pernambuco. Hoje esse empresário atua no ramo imobiliário e de *shoppings,* principalmente no Nordeste, sendo sócio de três dos principais *shoppings* da cidade do Recife.

A respeito das obras de mobilidade, podemos citar o caso da via expressa batizada de Via Mangue, localizada em uma área consolidada e de revalorização na porção oeste do bairro do Pina. Essa obra viária pode vir a acarretar uma grande concentração de projetos imobiliários de moradia para as classes média e alta, dado que está inserida em uma das áreas que mais se valoriza na cidade, possuindo as maiores altas de preço por metro quadrado[8]. O objetivo desse projeto, segundo proposta do governo, é desafogar o trânsito na zona sul do Recife por meio de uma via de 5,1km de extensão às margens do manguezal do rio Pina.

A Via Mangue recebeu críticas por ter sido construída sobre ambiente de mangue (Parque dos Manguezais). Como justificativa, foi dito que ela serviria de cinturão protetor para o manguezal e que provocaria a valorização do transporte público. No entanto, essas duas justificativas não passaram de um contrassenso: a via, atualmente, é exclusiva para automóveis particulares, além de causar inúmeros danos ambientais para o manguezal.

Tal projeto serve de exemplo para o entrelaçamento de uma obra pública, no valor aproximado de R$ 24 milhões, com interesses do capital imobiliário. Ela liga, em suas extremidades, o *Shopping* RioMar ao condomínio-resort *Le Parc*, pertencente aos grupos JCPM e Cyrela Andrade Mendonça. Também é notória a proximidade da Via Mangue ao JCPM *Trade Center*, localizado no Pina e considerado o empresarial mais luxuoso do Recife, e ao Projeto Novo Recife. Tudo isso, ressaltemos, foi feito sob o discurso da sustentabilidade e do ecologicamente correto. Como diziam, o *Le Parc* estaria "integrado" ao Parque dos Manguezais, o RioMar teria 40 mil m² de área verde e a Via Mangue serviria de cinturão protetor ao manguezal.

Acerca dos antecedentes do Projeto Novo Recife, assinalamos que, desde 2003, as prefeituras do Recife e de Olinda já vinham conversando sobre o Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda, que, entre outras intervenções, envolveria um projeto na frente marítima que articula e, ao mesmo tempo, divide as duas cidades. O governo do estado, por sua vez, a partir de uma das diretrizes de planejamento metropolitano formulada em 2002, contratou, via Porto Digital, a Expo-Lisboa – empresa pública portuguesa que desenvolveu e gere o projeto de expansão de Lisboa para uma antiga área porto-ferroviária – para produzir um projeto para a área que o complexo ocuparia, uma área muito maior do que a do cais José Estelita, já que atravessava toda a frente marítima entre Recife e Olinda (espaço que concentrava muitos terrenos públicos subutilizados). Sobre esse aspecto, a urbanista Raquel Rolnik, que participou do processo, afirmou em um texto de seu *blog*[9]:

> Como havia terrenos da União nas áreas que estavam sendo pensadas para o desenvolvimento do projeto, o governo federal foi chamado para disponibilizar suas áreas. Era 2005 e, nesta ocasião, eu era secretária de programas urbanos do Ministério das Cidades, e nós – ao invés de simplesmente ceder ou não as áreas – atuamos na articulação de outros órgãos do governo federal, como a Secretaria do Patrimônio da União e o Iphan, para todos

8 Uma reportagem publicada em maio de 2012 já apontava a escalada de preço dos imóveis no bairro do Pina e suas possíveis causas: "Chama a atenção o preço do metro quadrado no bairro do Pina, que já é o segundo mais valorizado da cidade, ficando em média a R$ 5.359,65, pouco atrás de Boa Viagem, com R$ 5.492,08. Dois são os fatores principais para este fenômeno: a requalificação do bairro, com empresariais e a construção do *Shopping* Rio Mar e a proximidade com o Centro da Cidade. Observando os motivos pelos quais o consumidor escolhe um produto, pode-se inferir que o fatores mobilidade e vizinhança estariam valorizando a região" (LUCENA, 2012, n.p.).

9 Texto intitulado "Grupos se mobilizam no Recife contra o projeto imobiliário no cais José Estelita", de 2012.

> juntos formulamos um projeto. Foi então criado um Grupo de Trabalho, envolvendo os dois municípios, o Estado de Pernambuco e a União, e aí começamos a discutir o que ficou conhecido como Projeto Urbanístico Recife/Olinda (ROLNIK, 2012, n. p.).

A base do projeto era a disponibilização de espaço público e transporte público de qualidade para interligar as duas cidades. Estavam previstos, por exemplo, 1/3 de habitação popular nas novas áreas a serem construídas, assim como recursos para a urbanização de todas as favelas contidas nesse perímetro. Uma proposta inicial – não totalmente desenvolvida e ainda não sacramentada pelos envolvidos – foi lançada para debate público. Em 2007, no entanto, após as eleições, o governo de Pernambuco mudou, e a nova gestão simplesmente não deu continuidade ao projeto. Dois anos depois, o mesmo fato aconteceu no Recife. Rolnik (2012, n. p.) faz uma avaliação para esse desfecho do projeto:

> Hoje, na minha avaliação, dois fatores terminaram por detonar a possibilidade de implementação do projeto: o governo do Estado, por um lado, resolveu se desfazer dos seus terrenos no perímetro do projeto, privatizando uma área onde hoje está sendo construído um mega *shopping center*, e o governo federal, por outro lado, decidiu leiloar o terreno da União no cais José Estelita, que foi arrematado pelas três empresas que hoje pretendem implementar na área o Projeto Novo Recife, que nada tem a ver com o plano que estava em desenvolvimento e sua estratégia mais global e intersetorial de implementação.

Atualmente, presenciam-se lutas ou apelos na cidade em prol de um Patrimônio Artístico Cultural e Arquitetônico, pois o Projeto Novo Recife está projetado para ser efetivado no cais José Estelita, que possui, na área do entorno, monumentos tombados pelo IPHAN. Por lei, essas áreas possuem restrições de construção, justamente para possibilitar a visualização dos monumentos tombados, isto porque o usufruto e a contemplação da paisagem histórica e cultural do Recife pertencem a todos os seus cidadãos. Vale destacar que o projeto será realizado em um dos bairros mais tradicionais da cidade, numa das paisagens culturais que mais a identificam[10].

10 O Projeto Novo Recife consistia, na data de seu lançamento, em 13 torres (sendo duas delas duplas, como se existissem 15 edifícios), entre 36 e 45 andares, divididas em cinco grandes quadras (DIREITOS URBANOS, 2012).

O bairro São José, onde se localiza o cais José Estelita, é um dos mais tradicionais e antigos do Recife. Segundo Pontual (2005), o Recife, até o século XIX, existia sob a influência das águas e dependia do transporte fluvial. Da íntima ligação da cidade com seus corpos hídricos, surgiu o cais José Estelita, no estuário do rio Pina. Este, conforme Barbosa (2014), corresponde a uma das margens líquidas do Recife, com intensa disputa territorial, sendo, antes de tudo, um espaço de importância ecológica, política, histórica e cultural.

No processo de transformação da área do cais José Estelita e do lançamento do Projeto Novo Recife, vemos a conformação de um circuito espacial de inclusão/exclusão urbana em que se mesclam vários eventos, quais sejam: desativação da Rádio Pina e posterior ativação do Parque dos Manguezais; Projeto Capital; construção da Linha Verde, depois transformada em Via Mangue; elaboração do projeto Complexo Turístico Cultural Recife-Olinda; edificação das Torres Gêmeas pela Moura Dubeux; fundação do *Shopping* RioMar; efetuação das obras de renovação e requalificação urbana dos armazéns do porto do Recife, associadas ao Projeto Porto Novo.

O MOVIMENTO OCUPE ESTELITA E A ATUALIDADE DA LUTA DE CLASSES NO ESPAÇO DA CIDADE

[...] uma história dessa cidade,
aquática, musical, bela e pobre,
que muitas vezes foi noiva da revolução,
quase se casando. Cerimônia marcada,
na undécima hora sempre chegavam sinistros homens,
deixando pra trás amargas lembranças vestidas de luto.
(Chico de Oliveira)

Neste artigo, damos enfoque às possiblidades conceituais e teóricas que se atentam para a luta de classes e de frações do capital e seu papel na produção do espaço urbano. Focamos também o importante papel dos movimentos sociais e da utopia na produção da metrópole moderna (LEFEBVRE, 2006, 2008). Lefebvre (2006, p. 98), analisando a produção do espaço pela burguesia no capitalismo e as contradições advindas de tal produção, afirma:

> A burguesia e o capitalismo têm, desde agora, muita dificuldade para dominar seu produto e seu meio de dominação: o espaço. Eles não podem reduzir a prática (o práticosensível, o corpo, e a prática socioespacial) ao seu espaço abstrato. Contradições novas, as do espaço, surgem e se manifestam.

Em Recife, há um histórico de manifestações ligadas às contradições apontadas por Lefebvre (2006).

Para Oliveira (2008), o Recife foi, no século XX, uma invenção da esquerda. Indo além, ele afirma que, mesmo nos séculos anteriores, essa cidade conformou uma identidade e uma vocação libertária e igualitária. Atualmente, constatamos na sociedade recifense uma batalha em torno da produção do espaço, consubstanciada na luta de empreendedores urbanos e do Estado, ligados por uma coalização de poder, contra grupos e movimentos sociais (Ocupe Estelita, Direitos Urbanos), em projetos como o Novo Recife, exemplo da produção do espaço abstrato do capitalismo como fuga das crises do capital via produção de capital fixo (LEFEBVRE, 2006; 2008; HARVEY, 2005; 2011).

Com o apoio de diversos segmentos da sociedade, o Ocupe Estelita surgiu após a apresentação do Projeto Novo Recife. O movimento busca manter vivo o debate sobre o modelo de ocupação verticalizado que a cidade adotou nas últimas décadas. Além de semelhanças com o *Occupy Wall Street*, como a ausência de programa e a coordenação difusa, o Ocupe Estelita aproxima-se de mobilizações como a do movimento paulistano Baixo Centro, associando ações culturais e discurso político. Um texto do *site* do movimento Direitos Urbanos[11] deixa claro os objetivos do Ocupe Estelita:

> [...] questionando a destinação imobiliária, a degradação ambiental, paisagística, histórica e arquitetônica do espaço, acontecem desde 2012 inúmeras manifestações que se denominaram "Ocupe Estelita" (influenciado pelas ocupações dos espaços públicos – praças e ruas, na Europa, em um movimento que reivindicava Democracia Real). Nos "Ocupe

11 O Direitos Urbanos corresponde a um grupo formado na internet, em especial na rede de relacionamentos *Facebook*, com objetivo de articular um diálogo sobre o modelo contemporâneo de ocupação e transformação da cidade do Recife. O Direitos Urbanos pode ser compreendido como um grupo de contestação e proposição de ideias, a partir de uma metodologia de atuação variada (ocupações, usos políticos da arte, "batalhas jurídicas", entre outros), organizada a partir de demandas insurgentes e para atuar frente a grandes projetos que requerem uma contestação emergencial. Entre as diversas atuações do grupo, destaca-se o Ocupe Estelita, ocupação festiva e cultural, mas também política e de debate, influenciada por ocupações que sacudiram o mundo a partir de 2011, tais como o *Occupy Wall Street*, o 15-M e a Primavera Árabe (BARBOSA, 2014).

> Estelita", ante a necessidade de se organizar aquela luta pontual e construir uma pauta política de resistência ao Projeto "Novo Recife", surgiu [agregou-se ao] o grupo "Direitos Urbanos", campo político plural e horizontal em que se deram as discussões sobre o cais José Estelita, e em que, com o passar do tempo, desembocaram as diversas lutas urbanísticas em defesa da cidade e contra as intervenções imobiliárias e estatais violadoras dos direitos urbanos e humanos (DIREITOS URBANOS, 2014, n. p.).

Lefebvre (2006) disserta sobre esses tipos de ações e sobre a luta pelo "direito à diferença" em um período de forte homogeneização advinda das ações do Estado, através do poder político, do mercado mundial e do mundo da mercadoria – homogeneização implícita na produção do espaço abstrato. O autor ratifica a necessidade da restituição de um "código" do espaço:

> Restituir um "código" do espaço, ou seja, uma linguagem comum à prática e à teoria, aos habitantes, aos arquitetos, aos científicos {cientistas}, pode se considerar taticamente como uma tarefa imediata. Um tal código reapreenderia, inicialmente, a unidade de elementos dissociados: o privado e o público, o encontro e a diferença no espaço. Ele reuniria os termos dispersados pela prática espacial existente e pelas ideologias que a justificam: o micro (a escala ou nível arquitetural) e o macro (atribuído aos urbanistas, aos políticos, aos planificadores), o cotidiano e o urbano, o dentro e o fora {o interior e o exterior}, o trabalho e o não-trabalho (a festa), o durável e o efêmero etc. O código compor-se-ia, assim, de oposições pertinentes (paradigmáticas), retomadas de termos confundidos na homogeneidade do espaço politicamente controlado (LEFEBVRE, 2006, p. 100).

Quanto à possibilidade de restituição desse "código", é interessante analisar, aqui, o papel dos movimentos sociais urbanos ao longo da história, com seus pontos fortes e suas limitações[12]. Esses movimentos, nas décadas de 1960 e 1970, insuflados pelas teses althussserianas, conquistaram o caráter de vanguarda na luta política das esquerdas – fato que inspirou Manuel Castells a escrever, em 1983, *The city and the grassroots*.

Para Lefebvre (1991), tais movimentos, a despeito de seu potencial mobilizador, originam-se e organizam-se em torno de reivindicações particulares (ciclovias; espaços públicos, como parques; entre outros), relativas ao consumo no/do ambiente construído. Eles somam diferentes setores sociais que partilhariam uma mesma posição de classe, em termos de consumo do espaço, mas não vão além disso.

Movimentos como o Ocupe Estelita seguem, aparentemente, a lógica lefebvriana de lutas contra a cisão entre valor de uso e de troca do espaço urbano, na qual a sociedade fetichizada é reduzida ao mercado. Para Lefebvre, usar a cidade como valor de uso significa habitá-la nos gestos do cotidiano. A cotidianidade deve ser compreendida, na perspectiva do autor, a partir de três dimensões dialéticas: trabalho, família e lazer. Tais dimensões representam questões tensas, carregadas de conflito, da vida social. Por sua vez, a festa aparece como uma prática revolucionária, como possibilidade de impregnar de não cotidianidade o cotidiano. A festa não desaparece inteiramente do cotidiano: ela está presente nos encontros e nos festejos, no carnaval e nas mobilizações. Isso leva Lefebvre a considerar que a revolução (violenta ou não) adquire um sentido novo, isto é, de ruptura com o cotidiano, de restituição da festa, sendo esse o escopo da revolução possível (virtual) (LEFEBVRE, 1991; 1999).

12 Sobre as possíveis limitações dos movimentos sociais urbanos atuais, David Harvey, em 18 de novembro de 2014, logo após sua visita ao Brasil para o ciclo de conferências "A economia política da urbanização", apontou um paralelo entre o Brasil e a Turquia. Ao analisar a representatividade desses movimentos, ele afirmou: "Mas a 'classe ascendente' também não representa a totalidade da população. Na Turquia, a massa das classes trabalhadoras islâmicas não se juntou à revolta. Eles já possuíam suas próprias solidariedades culturais (frequentemente anti-modernistas) e relações sociais endurecidas (particularmente no que diz respeito à questão de gênero). Eles não se atraíram pela retórica emancipatória do movimento de protesto, porque aquele movimento não abordou efetivamente sua condição de imensa privação material. Eles gostaram da combinação de *shopping centers* e mesquitas que o partido dominante, o AKP (Partido da Justiça e Desenvolvimento), estava construindo, e não se importavam com a evidente corrupção em torno da explosão na construção civil, contanto que representasse uma fonte de emprego" (HARVEY, 2015, n.p.).

Em Recife, há esse tipo de ativismo marcado pela organização de mobilizações de caráter festivo e de uso e fruição do espaço da cidade. Nele, o urbano se apresenta como espaço primeiro de encontros, de ajuntamentos (festa) e de apregoamento de um direito à cidade, que, juntos, podem resgatar o valor de uso ante a lógica das cadeias de equivalência do capitalismo, aquele que transforma tudo, inclusive os espaços da cidade, em valores de troca (FILGUEIRAS, 2014).

Devemos destacar também o caráter moderno e atual dos movimentos sociais em rede, sediados na *internet* e para além dela, como o caso do grupo Direitos Urbanos no Recife. Castells, em *Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet* (2013), entende os movimentos em rede como um padrão emergente nas lutas sociais da atualidade. Sobre a construção dessa nova configuração das lutas e movimentos sociais, ele escreve:

> De início, eram uns poucos, aos quais se juntaram centenas, depois formaram-se redes de milhares, depois ganharam o apoio de milhões, com suas vozes e sua busca interna de esperança, confusas como eram, ultrapassando as ideologias e a publicidade para se conectar com as preocupações reais de pessoas reais na experiência humana real que fora reivindicada. Começou nas redes sociais da internet, já que estas são espaços de autonomia, muito além do controle de governos e empresas, que, ao longo da história, haviam monopolizado os canais de comunicação como alicerces de seu poder. Compartilhando dores e esperanças no livre espaço público da internet, conectando-se entre si e concebendo projetos a partir de múltiplas fontes do ser, indivíduos formaram redes, a despeito de suas opiniões pessoais ou filiações organizacionais. Uniram-se. (CASTELLS, 2013, p. 9-10).

Nossa análise parte do entendimento da lógica de reprodução do capitalismo avançado no mundo moderno e na organização da vida cotidiana, a qual embota o discernimento dos habitantes das metrópoles (SIMMEL, 1976) quanto à diferença entre o espaço urbano usado como valor de uso e valor de troca. Através do conceito de "sociedade burocrática de consumo dirigido", Lefebvre (1991) expõe a racionalidade e o papel do Estado na condução do processo de organização do capitalismo, os aspectos ideológicos dessa condução do consumo, assim como o peso disso no cotidiano da vida nas cidades contemporâneas. Posteriormente, em 1999, ele trata "o urbano" como um possível-impossível, compreendendo a fase crítica (atual) como uma verdadeira caixa-preta, da qual podem sair tanto soluções e repostas para as contradições do sistema capitalista e sua correlata produção do espaço, quanto também a ampliação das mesmas contradições. Em *A Revolução Urbana*, o período das revoluções urbanas é compreendido como aquele que pode resgatar o solo urbano das servidões da propriedade privada e, por conseguinte, da especulação – fato que poderia nos levar a uma verdadeira guerrilha urbana na luta pelo espaço das/nas cidades.

Considerando essas discussões, concluímos, preliminarmente, que movimentos como o Ocupe Estelita não se manifestam como uma estratégia plena de guerrilha urbana do tipo explicitado por Lefebvre. Eles se vinculam mais a uma ideia de utopia que se empenha em transcender o institucional, servindo-se da problemática do real e do possível-impossível. Os movimentos contemporâneos, ademais, conectam-se em redes no ciberespaço, ultrapassando o espaço urbano. Nas redes sociais, esses movimentos espalham-se por contágio, produzem um mundo ligado pela internet sem fio, caracterizado pela difusão rápida, viral, de imagens e ideias (CASTELLS, 2013).

Finalmente, neste estudo, compartilhamos a tese de Lefebvre de que a revolução urbana e a democracia concreta (desenvolvida) coincidem. Acreditamos que só por essa via a práxis urbana dos grupos e das classes, ou seja, a maneira de eles viverem verdadeiramente a morfologia da qual dispõem, pode confrontar-se com a ideologia urbanística hegemônica. Nesse sentido, a contestação se transforma em reivindicação e, por seu turno, em mudança social.

Com relação à emergência de novos movimentos sociais urbanos baseados em redes no ciberespaço, salientamos a necessidade de estudos mais aprofundados acerca da formação, da dinâmica, do alcance, dos valores e das perspectivas de transformação social de cada um deles.

Todas as características históricas e atuais do Recife aqui apresentadas nos fazem entender essa cidade como um espaço de conflito e de possibilidades de ações realmente transformadoras do padrão de produção espacial excludente. Elas nos fazem acreditar, ainda, que Recife continua, sim, em seu noivado com a revolução.

Alexandre Sabino do Nascimento:
alexandre.nascimento@upe.br.

Artigo recebido em 15 de setembro de 2015 e aprovado para publicação em 2 de dezembro de 2015.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, D. T. *Novos recifes, velhos negócios*: política da paisagem no processo contemporâneo de transformações da bacia do Pina – Recife/PE: uma análise do Projeto Novo Recife. 2014. 245 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

CASTELLS, M. *Cidade, democracia e socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. *Redes de indignação e esperança*: Movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BITOUN, J. *et al*. *Região Metropolitana do Recife no Contexto de Pernambuco no Censo 2010.* Recife: Observatório das Metrópoles, 2010.

COMPANS, R. *Empreendedorismo urbano*: entre o discurso e a prática. São Paulo: Unesp, 2005.

CORRÊA, R. L. Inovações espaciais urbanas: algumas reflexões. *Revista Cidades*, Presidente Prudente, v. 7, n. 11, p. 149-159, 2010.

DIREITOS URBANOS. Perguntas Frequentes – Projeto Novo Recife. v 1.3. *Direitos Urbanos,* Recife, dez. 2012. Disponível em: <https://direitosurbanos.wordpress.com/faqs/faq-projeto-novo-recife/>. Acesso em: 20 ago. 2015.

_____. O que a luta pelo direito à cidade tem a ver com o Ocupe Estelita? *Direitos Urbanos,* Recife, 27 maio 2014. Disponível em: <https://direitosurbanos.wordpress.com/2014/05/27/o-que-a-luta-pelo-direito-a-cidade-tem-a-ver-com-o-ocupe-estelita/>. Acesso em: 20 ago. 2015.

FILGUEIRAS, M. Produção cultural do Movimento Ocupe Estelita ganha fôlego no Recife e já é chamada de 'novo mangue beat'. *O Globo,* Rio de Janeiro, 4 dez. 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/cultura/producao-cultural-do-movimento-ocupe-estelita-ganha-folego-no-recife-ja-chamada-de-novo-mangue-beat-14730838>. Acesso: 5 dez. 2014.

FREITAS, A. Recife tem maior variação no preço do metro quadrado de imóveis, diz Fipe. *Diário de Pernambuco,* Recife, 5 mar. 2012, n.p. Disponível em: <http://www.old.pernambuco.com/ultimas/nota.asp?materia=20120305171521>. Acesso: 5 ago. 2015.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Déficit habitacional municipal no Brasil*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro; Ministério das Cidades, 2013. 78 p.

HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005

_____. *O enigma do capital:* e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Os limites do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. A crise da urbanização planetária. *Blog da Boitempo*. São Paulo, 10 jan. 2015. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2015/01/10/david-harvey-a-crise-da-urbanizacao-planetaria/>. Acesso em: 25 set. 2015.

HOBSBAWM, Eric J. *A era do capital*: 1848-1875. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

LACERDA, N. Fragmentação e integração: movimentos de reestruturação espacial das metrópoles brasileiras. In: RIBEIRO, A., LIMONAD, E.; GUSMÃO, P. (Org.). *Desafios do planejamento*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012. p. 21-42

LEAL, S. M. R. Empresarialismo competitivo e produção imobiliária no processo de organização do espaço metropolitano do Recife. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 10., 2006, Salvador. *Anais do X Colóquio Internacional sobre Poder Local*: Desenvolvimento e Gestão Social do Território. Salvador: NEPOL/UFBA, 2006.

_____. Papel dos agentes econômicos na governança das metrópoles brasileiras: Inovações e Impactos Territoriais dos Grandes Empreendimentos Imobiliários. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14., 2011, Rio de Janeiro. *Anais do XIV Encontro Nacional da Anpur*. Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.

LEFEBVRE, Henri. *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Ediciones Península, 1969.

_____. The Production of Space. London: Blackwell, 1991.

_____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. *A produção do espaço*. Belo Horizonte: [s.n.], 2006. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2015.

_____. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LIMONAD, E.; LIMA, I. G. Entre a ordem próxima e a ordem distante: contribuições a partir da obra de Henri Lefebvre. In: LIMONAD, E. (Org.). *Entre a Ordem Próxima e a Ordem Distante:* contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre. Niterói: UFF/GECEL, 2003. p. 15-33.

LUCENA, P. Preços dos imóveis em Recife subiram 22,8% em 5 meses. *Acerto de Contas*, 24 maio 2012. Disponível em: <http://acertodecontas.blog.br/financiamento-imobiliario/preos-dos-imveis-em-recife-subiram-228-em-5-meses/>. Acesso em: 1 set. 2015.

MASCARENAS, G.; BIENENSTEIN, G.; SÁNCHEZ, F. *O jogo continua*: megaeventos esportivos e cidades. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

MARICATO. E. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. É a questão urbana, estúpido! In: _____ *et al. Cidades rebeldes*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 19-26

MARX, K. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MENDONÇA, A. S. A importância do debate acerca do cais José Estelita e do Projeto Novo Recife para a gestão pública. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 16., 2015, Belo Horizonte. *Anais do XVI Encontro Nacional da Anpur*. Belo Horizonte: ANPUR, 2015.

MOLOCHT, H. The City as a Growth Machine: toward a political economy of place. *The American Journal of Sociology*, v. 82, n. 2, p. 309-332, sep. 1976.

MUITAS realidades dentro das mesmas cidades. *Diário de Pernambuco,* Recife, 2013. Disponível em: <http://hotsites.diariodepernambuco.com.br/vidaurbana/2013/IBEU/desigualdade.shtml>. Acesso em: 10 set. 2015.

NASCIMENTO, A. S. A difusão de grandes projetos de desenvolvimento urbano como inovações espaciais e seu papel no processo de acumulação e expansão geográfica do

capital. In: *Anais do XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana*. Rio de Janeiro, 2013.

OBSERVATÓRIO DO RECIFE. *Indicadores do Recife*. Recife: Observatório do Recife, 2015.

OLIVEIRA, F. *Noiva da Revolução; Elegia para uma re(li)gião*: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes. São Paulo: Boitempo, 2008.

PONTUAL, V. Experiências urbanísticas e representações de cidade: o Recife civilizado. In: CARNEIRO, A. R. S.; PONTUAL, V. (Org.). *História e paisagem*: ensaios urbanísticos do Recife e São Luís. Recife: Bagaço, 2005. p. 23-48.

PREÇO do metro quadrado no Recife sobe 17,8% em 2012, maior variação do país. *Diário de Pernambuco,* Recife, 4 jan. 2013. Disponível em: <http://www.jraluminium.com.br/informativos/06-01-2013-preco-do-metro-quadrado-no-recife-sobe-17-8-em-2012-maior-variacao-do-pais/>. Acesso em: 5 ago. 2015.

RECIFE é a 5ª cidade com maior concentração de favelas do país. *Diário de Pernambuco*, Recife, 21 dez. 2011. Disponível em: <http://www.old.diariodepernambuco.com.br/nota.asp?materia=20111221100725>. Acesso em: 10 set. 2015.

REYNALDO, A. *et al.* A reconfiguração espacial da Região Metropolitana do Recife: processo de fragmentação e integração. *Anales del V Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo*, Barcelona-Buenos Aires, junio 2013. Barcelona: DUOT, 2013, p. 1433-1440.

ROLNIK, R. Grupos se mobilizam no Recife contra projeto imobiliário no cais José Estelita. *Blog da Raquel Rolnik*, São Paulo, 19 mar. 2012. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2012/03/19/grupos-se-mobilizam-no-recife-contra-projeto-imobiliario-no-cais-jose-estelita/>. Acesso em: 7 set 2015.

_____. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, E. *et al. Cidades rebeldes*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 7-12.

_____. A Copa do Mundo no Brasil: tsunami de capitais aprofunda a desigualdade urbana. In: JENNINGS, A. *et al. Brasil em jogo*: o que fica da Copa e das Olimpíadas? São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2014.

SANTOS, M. O *Espaço Dividido*: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

_____. *Técnica, espaço, tempo*: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005.

_____. *Espaço e método*. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE. *Cenário econômico das MPEs em Pernambuco*. Recife: SEBRAE, 2014.

SIMMEL, G. A Metrópole e a vida mental. In: VELHO, O. G. (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

ABSTRACT: *It is observed that to get to the right to the city depends called upon in a truly democratic urban policies structuring and planning that operate mainly in the regulation of the use and occupation of land. These are connected in turn to two processes that are: the expansion of inter-capitalist competition between different fractions of capital - and their effects on different spaces, and the result of the constant reconfiguration of class struggle itself. It points up the protagonist and revolutionary character of the city of Recife in history, connecting it to your social contradictions and its evolution as one of the most unequal cities. The same happens to be the scene of a production space via spatial innovations, via large urban projects, which produce a real space circuit of exclusion, where we highlight the project New Recife. All this makes intensify its character of segregating,*

and also gives rise to the emergence of strategies and tactics for building a social practice through education attempts to urban praxis and public space occupancy acts via cultural activities in region Estelita Pier. This being the construction site of the project New Recife, and the scene of revolutionary experiences about urban issues in Recife.

KEYWORDS: *rebel cities; spatial circuits of inclusion/exclusion; social movements; metropolis; urban restructuring; Recife; right to the city.*

Práticas culturais como insurgências urbanas:

o caso do *Squat Kunsthaus Tacheles* em Berlim[1]

1 A autora agradece à professora Lilian Fessler Vaz e ao GPCHU/PROURB/FAU-UFRJ, ao CNPq, à CAPES/PDSE (processo nº 19188/12-9) e à FAPERJ/CAPES-PAPD pelo apoio à pesquisa.

Cultural practices as urban insurgencies:

the case of the *Kunsthaus Tacheles Squat* in Berlin

Claudia Seldin
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo,
Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo: *Este artigo aborda o tema da "insurgência" através da análise de práticas culturais que emergem como resistências aos crescentes processos de "culturalização" do espaço urbano. Partindo do princípio de que a criação e a venda de imagens de cidade dominam o campo do Planejamento Urbano contemporâneo, propomos investigar alguns casos que atuem contra essa tendência, com foco no recorte espacial de Berlim. Apresentamos um breve histórico das insurgências urbanas na capital alemã – hoje tida como um dos exemplos emblemáticos de "cidade criativa", tão em voga no início do século XXI. Atenção especial será dada aos s*quats *berlinenses, especialmente ao* Kunsthaus Tacheles. *Apesar de serem apropriados pelo* marketing *urbano oficial – que visa à construção de uma imagem de cidade alternativa e atraente aos profissionais criativos –, os* squats *sofrem negativamente com a gentrificação. Como consequência, veem-se obrigados a criar modos verdadeiramente criativos para garantir seu direito à cidade.*

Palavras-Chave: *Berlim; cidade criativa; insurgência urbana; planejamento cultural estratégico; resistência;* Squat.

O presente artigo tem por objetivo discorrer sobre práticas culturais que configuram insurgências na cidade ocidental contemporânea. Compreendemos as insurgências como práticas de coletivos que se posicionam contra a ordem estabelecida, hoje excessivamente marcada pela lógica do consumo.

A partir de uma investigação sobre a relação entre cidade e cultura, argumentamos que, nas últimas décadas, a lógica do consumo se reflete, na escala urbana, através de processos crescentes de "culturalização" do espaço, visando à criação de imagens de cidade para competir globalmente. Considerando a recente intensificação da busca da imagem de "cidade criativa", examinamos aqui o caso de Berlim, onde diversos movimentos socioculturais vêm opondo-se às políticas públicas e aos projetos urbanos que instrumentalizam a criatividade, bem como seus efeitos gentrificadores, e, assim, formam insurgências cujo caráter se modifica ao longo do tempo. Para compreender as tensões envolvidas entre a abordagem culturalista do planejamento formal das cidades e os movimentos que insurgem contra ela, apresentamos um breve apanhado das relações de poder e as razões das inquietações que permeiam a época contemporânea.

CONTEXTUALIZAÇÃO: ESPAÇO, CULTURA, PODER E CONSUMO NA "MODERNIDADE LÍQUIDA"

A passagem do século XX para o XXI trouxe consigo uma série de novos comportamentos e tendências em nível global, apontando, entre outras coisas, para o encurtamento das distâncias, a fragilização das fronteiras, a necessidade de mobilidade constante e a consolidação de um poder simbólico como motor do capitalismo. Para explicar esse momento de profundas transformações, remetemo-nos à teoria do sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2001) referente à conflagração de uma era de "modernidade leve" e em processo de liquefação, e que, a partir dos anos 2000, se configura como uma "modernidade líquida". Essa metáfora é explicada pelo caráter de "fluidez" do estado líquido da matéria: o líquido, diferentemente do sólido, nunca ocupa a mesma posição no espaço; na verdade, muda constantemente, quase nunca retornando à configuração original (BAUMAN, 2001, p. 8). Para o sociólogo, o "desmanche dos sólidos", que vem ocorrendo desde o início da Modernidade, culminou na "libertação da economia" e no derretimento das ações coletivas e dos laços que antes nos uniam, como a família, a classe e o bairro (BAUMAN, 2001, p. 10-13).

A libertação econômica, fortalecida desde os anos 1980, é também abordada pelo geógrafo britânico David Harvey (2011; 2012) em suas reflexões sobre o capital e seus rebatimentos na conformação das cidades. O autor afirma que o capital é, na realidade, um processo ocorrido no tempo e no espaço e que a continuidade do seu fluxo é um dos pontos mais importantes para sua maior acumulação. Obstáculos ao seu movimento no espaço implicam um maior tempo de circulação, o que é desfavorável para os investidores. Nesse sentido, a diminuição das fronteiras e barreiras espaciais, observadas nas últimas décadas, representa um elemento crucial para o processo contemporâneo do capital. Harvey salienta que, cada vez mais, os seus detentores percebem o potencial dos setores econômicos de serviços e de entretenimento, através dos quais é possível alcançar uma maior velocidade do fluxo, dado que a mercadoria a ser vendida é, muitas vezes, o próprio processo de trabalho, não havendo um intervalo de tempo significativo entre o momento de produção e o de venda (HARVEY, 2011, p. 42-43). Esse é o caso, por exemplo, de produtos e eventos culturais – realizados e consumidos quase instantaneamente – e dos estilos de vida, reproduzidos através dos setores da moda e do *design*, agora voltados para o consumo em massa. Ademais, o tempo de vida desses serviços e dos produtos culturais a eles atrelados é bem menor do que o de bens de consumo materiais, o que justifica ainda mais o investimento nas tecnologias, ideias e nos valores que sorrateiramente incentivam sua aceitação.

Com base nesse raciocínio, é crucial também o desenvolvimento de novos meios de transporte e de novas formas de comunicação, que se tornam facilitadores do fluxo de capital, beneficiando certos produtos dentro da dinâmica de competição que move o capitalismo. É, por isso, que a ideia de **inovação** – das técnicas, dos modos de produção e do próprio espaço – passou a ser glorificada na entrada do século XXI, mais especificamente sob o mantra da **criatividade**, que, além de acelerar o processo do capital, desperta novos desejos e necessidades de consumo.

O conceito de criatividade nos é especialmente interessante, já que ele vem permeando o campo do Urbanismo, principalmente sob o lema da "cidade criativa". Argumentamos aqui que a busca por esse *status* representa uma nova fase de um processo de "culturalização" do espaço urbano (VAZ, 2004), uma repaginação de um discurso calcado na venda da imagem das cidades e disseminado há mais de quarenta anos.

Podemos afirmar que tal "culturalização" foi conflagrada a partir de uma forte tendência de renovação de áreas urbanas estratégicas, com o objetivo de criar ícones culturais capazes de competir a nível internacional por investimentos e turistas. Iniciada nos EUA nas décadas de 1970/1980 e depois difundida pela Europa Ocidental e, eventualmente, pelo resto do mundo, essa tendência de pareamento do Planejamento Urbano com a Cultura consistiu em uma resposta aos processos de desindustrialização então conflagrados, em especial nas cidades que antes se apoiavam prioritariamente na manufatura de bens de consumo.

A imagem de declínio das cidades desindustrializadas levou os gestores urbanos a tentar reavivar, desesperadamente, as economias locais (e os mercados imobiliários falidos) através do investimento em novas imagens de suas cidades como polos culturais de destaque. Enquanto nos EUA observou-se uma forte tendência de revitalização do tecido urbano degradado por meio da criação de *lofts*, galerias de arte, restaurantes e boutiques em antigos distritos fabris (ZUKIN, 1982), na Europa, o processo de "culturalização" urbana foi mais amplamente associado à construção de grandes equipamentos de artes e entretenimento de caráter e escala espetaculares, muitas vezes projetados por profissionais renomados (EVANS, 2001). Essa vertente de renovação contribuiu para o surgimento de exemplos emblemáticos, entre os quais: a Paris de François Mitterrand, com seus inúmeros centros culturais; a Barcelona dos Jogos Olímpicos de 1992, com suas frentes marítimas repaginadas; a Bilbao pós-Guggenheim, consolidadora da noção dos museus e da "arquitetura de grife" como âncoras da revitalização urbana; e a Berlim reunificada, com seus antigos vazios urbanos tomados por grandiosos projetos decorrentes de concursos internacionais.

Os exemplos anteriores corroboram a ascensão do que chamaremos aqui de um "planejamento cultural estratégico", que combina os conceitos de "planejamento cultural" (EVANS, 2001) e de "planejamento estratégico" (VAINER, 2002, p. 76). O primeiro se refere à combinação dos equipamentos culturais com *design* urbano, tendo como implicação um conceito ampliado de cultura, que, mais do que o campo das artes, abrange também a indústria cultural, o turismo, o patrimônio histórico e o lazer. Já o segundo carrega um caráter mais crítico, condenando a forma de pensar o espaço em função de interesses específicos dentro de um esquema internacional de competição.

Nesse contexto, a predileção por certas áreas de maior visibilidade da cidade surge como uma das maiores críticas acerca da "culturalização" urbana, pois gera níveis de desenvolvimento díspares entre as regiões ou entre as próprias cidades. Consequentemente, o acesso aos novos espaços culturais também é desigual, uma vez que privilegia apenas certas camadas da população. Como afirma Harvey (2012, p. 14):

> A qualidade de vida se tornou uma mercadoria para aqueles com dinheiro, o mesmo tendo ocorrido com a cidade, num mundo onde consumismo, turismo, indústrias culturais e do conhecimento [...] se tornaram grandes aspectos da economia política urbana [...]. A inclinação pós-modernista para encorajar a criação de nichos de mercado, tanto em

> escolha de estilos de vida urbanos quanto em hábitos de consumo, cerca a experiência urbana contemporânea com uma áurea de liberdade de escolha no mercado, provido que você tenha dinheiro.

Como sabemos, a "áurea de liberdade de escolha no mercado" não é estendida a todos. Cada vez mais, percebemos que, independente da cidade, são restritos os grupos sociais que têm acesso à oferta de espaços culturais de caráter mais espetacular. Como consequência, as diferentes classes não frequentam os mesmos locais, não se misturam e não compartilham os mesmos valores, o que contribui para processos de segregação, exclusão e fragmentação cultural, social, política e territorial. Assim, independentemente da diminuição das fronteiras da "modernidade líquida", são criadas barreiras invisíveis que, associadas à implementação de políticas públicas desconectadas com as práticas populares, interrompem o diálogo espontâneo entre diferentes classes, como aponta Ribeiro (2006).

Cabe destacar que esses processos de segregação e fragmentação não são recentes ou exclusivos da fase "líquida" da modernidade, sendo observados desde a consolidação do projeto político modernista, que, como afirma o antropólogo James Holston (1996, p. 244), "absorve a cidadania num plano de construção do Estado e que, no processo, tende a reforçar um projeto elitista de contenção das classes trabalhadoras". Em sua crítica ao planejamento modernista, Holston (1996, p. 244) pontua que a herança de tal projeto político se baseia na concepção do Estado como "a única fonte legítima dos direitos, sentidos e políticas da cidadania". Para o autor, os espaços que surgem em oposição ao imaginário social modernista podem ser denominados de "espaços de cidadania insurgente" (HOLSTON, 1996, p. 244), sendo frequentemente derivados de manifestações organizadas de base ou através de práticas cotidianas que surgem fora da corrente de pensamento dominante, das políticas públicas de planejamento e/ou em busca de uma legitimação. Alguns exemplos seriam os espaços ligados às redes de migração, às periferias autoconstruídas ou às invasões urbanas (HOLSTON, 1996, p. 249).

O que observamos atualmente é que as insurgências, **compreendidas como formas alternativas de apropriação do espaço em busca da afirmação de um ideal**, ainda podem ser observadas, porém seu caráter vem transformando-se a partir do momento em que elas passam a agir contra lógicas de dominação/produção em constante transformação. O Estado, em seu papel de fonte legitimadora da cidadania no auge do modernismo, foi substituído, na segunda metade do século XX, pelo mercado, que é regido por um novo tipo de poder. Referimo-nos aqui ao "poder simbólico" (BOURDIEU, 2011) que se estabelece através da apropriação da cultura e que funciona, simultaneamente, como instrumento de identificação e de distinção dos diferentes, sendo capaz de legitimar ou excluir opiniões e discursos que vão contra os objetivos dos detentores do capital. Ressaltamos que esse capital – leve, que se move no espaço – está cada vez mais distante da noção de capital financeiro e mais próximo da noção de **capital simbólico**, ou seja, o acúmulo de bens de consumo (materiais ou imateriais) que atestam a distinção do seu detentor, contribuindo para a reprodução e legitimação da ordem socioeconômica estabelecida. Trata-se, portanto, de um poder que obedece a interesses particulares, apresentados, disfarçadamente, como interesses universais (BOURDIEU, 2011, p. 10-12).

No âmbito do "planejamento cultural estratégico", a presença de cultura em um determinado recorte espacial – sob a forma de um edifício, de atividades artísticas

ou de certo estilo de vida – denota poder e implica um aumento no valor da terra. A cultura passa a ser, portanto, instrumentalizada, adquirindo a função de movimentar mercados proeminentes, como o imobiliário e o de turismo. Nessa lógica, as cidades do fim do século XX apostaram alto na economia simbólica, tendo o 'turismo cultural' como seu principal negócio e como base de seu poder competitivo em nível regional e global. Em consonância, a vitrine do turismo cultural urbano exibe uma cidade "polida", com identidades cuidadosamente escolhidas para representar apenas as memórias, os modos de vida e as histórias vendáveis.

Pontuamos que projetar a cidade com a finalidade de ressaltar seu poder simbólico e incentivar o turismo é pensá-la a partir de movimentos superficiais, baseados em trajetórias limitadas em que os sujeitos apenas se esbarram, não havendo real interação com o "outro". Em suas reflexões sobre a "modernidade líquida", Bauman (2001) aponta que os projetos recentes das cidades – e destacamos aqui especialmente os projetos para os espaços públicos – dificultam o encontro entre os diferentes. Os espaços de hoje são projetados para a passagem, não para a permanência, de modo que a presença daqueles que não se encaixam no padrão seja "'meramente física' e socialmente pouco diferente" (BAUMAN, 2001, p. 119).

A percepção da tendência de projetar o espaço para uns e não para outros somase, hoje, a diversas outras críticas que vêm contribuindo para o desgaste dos discursos sustentadores do "planejamento cultural estratégico". Enquanto muitos condenam os processos de gentrificação[2] atrelados à criação de distritos culturais (LEES; SLATER; WYLY, 2008), outros alertam para uma crescente homogeneização do espaço. Esse é o caso de Michael Sorkin (1992), para quem as cidades passaram a se assemelhar a um parque temático. A ideia da cidade como parque temático implica a impossibilidade de enxergar o espaço coletivo como espaço público democrático. Nela, são constantes os elementos de aparência prazerosa e feliz, sempre destacados na arquitetura. Consequentemente, como afirma Ribeiro (2004), é possível observar a redução da complexidade urbana e certa perda da *uniqueness* dos lugares.

2 Em outras palavras, a área renovada passa por um processo de valorização tão profundo que seus habitantes não conseguem mais arcar com os seus elevados custos, devido, principalmente, à especulação imobiliária. Assim, são obrigados a deixar a região – agora tomada pelas classes média e alta – em busca de áreas mais baratas.

O que percebemos a partir dos anos 2000 é que a crescente homogeneização das cidades – pensadas como distritos culturais – fez com que a multiplicação de equipamentos de arte, entretenimento e lazer se tornasse não mais um fator diferenciador e de destaque, mas, sim, um "lugar comum" em termos de planejamento urbano. A falta de autenticidade e singularidade na experimentação da vida urbana começou a apontar para a necessidade de novos discursos de venda da imagem da cidade em locais diversos. Foi nesse contexto que a noção de "criatividade" começou a ganhar espaço nas políticas públicas.

A ASCENSÃO DA "CIDADE CRIATIVA"

A criatividade, como conceito aplicado às cidades, passou a ser incentivada desde meados dos anos 1990 (LANDRY; BIANCHINI, 1995), porém sua instrumentalização e expansão mundial, como parte dos discursos de venda da imagem urbana, intensificou-se apenas a partir da década de 2000, quando o conceito foi moldado a uma vertente econômica passível de utilização por gestores e administradores urbanos à procura de atualização das plataformas eleitorais. Essa atualização deveria implicar custos baixos de investimentos públicos, sem transformar

significativamente as relações de mercado surgidas nas décadas anteriores, sem danificar as parcerias consolidadas entre setores públicos e privados e sem invalidar os programas já concretizados de "culturalização" das cidades. Foi exatamente isso que a obra do economista estadunidense Richard Florida propiciou.

A polêmica pesquisa de Florida (2005; 2011), realizada prioritariamente nos EUA e no Canadá, propunha a ascensão de uma nova "classe social" – a "classe criativa" – como elemento essencial para o crescimento econômico das cidades contemporâneas. Caracterizada por ser jovem, boêmia, *cool*, diversificada e tolerante, ela combinaria profissionais muito diferentes – artistas, *designers*, cientistas, técnicos de tecnologia da informação, empresários, líderes políticos, entre outros –, todos reunidos no mesmo grupo de produtores do capital cognitivo, considerado o novo motor da economia mundial, isto porque a economia atual passou a ser amplamente dependente da alta tecnologia, da pesquisa e da disseminação de informação e comunicação. Assim, a "classe criativa" do século XXI representaria a consolidação da transição de uma sociedade baseada na produção de bens de consumo e de bens culturais para a produção de serviços e de conhecimentos especializados.

Ainda de acordo com Florida, como a "classe criativa" é móvel e cosmopolita, ela pode escolher em que cidade viver no mundo, optando por aquelas que apresentam certos conjuntos de amenidades atraentes ao público jovem e alternativo. Sua pesquisa destaca que a presença de grandes e espetaculares equipamentos culturais e de entretenimento já não é tão desejável como em décadas anteriores, pois esses profissionais criativos favorecem **lugares autênticos**:

> As atrações que a maioria das cidades se concentra em construir – estádios, vias expressas, centros de compras, áreas de lazer e turismo semelhantes a parques temáticos – são irrelevantes, insuficientes ou mesmo desinteressantes para a maioria dos integrantes da classe criativa (FLORIDA, 2011, p. 218).

Entre as preferências desse grupo estão: uma cena cultural alternativa, em vez de grandes museus e centros culturais de cadeia; parques locais, no lugar de grandes estádios esportivos; pequenos cafés e bares, em vez de restaurantes de rede; e assim por diante. Com base nessa lógica, os administradores urbanos deveriam se concentrar menos na simples atração de turistas culturais, através da reprodução dos projetos urbanos no estilo dos anos 1990, e mais na captação e manutenção desses profissionais através da expansão da autenticidade local.

Cabe apontar que a polêmica em torno da teoria de Florida tem sido significativa, sendo esta, com frequência, apreendida negativamente em virtude de sua pouca preocupação social. Autores como Rosler (2011) criticam a combinação de pessoas muito diferentes em um grupo social homogêneo, a glorificação de uma pequena elite gentrificadora como brava exploradora urbana, e mesmo o seu caráter segregador, que distingue e congela permanentemente os "vencedores" e os "perdedores" da economia urbana (FLORIDA, 2005). Apesar das críticas, a ideia de criar projetos específicos para atrair a "classe criativa" tem sido adotada por gestores urbanos e políticos em diversas cidades, como Rio de Janeiro, Montreal, Dublin e Berlim. Abordaremos, mais especificamente, o caso alemão – já consolidado e onde a ênfase recente em políticas em busca do *status* de "cidade criativa" tem gerado uma forte reação contrária por parte da população local.

BERLIM: A ORIGEM DE UMA IMAGEM DE CIDADE ALTERNATIVA

De acordo com Claire Colomb (2012), a prática de *marketing* urbano em Berlim possui momentos diferentes ao longo do século XX, seguindo motivações específicas de cada contexto de sua história peculiar – marcada por guerras, pela divisão espacial entre dois sistemas econômicos e políticos, pela presença de um muro cortando seu tecido urbano e pela inserção tardia no capitalismo. Desde o início dos anos 2000, políticas e projetos urbanos vêm sendo elaborados com o propósito de repaginar a imagem da capital alemã de modo a enfatizá-la como uma cidade criativa, jovem, cosmopolita e lar de uma extensa produção subcultural[3].

Essa imagem, no entanto, não é nova. A ideia de uma Berlim jovem e alternativa remete ao período em que a cidade era dividida entre o Oeste capitalista e o Leste socialista. Durante as décadas de 1960 e 1970, um grande contingente de "turistas de guerra fria" (COLOMB, 2012) visitava a cidade interessado em seu estado de exceção[4] e nos contrastes urbanos provenientes de dois governos que buscavam intervir no tecido urbano com o objetivo de construir, dentro de suas limitações, ícones arquitetônicos e urbanos representativos de cada sistema. Porém, a partir dos anos 1980, com o inicial esgotamento da Guerra Fria e o fortalecimento do processo de "culturalização" das grandes capitais europeias, logo se observou a necessidade de incentivar um novo tipo de turismo, capaz de trazer mais investimentos, principalmente à Berlim Ocidental. A solução encontrada por suas agências de marketing foi, então, a aposta na noção de uma cidade de população majoritariamente jovem, onde florescia uma rica subcultura. O departamento de turismo local passou a anunciar os prazeres urbanos aliados ao consumo, à vida noturna e ao estilo de vida de uma cidade onde a juventude rebelde era abundante e onde era possível o escape da rotina. O berlinense da época passou a ser representado como um jovem desafiador, artístico e orgulhoso de sua cidade. Tratava-se dos primórdios da promoção urbana através da exaltação da qualidade autêntica e *cool* do local, como sugeriria Richard Florida décadas depois.

O caráter subcultural do Oeste berlinense da época pode ser explicado por duas razões: primeiramente, pela forte concentração de imigrantes à procura de áreas mais baratas onde pudessem se estabelecer na Europa capitalista; e, em segundo lugar, por uma brecha na lei da Alemanha Ocidental que retirava a obrigatoriedade do serviço militar para aqueles que habitassem nesse lado da cidade. Naturalmente, essa brecha fez com que camadas ligadas à contracultura, como artistas e *punks*, se mudassem para áreas mais baratas da cidade, próximas ao Muro de Berlim e pouco valorizadas. A concentração de uma juventude politicamente engajada e de imigrantes levou a diversas experiências alternativas de apropriação do espaço urbano que se encaixam no conceito de Holston (1996) referente aos "espaços de cidadania insurgente". Trata-se de concentrações de perfis específicos da população – marginalizados ou cuja associação se baseia precisamente em ideais políticos contra a ordem estabelecida (no caso, contra a ideia de uma cidade dividida, a opressão e um controle excessivo da circulação no espaço). Entre os espaços marcados pela insurgência, destacamos os *squats* – ocupações de caráter habitacional ou cultural de um imóvel ou terreno abandonado/ameaçado, normalmente realizada por um grupo que não possui a propriedade legal da terra. Os *squats* implicam, portanto, o uso de um imóvel sem o

3 Compreendemos por "subcultura" a produção e o consumo de bens simbólicos que não representam a corrente cultural principal dominante, uma cultura alternativa que também possui poder de distinção social (THORTON, 1997).

4 Expressão utilizada para se referir a Berlim no contexto da Guerra Fria em função de sua condição peculiar de cidade dividida.

consentimento prévio de seu dono (seja este uma instituição pública, seja um indivíduo particular, seja uma corporação ou instituição privada). Muitas vezes, eles adquirem caráter político, de reinvindicação. Tratamos os *squats* como insurgências urbanas, uma vez que se baseiam em lutas pelo direito à moradia, contra a gentrificação ou a opressão do sistema vigente, reconhecendo, porém, as transformações de seu caráter ao longo da história. Ressaltamos que Holston (1996, p. 249) inclui as "invasões urbanas" em seu conceito de "lugares de insurgência", pois estas "introduzem na cidade novas identidades e práticas que perturbam histórias estabelecidas".

No início da década de 1980, um escândalo no mercado imobiliário berlinense ocidental fez com que o número de *squats* na cidade aumentasse exponencialmente, o que levou a conflitos e episódios de violência urbana. Bader e Bialluch (2009) apontam que, apenas entre 1980 e 1981, cerca de 170 imóveis na Berlim Ocidental abrigavam *squats*, recebendo forte apoio popular. Esse fato, somado a um enorme crescimento da imigração e do desemprego, fez com que o senado local tomasse medidas diplomáticas para conter os ânimos, sem perder, no entanto, o tradicional controle sobre o espaço urbano. Entre essas medidas, estava a mediação de um acordo entre *squatters* e proprietários de imóveis que garantia a permanência dos ocupantes por vinte ou trinta anos mediante o pagamento de aluguéis predeterminados. O financiamento desse acordo ocorreu por meio de programas de bem-estar social e de renovação urbana, representando uma vitória para muitos movimentos sociais locais. Como consequência, Berlim Ocidental passou a ser vista como a única cidade alemã onde a prática de *squat* era apoiada oficialmente pelo governo – algo que logo a transformou em um destino ainda mais almejado por jovens e movimentos sociais. Nesse caso, percebemos uma apropriação dos espaços de cidadania insurgente para a formação específica de uma imagem de cidade. O bairro de Kreuzberg – situado na fronteira entre Leste e Oeste – é um retrato dessa apropriação, tendo passado a receber atenção especial no cenário internacional e sendo associado a ideais de rebeldia, de protestos indisciplinados e de estilos de vida alternativos, culturais e sexuais (LANZ, 2013).

Entre 1989 e 1990, após a queda do muro e a reunificação da Alemanha, o movimento de entrada de berlinenses orientais no lado ocidental ocorreu com uma intensidade gigantesca. O momento trouxe uma espécie de aceleração da história para a Berlim reunificada, que sobrevivera durante quarenta anos dentro de uma espécie de bolha social, econômica e cultural. Agora, como unidade municipal única, seus gestores deveriam confrontar subitamente os problemas econômicos que já faziam parte da realidade de outros países desde a década de 1970, entre eles: a rápida desindustrialização, o crescimento do desemprego e a transição para uma economia baseada em bens culturais e serviços.

A crescente ocidentalização da nova capital alemã trouxe consigo uma clara rejeição das estruturas urbanas remanescentes da Alemanha Oriental, assim como de sua arquitetura – em especial os grandes blocos habitacionais modernistas, cujas técnicas de construção e valores estéticos eram considerados ultrapassados. Essa rejeição, somada à crise da indústria, implicou o crescimento de edifícios abandonados durante os anos 1990 e parte dos 2000. No entanto, enquanto uma parcela da população oriental rumava ao Oeste, deixando para trás décadas de repressões associadas ao regime socialista, jovens e artistas faziam o caminho contrário, ao perceberem novas oportunidades de se apropriarem dos espaços vazios

e de criar identidades urbanas próprias. Nos meses que seguiram a queda do muro, uma segunda onda de *squats* dominou a cidade, agora no antigo lado oriental, onde as sedes de empresas desativadas, as fábricas e os armazéns abandonados e localizados nos distritos próximos ao centro foram ocupados por coletivos diversos. Esse movimento de ocupação de lugares remanescentes do planejamento modernista por grupos e atividades diferentes daqueles para os quais foram inicialmente projetados vai ao encontro da teoria de Holston (1996) a respeito de espaços insurgentes que apontam para uma nova produção da cidade. É necessário ressaltar, porém, que observamos essas ocupações em locais variados. Ao longo das margens do Rio Spree – que corta a cidade –, por exemplo, bares temporários, áreas de banho de sol e boates foram instalados em zonas industriais degradadas. Em suma, novos usos foram livremente designados para os diversos vazios urbanos locais, que se transformaram em *playgrounds* para a experimentação urbana e para a produção alternativa de cultura.

A ocupação de edifícios abandonados e a transformação de seus usos foi possível naquele momento porque, após a queda do muro, o *status* de propriedade dos imóveis era pouco claro e o controle público era fraco. Esse quadro, juntamente da possibilidade de estabelecimento de atividades livres de obrigações institucionais, acabou propiciando um fortalecimento dos *squats*, que conseguiam acordos temporários de permanência. Um exemplo de ocupação beneficiada por esse tipo de acordo é a *Kunsthaus Tacheles* – uma ocupação cultural iniciada meses após a queda do muro.

Kunsthaus Tacheles: *um squat cultural como insurgência urbana*

A história da *Kunsthaus Tacheles* remete-se ao início do século XX, quando seu terreno de aproximadamente 22 mil metros quadrados foi adquirido para a implantação de uma grande galeria comercial no antigo bairro judaico, no distrito central de Mitte. O edifício foi inaugurado em 1909, seguindo o projeto do arquiteto alemão Franz Ahrens, que mesclava elementos modernos, góticos e clássicos. A *Friedrichstraßenpassage*, como foi então intitulada, destacava-se pela inovadora utilização de concreto armado na estrutura e pela presença de acessos por duas ruas de grande movimento. Logo, foi transformada em uma imensa loja de departamentos, porém viu-se obrigada a fechar suas portas em 1914, pouco antes da I Guerra Mundial. Nos anos 1920 e 1930, o edifício possuiu diversos proprietários e ocupantes, incluindo o Partido Nazista. Durante a II Guerra Mundial, toda a região de Mitte foi alvo de bombardeios devastadores, com a consequente destruição da maior parte dos edifícios. A antiga *Friedrichstraßenpassage* foi uma das poucas construções sobreviventes aos ataques, o que acabou por render-lhe, em 1992, o *status* de patrimônio histórico.

Figura 1: Fachada principal da *Kunsthaus Tacheles*, 2013

Fonte: Acervo da autora.

Após a guerra, o terreno – no período pertencente a Berlim Oriental – passou a ser utilizado pela Federação dos Sindicatos de Livre Comércio Alemão. A partir desse momento, outros usos foram atribuídos ao local, entre os quais teatro e cinema, até hoje existentes. Durante o período socialista, muitas alterações foram realizadas na estrutura do imóvel, incluindo demolições parciais nunca finalizadas devido à insuficiência de fundos. Os múltiplos usos, os bombardeios e a falta de cuidados levaram à extrema deterioração do edifício. Após a queda do muro, sua demolição completa foi marcada para fevereiro de 1990; contudo, durante a segunda onda de *squats* berlinenses, ele foi ocupado por um coletivo de artistas oriundos de Berlim Oriental, eventualmente denominado *Künstlerinitative* ("iniciativa de artistas") *Tacheles*. O nome *Tacheles* deriva do termo iídiche que significa "falar diretamente, sem rodeios" – uma referência não apenas ao bairro judaico onde fora construído, mas também ao sentimento de liberdade que tomava conta da época em virtude da reunificação territorial, política e econômica.

Em pouco tempo, diversos outros artistas e grupos de variadas nacionalidades juntaram-se à ocupação do edifício, que passou a ser conhecido como *Kunsthaus* ("casa de arte") *Tacheles*. A partir daquele momento, a casa se consolidou não só como um *squat* cultural, mas também residencial, já que cerca de 60 artistas ocupavam os dois edifícios de apartamentos abandonados adjacentes ao terreno. A transformação do coletivo em uma associação formalizada, ainda nos primeiros anos, possibilitou a aquisição de vistos para artistas estrangeiros e o apelo bem-sucedido por um investimento do governo no valor de um milhão de marcos para renovações do edifício (STUCKERT, 1992). Mais notadamente, a associação conseguiu negociar com a administração distrital para que houvesse o reconhecimento do valor histórico da construção e, por conseguinte, seu tombamento, garantindo, por lei, que o edifício possuísse obrigatoriamente um uso artístico ou cultural.

Apesar do tombamento, nenhum outro investimento governamental foi feito

no local. A fachada posterior havia sido demolida antes da reunificação da cidade e muitos ateliês foram montados nos vãos, sem paredes. Assim, os próprios artistas ficaram encarregados das obras necessárias para tornar os espaços habitáveis, e a casa de arte passou a ser customizada de acordo com seus desejos. Durante esse período, o coletivo enxergava *Tacheles* como uma ideologia – calcada na liberdade de criação e na democratização da arte, ali produzida fora dos padrões vigentes de curadoria. Essa ideologia justifica o nosso reconhecimento de tal caso como um espaço de insurgência, conforme proposto por Holston (1996), pois implica a criação de uma associação comunitária com meios próprios de funcionamento, atuando em sentido contrário às políticas públicas culturais e de planejamento do momento.

Em consonância com outros movimentos semelhantes na capital alemã, o coletivo era, então, norteado pelo ideal de participação da sociedade nas decisões políticas (especialmente sobre o espaço urbano) como um direito fundamental para o exercício da cidadania. Destacamos que as ações iniciais que levaram ao tombamento e à concessão de vistos para imigrantes, por exemplo, podem ser entendidas como as primeiras de uma série de **táticas** elaboradas para garantir a permanência dos artistas no local e legitimar a ocupação em uma época em que a cidade de Berlim começava a passar por grandes projetos de revitalização urbana. Compreendemos "táticas" conforme proposto por De Certeau (2014, p. 83), ou seja, como pequenos atos de desvio do comportamento esperado, improvisados e movidos pela ocasião, capazes de transformar a maneira como o espaço urbano é apropriado e usufruído. Em outras palavras, trata-se das diferentes formas de se aproveitar uma determinada ocasião, operando improvisadamente – "golpe por golpe, lance por lance" –, percebendo as possibilidades do momento e trazendo uma surpresa à ordem (DE CERTEAU, 2014, p. 94).

Como mencionado, a ordem reinante no início dos anos 1990, em termos de políticas de planejamento, consistia em um processo de busca por uma imagem urbana renovada. Após a reunificação, Berlim enfrentava pressões internas e externas para se inserir competitivamente no cenário econômico global, seguindo a tendência internacional de "planejamento cultural estratégico" então dominante (VAZ, 2004; SÁNCHEZ, 2010). A repaginação da imagem local objetivava a atração de investimentos externos, com um foco claro na construção de equipamentos culturais espetaculares e na promoção de eventos. Os símbolos mais emblemáticos dessa vertente foram a regeneração da *Potsdamer Platz* – uma antiga área adjacente ao muro que foi dotada de edifícios de escritórios e do complexo de entretenimento *Sony Center* – e as caras renovações da Ilha de Museus (*Museumsinsel*) e do edifício do parlamento (*Reichstag*).

Em geral, podemos afirmar que os grandes projetos incluídos no planejamento estratégico de Berlim durante os anos 1990 causaram tensão, afetando os movimentos sociais devido à transformação de uso da terra e à extensão dos princípios capitalistas por toda a cidade. O contexto de regeneração urbana era particularmente complexo para os casos de terrenos e assentamentos onde a propriedade era dúbia ou indefinida e onde havia grande especulação imobiliária. Poucos meses após a segunda onda de *squats* que fez surgir a *Kunsthaus Tacheles*, uma nova política – mais rígida – foi implementada, impedindo futuras ocupações semelhantes. Segundo Evans (2001), essa nova direção, somada ao aumento do valor da terra em terrenos onde não existiam acordos de permanência[5], levou a consequências catastróficas, em particular para os artistas locais, que começavam a não conseguir mais arcar com os custos de seus

5 Em meados dos anos 1990, foi determinado que o terreno da *Kunsthaus Tacheles* era de posse estatal, o que possibilitou a permanência dos artistas até sua venda para um grupo privado.

ateliês. No entanto, esse autor salienta que, tradicionalmente, em Berlim, os artistas sempre desenvolveram uma resposta coordenada contra a perda de infraestrutura considerada necessária para suas atividades, consistindo em uma importante força de resistência. Ressaltamos que os espaços de cidadania insurgentes, desde os anos 1990, possuíam a particularidade de atuar na escala local, com foco nas problemáticas específicas e, por vezes, de modo descentralizado. Um exemplo claro dessas formas de organização foram os movimentos de inquilinos a favor de uma renovação urbana sem despejos/realocações, entre eles o notório *Wir bleiben alle* ("Nós permaneceremos todos") – transformado em *slogan* de resistência urbana, estampado, até hoje, em fachadas de edifícios ameaçados.

Apesar dos protestos contra a gentrificação e a homogeneização da paisagem, até o início dos anos 2000, Berlim já havia se estabelecido como um distrito cultural internacional, repleto de centros culturais de caráter turístico e alternativo. Nesse contexto, a *Kunsthaus Tacheles* ganhava imenso destaque e popularidade, sendo transformada em uma referência na cena subcultural local. Isso, junto do apoio recebido de partidos esquerdistas, fez com que o governo optasse por uma postura leniente, tolerando a sua ocupação livre até 1998. Nesse mesmo ano, o edifício foi vendido para uma incorporadora imobiliária alemã, que propôs um contrato de aluguel temporário de dez anos, a partir do qual foi permitida a permanência da população de artistas em troca de uma quantia mensal simbólica. O acordo assegurava também a recuperação do edifício, que passou por uma reforma considerável em 2000, quando os vãos na fachada foram fechados com panos de vidro, o sistema de aquecimento foi modernizado e novas unidades sanitárias foram instaladas[6].

6 Dados retirados do documentário *"Unverwüstlich"* (2012), de Falko Seidel.

Figura 2: *Slogan* do movimento *Wir bleiben alle* na fachada de um *squat* despejado, 2013

Fonte: Acervo da autora.

A menor preocupação com a possibilidade de expulsão, atrelada à atenção recebida, levou a uma atenuação do caráter de resistência da casa de arte, que não se configurava mais necessariamente como uma ocupação ou como um espaço insurgente. O crescimento da fama da *Kunsthaus Tacheles* acabou por contribuir também para o fortalecimento das disputas internas por espaço e notoriedade. Como consequência, a rotatividade de artistas passou a se tornar frequente. Grupos mais antigos, indignados com a administração ditatorial existente dentro da casa, realocaram suas atividades.

Esse foi o caso, por exemplo, da Oficina de Metal (*Metallwerkstatt*) que se instalou no pátio externo ao edifício.

Na mesma época, as obras referentes aos grandes projetos urbanos e arquitetônicos que visavam à repaginação da imagem da cidade contribuíram para o aumento da dívida pública local e para a conflagração de uma grave crise financeira e de um novo escândalo imobiliário envolvendo a coligação política no poder. Esse acontecimento fez com que, em 2001, outra coalizão partidária assumisse o senado berlinense. A nova linha adotada incluía medidas de austeridade pareadas com políticas criadas a fim de enfatizar o papel de Berlim como uma **cidade criativa**, com a intenção de atrair profissionais altamente qualificados de todo o mundo, capazes de reacender a economia local através da acumulação de capital cognitivo.

A influência da teoria de Richard Florida (2005; 2011) tornou-se clara através dos discursos do prefeito Klaus Wowereit (2001-2014), incluindo sua famosa frase sobre a cidade ser "pobre, mas sexy"[7]. Em outras palavras, Berlim estava falida, mas possuía uma imagem atraente aos profissionais criativos, a qual poderia ser explorada em nome do lucro. As agências de *marketing* locais retomaram, então, a propaganda da Berlim jovem, subcultural, iniciada nos anos 1980, glorificando agora, em seu discurso oficial, os pequenos cafés, bares decadentes, muros grafitados e *squats* surgidos nos últimos vinte anos, que, juntos, propiciavam o fator de autenticidade sugerido por Florida. Tratava-se, portanto, de uma apropriação da imagem das insurgências urbanas locais, sem, no entanto, propiciar-lhes qualquer apoio direto – burocrático ou financeiro.

7 Frase proferida durante uma entrevista de TV em 2004.

A partir dos anos 2000, a visibilidade de *Tacheles* cresceu tão rapidamente que ela passou a figurar nos guias turísticos internacionais e a ser utilizada nas campanhas de *marketing* urbano locais como exemplo da ação jovem, subcultural e ativista que caracterizava a cena criativa berlinense. Nesse momento, o complexo cultural instalado no lote contava com ateliês, galerias de arte e salas de exposição, um teatro, um cinema, diversos bares e uma casa de shows. As atividades realizadas na casa passaram a exercer um enorme impacto sobre o entorno, contribuindo não apenas para os negócios locais (restaurantes, bares e hotéis), mas também para a economia informal – em especial, traficantes e prostitutas, cuja presença contribuía para a consolidação da imagem dubiamente decante e *cool* da cidade.

Além da apropriação da imagem de centros culturais alternativos, demais ações oficiais realizadas para consolidar a ideia de uma Berlim criativa incluíram: concessão de vistos para os artistas e profissionais criativos estrangeiros; candidatura bem-sucedida de Berlim para a Rede de Cidades Criativas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); criação de um novo *slogan* para a cidade (*be Berlin*); apoio do Senado às empresas *startups* e a *clusters* ligados à indústria criativa. Um desses *clusters* consistia no empreendimento intitulado *MediaSpree* – uma grande operação urbana, totalizando mais de 180 hectares ao longo das margens do Rio Spree. Seu objetivo era a construção de 44 empresas criativas através de um detalhado projeto urbano que possibilitava a revitalização de armazéns e edifícios abandonados, muitos dos quais foram tomados pelos mesmos *squats* e usos temporários glorificados no *marketing* oficial da cidade. A expulsão das atividades locais em virtude do projeto levou à criação de movimentos sociais específicos, como o *MediaSpree versenken* ("Afundem o *MediaSpree*"), composto por pequenos empreendedores, artistas, ativistas, estudantes e habitantes contrários à

gentrificação, à privatização da orla e à mudança do caráter da região em virtude do interesse de poucos. O sucesso do movimento conduziu à realização de um referendo em que a maioria da população local votou contra a continuidade da operação urbana, forçando-lhe mudanças.

A reação negativa ao *MediaSpree* consiste em um dos muitos exemplos de rejeição aos projetos urbanos calcados no discurso que instrumentaliza a criatividade, provando uma visão de que o crescimento criativo da cidade tende a contribuir para a segregação e a marginalização de grupos desconsiderados do processo de *branding* urbano. A percepção do fortalecimento da gentrificação e das crescentes desigualdades socioeconômicas intensificaram os movimentos sociais da população berlinense. Ironicamente, essa reação tem sido encabeçada por uma parte considerável daquela que seria a própria "classe criativa" local, principalmente os profissionais dos setores mal remunerados da indústria cultural, como os artistas autônomos – pintores, escultores, artesãos, grafiteiros –, constantemente ameaçados de despejo, endividados com altos aluguéis e indignados com a transformação da paisagem urbana e com a apropriação dos espaços por eles criados.

Esse período de políticas centradas na busca de uma imagem criativa marca também uma transição no caráter das insurgências urbanas berlinenses, que não podem ser apreendidas homogeneamente. Enquanto nas décadas de 1980 e 1990 era possível discernir duas fases diferentes, marcadas por movimentos organizados de *squats* residenciais e culturais que geravam espaços de cidadania insurgente, como propunha Holston (1996), os anos 2000 e 2010 trouxeram uma diminuição das ocupações (em função de controles mais rígidos da propriedade), acompanhadas por um aumento de associações criadas para protestar contra os processos de gentrificação e expulsão de *squats*. Essa nova fase foi marcada por passeatas que expunham sua causa ao resto da cidade, bem como por ocupações com durações menores.

Tal transição se reflete na história da própria *Tacheles*, ameaçada de despejo a partir de 2008, quando o contrato temporário de permanência dos artistas chegou ao fim. Em função da crise financeira mundial, a propriedade do terreno foi transferida para um banco, que passou a ameaçar os artistas. Eles permaneceram na casa sem o pagamento de aluguéis, retornando temporariamente à condição inicial de *squatters* entre 2009 e 2012. Esse período foi marcado por uma série de protestos, passeatas e intervenções urbanas com objetivo de evitar o despejo iminente. Entre as muitas táticas elaboradas, destacamos: a campanha "Eu apoio *Tacheles*" (*I support Tacheles*), que levou diversos artistas e visitantes de todo o mundo a tirarem fotos segurando cartazes com o *slogan* homônimo; e uma intervenção urbana em 2012, através da qual 175 mil assinaturas coletadas em um abaixo-assinado foram espalhadas na praça *Parisier Platz*, diante do icônico Portão de Brandemburgo. Apesar da criatividade e do apoio para lutar contra os despejos, as divergências internas impediram que todos os ocupantes da casa se unissem de forma coordenada para lutar pelo objetivo comum de manter o imóvel. Aos poucos, pequenos grupos foram deixando a casa de arte, alguns ressarcidos e outros, não.

Os únicos remanescentes no terreno foram os integrantes da Oficina de Metal, que recusaram as ofertas financeiras e permaneceram ocupando o pátio externo do edifício com tendas improvisadas. O coletivo foi formalizado com o estabelecimento da associação *Art Pro Tacheles*, revertendo, temporariamente, a sua condição de espaço de insurgência, marcado pela presença de alguns artistas que protagonizaram a fase pioneira da ocupação em 1990. Na esperança de reaver a posse do imóvel, a nova

associação contratou uma representação legal e elaborou um memorial conceitual com ideias para o uso do edifício, sustentando sua ocupação durante nove meses, apesar das ameaças, das subsequentes ações judiciais, da falta de aquecimento, água e eletricidade.

Figura 3: *Squat* dos escultores de metal no pátio interno da *Kunsthaus Tacheles*, 2013

Fonte: Acervo da autora.

A restrição de acesso ao pátio obrigou o grupo a improvisar uma nova entrada por uma rua estreita escondida, sendo necessária a distribuição de cartazes pelo bairro com um mapa explicativo para que os turistas conseguissem achá-la. Ademais, agentes de segurança foram contratados para patrulhar a área durante o dia, e câmeras foram instaladas para controlar suas atividades. A insistência do grupo possibilitou que a *Kunsthaus Tacheles* completasse, em fevereiro de 2013, seu 23º aniversário, nunca tendo cessado suas atividades. Cabe ressaltar que, nesse momento, já não havia grande apoio popular à permanência dos artistas. O local era mais celebrado por turistas do que pela população local, que o considerava decadente e destoante da paisagem renovada da cidade.

Após inúmeras manifestações, eventos e intervenções urbanas de protesto, incluindo um "passeio" do nome *Tacheles*, em letras gigantes de metal, pela cidade (Figuras 4 e 5), os escultores foram despejados no fim de junho de 2013. O acontecimento implicou o desgaste da associação e novos conflitos internos, que ameaçam, até hoje, seu *status* formal. Atualmente, os artistas que trabalharam em algum momento na *Kunsthaus Tacheles* se espalharam por Berlim, por outras cidades da Alemanha e pelo mundo.

Figuras 4 e 5: Protesto contra o despejo dos artistas – "Passeio" das letras de metal pela cidade, 2013

Fonte: Acervo da autora.

Por volta de quatorze meses após o despejo final, foi anunciada, em setembro de 2014, a venda da casa de arte para uma incorporadora imobiliária estadunidense. Até este momento, os planos para a área incluem apartamentos, lojas e hotéis. Em função do tombamento do imóvel, um porta-voz afirmou que parte da casa será utilizada para eventos culturais. Até o fechamento deste artigo, o terreno permanecia vazio e nenhuma obra havia sido iniciada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante sua vida útil, a *Kunsthaus Tacheles* representou muito mais do que um simples *squat* na paisagem berlinense. Em uma época em que o processo de "culturalização" da cidade se consolidava, ela se fortaleceu como um espaço insurgente, provando que seus usuários procuravam alternativas aos centros culturais cada vez mais genéricos. Mais do que isso, ela ultrapassava os limites do equipamento cultural: representava uma filosofia e um estilo de vida para pessoas de origens diversas que acreditavam na necessidade da ação coletiva, do diálogo e do processo livre de produção artística. Nesse sentido, podemos afirmar que a insistência dos artistas em mantê-la aberta e as muitas táticas por eles utilizadas para alcançar essa

meta ultrapassavam a mera defesa de seus interesses ou a vontade de permanecer no imóvel; representavam uma luta por um bem comum, assim como uma resistência maior ao processo de mercantilização da imagem urbana.

Apesar disso, não podemos considerar este caso como um espaço insurgente homogêneo, sendo necessário ressaltar as inúmeras transformações ocorridas ao longo de toda a sua história, em consonância com as mudanças dos paradigmas que norteiam a própria cidade e com a evolução dos grupos sociais responsáveis e seus renovados interesses.

Não é nosso objetivo traçar conclusões fechadas a respeito do tema das insurgências, mas, sim, ressaltar a importância das análises dos processos das apropriações espaciais e dos interesses que as sustentam, uma vez que elas possibilitam que sejam feitos questionamentos sobre como preservar os espaços apropriados pelas insurgências como bens comuns e dão abertura para perguntar se tais espaços devem ser preservados de forma imutável.

O que podemos afirmar é que os movimentos que sustentam as insurgências urbanas exprimem aquilo que Sánchez (2010, p. 87) chama de uma "fuga da passividade" ou de "maneiras de viver e [de] reapropriações da cidade afastadas das previsões da ordem urbana promovida pela imagem oficial" (SÁNCHEZ, 2010, p. 116). Em outras palavras, trata-se de práticas que exprimem a **real criatividade urbana**, que nunca poderá ser instrumentalizada, pois implica improviso, espontaneidade e originalidade da luta por igualdades e direitos, em especial, o direito à cidade.

Claudia Seldin:
claudia.seldin@gmail.com.

Artigo recebido em 13 de agosto de 2015 e aprovado para publicação em 2 de dezembro de 2015.

REFERÊNCIAS

BADER, I.; BIALLUCH, M. Gentrification and the Creative Class in Berlin-Kreuzberg. In: PORTER, L.; SHAW, K. (Org.). *Whose Urban Renaissance?* An International Comparison of Urban Regeneration Strategies. Londres: Routledge, 2009. p. 93-102.

BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

COLOMB, C. *Staging the New Berlin*: Place Marketing and the Politics of Urban Reinvention Post-1989. Londres; Nova York: Routledge, 2012.

DE CERTEAU, M. *A Invenção do Cotidiano*. Artes de Fazer. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

EVANS, G. *Cultural Planning:* An Urban Renaissance? Londres: Routledge, 2001.

FLORIDA, R. *Cities and the Creative Class*. Nova York; Abingdon: Routledge, 2005.

_____. *A Ascensão da Classe Criativa*. Porto Alegre: L&PM, 2011.

HARVEY, D. *O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Rebel Cities:* From the Right to the City to the Urban Revolution. Londres; Nova York: Verso, 2012.

HOLSTON, J. Espaços de Cidadania Insurgente. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 24, p. 243-253, 1996.

LANDRY, C.; BIANCHINI, F. *The Creative City*. Londres: Demos, 1995.

LANZ, S. Berlin Diversities. In: BERNT, M.; GRELL, B.; HOLM, A. (Org.). *The Berlin Reader:* A Compendium on Urban Change and Activism. Berlim: Transcript, 2013. p. 207-222.

LEES, L; SLATER, T.; WYLY, E. *Gentrification*. Nova York: Routledge, 2008.

RIBEIRO, A. C. T. Oriente Negado: Cultura, Mercado e Lugar. *Cadernos PPG-AU,* Salvador, v. 2, n. especial, p. 97-107, 2004.

_____. A Acumulação Primitiva do Capital Simbólico. In: JEUDY, H. P.; JACQUES, P. B. (Org.). *Corpos e Cenários Urbanos*. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 39-50.

ROSLER, M. Culture Class: Art, Creativity, Urbanism, Part II. *e-flux journal*, n. 23, Nova York, mar. 2011.

SÁNCHEZ, F. *A Reinvenção das Cidades para um Mercado Mundial*. 2. ed. Chapecó: Argos, 2010.

SORKIN, M. Introduction: Variations on a Theme Park. In: _____. (Ed.). *Variations on a Theme Park:* The New American City and the End of Public Space. Nova York: Hill and Wang, 1992. p. xi-xv.

STUCKERT, H. Tacheles: 'To Speak Clearly'. *The Drama Review*, v. 36, n. 1, p. 169-176, 1992.

THORTON, S. The Social Logic of Subcultural Capital. In: GELDER, K.; THORTON, S. (Ed.). *The Subcultures Reader*. Londres; Nova York: 1997.

VAINER, C. Pátria, Empresa e Mercadoria: Notas sobre a Estratégia Discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O. B.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A Cidade do Pensamento Único.* 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 75-104.

VAZ, L. F. A Culturalização do Planejamento e da Cidade. *Cadernos PPG-AU*, Salvador, v. 2, n. especial, p. 31-42, 2004.

ZUKIN, S. *Loft Living:* Culture and Capital in Urban Change. Baltimore; Londres: The Johns Hopkins University Press, 1982.

ABSTRACT: *This paper addresses the issue of 'insurgency' by analyzing cultural practices that emerge as resistances to the growing processes of 'culturalization' of urban space. Assuming that the creation and sale of city images dominate the field of contemporary urban planning, we propose to investigate some cases that act against this trend, with a focus on Berlin. We will present a brief history of the urban insurgencies in the German capital – perceived today as one of the emblematic examples of the 'creative city', so in vogue in the early 21st century. Special attention will be given to the local squats, especially the one known as Kunsthaus Tacheles. Although they are used in the official urban marketing – aiming to build an image of an alternative city, attractive to creative professionals –, the squats suffer from gentrification. Consequently, they are forced to create truly creative ways to secure their right to the city.*

KEYWORDS: *Berlin, creative city, urban insurgency; strategic cultural planning; resistance; Squat.*

The appropriation of streets in Belo Horizonte by contemporary carnival blocks[1]

A apropriação das ruas de Belo Horizonte pelos blocos de carnaval contemporâneos

Paola Lisboa Codo Dias
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte,
Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano, Belo Horizonte, MG, Brasil

Abstract: *Carnival blocks (roving carnival street parties) in Belo Horizonte have emerged ever since the city was first founded in the late nineteenth century. However, during the 1930s, this kind of carnival manifestation went into decline and lost its importance. During the 1990s, Belo Horizonte became known for its quiet, peaceful streets during the carnival holiday period. However, the first decade of the twenty-first century marked a change in this process during the pre-carnival period, and 2009 marked the beginnings of a movement to re-establish street carnival blocks during the official carnival holiday period. Over the years, carnival in Belo Horizonte has undergone a complete transformation, moving from a decadent festival, marginalized and almost forgotten by most of the population to a very successful effervescent, exuberant celebration. Hence, this article aims to introduce discussions and some unusual perspectives regarding space in the contemporary metropolis with a reflective viewpoint regarding appropriation of the city by carnival celebrations.*

Keywords: *socio-spatial appropriation; street carnival; contemporary carnival street blocks; festive, political manifestations; socio-spatial conflicts in the metropolis.*

Contemporary street carnival blocks (roving carnival street parties) are a manifestation resulting from a long historical process, the origins of which are linked to the Portuguese colonization process and the socioeconomic and political relations that transpired between Brazil and other European countries. With such close links between the former Portuguese colony and the old continent it was inevitable that there would also be a number of cultural exchanges, of which carnival is one example, whereby an originally European festival has been incorporated into the Brazilian calendar of popular celebrations, ever since the first decades of the sixteenth century.

However, the popular carnival activity known as carnival blocks only really surfaced in the early twentieth century, concurrently with other popular (often working class) manifestations known as *ranchos* and *cordões*. Compared to other successful manifestations of that time, these carnival blocks represented a more

1 This article was written by the author based on her master research project, the results of which are recorded in the dissertation entitled "*Sob a 'Lente do espaço vivido': a apropriação da rua pelos blocos de carnaval na Belo Horizonte contemporânea*". The research was finalized in March 2015 on the Post-Graduate Programme in Architecture and Urbanism at the *Universidade Federal de Minas Gerais*, under the supervision of Dr. Ana Paula Baltazar dos Santos.

unpretentious, free, good-humoured form of celebrating carnival in the streets of Brazilian cities. Throughout the twentieth century, this model was subdivided into a number of subtypes, such as the African blocks in Salvador, the *caricato* (as in caricature) blocks in Belo Horizonte, the *embalo* and *enredo* blocks in Rio de Janeiro, the lyrical, *frevo* and *maracatu* blocks in Recife and Olinda, and the *blocos dos sujos* in various other cities across Brazil.

With the exception of specific contexts, such as Salvador, Recife and Olinda, throughout several decades the street carnival blocks gradually lost their importance and dimension in relation to other forms of carnival celebrations. However, there has been a recent transformation, and since the late 1980s the street blocks have been revived, and have been attracting an ever-increasing number of revellers, not only in the pioneering city of Rio de Janeiro (PIMENTEL, 2002), but also in several other major Brazilian cities from the 2000s, such as the metropolis of São Paulo (AGENDA, 2015; ROLNIK, 2015), Brasília (ATTEND, 2015; ACOMPANHE, 2015; GUIA DOS BLOCOS TRADICIONAIS DE BRASÍLIA, [201?]) and Belo Horizonte. Within this contemporary transformation of Brazilian carnival, the newest form that carnival revellers have most adopted is the so-called street carnival blocks.

For the purposes of this article, contemporary street carnival blocks are defined as self-organized groups of people whose main aim is to celebrate carnival in the city, through the playful, spontaneous, free and non-institutionalized appropriation of the city streets, avenues, squares and other public spaces. However, this festive appropriation has consequently highlighted ideological and practical conflicts regarding the most desirable uses for Brazilian cities and metropolises within a contemporary socioeconomic and political context.

Therefore, cities and metropolises with more consolidated carnival traditions deal with the conflicts of appropriating public spaces, emphasised by this major popular Brazilian festival, in a less complicated and more negotiable manner than those with less carnival tradition. Thus, while for example, the local governments of São Paulo and Belo Horizonte have regarded certain issues in relation to street carnival as a hindrance, such as dealing with the large numbers of people on the streets, closing streets, clearing garbage and the need for security, these same problems are treated as commonplace in cities like Rio de Janeiro, Salvador, Recife and Olinda, where carnival celebrations are greater in size, scope, and fame, and where the importance of social, cultural, economic aspects and tourism are more consolidated.

The architect Raquel Rolnik analysed the case of São Paulo (2015) and concluded that "The notable growth of street carnival is part of a much broader ongoing movement within the city, which is claiming public spaces and appropriating places for meetings, culture, sports and festivities". Besides carnival, many other festive and sporting events have increasingly made use of avenues, tunnels, parks and squares in the city of São Paulo, marking a cultural change in the "way to see and live the city" as well as "the inhabitants themselves" (ROLNIK, 2015, author's translation).

Rolnik (2015) argues that the current appropriation of public spaces challenges the city council to recognize and deal with recent changes in the relationship between big cities and their inhabitants. In the context of street carnival in São Paulo, it was no longer fitting for the Government to disregard it or repress it through the use of police action, and, "in recent years, finally, the city has endeavoured to plan and organize the festivities." (ROLNIK, 2015, author's translation). The issues

raised by this researcher in the case of São Paulo are similar to what has occurred in Belo Horizonte since 2009. However, within this scenario there are specific issues, especially with regard to a certain group of street carnival blocks that have proposed a carnival, which is more political and demanding in nature.

Indicated by several sources as being mainly responsible for the return of carnival revellers to the streets of Belo Horizonte, the historian and musician Guto Borges (2013) confirms that there has been a proposal to confound carnivals and revolutions. In February 2013, Borges argued that, in Belo Horizonte, contemporary street carnival blocks proposed a new manner with which to view the city, which went beyond the merely functional, and negotiated the use of streets by extending it past many other private worlds represented by cars, seeking to relate to other people through contact and joy, becoming united in the streets by affection and love, creating politics out of everyday life and putting it into practice, challenging the sometimes violent measures of the Government that aim to restore the order of silence and the anti-city. Finally, for this activist and self-declared carnival reveller the aim of the blocks was to unite carnival festivities with a radically democratic and libertarian spirit.

The aim of this study is to examine the movement that brought street carnival back to Belo Horizonte (the state capital of Minas Gerais) at the beginning of the twenty-first century, considering the stated purpose of the first contemporary street blocks to mix festivities with politics, carnival with revolution, city with mobilization, streets with struggles, freedom with negotiation and democracy with love.

THE EMERGENCE OF STREET CARNIVAL BLOCKS IN BELO HORIZONTE DURING THE TWENTY-FIRST CENTURY

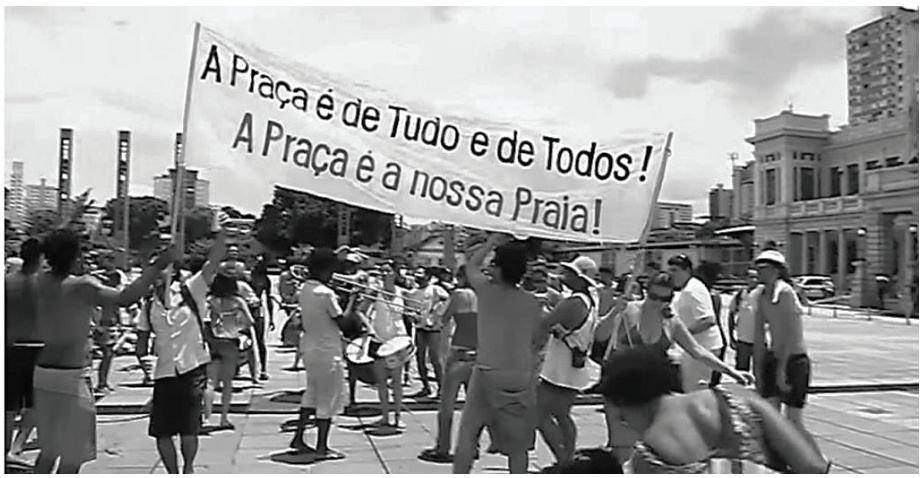
Street carnival blocks first started to emerge in Belo Horizonte at the time of its founding in the late nineteenth century, and although they never actually totally disappeared, this kind of carnival manifestation began to diminish in size and importance as from the 1930s. This same process was also occurring with other types of carnival events within the state capital, such as the old carnival clubs, the *cordões* and *corso* parades. On the other hand, the samba schools and *caricato* blocks, carnival types which appeared between 1930 and 1940, were responsible for keeping carnival revelry alive for a few more decades. However, by the 1990s, Belo Horizonte had become known for the peace and quiet that reigned over its streets during the carnival holiday, especially since a large number of people left the city, either searching for livelier carnival destinations or simply fleeing the urban environment in search of refuge closer to nature.

However, from the first decade of the current century, the emergence of new carnival associations created by groups of friends living in Belo Horizonte marked a turning point in this process. From the early 2000s to the present day, the city of Belo Horizonte has undergone a historic transformation regarding its carnival. The year 2004 was highlighted by the formation of a pre-carnival group called *Santo Bando*, which was the first of a new crop of carnival blocks that drew thousands of revellers to the streets of Belo Horizonte (BRANT, 2012), raising, unintentionally,

controversies and conflicts concerning the appropriation of public places by a festive multitude.

In the biennium 2009-2010, the first major expansion of street carnival occurred when several other blocks were established, and which have already come to be considered traditional in the Belo Horizonte street carnival, both during the pre-carnival period as well as during the official carnival holiday. In 2009, three blocks were created, and in 2010, seven new blocks appeared (PODIA SER PIOR *et al*., 2012), many of them influenced by a movement that claimed the right to use a square called Rui Barbosa[2], and known as *Praia da Estação* (Station Beach). This movement emerged in January 2010 as a reaction to a local government decree that legally imposed restrictions on holding events of any kind in the square (BELO HORIZONTE, 2009). Organised through the Internet, *Praia da Estação* offered a new form of civil political expression, by proposing an urban intervention with performances and festivities metaphorically transforming the square (*Praça da Estação*) into a kind of beach (IMAGINA NA COPA, 2013).

Figure 1: Festive appropriation and contestation of *Praça da Estação* in Belo Horizonte, during the first occupational movement *Praia da Estação*, on January 7th 2010



Source: *Praça Livre BH* (2010).

After much controversy, this legal determination was eventually repealed five months later (BELO HORIZONTE, 2010). However, this prohibitive act, although temporary, had helped to create a movement that claimed the right to use and appropriate the city's public spaces, and which has grown and consolidated over the past six years. Furthermore, the following year, the *Praia da Estação* created its own street carnival block.

Hence, it may be observed that carnival blocks in Belo Horizonte have originated from the same non-institutionalized, non-partisan civil movement, mostly made up of well-educated, intellectual young people from the middle-class, who have benefited greatly from internet resources and social networks in order to organise themselves. The movement has sought not only to bring back street carnival, but mainly to claim the right to use and appropriate public spaces within the state capital. These actions have arisen in response to a number of management and cut back measures adopted

2 This space is popularly known as *Praça da Estação* (Station Square), since this is where both the protected buildings of the old Brazil Central Railway Station, and the current Museum of Arts and Crafts (MAO) stand. The square still contains one of the entrances to the Belo Horizonte Subway (*Estação Central*), which not only leads to the subway but also to the passenger railway services which operate daily between Vitória and Belo Horizonte (EFVM).

by the mayor of Belo Horizonte, Marcio Lacerda, who took over as Mayor in January 2009, and who is currently in his second term of office.

During the period between 2011 and 2013, thousands of revellers were attracted to street carnival blocks, which was not well-received by the state capital authorities, such as the Fire Department, the State Prosecutor, the Military Police, the City Council and a number of management institutions from within the municipal public services, such as *BHTrans* (the transport and traffic company) and *Belotur* (the tourism company). Instead of interpreting the carnival block parades as a cultural event, these departments viewed them as an event which, according to local legislation within the city's Codes of Practice (BELO HORIZONTE, 2003), needed prior authorization in order to go ahead. Thus, the authorities began to require certain measures regarding the carnival blocks, such as fencing off specific areas, limiting the number of participants and a project for accident prevention (DESFILE, 2012; TRADICIONAL, 2012).

Even with all these official measures and legal impediments, it was insufficient to dampen the spirits of the people in Belo Horizonte, who yet again appropriated the city's streets and squares in order to enjoy the carnival festivities. Hence, with each carnival, new groups are being created, inspired and encouraged by the success of the previous years. Over the past six years, street carnival blocks have been increasing, consolidating and attracting an ever-growing number of revellers. The phenomenon culminated in 2015 with a procession of around 180 carnival blocks throughout the city's streets, several of which attracted many thousands of revellers, others united tens of thousands and the very biggest conducted 100,000 people towards the area surrounding *Praça da Liberdade*, and the very centre of Belo Horizonte on carnival Monday (ALMEIDA, 2015).

This significant increase in the number of carnival blocks and their revellers has caused the City Council to rethink its attitude not only towards them but also towards carnival as a whole. Consequently, in 2014, the municipal government announced, through its tourism agency *Belotur*, a huge infrastructure and schedule that featured 14 stages mounted across the various neighbourhoods of the capital presenting many different shows, in addition to a return of the official parades by the samba schools and *caricato* groups along the most prominent avenue in the city: Ave. Afonso Pena (BELO HORIZONTE, 2014). In 2015, this same structure was maintained and expanded to include two special stages for children, one located in the city centre and another in the region of Pampulha (BELO HORIZONTE, 2015). That same year, even the private tourism sector became involved, by launching holiday packages for those interested in enjoying the carnival festivities in Belo Horizonte, as well as offering options to visit the natural attractions in and around the central region of the state of Minas Gerais (MIRANDA, 2015; ALVARENGA , 2015).

Thus, the context of the last two years has represented a conflicting, although very successful, mixture for the carnival festivities, so much so that with each coming year, the largest carnival in the history of Belo Horizonte is announced. In the year 2014, one million revellers (MUZZI, 2014) took to the streets and in 2015, 1.5 million people (ALMEIDA, 2015) appropriated not only the streets, squares, alleyways, lanes, walkways, overpasses, buses, subway but also the virtual spaces – social networks, blogs, web sites and applications – in a manner which in most cases, was festive, happy, political, engaged, democratic and peaceful.

On one hand, while this mixture has presented a movement through which appropriation of the city has been restored through the street carnival blocks, which were originally created through the initiatives of residents during the first decade of this century, on the other hand, in direct response to the increasing number of street blocks, we may also observe a growth and strengthening of the official carnival organized by the City Council, together with an emerging interest within the private sector, seeking profits from investing in the Belo Horizonte carnival.

"CARNIVAL OF THE STREETS AND STRUGGLES"[3]

On February 2nd 2015, prior to the carnival celebrations of that same year, a video entitled *Sobre carnavais e revoluções* (About carnivals and revolutions) was released on YouTube[4], and spread quickly through Facebook[5]. According to its creator and director, Fred França (2015), the aim of this video was to examine the Belo Horizonte street carnival, especially that of 2014, from the perspective of the historian, musician and reveller Guto Borges – one of those chiefly responsible for restoring street blocks to Belo Horizonte.

On February 25th, 2015, during the post-carnival period, the carnival revellers Guto Borges, Roberto Andrés Gustavo Caetano and Rafael Barros were interviewed by the radio host Eduardo Costa on the programme *Chamada Geral* on Radio *Itatiaia*. The four of them, respectively, were representing the groups they had founded, the forerunner blocks *Mama na Vaca*, *Unidos do Samba Queixinho Underground Baticum*, *Tico Tico Serra Copo* and *Filhos de Tcha Tcha*. During the interview, which lasted around thirty minutes, various contemporary issues on the Belo Horizonte carnival came under discussion, such as the democratic occupation of the streets, squares and other public spaces, interpreting the blocks as a cultural manifestation, conflicts with the City Council and the Military Police, as well as the change in attitude adopted by local government over the last two years regarding carnival (COSTA, 2015).

On the very same day (25th February), the first part of the mini-documentary *Samba e Suor* (Samba and Sweat) produced by photojournalist Leo Fontes was posted on YouTube and the online page of the newspaper *O Tempo*. The second part of the mini-documentary was released on March 5th, 2015, also online. The aim of the videos, according to its makers, was to portray the transformation that has taken place in the Belo Horizonte carnival, with emphasis on its strongly political, demanding, revolutionary appeal (FONTES, 2015a; 2015b).

On March 14th, 2015, the first screening of the film *ISIDORA: Carnaval e luta* (ISIDORA: Carnival and struggle)" took place at the *Ocupação Vitória* (the Victoria Squat). According to the disclosure published on Facebook, this short film records the meeting of the abovementioned block, *Filhos de Tcha Tcha* with the homeless and landless squats located in the region of Isidoro (NAESSA, 2015). During 2014 and 2015, the *Filhos de Tcha Tcha* made its carnival procession along the dirt roads of the squats, with no urban infrastructure, known as *Rosa Leão*, *Esperança* and *Vitória*, as a way of giving symbolic support to the struggle for decent housing in big cities.

The *Rosa Leão* squat appeared in May 2013, and the others, *Esperança* and *Vitória*, were created in July of that same year, very much encouraged by the context

3 "Carnival of the streets and struggles": an expression used by many street carnival blocks in Belo Horizonte to register the spirit of the festive, political, demanding struggle of/in the city.

4 YouTube is a major site for sharing videos on the internet (DICKEY, 2013).

5 Facebook is the largest worldwide social network on the internet, created in 2004 (FACEBOOK, 2015).

of the *Jornadas de Junho* – referring to a series of political demonstrations throughout many different cities across the whole of Brazil in June 2013, which brought millions of people onto the streets. Currently, according to data from the movement itself, the *Rosa Leão*, *Esperança* and *Vitória* squats are home to around 1,500, 2,500 and 4,500 families, respectively (OCUPAÇÃO ROSA LEÃO, [201-?]; OCUPAÇÃO ESPERANÇA, [201-?]; OCUPAÇÃO VITÓRIA, [201-?]. All are located in the region known officially as *Isidoro* (terminating in "O") or, according to militants within the movement, *Isidora* (terminating in "A"). The region, located in the far north of Belo Horizonte, is the very last large vacant plot of land owned by the municipality, and is also of great environmental relevance. According to official data, this region is larger than the area originally planned and implemented at the end of the nineteenth century to accommodate the entire urban area of the new capital of the state of Minas Gerais (BELO HORIZONTE, [201-?]).

Figure 2: Appropriation of the dirt roads in the *Rosa Leão* squat, on the borders of the municipalities of Belo Horizonte and Santa Luzia, by the carnival block *Filhos de Tcha Tcha*, in 2014

Source: Jorge (2014).

In July 2013, a court order determined the repossession of occupied land in the *Isidoro* region by the city council of Belo Horizonte and other private owners (JUSTIÇA, 2014). Under threat of repossession in August 2014, the Brazilian Order of Lawyers in Minas Gerais (OAB-MG), the State Prosecutor (MPMG) and the State Public Defender filed lawsuits to suspend the eviction orders (DINIZ; SANTOS, 2014). At the same time, there was considerable public pressure for the homeless families to remain on the site, and the movement *Resiste, Isidoro* was created, with the support of over five hundred academics from all over the country (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2014)[6], with the solidarity of the *Observatório das Metrópoles*[7]. Until completion day of this article, in September 2015, the removal process of these families was still pending.

6 Through the publication of the *Manifesto de docentes em solidariedade às Ocupações do Isidoro*.

7 The *Observatório das Metrópoles* is a research institute that unites researchers, university institutions, government departments and non-governmental organizations, under the coordination of *IPPUR* – The Research and Urban and Regional Planning Institute at the Universidade Federal do Rio de Janeiro.

The above examples demonstrate that in the case of Belo Horizonte, several street carnival blocks, through their diversity of flags, costumes and games, upheld a variety of political, social and spatial banners, and caused an impact far beyond the traditional period of carnival revelry and themes. In this respect, many blocks in Belo Horizonte, due to the tone of their demands and claims, are easily recognised by other revellers as being those who either defend the appropriation of various types of public spaces, marginalized areas, neighbourhoods, suburbs, villas and favelas (the *Praia da Estação, Tico Tico Serra Copo, Pena de Pavão de Krishna* and *Então, Brilha* blocks), or who support popular housing movements (the *Filhos de Tcha Tcha* and *Tico Tico Serra Copo* blocks), or who wave the banner for creating free spaces for cultural production (the Blocomum block) and those related to the causes of public transport and urban mobility (*Bloco Pula Catraca! – Associação Carnavalesca Antitarifária* and *Bloco da Bicicletinha*).

Figure 3: The pedestrian walkway that crosses the railway lines in Belo Horizonte, appropriated by the carnival block *Tico Tico Serra Copo*, in 2013

Source: Leite (2013).

JORNADAS DE JUNHO, URBAN ACTIVISM AND CARNIVAL BLOCKS

In the politically effervescent context following the abovementioned *Jornadas* in June 2013, two other important movements emerged in Belo Horizonte: *Tarifa Zero BH* (Zero Fare BH) and the *Espaço Comum Luiz Estrela* (Luiz Estrela Common Space). By carnival of the following year, these two movements had already founded their own carnival blocks.

The Tarifa Zero BH movement appeared as a direct result of the demonstrations that took place in Belo Horizonte in 2013. The history of the movement started with the 2nd *Assembleia Popular Horizontal*, according to a report by one of its representatives, André Veloso (2014), published on the website of the movement in

June 2014. This meeting took place on June 23rd, 2013 and included the participation of more than 2,000 people. The next day, the largest protest to be seen in the state capital until that moment took place: 60,000 people marched approximately 7 km from *Praça Sete* to the City Centre, towards the *Mineirão* stadium, in the *Pampulha* region, during one of the matches of the Confederations Cup that was being held in Belo Horizonte. In the 2nd *Assembleia Popular Horizontal*, the Working Groups Organization (known as GTs) decided on themes that would address different issues of interest to the participants: from police repression to political reform.

Amongst the groups formed on that occasion, was the Urban Mobility GT which, thereafter, began to hold weekly discussions, thus gaining autonomy from *Assembleia Popular Horizontal* meetings. During the discussion process, the group concluded that "the crux of the matter" regarding urban mobility in the city was the abolition of public transportation fares and accordingly, drew up the proposal for a popular initiative bill. Until completion day of this article, in September 2015, the bill had not yet been sent to the City Council.

However, it was from this proposal that the Urban Mobility GT came to be known as *Tarifa Zero BH*, which until today is used by several actions of popular participation. According to one of its representatives (VELOSO, 2014), members of the movement participated in public debates, actions in schools, guided reports and condemned favouritism. In addition, they participated in institutional proceedings, such as the various activities of the Municipal Urban Policy Conference, which took place between the 2nd half of 2013 and the 1st half of 2014, elected members to the Regional Committee of Transport and Traffic and to the then newly-created Municipal Council for Urban Mobility – *ComUrb*[8].

8 *ComUrb* was created on 2nd September 2013, by Decree nº 15.318 (BELO HORIZONTE, 2013).

In addition to the aforementioned actions, the *Tarifa Zero* movement also created the block named *Pula Catraca – Associação Carnavalesca Antitarifária* ("Jump the Turnstile – The Anti-fare Carnival Association", since buses in Brazil have turnstiles), "which made its debut parade on pre-carnival Sunday in the year 2014. That same year, the *Pula Catraca* carnival music was also released, which eventually won 2nd place in the 3rd *Mestre* Jonas Carnival Music Contest, promoted through a partnership between local radio and an events promoter in Belo Horizonte, with support from the municipal and state governments (BLOCO PULA CATRACA!, 2014; BAETA, 2014).

Still during Carnival 2014, the movement provided free transportation for the revellers as a creative and proactive manner of protest, the so-called Carnival with no turnstiles. Accordingly, the *Tarifa Zero* movement, using its own resources, provided two buses that circulated free of charge along three different routes during the four days of Carnival – Saturday to Tuesday (CAMILO, 2014; TARIFA ZERO BH, 2014a). In 2015, the free bus, entitled *Busona Tarifa Zero*, ran three different routes between Saturday and Monday of Carnival. In 2015, according to its organizers, the success of the proposal was so great that it was necessary to bring in additional buses to meet the demand, both on Sunday and Monday of Carnival (TARIFA ZERO BH, 2014a; 2015a).

Figure 4: Free bus timetable and routes organized by *Tarifa Zero BH* during the 2014 carnival in Belo Horizonte

Source: *Tarifa Zero BH* (2014b).

During these two years of mobilization, the *Busona Tarifa Zero* ran a timetable along routes that not only served areas with the highest concentrations of revellers during the Belo Horizonte carnival, but also included areas that were further away and more difficult to get to, and which had been chosen to receive the processions of the carnival blocks *Tico Tico Serra Copo, Filhos de Tcha Tcha* and *Pena de Pavão de Krishna*. Thus, the *Busona* transported revellers to districts in the South-Central region, such as *Centro*, *Savassi*, *Funcionários*, *Santa Efigênia* and *Serra*; districts in the East, such as *São Geraldo and Esplanada*; and districts in the Northwest and West, such as *Lagoinha* and *Jardim América*. Furthermore, bus routes also included some of the main roads of Belo Horizonte, such as the *Contorno, Cristiano Machado, Amazonas, Andradas* Avenues and the MG-010 highway. The routes also transported revellers to the villages and favelas that make up the *Aglomerado da Serra* as well as the homeless squats in the region of Isidoro, access to which is through the neighbouring municipality of Santa Luzia (TARIFA ZERO BH, 2014a; 2015b).

Another block strongly associated with *Bloco Pula Catraca! – Associação Carnavalesca Antitarifária* is the *Blocomum,* which was also created in 2014 by the *Espaço Comum Luiz Estrela*. In 2015, the meeting point for the *Pula Ratchet* block was right outside the City Hall, before heading towards the Subway Station Santa Tereza, where an act of protest was held against the prices of public transport, after which they joined their comrades from *Blocomum* on the streets of the Santa Efigênia. Thus, over the last two years, these two blocks have paraded together on pre-carnival Sunday on the streets of Belo Horizonte (TARIFA ZERO BH, 2014a; 2015a).

The *Espaço Comum Luiz Estrela* is an open, self-managed cultural centre created for the development of free artistic training. According to information released by the

centre, it aims to enable the existence of cultural production free from the market and institutional mechanisms of cultural incentives (ESPAÇO COMUM LUIZ ESTRELA, 2013). The site on which the cultural centre stands is owned by the Foundation Hospital of Minas Gerais (known as Fhemig), and since 2012, has been conceded to the Lucas Machado Educational Foundation (Feluma), an institution maintained by the Faculty of Medical Sciences of Minas Gerais (ROCHA; MARTINS, 2013). The property is an old mansion protected by the city's Cultural Heritage Foundation, and is situated in a highly sought after, central district of Santa Efigênia. However, for almost 20 years it had been left empty and in a state of abandonment. Therefore, there was a mobilization, formed by a group of activists and artists and organised through the internet, to occupy the house on 26th October 2013. After two months of resistance and negotiation with local government, on December 16th, 2013, the State Government of Minas Gerais conceded the right to use the property for the artistic-cultural project *Espaço Comum Luiz Estrela* (CRUZ, 2014).

At the time of its occupation, at the end of 2013, the mansion was in danger of imminent collapse. Thus, the group that currently manages the *Espaço Comum Luiz Estrela* undertook emergency works in order to shore up the property. Part of the funding for this work was acquired through the *Programa Adote um Bem* (Adopt an Asset), from the City of Belo Horizonte's Heritage Executive (R$ 40,000), and another part was obtained through public funding via a virtual page (R$ 42,000). Later, at a public hearing held at the Legislative Assembly, they requested a budget of R$ 2 million for "the second stage of the rebuilding programme to undergo improvements to the roof and the facade, and the removal of a screening slab that poses a risk to the structure." (CRUZ, 2014, author's translation). However, they were unsuccessful in receiving the amount requested, and the parliamentary amendments obtained only R$100,000 from the 2014 municipal budget for this purpose.

Therefore, the managers of the *Espaço Comum Luiz Estrela* announced that cultural activities would continue alongside the works and the struggle to raise the financial resources necessary in order to complete the restoration works. In this aspect, one of the movement's activists, the architect Priscilla Musa from the nucleus of memory and restoration of the space, stated that "We want this mansion to wear the face of denunciation" (MUSA apud CRUZ, 2014, author's translation). Therefore, the restoration project intends to maintain the layers of peeling masonry, and the cracks and traces through which we are able to recognise the property's history.

Hence, behind the apparent lack of commitment, suggested by the joy, jokes and revelry of carnival, traditional expressions of the willingness to surrender to the desires of the body and the flesh before the sacrifices of lent, there exists a broad agenda of claims and demands that have repercussions in other spheres of the everyday urban life of the state capital of Minas Gerais. Thus, the blocks in Belo Horizonte, pioneers in the movement to restore street carnival have structured themselves not only to organise the festive processions during the carnival holiday period, but also to become mobilized throughout other periods of the year in support of political banners related to important issues regarding the contemporary city: public spaces, housing, urban mobility, culture, heritage, public policy and management.

FINAL CONSIDERATIONS

The return of street carnival blocks to Belo Horizonte has a common origin, engendered by a non-institutionalized, self-managed movement to occupy various public spaces of the city, mixing political demands with festive demonstrations. These pioneering blocks have organized themselves through self-management and self-financing, have refused public and private sponsorship, and are not profit-oriented. Their proposal is to occupy the city, reinvent spaces, connecting people and bringing poetry and joy to everyday life, but by also raising questions on the urban environment, including those who are excluded and marginalized, and reproving the questionable actions of political and economic power.

Within this context, the hegemonic powers have not yet discovered how best to deal with this kind of movement, which is organised within the scale of living space, that of everyday life, and which is not captured by institutional actions. This is a movement that mixes people who do not know one another, but who have common interests and ideas, who propose new discussion spaces both virtual and real time, using all available resources of technology and the internet. A social phenomenon that ultimately leads a multitude to appropriate the city and to question the status quo through celebration and joy.

Throughout the development of this research, important facts have occurred that will go down in the history of Brazil and Belo Horizonte, and that will help to clarify the relationship between carnival festivities in the state capital and the contemporary climate of major political manifestations in cities. This would be the case of the demonstrations in 2013, the so-called *Jornadas de Junho*, which took place across the whole country, bringing crowds of people to the streets in a dimension unseen for over 20 years.

The broad agenda of demands from the protests and occupations that took place during the pre and post-*Jornadas de Junho* periods included the right to live in the city, to appropriate its spaces objectively and subjectively. In Belo Horizonte however, this call to resume the occupation of the streets was nothing new, because since 2009 movements had already been identified that, little by little, were appropriating a variety of city spaces with a mixture of festivity and political protest, as in the case of the street carnival blocks and *Praia da Estação*. Nonetheless, the demonstrations of 2013 brought a strengthening effect to these movements, and influenced the creation of new movements, such as *Tarifa Zero BH* and *Espaço Comum Luiz Estrela.*

In the years 2014 and 2015, carnival in Belo Horizonte exploded, with almost two hundred blocks and more than one million people on the streets. It is probable that within this exponential growth in the number of blocks, many of them were created for purposes other than those proposed by the pioneering blocks with strong political bias. Moreover, the success of the carnival in Belo Horizonte has sparked economic interests and hegemonic politics, which are currently viewing the carnival celebrations as a potential product for generating profit and political power. However, the inclusion of these new subjects, forces and interests diminish neither the festivities nor the discussion, on the contrary, it adds new elements that are already present in the everyday conflicts to the socio-spatial conflicts of the carnival period

However, while the revellers symbolically reinvent the streets during carnival, other city dwellers continue to lead their lives at a normal pace, maintaining their same

displacement routes between work, home and leisure. In other words, while certain residents wish to party and play in the streets, others seek to raise their banners and make their festive, political protests, and others wish to take advantage of the holiday with rest and peace. Hence, socio-spatial disputes appear, and from these the need for negotiation arises: Is it necessary to register the blocks at the City Hall? Should the number of revellers be limited? Should the streets be fenced off? Should occupying the streets have a time limit? How should the infrastructure, traffic control and street cleaning services be provided? How should the police ensure the safety of revellers, inhabitants and visitors?

In the case of the contemporary carnival in Belo Horizonte, the largest conflict is precisely linked with the very existence of the carnival blocks in the streets. If in the early years – until 2012 – the few blocks that existed suffered repression from the public bodies in the misguided belief that it would restore law and order to the city, in 2015 their significant growth even resulted in a proposal to develop specific legislation for regulating the festivities in order to ensure "democratic occupation and well-organised traffic" (OLIVEIRA, 2015, author's translation).

Initially, dealing with the superficially uncontrolled carnival festivities highlights the tendency of local government in wishing to control all the uses and appropriations that occur in the city, as if solving the conflicts could only occur through legislation, regulations and institutional plans. In this sense, it should be noted that the concepts of space do not necessarily determine its uses and appropriations. Furthermore, in many cases, socio-spatial practices of the population may bring more appropriate, creative solutions than those conceived in the offices of the planning and design department.

In the case of carnival, it was clear that the City Council of Belo Horizonte has experienced difficulties in accepting the festivities as festivities, without craving for profits or other advantages. By eagerly seeking to regulate the street carnival block parades, it is possible that a relationship of dependency and submission could well be created in relation to local government, thus stagnating and discouraging revelry, as befell the samba school parades and *caricato* blocks in the 1990s.

Another important lesson learned from the experience of carnival blocks in Belo Horizonte concerns the new ways of promoting democratic participation: through festive, political appropriation of city spaces; through the publication of articles, books, manifestos, videos, photos and interviews that help to place important issues onto the debating agenda of society; through groups on the Internet; or even at meetings with public agencies; creating and promoting other discussion channels apart from the traditional. All this has led to a politically healthy pressure that has caused government agencies to change their strategies in relation to the carnival in Belo Horizonte. Therefore, from the explicit example of carnival, it is possible to contemplate planning and management structures that seek to exercise just one interface role within discussions and proposals, allowing projects for the city to be developed from the everyday political negotiations, thus resulting in a collective construction of the city and from experiences of and in the city beyond the institutional bodies.

It should also be noted that the city goes beyond the traditional functionalist view that divides the city into zones, classifies the streets into a hierarchy and transforms space into numbers. The city is alive! It is a piece of work engendered by man and therefore is constantly changing. Humans who inhabit it have needs that

go beyond the objective demands for home, work and leisure, because they are also formed and constituted by their desires, illusions, knowledge and beliefs that are effective and materialized in different areas of the city. Therefore, when developing policies, urban plans and projects, it is important to consider that the city space is not a *tabula rasa*, that there exists a series of practices that cannot be grasped by analysing the constructed spaces and the simplistic classifications of use and occupation of land (residential, commercial, mixed, institutional).

Finally, it is important to stress that Carnival is a traditional festival of culture in Brazil and Belo Horizonte, an intangible heritage that deserves encouragement and support. Perhaps the political carnival in Belo Horizonte is unable to promote a revolution, however, its actions and conquests have demonstrated that through socio-spatial practices and the various forms of expression, it is possible to promote changes in the manner of both *living* and *living in* the city.

Paola Lisboa Codo Dias:
paolacodo@yahoo.com.br

Article received on September 13th, 2015 and approved for publication on December 2nd, 2015.

REFERENCES

ACOMPANHE ao vivo a cobertura dos blocos de rua do DF. *Correio Brasiliense*, Brasília, 14 fev. 2015. Carnaval. Available at: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/02/14/interna_cidadesdf,471188/acompanhe-ao-vivo-a-cobertura-dos-blocos-de-rua-do-df.shtml>. Accessed on: 8th March 2015.

AGENDA Carnaval de Rua SP 2015. *O Carnaval de São Paulo*, São Paulo, SP, 11 fev. 2015. Agenda do Carnaval. Available at: <http://www.carnavalsp.com.br/agenda-carnaval-de-rua-sp-2015/>. Accessed on: 8th March 2015.

ALMEIDA, B. Previsão se confirma, e BH tem sua maior folia. *O Tempo*, Belo Horizonte, 21 fev. 2015. Cidades, p. 27.

ALVARENGA, D. Hotéis e receptivos apresentam pacotes para o Carnaval BH 2015. *ABIH-MG*, Belo Horizonte, 8 jan. 2015. Notícias. Disponível em: <http://www.abihmg.com.br/hoteis-e-receptivos-apresentam-pacotes-para-o-carnaval-bh-2015/>. Accessed on: 20th Feb. 2015.

BAETA, J. Baile do Pó Royal é eleita a melhor marchinha no Concurso Mestre Jonas. *O Tempo*, Belo Horizonte, 15 fev. 2014 Cidades. Available at: <http://www.otempo.com.br/cidades/baile-do-p%C3%B3-royal-%C3%A9-eleita-a-melhor-marchinha-no-concurso-mestre-jonas-1.789685>. Accessed on: 15th March 2015.

BELO HORIZONTE. Lei nº 8.616, de 14 de julho de 2003. Contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte. *CMBH*. Available at: <http://www.cmbh.mg.gov.br/leis/legislacao/pesquisa>. Accessed on: 23rd Feb. 2015.

_____. Decreto nº 13.798, de 9 de dezembro de 2009. *CMBH*. Available at: <http://www.cmbh.mg.gov.br/leis/legislacao/pesquisa>. Accessed on: 14th Jan. 2015.

_____. Decreto nº 13.960, de 4 de maio de 2010. Revoga o Decreto nº 13.798, de 09 de dezembro de 2009. *CMBH*. Available at: <http://www.cmbh.mg.gov.br/leis/legislacao/pesquisa>. Accessed on: 14th Jan. 2015.

_____. Lei nº 15.318, de 2 de setembro de 2013. Cria o Conselho Municipal de Mobilidade Urbana - Comurb. *CMBH*. Available at: <http://www.cmbh.mg.gov.br/leis/legislacao/pesquisa>. Accessed on: 15th March 2015.

_____. O maior carnaval da história da BH. *Sala de Notícias*, Belo Horizonte, 27 fev. 2014. Available at: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/noticia.do?evento=portlet&pAc=not&idConteudo=146914&pIdPlc=&app=salanoticias>. Accessed on: 27th Feb. 2014.

_____. PBH anuncia programação do carnaval 2015 na capital. *Diário Oficial do Município*, Belo Horizonte, MG, 31 jan. 2015. ano 21. ed. 4736. Available at: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1136605>. Accessed on: 20th Feb. 2015.

_____. Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano. *Operação Urbana Isidoro*. Belo Horizonte, [201-?] Available at: <http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=planejamentourbano&lang=pt_BR&pg=8843&tax=35726>. Accessed on: 12th March 2015.

BORGES, G. Confundir: Carnavais e Revoluções. *Variável 5*, Belo Horizonte, 1 fev. 2013. Available at: <http://variavel5.com.br/blog/caps-lock-carnaval/>. Accessed on: 12th Feb. 2014.

BLOCO PULA CATRACA!. *Evento Facebook Bloco Pula Catraca!.* 2014. Available at: <https://www.facebook.com/events/231422593709662/>. Accessed on: 16th March 2015.

BRANT, A. C. BH bota o bloco na rua. *EM*, Belo Horizonte, 23 jan. 2012. Carnaval, 2012. Disponível em: <http://www2.em.com.br/app/noticia/especiais/carnaval/2012/01/23/noticias_internas_carnaval,273843/bh-bota-o-bloco-na-rua.shtml>. Accessed on: 26th March 2014.

CAMILO, J. V. Movimento Tarifa Zero disponibilizará ônibus durante o carnaval. *O Tempo*, Belo Horizonte, 26 fev. 2014 Cidades. Available at: <http://www.otempo.com.br/cidades/movimento-tarifa-zero-disponibilizar%C3%A1-%C3%B4nibus-durante-o-carnaval-1.795188>. Accessed on: 21st Nov. 2014.

COSTA, E. Entrevista com representantes dos blocos de carnaval de rua de Belo Horizonte no rádio no programa Chamada Geral. *Rádio Itatiaia*. Belo Horizonte: 21 fev. 2015. 1 video (23:25 min), son., color. Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=Fjp8YVf28DM&feature=youtu.be>. Accessed on: 22nd Feb. 2015.

CRUZ, M. M. Espaço Comum Luiz Estrela completa um ano em BH. *EM*, Belo Horizonte, 6 nov. 2014. Divirta-se. Available at: <http://divirta-se.uai.com.br/app/noticia/musica/2014/11/06/noticia_musica,161142/espaco-comum-luiz-estrela-completa-um-ano-em-bh.shtml>. Accessed on: 15th March 2015.

DESFILE do Santo Bando é cancelado em Belo Horizonte. *G1 MG*, Belo Horizonte, 9 fev. 2012. Minas Gerais, Carnaval 2012. Available at: <http://g1.globo.com/minas-gerais/carnaval/2012/noticia/2012/02/desfile-do-santo-bando-e-cancelado-em-belo-horizonte.html>. Accessed on: 22nd Feb. 2015.

DICKEY, M. R. The 22 key turning points in the history of YouTube. *Business Insider*, 15 fev. 2013. Available at: <http://www.businessinsider.com/key-turning-points-history-of-youtube-2013-2?op=1>. Accessed on: 18th Jan. 2015.

DINIZ, A.; SANTOS, A. Despejo será a partir de segunda. *O Tempo*, Belo Horizonte, 9 ago. 2014. Cidades. Available at: <http://www.otempo.com.br/cidades/despejo-ser%C3%A1-a-partir-de-segunda-1.897200>. Accessed on: 10th March 2015.

ESPAÇO COMUM LUIZ ESTRELA. Informações da página. *Página Facebook Espaço Comum Luiz Estrela (Comunidade).* 2013. Available at: <https://www.facebook.com/espacoluizestrela/info?tab=page_info>. Accessed on: 7th Jan. 2015.

FACEBOOK. *Company Info | Facebook Newsroom*. 2015. Available at: <http://newsroom.fb.com/company-info/>. Accessed on: 16th Jan. 2015.

FONTES, L. *Samba e Suor (parte 1).* Belo Horizonte: 2015a. 1 video (3:13 min), son., color. Jornal O Tempo. Available at: <http://www.otempo.com.br/tv/assista-a-primeira-parte-do-document%C3%A1rio-samba-e-suor-1.999627>. Accessed on: 11th March 2015.

_____. *Samba e Suor (parte 2).* Belo Horizonte: 2015b. 1 video (2:25 min), son., color. Jornal O Tempo. Available at: <http://www.otempo.com.br/tv/assista-a-segunda-parte-do-document%C3%A1rio-samba-e-suor-1.1004690>. Accessed on: 11th March 2015.

FRANÇA, F. *Sobre carnavais e revoluções*. Belo Horizonte: 2015. 1 video (11:44 min), son., color. Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=PUHcQeRcYNw>. Accessed on: 12th Feb. 2015.

GUIA DOS BLOCOS TRADICIONAIS DE BRASÍLIA. *Blocos,* [201?]. Available at: <http://www.ligadosblocos.com.br/blocos>. Accessed on: 8th March 2015.

IMAGINA NA COPA. *História #7 - "Praia da Estação"*. São Paulo: 2013. 1 video (06:32 min), son., color. Imagens e Roteiro: Tiago Pereira. Edição: Apiário. Entrevista: Fernanda Cabral. Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=5354OiTR07E/>. Accessed on: 11th Nov. 2014.

JORGE, J. *Bloco "Filhos de Tcha Tcha" chega à Ocupação Rosa Leão*. 2014. 1 fotografia, color. Formato JPEG. In: Deputado Estadual Rogério Correa website. Available at: <http://www.rogeriocorreia.com.br/noticia/belo-horizonte-foge-do-pao-e-circo-e-celebra-o-carnaval-tambem-com-politica/>. Accessed on: 21st Nov. 2014.

LEITE, F. *Tico Tico na Vila Dias | 2013:* fotos álbuns. 2013. 1 fotografia, color. Formato JPEG. Available at: <https://www.Facebook.com/media/set/?-set=a.652224684844965.1073741830.651617994905634&type=3>. Accessed on: 16th Nov. 2014.

MIRANDA, B. BH terá pacotes para turistas interessados no Carnaval de 2015. *O Tempo*, Belo Horizonte, 8 jan. 2015. Cidades. Available at: <http://www.otempo.com.br/cidades/bh-ter%C3%A1-pacotes-para-turistas-interessados-no-carnaval-de-2015-1.970509>. Accessed on: 21st Feb. 2015.

MUZZI, L. Maior festa dos últimos anos coloca BH no caminho certo. *O Tempo*, Belo Horizonte, 6 mar. 2014. Carnaval 2014, p. 13.

NAESSA, D. *Evento Facebook ISIDORA: Carnaval e Luta (Estreia).* 2015. Available at: <https://www.facebook.com/events/363203043864707/>. Accessed on: 15th March 2015.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Manifesto Resiste Isidoro. *Notícias*, Rio de Janeiro, 26 ago. 2014. Available at: <http://www.observatoriodasmetropoles.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=961:manifesto-resiste-isidoro&Itemid=164&lang=en>. Accessed on: 10th March 2015.

OCUPAÇÃO ESPERANÇA. *Blog da Ocupação Esperança, na região da Isidora, em Belo Horizonte e Santa Luzia, MG*, [201-?]. Available at: <http://ocupacaovitoria.blogspot.com.br/>. Accessed on: 7th Jan. 2015.

OCUPAÇÃO ROSA LEÃO. *Blog da Ocupação Rosa Leão, região da Isidora, em Belo Horizonte e Santa Luzia, MG*, [201-?]. Available at: <http://ocupacaorosaleao.blogspot.com.br/>. Accessed on: 7th Jan. 2015.

OCUPAÇÃO VITÓRIA. *Blog da Ocupação Vitória, região da Isidora, em Belo Horizonte e Santa Luzia, MG*, [201-?]. Available at: <http://ocupacaovitoria.blogspot.com.br/>. Accessed on: 7th Jan. 2015.

OLIVEIRA, J. Produtores de blocos e Belotur cobram lei para regulamentar o carnaval em BH. *EM*, Belo Horizonte, 19 fev. 2015. Gerais. Available at: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/02/19/interna_gerais,619513/produtores-de-blocos-e-belotur-cobram-lei-para-regulamentar-o-carnaval.shtml>. Accessed on: 19th Feb. 2015.

PIMENTEL, J. *Blocos:* uma história informal do carnaval de rua. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Prefeitura, 2002. Arenas do Rio; 11. 109 p.

PODIA SER PIOR *et al*. *Quem não gosta de samba - Repúdio dos Blocos de Rua do Carnaval de BH ao candidato Marcio*: Nota de repúdio. Belo Horizonte, MG, 2012. Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=i2bjAv4CwiI>. Accessed on: 12th Feb. 2015

PRAÇA LIVRE BH. teaser praia da estação 2. *Blog da Praça Livre BH*: postagens de "qualquer" natureza sobre a Praça da Estação. Belo Horizonte, 2010. 1 video (01:03

min), son., color. Available at: <https://pracalivrebh.wordpress.com/2010/01/page/2/> e <https://www.youtube.com/watch?v=4mEzQrF6v0M#t=13>. Accessed on: 28th Feb. 2015

ROCHA, A.; MARTINS, A. Intervenção da PM evita reintegração de casarão. *O Tempo*, Belo Horizonte, 31 out. 2013. Cidades. Available at: <http://www.otempo.com.br/cidades/interven%C3%A7%C3%A3o-da-pm-evita-reintegra%C3%A7%C3%A3o-de-casar%C3%A3o-1.739406>. Accessed on: 15th March 2015.

ROLNIK, R. Dramas e delícias do carnaval. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 9 fev. 2015. Divirta-se. Available at: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/raquelrolnik/2015/02/1587229-dramas-e-delicias-do-carnaval.shtml>. Accessed on: 4th March 2015.

TARIFA ZERO BH. Carnaval sem catracas. *Página Facebook Tarifa Zero BH*, 01 mar. 2014a. Available at: <https://www.facebook.com/tarifazerobh/photos/pb.582305668498014.-2207520000.1426479066./679297642132149/?type=3&theater>. Accessed on: 7th Jan. 2015.

_____. *Fotos*. 2014b. 1 fotografia, color. Formato JPEG. Available at: <https://www.Facebook.com/tarifazerobh/photos/pb.582305668498014.-2207520000.1417824845./679297642132149/?type=3&theater>. Accessed on: 14th Jul. 2014.

_____. *Fotos*. 2014c. 1 fotografia, color. Formato JPEG. Available at: <https://www.Facebook.com/tarifazerobh/photos/pb.582305668498014.-2207520000.1417824845./679297642132149/?type=3&theater>. Accessed on: 14th Jul. 2014.

_____. Carnaval de rua e de luta contra aumento. *Página Facebook Tarifa Zero BH*, 09 fev. 2015a. Available at: <https://www.facebook.com/tarifazerobh/timeline>. Accessed on: 15th March 2015.

_____. Mais um carnaval de luta e uma busona que desbrava a cidade. *Página Facebook Tarifa Zero BH*, 17 fev. 2015b. Available at: <https://www.facebook.com/tarifazerobh/timeline>. Accessed on: 15th March 2015.

TRADICIONAL Santo Bando é cancelado na capital. *EM*, Belo Horizonte, 9 fev. 2012. Gerais. Available at: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2012/02/09/interna_gerais,276942/tradicional-santo-bando-e-cancelado-na-capital.shtml>. Accessed on: 22nd Feb. 2015.

JUSTIÇA desenvolve trabalho pacífico para reintegração de posse da região Isidoro. *Tribunal de Justiça de Minas Gerais*, 12 ago. 2014. Available at: <http://www.tjmg.jus.br/portal/imprensa/noticias/justica-desenvolve-trabalho-pacifico-para-reintegracao-de-posse-da-regiao-isidoro.htm#.VQYTBPnF-VM>. Accessed on: 10th March 2015.

VELOSO, A. Um ano do Tarifa Zero BH. *Blog Tarifa Zero BH*, Belo Horizonte, 26 jun. 2014. Available at: <http://tarifazerobh.org/wordpress/um-ano-do-tarifa-zero-bh/>. Accessed on: 15th March 2015.

Resumo: *Em Belo Horizonte, os blocos de carnaval surgiram nos tempos de sua fundação, no final do século XIX. Contudo, esse tipo de manifestação foi perdendo sua dimensão e importância a partir dos anos 1930. Na década de 1990, Belo Horizonte passou a ser conhecida pelo sossego que pairava em suas ruas durante o feriado carnavalesco. A primeira década do século XXI marca a inflexão desse processo no período pré-carnavalesco, enquanto o ano de 2009 representa o início do movimento de retomada dos blocos de rua durante o feriado oficial. Desde então, ocorreu uma completa transformação do carnaval belo-horizontino, passando de uma festa decadente, marginalizada e quase esquecida pela*

maioria da população ao grande sucesso de uma festa efervescente e exuberante. Assim, este artigo pretende trazer discussões e olhares inabituais sobre o espaço da metrópole contemporânea a partir da reflexão sobre a apropriação da cidade pela festa carnavalesca.

PALAVRAS-CHAVE: *apropriação socioespacial; carnaval de rua; blocos de carnaval contemporâneos; manifestações festivo-políticas; conflitos socioespaciais na metrópole.*

Games and insurgencies:

towards agonistic participation in the production of space

Jogos e insurgências:

por uma participação agonística na produção do espaço

Ana Paula Silva de Assis
Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura,
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, MG, Brasil

Abstract: *By relating games and insurgencies, the intention of this article is to establish a conceptual basis for proposing agonistic participatory tools, with the aim of recovering the emancipatory sense of social participation when producing city space. Through post-political theory and post-democratic criticism we will argue that the institutionalization of participatory processes stands in contradiction to emancipatory ideals, which provide support for social participation as a tool for promoting spatial justice. The concept of open game as formulated by Vilén Flusser will be adopted as a critical, theoretical tool so as to envisage participatory processes that accommodate dissent. Within this context, we will present three game experiences, all of which concern spatial issues. Games, understood as agency, enable insurgent imagery for the city to emerge, facilitate translations and coexistence, and encourage the occupation of public spaces as a possibility for recovering the public sphere.*

Keywords: *dissension; social participation; insurgencies; open game; social emancipation; agonistic participation.*

When attempting to relate games and the production of space, what initially appears most striking is the close relationship that exists between games and insurgencies. Reflection on the beginnings of the modern city permits us to observe the effects brought about by consolidating the manner in which leisure space has been produced. The regulation of free time, understood as a necessary condition for the reproduction of the labour force, encounters its spatial equivalent in the production of specialized spaces for recreational sport or tourism, and thus the consequent abandonment of the streets as a terrain for exchanges and games. Attempts to reapproximate games and public spaces, in their various manifestations, take on political overtones, which invariably point to the emergence of another spatial imagery. During the 1960s, the counter culture movements on the one hand, and critical theory on the other, both reported that leisure and imagination had been taken capture by an ideology that aimed to create the need to consume. Artistic contestatory movements, such as the Fluxus movement, simulated critical alternatives to the modes of production, the economic system and the consumer society. The Situationist International regarded the city as open country for playful imagination, an extended playground that summoned the political appropriation

of the street. Despite current thinking regarding the insurgent actions of these movements, the objective of this study is not to analyse such practices in depth. The intention of introducing them as introductory examples is merely to place them at the intersection between games and public space, where imagery emerges and points towards other possibilities of appropriating, using and enjoying city spaces. By linking games and insurgencies, the intention of this article is to establish a conceptual basis for proposing games as agonistic participatory tools. The creation of a public sphere, extended by the use of games, aims to contribute to constructing a sense of emancipation for social participation, in that it proposes a democratic approximation between formal levels of government and popular mobilization.

POPULAR MOBILIZATION AND PARTICIPATION: THE POLITICAL

In recent years we have witnessed an explosion in the number of popular protests within cities and social contexts as distinct and diffuse as the causes and demands behind the insurgent movements. The global scale of this heterogeneous scenario is also reproduced on a local scale where very often, cries for specific demands are amplified by the polyphony of so many other discontented voices from within other contexts. However, it is not our intention herein to provide an inventory of the various agendas and claims that have fuelled recent popular conflicts and uprisings. Nonetheless, the occupation of streets, squares and public spaces may be interpreted as an attempt to reappropriate the public sphere and a growing demand to create spaces in a political manner. In this sense, popular mobilization, whether insurgent or not, may be interpreted as an important forum for political participation as well as a demand for more openness within the channels of institutional participation regarding decisions on issues of commonwealth[1].

Historically, the opening of institutional channels to permit popular participation is understood as an important conquest for social movements. In Brazil, although the City Statute[2] denoted a significant democratic legal advance regarding regulatory instruments for permitting popular participation, and therefore a more democratic use of space, it has failed to achieve the emancipatory promise that dominated the discourse throughout the struggle that culminated in its preparation.

From an institutional viewpoint, participation is called upon to fulfil a corrective role in the face of social inequalities, in that it presupposes the democratization of urban management as a means to promote spatial justice. However, the argument that we intend to develop, in the light of post-political theory (LACLAU; MOUFFE, 1987; MOUFFE, 2005a; 2005b) and post-democratic criticism (RANCIÈRE, 1996a; 1996b; 2001), is that the institutionalization of participation, associated with the absence of an emancipatory political project, becomes susceptible to being captured by the dispositif of power, and as a result, fuel reproduction of the same dominating structures, which they imagine they are battling against.

Jacques Rancière characterizes post-democracy as a process of depoliticisation, an erosion of democracy and a reduction of the public sphere due to the consensual arrangements that align politics to neoliberal interests. The instrumentalization

1 With regard to the relationship of antithesis and complementarity between direct action and institutional struggle see Souza (2012).

2 The Federal Law that regulates the chapter on urban policies in the 1988 Federal Constitution.

of democratic discourse operates as a manner with which to suppress any dissent in assuming an alleged equality of discussion between parties with unequal representation in the socio-political hierarchy. For Rancière (1996b), dissension should not be understood simply as the appreciation of difference and conflict, dissent, while questioning the established order, represents politics itself, and as such, is directly involved in the constitution of political subjects.

The approximation of politics and dissent in Ranciere's thinking is clarified within the distinction between politics and police. He states that with post-democratic consensual political arrangements, politics is reduced to policing (police), i.e. to consensual management of the form of governing. Besides quotidian management, the police are also responsible for regulating the distribution of the sensible, in that they identify what is commonly shared and which parts should remain exclusive. They authorize participation and establish separation. Thus, the police annul true politics by previously establishing what should be shared. Politics, on the other hand, finds its constitutive role in the contingency of dissensus that manifests itself in antagonism and in questioning the existing order. The formative processes of political subjects come about by refusing the distribution, as implemented by the police.

> By thus extending the concept of police, I propose to restrict that of politics. I propose to reserve the term politics for all activities that come to disturb police order through registering the presupposition that it is entirely heterogeneous. This presupposes the equality of every speaking being with every other speaking being. (RANCIÈRE, 1996b, p. 372).

The use of the term police, designated as the institutionalized practice of politics, retrieves Foucault's contribution, which associated the police to what today is understood as internal policy. Foucault (2008) refers to the police as a government device that emerged in the seventeenth century, and which brings about changes in the power structures of the sovereign state towards a set of techniques to control the population, characterized as biopower.

Thamy Pogrebinschi (2009) identifies, also in the work of Marx, a difference between 'politics' and 'the political' as two distinct instances of power. For Marx this separation came about through the contradiction between state and society, which is established "from the idea of a modern state that has been definitively separated from civil society since the French Revolution." (POGREBINSCHI, 2009, p. 17, author's translation). Within this understanding, what separates politics from the political is the figure of the state. Therefore, in Marx, 'the political' is a future, an ideal society that should be attained by overcoming the antagonism between state and society, in the ultimate instance, a withering away of the state. For Marx, "While politics describes how things are in the modern state, political prescribes how things should be after its withering away" (POGREBINSCHI, 2009, p. 25, author's translation). With regard to this aspect, Rancière extrapolates Marxian thought by recalling that antagonism, i.e., "Class war is not 'beneath' the political, it is not the reality of division and struggle that will repudiate the false purity of politics. Class war, the controversial statement as an entirety of that which is nothing, is politics itself." (RANCIÈRE, 1996b, p. 371, author's translation).

The distinction between politics and the political is also an important aspect in characterizing post-politics. Very much like Rancière, Chantal Mouffe (2005a)

believes that power is not the external relationship of two previously established identities, but rather a constituent part of them. Within the contingency of pluralistic antagonism, Mouffe identifies the constituent power of the political. In contrast, politics would be characterized by a set of practices and discourses that seek, on an institutional level, to establish a certain order and organize human coexistence (MOUFFE 2005a).

> On one hand, what this distinction highlights is that the political is not limited to a particular place within society and is not limited to specific institutions, but is a constitutive dimension of social order itself. It reveals that this order is the product of a relationship of power and is always contingent because it is intersected by antagonisms. (ERREJON; MOUFE, 2015, p. 31, author's translation).

Mouffe focuses on the question of democracy in an attempt to accommodate the conflictual dimension of antagonism in politics. "With the intention of being accepted as legitimate, conflict needs to adopt a form that does not destroy political association" (MOUFFE, 2005b, p. 20). Thus, Mouffe proposes facing the antagonism that exists in social relationships as a form of agonism. For such a change to take place, it is necessary to stop viewing opposition as an enemy, but begin to consider it as an adversary. Recognizing the opponent and knowing their point of view allows room for negotiation, and for the establishment of mutual commitments, even if the potential conflict has not ceased to exist. Therefore, transforming antagonism into agonism is not about overcoming antagonism, as projected by Marx. For Mouffe, it is antagonism that defines and forms political subjectivities. Before anything else, the proposal of an agonistic model of democracy is the effort to convert antagonism, so as to also enable its existence in institutional order.

If for Marx the emancipatory horizon is represented by overcoming the antagonism associated with the idea of overcoming the state, a century and a half after, instead of withering away, what we witnessed in the last quarter of the twentieth century was the dismantling of the welfare state. In a recent interview, Mouffe recalled the context of 1985, when in partnership with Ernesto Laclau, he presented a proposal for the radicalization of democracy, with the publication of *Hegemony and Socialist Strategy*. "In 1985 we said 'it was necessary to radicalize democracy', now it is up to us to recover democracy first and then radicalize it; the task is much more difficult. There has been a clear setback" (ERREJON; MOUFE, 2015, p. 18, author's translation). Laclau and Mouffe (1987) also updated Marxian literature by proposing to extend the binary concept of social class to the multiplicity of identities represented by social movements (of race, gender, ethnicity, etc.). The idea of a pluralistic radical democracy, which they defended, corresponded to the use of the agonistic model in the formation of collective identities.

Resuming the previous argument that popular mobilization and institutionalized participation are both important participatory instances, it is possible to identify structural differences between them, which instead of uniting them under a common goal, they in fact differ, due to their emancipatory characters. Participatory public policies, as institutional agents fall under the domain of politics (or police, as Rancière would prefer). Social mobilization, either in the form of direct action or insurgent

demonstrations, represents the essence of the political constituent processes emerging from antagonism.

Contributing to the debate on social participation in the production of space, this study intends to expand its discursive context beyond the dichotomy between the two participatory arenas identified above. For a better understanding of this argument, we propose to deploy these two participatory bodies in an analytical classification that divides them into three distinct arenas.

The first arena would be: (1) institutionalized participation, which may be accessed through participatory public policies, which we have identified previously as a practice located in the sphere of politics. The second and third arenas concern the political sphere, the popular mobilization. In this instance we highlight: (2) direct participation in the production of space, and also (3) participation in the public sphere. Examples of direct participation in the production of space are initiatives involving collaborative projects and self-build processes promoted by collective task forces or other types of cooperation. Existing studies on participatory processes in the field of architecture and urban planning alternate between those that discuss instances of direct participation (2), and others regarding institutional participatory policies (1), in this case, the first two items of the triad proposed herein. By including the concept of the public sphere (3) as an analytical category to complement the previous two instances, we not only seek to provide support for the argument that follows, but also to organise the three proposed items dialectically. This is intended to be a rapprochement between the spheres of politics and the political. It is therefore in the middle arena between social mobilization and formal levels of government that we would like to introduce the game as an agonistic participatory tool. Mouffe's conceptual framework for the agonistic model operates at the intersection between the spheres of politics and the political, "while recognizing the inherent social antagonisms and allowing expression in institutional or other forms of organization" (SWYNGEDOUW, 2011, p. 5). The formation of a public sphere of extended discussion through the use of games is intended to contribute to the construction of an emancipatory project for participation, marked by the approximation of formal government instances and popular mobilization.

PARTICIPATION: BLACK BOX OR OPEN GAME?

The philosopher Vilém Flusser developed the concepts of the black box (1985) and open game (n.d.) as conceptual structures with the intention of "contributing towards a philosophical dialogue on the apparatus through which the present moment is living" (FLUSSER, 1985, p. 4, author's translation). The black box concept will be compared to the idea of open game in order to characterize the "apparatus" of the current participatory public policies.

Taking the theme of photography as a pretext, Flusser characterised the black box as an apparatus for which, in order to interact,, it is not necessary to know how it works, it is only necessary to know how to trigger it. The nature of the black box may be understood as a coming together of secret knowledge, accessible only to its developers. The apparatus is responsible for taking decisions that have been pre-programmed. Given the black box, free will is an illusion that follows prior

determination. It is only permitted to want what the program[3] allows us to want (FLUSSSER, 1985).

Understanding social participation, limited only to the instances of formal politics, tends to reduce it to a big black box. The institutionalization of participatory practices takes the responsibility of social mobilization for itself, and thus tends to eliminate the antagonism between state and civil society, present in the protest movements. Thus, the political dimension is eliminated, and it therefore becomes an instrument favouring the reproduction of hegemonic order. For Gramsci, hegemony is a kind of ideological domination in which elites attempt to identify the interests of society, and thus promote consensus around their own interests. Institutional participation, as a black box serving neoliberal interests, reaffirms the distribution practices operated by the police, restricts emergency possibilities of other forms of imagery for the city, and hence limits emancipatory power towards transforming society.

Emancipation in the context of urban planning refers to the ability of the agents to become aware of their role in the reproduction of social practices and mechanisms of empowerment, which enable them to bring about transformations. Therefore, communicative/collaborative planning supports social participation as the main tool for promoting spatial justice. However, opening communicative channels between state and society alone is no guarantee of transformation. It is necessary to question the working structure of the black box in order to identify the mechanisms that limits democratic participation.

Criticism of collaborative communicative planning identifies in the deliberative structure of participatory channels, the main obstacle for achieving democracy. Communicative rationality, based on Jürgen Habermas' theory of communicative action, assumes that in a full democracy, political decisions must be reached through a process of deliberation amongst equal and free citizens. However, if the need for participatory politics responds precisely to a demand for equal conditions, the main paradox of participation is identified in the deliberative structure. Marcelo Lopes de Souza argues that "the very existence of profound inequalities makes the practice of communicative action difficult. Communicative action may contribute to achieving greater autonomy, but at the same time, a certain degree of individual and collective autonomy is a prerequisite for communicative action" (SOUZA, 2013, p. 150, author's translation).

By taking communicative reason as a program, the black box tends to hide the exclusionary aspects of participatory politics, and creates an illusion of consensus that instrumentalizes participation as a way of legitimizing the pre-programmed decision to allow only certain choices, usually those authorized by the state and committed to maintaining hegemonic order. In his own manner, Rancière also condemned the exclusion operated by communicative reason, attributing to this the effect of disqualifying those who are not allowed to participate in the deliberative structure that guides our idea of democracy. "The ones we refuse to take into account in the political community, we first refuse to listen to as a speaking being. We only hear noise in what they say" (RANCIÈRE, 1996b, p. 373, author's translation).

As an antithesis to the black box concept, in the work of Flusser we encounter the concept of open game. Although the idea of open game is apparently opposed to the black box, we do not intend to treat them as opposites within an exclusionary

3 The concept of the programme is a recurring idea in Flusser's philosophy. This may be conferred in (FLUSSER, 1983)

logic, but rather as complementary possibilities. Flusser considers an open game as that in which the repertoire of thoughts can be increased and its structure can be modified. In the open game all possible combinations within the structure of the game never run out. The game may always expand its repertoire. "Open games enable the repertoire to increase or decrease, and structural change [...] repertoires are increased by processing noise into game elements" (FLUSSER, n.d., p. 3).

Given the emancipatory perspective, the open game as a conceptual guideline suggests a participatory model free of normative structures and institutional limits. Participation as an open game enables democratic realization, in that it transforms "noise" into elements of game. A participatory structure open to noise is also a structure open to dissesus. The dissensual character of participation occurs more easily in participatory arenas (2) and (3) of the triad proposed above (direct participation and participation in the public sphere, respectively). However there remains a challenge to encounter the agonistic fissure in the arena of institutional participation (1) that allows participatory models of popular mobilization to approach it. Without ignoring the restrictive limitations of institutional participation, we understand that this can hardly fail to be a black box. The manner with which to deal with the black box more democratically would be to increase the number of programs that operate within it. Dissesus, as a formative process of political subjects enable programmers to operate in the fissure of the black box.

Therefore, by introducing some experiences with games to this reflection, we intend to approximate black box and open game. It is hoped that the games will contribute towards expanding the public sphere, enabling agonistic translations between politics and the political as a project for the democratic expansion of the arenas of social participation.

GAMES AND THEIR AGENCIES

For Huizinga (2000), one of the characteristics of games in general is that they "are not everyday life or real life. Instead, they are an escape from real life into a temporary sphere of activity that has its own orientation" (HUIZINGA, 2000, p. 11). Given the virtual nature of the games, we associate the 'escape from real life' mentioned by Huizinga, with the virtualization scheme proposed by Pierre Levy (1996). In this scheme, games can be seen as a displacement from real problems onto a virtual platform. According to Levy, the displacement from the actual (real) to the virtual represents the inventive return of a given solution to its problematization. Therefore, the virtualization of spatial questions through the game causes the displacement of real problems onto a platform where collective problematization and even agonistic socio-spatial questions become possible. Also, according to Levy, the opposite movement, the return from virtual to actual/real "brings out other functions, triggers conflicts, unlocks situations and introduces a new dynamic of collaboration" (LEVY, 1996, p. 6, author's translation).

Below, we present some examples of games, no longer as Flusserian metaphors, these are empirical experiences of participatory games that operate in arenas of social mobilization. As an analytical framework, in each of the games we seek to identify the participatory arena into which it is inserted, its skills as agency as

well as its dissensual character. As agency, the games fulfil at the same time the role of social mobilizer, facilitate discussion between stakeholders and enable the emergence of other spatial imagery. The games also account for the democratization of spatial knowledge far beyond the limits of communicative rationality due to the fact that in games the exchange of knowledge takes place by means of experience rather than discourse. As a dissensual practice, the act of playing establishes the democratic principle of equality between stakeholders as a condition for dialogue. In games, the political subjects are are constituted, to the extent that they question the hegemonic spatial order. Through dissensus, games are transformed into a political act. Another important concept to be identified in the presented games, is related to their metagames. In his reflection on open games, Flusser (n.d., p. 3) introduces the concept of the metagame, in which he establishes that "games occur inside games", and that "every game opens a competence for its metagame." The perspective of the metagame extends the action of the game beyond the repertoire and duration of each game. The metagame refers to the strategic and prospective dimensions of each game. The 'game behind the game' reveals its previous context, while the competences opened to the metagame indicate possibilities for the future.

Insurgent imageries for the city: The Athens Game

The Athens Game was designed to be played between a group of adolescents living in a place called *Aglomerado Santa Lúcia* and a group of students involved in an extended university project based in the same location. *Aglomerado Santa Lúcia* is a complex composed of four *favelas* in the south central region of the city of Belo Horizonte. Currently, this area is undergoing a process of urban restructuring, financed by resources from the federal government's program known as *PAC* (Accelerated Growth Plan). Interventions brought about by the program have caused a great social impact by generating a sense of insecurity with regards to the near future. Actions have included a series of removals in order to carry out the infrastructure projects, as well as imposing another spatial order.

Within this context of spatial uncertainty, the development and implementation of the game responded to the invitation by an educator who worked in a social services program aimed at the young of *Aglomerado*. The aim of the invitation was to introduce some kind of support for the young people on the program to help them formulate and discuss space issues that families and residents on the *Aglomerado* were experiencing. In this case, the specific aim behind applying the game was not in itself to solve the conflict, especially since the target group came from an age range that was not involved in the negotiations between planners and the community. However, the young people were experiencing along with their families and neighbours, the violent removals and consequent fraying of social relations promoted by the imposition of a new spatial order. The Athens Game was developed in order to provide the young people with some vocabulary concerning questions of space, and to develop their critical awareness so as to question the solutions and ready-made formulas that were being imposed on the community by the restructuring program. Consequently, regarding the participatory aspects listed in the first section of this study, we would situate the experience of the Athens Game in the participation field of the public sphere. The game fulfils the role of expanding the debating arena on

issues concerning the city, including a significant number of citizens who, despite being those most affected by the decisions of urban planning, until that moment had not been considered by the "speaking community".

The game is part of Le Corbusier's proposition in The Athens Charter (1933), which separated the functions of the city into residential, leisure, work and circulation zones. The argument of the game would be the deconstruction of the ordered separation of the city's functions, blurring the limits between them and making the use of space more flexible. This game structure sought to reproduce the tension between the formal logic adopted by the *Vila Viva* programme and the informality of the manner with which to occupy and produce space inside the *favela*. Each of the functions (housing, leisure, work, and circulation) was associated with a colour and represented by a team of players. For each of the colours/functions, a group of cards was prepared associated with everyday activities and situations related to the four functions. The game unravelled on top of a large piece of white cardboard that fulfilled the role of a board. During each round, groups selected a card from one of the colours as long as it was not their own colour. Through the use of drawings and collages, groups would represent solutions responding to the combination of the action that had been drawn (on the card) and the corresponding function of their group. For the structure of the game, the actions available on the cards of the other three colours never coincide with an action that traditionally corresponds to the function represented by its group. Thus, some of the possible combinations were, for example: a space in which to play ball in one of the circulation structures (a street to play ball or a basketball hoop at the bus stop); mixed spaces of trade and housing (houses were represented with bars and shops on the front, or houses with signs for manicure/pedicure); a space to study in the park, or a space to rest in the supermarket.

The proposals made possible by the game represented a counterpoint to the lack of imagination from the formal planning, in which certain actions are often justified by arguing that certain housing standards or organizations of public spaces are either the best or even the only possible solutions. Spatial solutions devised by the players presented a much greater level of complexity than those introduced by the *Vila Viva* programme, and make much more sense of the everyday spatial dynamics of the *favela*.

In its role of agency, the Athens Game enabled the emergence of a possible, coherent spatial imagery, that denaturalizes the logic imposed by the technicians of the *Vila Viva* programme. During the process, the players referred to certain areas that they knew from their own experience, and imagined others in the way they would like it to be. Comments frequently were: "At so-and-so's house it's like this" or "like it is on my street." When the combination was very unusual they would exclaim: "Imagine a street like that!" or questioned: "Is there really a square like that?" While they imagined their spaces, they also shared painful experiences linked to the removals, and the affective losses involved in that process. Thus, they named their problems and built a vocabulary to talk about things that until that point had no name. Another aspect that we were able to assess through the metagame, was the way in which the social barriers between players were overcome. In previous meetings, there had been a distinct climate of hostility on the part of the young residents of the *Aglomerado* towards the presence of the university students. On the day of the game, as soon as the day's activity was announced, resistance began to give way. Teams were quickly formed, each including participants from both groups.

Within minutes they were calling each other by name and supported one another in completing each of the tasks. The event ended with them arranging a date for their next meeting.

As a possibility for dissent, the Athens Game established a democratic principle of equal speech amongst the participants. Unlike a participative meeting, the game does not require the participants to provide beforehand any prior formulation of their desires for the city they inhabit. It is during the game itself that the opportunity arises to formulate their desires. The game also problematizes the spatial organisation implanted by the order of distribution. It is within this spatial questioning process that the dissensual subjectivities are established. Insurgents in their desires for other spaces.

Appropriation of public spaces, denaturalization and overcoming social obstacles: The *Baixo Bahia Futebol Social:*

The *Baixo Bahia Futebol Social* is a woman's football team formed in 2011 in the city of Belo Horizonte. The proposal of the group was to experience and share street space in a proposal that they defined as "practices of not knowing." "We do not know how to play football well, we don't really know how to do this on the street, we don't really know who we will find to play, but we propose to incorporate our bodies into the city with a rolling ball." (CHAVIER; MIGLIANO, 2013, p. 114, author's translation)

From amongst the three participative arenas, the practices of *Baixo Bahia* should be considered in the public sphere. In addition, this example presents the distinction of being the only one of the three that takes place in the real space of the city.

The action of the group consists of playing football, which always takes place in the public space of cities. The opposing teams are usually formed by regulars from the chosen location. Amongst the most common opponents are those living on the streets or those living in reclaimed areas, not coincidentally, portions of the population to which the right to housing has been denied. Thus, in the event, the matches usually reveal (from the moment of forming the opposing team to actually playing the match) the invisibilities that the hegemonic order strives to hide of the symbolic representation of space. As an agency, the practice of *Baixo Bahia* consists of an action of reification, which reinstates the players onto the agenda of the debate on social policies in the field of housing and of rights to the city.

While dissensus, the gesture/invitation behind the challenge for a football match presupposes a condition of equality between the parties where normally only inequality is perceived. A universe of distribution is established from which a dialogue may develop. In the game, the parties share the same knowledge and interest in football, as well as sharing the same public space. This minimum equilibrium of conditions establishes a channel of dialogue between the players and enables, through the dispute, the possibility of agonistic coexistence, in that it exceeds the antagonisms constituted by the differences of social class.

Translation and coexistence: The Manzo game

The Manzo Ngunzu Kaiango Religious Cult Association is a *quilombo* founded in the 1970s, in the neighbourhood of Santa Efigênia in the city of Belo Horizonte. One of its premises was to restore and preserve Brazilian African culture, such as the Angolan religion *Candomblé*, African chants and *capoeira*. The community was made up of nine families residing on the same grounds as the *terreiro*, which is the worship area of *Candomblé*. In 2011 the site was evacuated due to a decree by the civil defence, which regarded it as being a risk area. So that the community could return to their homes, the City Council of Belo Horizonte undertook some works on the site, which caused a significant change in the *terreiro*. The alterations carried out in the name of "supposed improvement" disregarded any symbolic characteristic of the sacred space of the *terreiro*, which prevented a full resumption of religious and cultural activities on the site. The Manzo game was developed by a group of researchers and architecture students in partnership with the NGO – Architects without Borders Belo Horizonte. If we understand this game as a participatory tool, we should note that amongst the examples presented this is the only one that may be inserted into the arena of direct participation. The game was produced as part of the reconstruction process for the *terreiro*. Later in this analysis, we will also examine the metagame, which in the question of participatory arenas, could be assessed as a form of participation in the public sphere.

The Manzo Game was initially thought of as a translation tool, which could help the team of architects who collaborated with the community to recover the sacred setting of the *terreiro*. The dynamics sought to relate the spatial, symbolic configuration of the *Candomblé* area to the mythical sense associated with each of their deities. It consisted of a unit made up of a board, hand cards and table cards. The board represented the *terreiro* where the sacred spaces needed to be organized. The hand cards corresponded to each of the *orishas*, each with information regarding its origin, its role in the sacred structure of *Candomblé* and its association with the ritual space. In addition to the *orishas* some hand cards were jokers and contained questions on cultural aspects of *Candomblé*. These cards could only be discarded when the player managed to answer the question posed by the card. The table cards were circular in shape and represented the respective rooms and spaces to be organized around the board/worship area. The aim of each player was to use up all the hand cards, which could only be laid on the table when they found the equivalent space on the board. Thus, at each round, if the player could not lay a hand card, he had to take a table card and place it in its respective place on the board. Each time a new space (table card) was placed on the board, more allocation possibilities were open to the *orishas* (hand cards). The winner is the first player who manages to allocate all the *orishas* represented by the cards he/she received.

In its role as agency, the Manzo game helped the residents of the community to share the sacred values of *Candomblé* with the technical team, thus promoting a kind of exchange of complicity that encouraged the sharing of responsibility in reconstructing the *terreiro*. Apart from its initial goal of translation, the game introduced several prospective developments that could be discussed in the field of the metagame. After being played for the first time, the community began to identify other possibilities in the game for their potential use. It was suggested that the game should be used as a

teaching tool for educating children in the community. A further indication was to use the game for the spreading and appreciating religions of African origin.

While no dissensual aspects of the Manzo Game were encountered in the game itself, they were encountered in the narrative behind its production. The game was produced to meet an insurgent demand, which questioned the disregard, by public power, of the political and religious subjectivities in the sensitive reordering of that space. In this example, dissensus is the metagame.

FINAL CONSIDERATIONS

It is important to clarify that, with the virtualization process of reality through the game, we would not necessarily expect a solution to the problem or decision making. The pragmatic expectations that aim to achieve results weaken the games while valid tools in the process of forming subjectivities and expanding the public sphere. The games presented in this study were not guided by criteria of efficiency, nor did they seek to eliminate the spatial conflicts identified in their preparation. It is precisely in the lack of these two objectives that we encounter its emancipatory agency. The rationality of the games, as opposed to the communicative reason, allows access to other imageries, operates translations and performs a reifying function to nominate issues that did not exist as a speaking possibility. In this process, the game incorporates dissent in its structure and transforms 'noise' into an element of the game. The idea that 'every game opens a competence for its metagame' allows the game to be imagined as a forum for discussion that informs participation. Thus, the game understood in this manner, appears as an agonistic translation tool between the spheres of politics and the political and points towards a horizon for constructing an emancipatory project of social participation.

Ana Paula Silva de Assis: *ap.assis@gmail.com.*

Article received on September 13th, 2015 and approved for publication on December 2nd, 2015.

REFERENCES

ARENDT, H. *A Condição Humana*. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

AWAN, N.; SCHNEIDER, T.; TILL, J. *Spatial Agency*: Other Ways of Doing Architecture. London: Routledge, 2011.

BRASIL. Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Brasília: Câmara dos Deputados, 2002 [online]. Available at: <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/edicoes/paginas-individuais-dos-livros/estatuto-da-cidade-1>. Accessed on: 4th Feb. 2015.

CAILLOIS, R. *Man, play and games*. Chicago: University of Illinois Press, 2001.

CHAVIER, J., MIGLIANO, M. Baixo Bahia: O futebol como tática de apreensão da cidade. *Redobra*, Salvador, n. 11, ano 4, p. 113-119, abr. 2013.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ERREJÓN I., MOUFFE, C. *Construir pueblo*: hegemonía y radicalización de la democracia. Barcelona: Içaria, 2015.

FLUSSER, V. Nosso programa. In: _____. *Pós-História: v*inte instantâneos e um modo de usar. São Paulo: Duas Cidades, 1983. p. 25-31.

_____. *Filosofia da caixa preta*. Ensaios para uma futura filosofia da fotografia. São Paulo: Hucitec, 1985.

_____. *Jogos*. Unpublished manuscript. Berlin: Vilém Flusser Archiv, (n.d.).

FOUCAULT, M. *Nascimento da Biopolítica*. Curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

HARVEY D. *Social Justice and the City*. London: Edward Arnold, 1973.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. *Dialética do esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

HUIZINGA, J. *Homo Ludens*: A Study of the Play-Element in Culture. Boston: Beacon, 2000.

KAPP, S.; BALTAZAR, A. P. The paradox of participation: a case study on urban planning in favelas and a plea for autonomy. *Bulletin of Latin American Research*, v. 31, n. 2, 2002.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemonía y estrategia socialista*: Hacia la radicalización de la democracia. Madrid: Siglo XXI, 1987.

LEFEBVRE, H. *The Production of Space*. Oxford: Blackwell, 1991.

LÉVY, P. *O que é o virtual?* São Paulo: Ed. 34, 1996.

MOUFFE, C. *The Democratic Paradox*. London: Verso, 2005a.

_____. *On the Political.* Londres: Routledge, 2005b.

_____. Artistic Activism and Agonistic Spaces. *Art & Research*, v. 1, n. 2, p. 1-5, 2007. Available at: <http://www.artandresearch.org.uk/v1n2/pdfs/mouffe.pdf>. Accessed on: 2nd April. 2015

POGREBINSCHI, T. *O enigma do político*. Marx contra a política Moderna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

RANCIÈRE, J. *O desentendimento*. São Paulo: Editora 34, 1996a.

_____. O dissenso. In: NOVAES, A. (Org.). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b. p. 367-382.

_____. Ten Theses on Politics. *Theory & Event*, v. 5, n. 3, n.p., 2001. Available at: <http://www.after1968.org/app/webroot/uploads/RanciereTHESESONPOLITICS.pdf>. Accessed on: 2nd Feb. 2015.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. G.; NUNES, J. A. Introdução: Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: SANTOS, B. S. (Org.). *Semear outras soluções:* os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 21-122.

SOUZA, M. L. Ação direta e luta institucional: complementaridade ou antítese? *Passa Palavra,* 27 abr. 2012, n.p. Available at: <http://www.passapalavra.info/2012/04/56901>. Accessed on: 2nd Dec. 2015.

_____. *Mudar a cidade*: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013

SWYNGEDOUW, E. Interrogating post-democratization: Reclaiming egalitarian political spaces. *Political Geography*, v. XXX, p. 1-11, 2011. Avaiable at: <http://www.cades.be/ckfinder/userfiles/files/PoliticalGeographyPostDemocracy.pdf>. Accessed on: 12nd Aug. 2015.

Resumo: *Ao relacionar jogos e insurgências, pretende-se estabelecer, neste artigo, as bases conceituais para a proposição de ferramentas participativas agonísticas, com o objetivo de recuperar o sentido emancipatório da participação social na produção do espaço das cidades. Por meio da teoria pós-política e da crítica à pós-democracia, argumenta-se que a institucionalização dos processos participativos é contraditória ao ideal emancipatório que sustenta a participação social como ferramenta para a promoção de maior justiça espacial. O conceito de jogo aberto, formulado por Vilén Flusser, será tomado como ferramenta teórico-crítica para se pensar em processos participativos que*

acomodem o dissenso. Nesse contexto, serão apresentadas três experiências de jogos que abordam questões espaciais. Os jogos, entendidos como agência, possibilitam a emergência de um imaginário insurgente para a cidade, facilitam as traduções e a coexistência e incentivam a ocupação do espaço público como possibilidade de retomada da esfera pública.

Palavras-chave: *dissenso; participação social; insurgências; jogo aberto; emancipação social; participação agonística.*

Espaços públicos e infâncias urbanas:

a construção de uma cidadania contemporânea

Public spaces and urban childhoods:

the construction of a contemporary citizenship

Marina Simone Dias
Universidade Federal do Espírito Santo,
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Vitória, ES, Brasil

Bruna Ramos Ferreira
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, Vitória, ES, Brasil

Resumo: *Este artigo discute o lugar da criança nos espaços urbanos e sua relação com a sociedade contemporânea, tendo como fundamento a ideia de que a cidadania é estruturada a partir da experiência, da apropriação e da identificação dos sujeitos com a cidade. Busca-se dar voz a atores sociais excluídos dos processos de mobilização social. Pela análise da dinâmica socioespacial brasileira, observa-se que as cidades são planificadas sem considerar os desejos e as necessidades das crianças, normalmente confinadas em espaços privados e especializados, o que reforça sua marginalização e segregação social. Fundamentado na participação das crianças em uma coletividade, o artigo evidencia que a apropriação dos espaços urbanos pela infância pode contribuir tanto para a reelaboração da noção de cidade como espaço comum, igualitário e compartilhado, quanto para a construção e a vivência da cidadania na infância.*

Palavras-chave: *infância; cidade; espaços urbanos; espaços públicos; cidadania.*

introdução

A cidade contemporânea consolida-se como um espaço no qual emerge a diversidade, com sua multiplicidade de imagens, cores, sons, linguagens e informações. Nela, indivíduos se inter-relacionam com outros sujeitos sociais numa rede em que coexistem contextos e espaços múltiplos e diversificados que contribuem para a formação das identidades sociais e pessoais. Nesse processo dinâmico, o indivíduo modifica suas trajetórias, tece suas redes e se articula no espaço fenomenológico e existencial do ambiente urbano, atribuindo-lhe sentidos por meio de seus encontros, experiências e vivências. Em contrapartida, o urbano acaba sendo ressignificado como espaço de cidadania.

As últimas décadas nos legaram o desejo e o desafio da adoção e defesa da cultura política dos direitos, forjados a partir de lutas incansáveis ao redor do mundo (ARENDT, 2014), com base nos princípios de democracia e justiça social. A esse respeito, merece destaque a intensificação das manifestações urbanas, nas quais a cidade

opera como um universo de lutas por direitos civis, econômicos, sociais, ambientais etc., resumidos na noção de Henri Lefebvre (2011) de "direito à cidade". Através dos movimentos sociais urbanos e suas mobilizações, são identificadas a composição social, as dinâmicas, as estratégias políticas, as demandas e agendas dos processos de transformação das cidades e dos territórios. Também é revelada a urgência de estudos sobre as relações entre a sociedade e seus espaços urbanos.

Vale observar que entre os atores desses movimentos não estão representados todos os grupos da sociedade. Tomando o contexto brasileiro e a sociedade urbana como lugar de enunciação, desvela-se um "não movimento social". Neste artigo, o objetivo é dar voz a atores que, embora representem uma parte significativa da sociedade e necessitem que a cidade contribua para seu desenvolvimento e da sua cidadania, não participam desses processos de mobilização social. Trata-se de um dos grupos sociais mais vulneráveis e excluídos da história[1]: as crianças.

Quando analisamos as intervenções dos vários grupos sociais em suas reivindicações de direitos e na produção do espaço público urbano, vemos que são atravessadas por fatores como mobilização, sistemas de crenças, representações socioculturais e dispositivos institucionais e políticos que "diferenciam os direitos formais das possibilidades reais de contribuição na decisão política", como afirma o especialista em Sociologia da Infância, Manuel Jacinto Sarmento (SARMENTO; FERNANDES; TOMÁS, 2007, p. 183). Nesse cenário, entre os grupos sociais excluídos – ainda que inserida no seio da sociedade e presente em todos os estratos econômicos –, a infância é especialmente prejudicada em função de sua relativa invisibilidade face às políticas públicas, de sua exclusão dos processos de decisão na vida coletiva e pelo fato de ser numericamente mais expressiva nos estratos de menor poder aquisitivo, portanto, socialmente mais vulnerável.

Considerando a inter-relação entre infância, cidade contemporânea e cidadania, este artigo tem como objetivo introduzir algumas perspectivas para a compreensão do lugar ocupado pela criança na cidade: na sociedade e no espaço urbano. Para construir essa leitura, parte-se de três eixos: o conceito de infância e o papel da educação institucional no silenciamento social das crianças; a produção dos espaços públicos urbanos, os comportamentos e as práticas infantis na cidade; o conceito de cidadania e o papel do espaço na articulação com a infância. Como conclusão, são discutidas alternativas para o engajamento da criança na vida urbana e para a formação de sujeitos responsáveis, autônomos e sensíveis à diversidade.

Vale assinalar, ainda, que o pensamento crítico desenvolvido neste artigo é construído a partir do cruzamento de campos do conhecimento relacionados à cultura urbana, com aportes do planejamento urbano, da sociologia urbana, da sociologia da infância e da pedagogia[2], constituindo uma leitura transdisciplinar a respeito do tema em questão.

1 Enquanto outros grupos sociais (negros, indígenas, mulheres etc.) foram conquistando seus direitos civis e políticos nos últimos séculos, as crianças permaneceram marginalizadas, sendo, nos termos de Baudrillard (1985), uma "maioria silenciosa". Segundo dados do IBGE (2010), mais de 20% da população brasileira é composta por crianças.

2 O artigo tem como base empírica o estudo desenvolvido por Marina Simone Dias em Barcelona (Espanha) ao longo de dez anos e a pesquisa de campo realizada em Vitória-ES (Brasil), no âmbito da investigação de pós-doutorado no PPGAU-UFES. Ademais, fundamenta-se na experiência clínica em psicologia de Bruna Ramos Ferreira, que auxilia a pesquisa.

A CONSTRUÇÃO DAS INFÂNCIAS URBANAS

A palavra infância deriva do latim *infantia*, que, etimologicamente, significa "aquele que não é capaz de falar" (*in*= negação do verbo; *fari*= falar; *fan*= falante). No Brasil, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), criança – ou infante – é todo indivíduo com idade entre o primeiro dia de nascimento até os doze

anos incompletos[3]. Apesar de, em geral, já ser capaz de falar a partir dos dois anos de idade, na nossa sociedade, a criança permanece toda a infância sem ter voz. Suas demandas são, na melhor das hipóteses, "filtradas" por pais, educadores, médicos etc. Na realidade, essa polifonia é um discurso indireto, no qual nunca se sabe em que medida realmente se baseia no sujeito original – a criança –, ou, ao contrário, no adulto que o recolheu e reproduziu no cenário sociocultural, normalmente permeado por escusos interesses próprios.

3 Cabe destacar, no entanto, que, mais que uma faixa etária específica, a infância é um período complexo, plural e multidiscursivo que assume traços distintos em diferentes contextos sociais, culturais e urbanos.

A infância é um objeto de estudo historiográfico relativamente recente. O conceito de infância como um artefato sociocultural, tal como o conhecemos atualmente, não existia até o fim da Idade Média, sendo uma invenção da modernidade, em decorrência da constituição de instâncias públicas de socialização (POSTMAN, 1999). Segundo o historiador Philippe Ariès (1981), o "sentimento da infância" inexistia até o começo da modernidade: a noção de infância firmou-se com o advento do individualismo moderno, no contexto das transformações objetivas e subjetivas ocorridas em todos os campos da vida humana. Sua construção histórica resultou de um processo complexo que incluiu muitos fatores, como a produção de representações sobre a criança, a estruturação do cotidiano e de seu modo de vida e, especialmente, a constituição de instituições voltadas ao cuidado e à educação infantil (SARMENTO, 2004).

Na construção dessa sociedade, ocorreu uma progressiva "institucionalização educativa da infância", efetuada pelo Estado como uma forma de separação formal e de proteção intergeracional – na qual o convívio de crianças com adultos era quase promíscuo – e de combate à ociosidade, com uma epistemologia, uma ideologia, um saber homogeneizado, uma ética e uma disciplina mental e corporal inculcados (SARMENTO, 2004). Enquanto a escola assumiu uma importante parcela na educação das crianças, a família reorganizou seu papel em função dos cuidados e da "civilização" desses pequenos seres.

Desde então, a função educadora foi delegada prioritariamente às instituições educativas, tendência que merece ser reconsiderada, uma vez que a escola corresponde à institucionalização histórica de processos de "disciplinamento" da infância (FOUCAULT, 1993), de "adestramento" do futuro adulto, tendo intencionalidades e propósitos direcionados à manutenção da ordem social dominante. Vale recordar que uma educação transformadora, ocupada em desenvolver tanto a cidadania quanto o caráter de indivíduos mais solidários, responsáveis e autônomos, deve ser exercida por toda a sociedade nos seus diversos âmbitos: na família – não só nuclear, mas também a mais extensa –, na comunidade, incluindo os grupos culturais, de amizade e vizinhança, em que o indivíduo se vê inserido, partícipe, compartilhando uma herança cultural.

Assim, com a especialização dos papéis da família e da instituição educacional, a infância perdeu o anonimato ao qual esteve submetida. Como observa-se, a criança torna-se um "indivíduo" cujo papel progressivamente se explicita e se especializa como uma peça de reposição à espera de ser incorporada à engrenagem do modo de vida socioeconômico contemporâneo. Enquanto o adulto deve desempenhar um comportamento produtivo, a criança, que antes podia brincar, correr e adquirir conhecimento a partir das relações e do convívio com outros adultos nos espaços da cidade, foi forçada a romper esse vínculo, obtendo proteção da família e da escola, ao custo de sua liberdade e autonomia.

> Ao mesmo tempo que a modernidade introduziu a escola como condição de acesso à cidadania, realizou um trabalho de *separação das crianças do espaço público*. As crianças são vistas como os cidadãos do futuro, mas, no presente, encontram-se afastadas do convívio coletivo, salvo no contexto escolar, e resguardados pelas famílias da presença plena na vida em sociedade (SARMENTO; FERNANDES; TOMÁS, 2007, p. 188).

Isso significa que o conceito de infância foi, em parte, forjado através de um processo gradual de exclusão das crianças das esferas sociais de influência, isto é, do trabalho, do convívio social com adultos externos ao círculo familiar, da participação na vida comunitária e política. Desse modo, o confinamento da infância em um espaço social condicionado e controlado por adultos produziu o entendimento generalizado da privação do exercício de direitos políticos de participação das crianças como um fato natural.

Ao mesmo tempo, imagens sociais da infância normativamente orientadas reafirmam as crianças como seres desprovidos de vontade ou racionalidade próprias, como portadoras de imaturidade social. Esse discurso acaba por retirar a cidadania política da infância e, parcialmente, sua cidadania civil (SARMENTO *et al*., 2007). Sujeito de direitos e desejos, mas sem voz que ressoe na sociedade, a criança continua sendo, na atualidade, ator individual e coletivo, recluído ao âmbito privado e invisível na cena política e urbana.

Ainda sobre a questão da construção das infâncias urbanas, é válido referir-se a *infâncias*, no plural, posto que, em vez de uma única infância, há mundos socioculturais infantis plurais e diversos. Como afirma Loureiro (2010, p. 53):

> Existe uma diversidade de conceitos, que acabam [sic] por dar significados diferentes às formas e conteúdos das culturas infantis, na medida em que estas são produzidas numa relação de interdependência com outras culturas societais, ultrapassadas por relações de classe, género e da proveniência étnica, impedindo a fixação de um sistema coerente do próprio significado da acção infantil.

Em poucas palavras, é fundamental compreender que a infância é múltipla: produto e produtora de cultura, intérprete do seu contexto histórico e sociocultural.

A PRODUÇÃO DE ESPAÇOS PARA AS INFÂNCIAS CONTEMPORÂNEAS

Ao longo da história da civilização, as cidades passaram por profundas transformações arquitetônicas, urbanas, paisagísticas, sociais e culturais. Nesse processo, especificamente em meados do século XIX, forjou-se a "cultura urbana" como um campo teórico "centrado em redor de um conjunto específico de práticas sociais, mentalidades e estilos de vida" (FORTUNA, 2001, p. 3) desenvolvidos na cidade.

Zygmund Bauman (2001) cunhou a expressão "modernidade líquida" para designar o estágio presente da era moderna. Segundo o sociólogo, a condição contemporânea impõe uma relação "cambiante" entre espaço e tempo, caracterizada pelo esvaziamento do espaço público, pela expansão do espaço privado e pelo aumento

da segregação socioespacial – aspectos que promovem relações sociais e práticas de cidadania distintas das tradicionais.

Na modernidade líquida, a instância "cidade" é uma realidade multifacetada que pode ser definida como um espaço "real e representacional, como texto e como contexto, como ética e como estética, como espaço e como tempo, socialmente vividos e (re)construídos" (FORTUNA, 2001, p. 4), de lutas culturais, sociais e políticas. É o espaço das relações sociais, das rotinas, do imprevisto, da improvisação, do espontâneo, da convivência, dos encontros (SOBARZO, 2006). Seus espaços públicos – praças, parques ou ruas – são elementos fundamentais que dão suporte à vida em comum, nos quais ocorrem tanto manifestações e conflitos quanto encontros, intercâmbios, festas e celebrações. A cidade se apresenta como *locus* da diversidade, o que possibilita a construção e o exercício da cidadania.

Como explica Oscar Sobarzo (2006), ao observar a cidade, podemos ler seus espaços públicos pela perspectiva da produção do espaço, que relaciona os campos da dominação e da apropriação a partir da política (poder público e elites), da acumulação de capital (novos produtos imobiliários, aumento da circulação de capital, questionamento da relação público-privada) e da realização da vida (práticas cotidianas). Nesse sentido, os espaços são o resultado de uma dinâmica altamente complexa dominada pelos "produtores da cidade", que a projetam, discutem e executam. Estes são representados não só por profissionais, como urbanistas, geógrafos etc., mas também pela força de atores das elites dirigentes, como políticos, administradores públicos, empresários e construtores. Utilizando os termos de Jürgen Habermas (1984), a esfera pública-política se desdobra no espaço público, assumindo-o como um espaço de dominação social.

É patente a relação intrínseca entre produção do espaço público e dominação política e econômica[4], em uma relação de verticalidade que altera o caráter do *público* na cidade: "o espaço envolve o poder e o poder significa controle e dominação" (SOBARZO, 2006, p. 96). Milton Santos (1997, p. 286) elucida: "as verticalidades são vetores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático dos setores hegemônicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado". Também para Henri Lefebvre (2013, p. 349), o espaço é um produto "*políticamente instrumental, facilitando, con ello, el control de la sociedad*", mas essa dimensão tende a ser disfarçada, já que "*asume una apariencia externa de neutralidad, de insignificancia, de destitución semiológica y de vacío (o ausencia)*".

4 No caso específico da realidade brasileira, para melhor compreender a relação entre o espaço, a dominação política e o poder, é necessário entender o processo de constituição da propriedade da terra – privada e pública – no marco da transição desde o Brasil Colônia até a constituição da República, no fim do século XIX.

Essa produção do espaço urbano está, na maioria das vezes, distanciada dos "consumidores dos espaços". De modo geral, os habitantes das grandes cidades brasileiras usufruem cada vez menos dos espaços públicos, transformados praticamente em espaços de passagem. A antiga ágora grega, o fórum romano ou a praça cívica renascentista perderam seu *status* cívico, voltando a ser espaço político nos raros momentos de manifestações sociais, seguidos, posteriormente, do abandono e da indiferença.

Ademais, no planejamento das cidades, não são levados em consideração os desejos, as subjetividades e as necessidades de todos os grupos sociais. No uso de suas atribuições, detentores do poder e responsáveis políticos das cidades não demonstram receptividade a ouvir as preocupações e demandas das crianças, normalmente vistas apenas como um subproduto dos pais, dos adultos produtivos – e eleitores. Elas permanecem "invisíveis", não consideradas como seres sociais de pleno direito,

sobretudo do direito à participação. Como afirma Sarmento (2009), os programas políticos reforçam o afastamento das crianças dos núcleos centrais de decisão sobre aspectos que dizem respeito às condições coletivas de convivência, o que expressa a hegemonia, dominação e controle dos adultos sobre a infância.

A criança, que se encontra na fase de experimentar as possibilidades que a vida urbana oferece, torna-se refém das limitações que lhe são impostas. Isso reduz sua visão de sujeito a uma imagem que lhe é apresentada: um mundo particular onde o extramuros do condomínio em que vive é cercado de fantasias, perigos e monstros. Como explica o psicopedagogo Francesco Tonucci (2005), era uma vez... há muito tempo, tínhamos medo do bosque. Era o bosque do lobo, da bruxa, do ogro. Era o lugar onde se podia perder, onde podia acontecer qualquer coisa. Hoje, a cidade tomou o lugar do bosque das fábulas infantis.

A sociedade atual vê a cidade através do filtro da "cultura do medo", que, criada por interesses políticos e econômicos e apoiada pelos meios de comunicação de massa, mais do que uma dimensão concreta, é uma prática discursiva. Nossa vida pós-industrial, urbana e capitalista, gera isolamentos que precisam de justificativas. Uma delas é a violência, o medo do outro, posto como algo insolvente (DEBORTOLI; MARTINS; MARTINS, 2008). A reafirmação cotidiana dessa cultura produz sentimentos ambíguos em relação à cidade que cultiva o individualismo, o hedonismo e o consumismo, em detrimento do lazer, das interações sociais, do contato com a natureza.

Nesse contexto, as crianças têm sua liberdade de movimento reduzida, além de serem tolhidas da possibilidade de desenvolver formas particulares de perceber a cidade. Essa privatização da infância reforça o efeito de ocultamento de sua condição social, contribuindo ainda mais para sua marginalização. Em prol de uma suposta segurança, tornam-se "reféns", confinadas em espaços especialmente reservados a elas: "infantis", fechados, artificiais, homogêneos, supervisionados e controlados por adultos (AITKEN, 2014; OLIVEIRA, 2004), os quais acabam por cercear a criatividade e a própria infância.

Outra consequência do paradigma do medo à cidade é a acentuação da infantilização: as crianças tornam-se mais dependentes dos adultos e desinteressadas em descobrir, por si mesmas, o que o mundo lhes oferece para ser explorado, percebido, sentido e vivenciado. Por outro lado, paradoxalmente, impregnadas do olhar adulto, passam a recusar a desenvolver atividades infantis e ingressam precocemente na adolescência, saltando a etapa da infância. Em definitiva, criam-se cidadãos incapazes de interferir na organização de uma sociedade mais consciente, democrática e harmônica.

Corroborando esse processo, nas últimas décadas, o espaço urbano das grandes cidades[5] tem-se mostrado desajustado às necessidades infantis: o mundo do privado arrebatou as crianças dos espaços públicos, afastando-as de uma experiência equilibrada e necessária de articulação entre o público e o privado (LOUREIRO, 2010). Como aponta Sarmento (2008, p. 4), a cidade tem-se tornado

> [...] restritora da autonomia das crianças, mais limitadora dos espaços, mais ameaçadora da segurança, mais indutora de formas globalizadas de colonização pelo consumo, mais potenciadora das desigualdades (nomeadamente no acesso a espaços, a bens e a serviços urbanos).

5 É importante pontuar que o termo "grandes cidades" abarca, neste artigo, tanto as cidades "médias" quanto as "grandes" e as "metrópoles", caracterizadas por problemáticas socioespaciais semelhantes. Segundo dados do IBGE (2010), cerca de 50% da população brasileira vive em cidades com mais de 100 mil habitantes.

A realidade atual impõe importantes questionamentos para a abordagem dos espaços urbanos públicos, que assumem a desigualdade e a segregação como valores estruturantes:

> A consolidação de novos produtos imobiliários – loteamentos fechados, *shopping centers*, centros empresariais, parques temáticos, centros turísticos – questionam o significado do espaço público. Os novos espaços "públicos" – realmente semipúblicos ou pseudopúblicos – são muitas vezes caricaturas da vida social, negando ou ocultando as diferenças e os conflitos, tornando a sociabilidade mais "*clean*" e, em último termo, negando-a (SOBARZO, 2006, p. 95).

Sem os "olhos da rua" (JACOBS, 2000) a velar pela *polis*, as cidades vêm tornando-se inóspitas, inseguras, antítese de seu ideal como lócus de construção social. Outra consequência é a exacerbação do individualismo: o indivíduo se apropria cada vez menos dos espaços públicos, considerados como pertencentes ao Estado e, portanto, "exteriores" à sua pessoa e à sua família, no que tange à responsabilidade e ao cuidado. Uma de suas implicações é a menor participação social e o não exercício da cidadania. Em vez da esperada apropriação da cidade, ocorre um processo de "estranhamento", no qual o sujeito se preserva do contato com desconhecidos nos espaços públicos, refugiando-se nos espaços privados (MENDONÇA, 2007).

O lugar apropriado também se relaciona com o espaço "global", que gera um conflito entre novos modelos culturais e comportamentais, e a relação de consumo e o mundo da mercadoria. A vida cotidiana transforma radicalmente a sociabilidade, ao modificar os usos e as formas de relacionamento *dos* e *nos* lugares – o que produz uma ressignificação da prática socioespacial (SOBARZO, 2006). Como adverte Nelson Saldanha (1993), a permanência de crises urbanas advém, de certo modo, da saturação das estruturas da vida nas cidades e da dificuldade de articulação entre a vida privada e a vida pública, revelando aspectos individualistas e consumistas da sociedade atual.

Com a intensificação e complexidade do processo de urbanização, observa-se um crescimento exagerado de novas edificações, sem o devido acompanhamento de espaços livres, indispensáveis ao equilíbrio da cidade. Ao aumento da densidade, associam-se as problemáticas do aumento do trânsito, da poluição, do ruído e da escassez de espaços para o lazer. Por parte do poder público, verifica-se a constante redução de recursos para investimento em infraestrutura e nos espaços públicos, o que deriva no sucateamento desses espaços e de seus equipamentos. Como consequência, a rua tem perdido seu caráter multifuncional: hoje, geralmente não assimila, além da circulação de veículos, a função de permanência e lazer. Tampouco os espaços públicos livres – espaços potenciais de aprendizagem e desenvolvimento infantil[6] – vêm sendo dotados de qualificação para oferecer segurança e ludicidade.

Por sua vez, a maioria dos adultos ainda recorda uma infância em que a rua era o lugar de encontro das crianças, onde prevalecia a criatividade na apropriação do espaço urbano em suas mais variadas formas de brincar. Não se trata de um olhar saudosista que reflete o desejo de voltar a um tempo e a um espaço inexistentes. É fato que as infâncias são distintas na contemporaneidade, em concordância com as transformações sociais. O que permanece, no entanto, é a necessidade de apreender as mudanças espaço-socioculturais e compreender o cenário atual.

Percebe-se que as novas configurações urbanas se refletem de forma contunden-

6 Cabe recordar que 14 cidades brasileiras – entre elas, São Paulo, Belo Horizonte, Vitória e Porto Alegre – aderiram ao programa da Associação Internacional de Cidades Educadoras, com o objetivo de trabalhar em rede projetos e atividades para melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes, incluindo as crianças nesse grupo.

te nas experiências de vida urbana das crianças, frequentemente apartadas da rua e de outros espaços públicos, perdendo a dimensão do espaço público como lugar de encontro, de convívio, de vivências, de jogos livres e brincadeiras, do contato com a natureza. As cidades, em si, têm-se tornado pouco atrativas, pouco apelativas, com a redução da oferta e da qualidade dos espaços urbanos públicos de lazer e recreação, dos espaços lúdicos, dos espaços culturais, dos espaços naturais e amplos, que estimulam e potencializam o jogo e o brincar, tão importantes para o bem-estar biopsicossocial e para o desenvolvimento integral (MALHO, 2004). Tais condições constituem limitações à aprendizagem e ao exercício da cidadania urbana da criança (BORJA, 1999; NIEMEYER, 2002).

Em cidades de passagem, de espaços reduzidos, de locais privados e especializados, as praças, parques e espaços de jogos têm perdido seu valor e potência criadora no cotidiano das crianças. Atualmente cede-se importância a espaços que se caracterizam por relações comerciais e de consumo, e por sua inadequação ao público infantil, uma vez que são constituídos por elementos "prontos" e acabados, alguns eletrônicos, com estímulos constantes, o que impossibilita a reelaboração e criação de algo realmente novo. Nesse contexto, a criança passa de produtora de uma realidade própria e criativa a depositária de material previamente elaborado pelo adulto.

Cabe considerar que, segundo estudos recentes (CARDOSO, 2010), no Brasil, coexistem três padrões de uso e apropriação do espaço público e da rua, por parte das crianças: as que utilizam os espaços urbanos e têm a rua como uma referência de espaço experimentado; as que praticamente só utilizam os espaços fechados, privados, para as quais a rua é somente um lugar de passagem, e que conhecem a cidade de dentro do automóvel, denominadas "geração banco de trás" (KARSTEN, 2005 *apud* CARDOSO, 2010); e aquelas que, em situação de vulnerabilidade social, vivenciam os espaços públicos de uma forma intensa, com pouco ou nenhum tipo de suporte institucional, e que, muitas vezes, acabam morando nas próprias ruas da cidade.

Como é observado, as crianças de classes sociais mais altas têm um contato com o espaço público bastante restrito e controlado, enquanto aquelas provenientes de estratos econômicos inferiores possuem uma experiência cotidiana mais acentuada dos espaços públicos (OLIVEIRA, 2004). No entanto, ambas deparam-se com a carência de infraestrutura urbana e de equipamentos de educação, cultura e lazer. Nesse sentido, conclui-se que não há uma relação unívoca entre a vivência do espaço público e a hierarquia social. A lógica socioeconômica acaba por impor à maioria das crianças brasileiras, independentemente do grupo social de origem, restrições ou mesmo privações ao usufruto de espaços públicos de qualidade.

Por outro lado, sabe-se que é fundamental que os moradores/cidadãos vivenciem a cidade para que seus espaços possam ser apropriados e os vínculos afetivos estabelecidos. Como explica Indovina (1995 *apud* ALDEROQUI, 2003, p. 166):

> *Por experiencia urbana se entiende una práctica amplia de la ciudad, una frecuentación continuada y autónoma, en el sentido de experiencias directas, seguras e integradas socialmente, en las cuales el disfrute provocado por la independencia y la autonomía se enlazan con la curiosidad, la sorpresa, la maravilla y también la preocupación y la percepción de un control difuso que limita pero también otorga seguridad.*

Percebe-se a importância de que as crianças de hoje possuam seus espaços urba-

nos próprios, segundo suas necessidades e desejos, assim como o tempo espontâneo, imprevisível, do riso e do risco. Existe uma urgência em recuperar a cidade e seus espaços livres – ruas, praças, parques, quadras e campos de jogos – como lugar de relações e interações sociais, de jogos e brincadeiras.

Por último, cabe salientar a responsabilidade e o papel educador da cidade e do próprio tecido urbano, que articula as comunidades e transforma-se, ao longo do tempo, em resposta às dinâmicas sociais. A cidade "educadora", transmissora de informações e cultura, propicia reinvenções e a ressignificação dos espaços. Assim, uma cidade que conta com um projeto urbano estruturado, com espaços públicos urbanos, educa ao garantir o acesso e a qualidade de seus serviços. Ao mesmo tempo, conforma-se uma cidade mais democrática, mais agradável e acolhedora, mais segura, que dá margem crescente de autonomia e liberdade às crianças de hoje.

DA APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO À CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Pensar a cidade de uma forma mais plural, não como um espaço teórico, mas como um campo de práticas epistêmicas, políticas, sociais e culturais, complexamente entrelaçadas, gera a necessidade de estudar e trabalhar questões como: a apropriação do espaço urbano pela população, principalmente a infantil; a educação; e o desenvolvimento da cidadania urbana, na qual o espaço público deixa de ser "espaço de ninguém" para ser "espaço de todos". Inscritas nos lugares e fortalecidas por eles, as crianças tornam-se "outro" – cidadãs –, através da vivência do espaço urbano e das complexas relações sociais e culturais ali desenvolvidas. Desse modo, a cidadania, não como um dado natural, mas como uma aprendizagem fundamentalmente social, pode transformar-se em um estado de espírito enraizado na cultura (SANTOS, 1996).

A partir da análise da apropriação do espaço urbano, é possível explorar sua relação com o cotidiano e com a construção da identidade, bem como suas possibilidades de mudanças e transformação. Na esfera da vida cotidiana, os conceitos de dominação e apropriação se manifestam e podem ser lidos na sua inter-relação com os espaços dominados e apropriados. Sobarzo (2006) afirma que

> [...] o cotidiano resume e funde a tendência global da difusão do consumo de massa e a irrupção de um modo de vida associado a valores do consumo e das necessidades criadas e, por outro lado, também inclui a possibilidade da superação e da criação do novo, das insurgências ou da subversão (p. 104).

Como destaca Michel De Certeau, os "usuários" possuem a capacidade de superar a condição de meros consumidores passivos e dominados, convertendo-se em "cidadãos". O autor avalia que as práticas cotidianas são caracterizadas pela criatividade, que supera a racionalidade planejada e dominante que tenta se impor na cidade, chegando a constituir, em última instância, uma "rede de uma antidisciplina" (2003, p. 41). Esse espaço apropriado pelo cidadão nas suas práticas cotidianas é mais que um espaço concreto: é vivido, subjetivado, ressignificado, torna-se parte de seu espaço, *seu lugar*. No caso das infâncias, ao espaço vivido e percebido da criança, opõe-se o espaço concebido do planejador urbano, do político e do promotor imobiliário. En-

quanto o deste último pretende ser um espaço *produtivo*, o do primeiro é um espaço *produtor* e *produzido* (DELGADO, 2014).

Essa "outra espacialidade" – a do espaço vivido – relaciona-se à "experiência antropológica, poética ou mítica do espaço" (DE CERTEAU, 2003, p. 172) e a reflexões sobre o conceito de lugar. Aproximado da discussão acerca do espaço urbano público, tal conceito

> [...] possibilita avançar no sentido de incorporar a capacidade que a vida cotidiana e a apropriação do espaço possuem na construção da identidade das pessoas, do subjetivo ligado ao vivido, às experiências do uso, que vão além da simples materialidade do espaço já que envolvem aspectos do imaginário e do simbólico, incluindo a potencialidade de mudança e transformação (SOBARZO, 2006, p. 104).

Nessa reflexão, nota-se a tríade "habitante-identidade-lugar", na qual o lugar pode ser definido como "a porção do espaço apropriável para a vida – apropriada através do corpo – dos sentidos – dos passos de seus moradores, é o bairro, é a praça, é a rua [...]" (CARLOS, 2007, p. 17). Os lugares apropriados são os espaços do vivido, plenos de significado, responsáveis por criar uma identificação e uma nova identidade, a partir do sentimento de pertencimento.

Nessa perspectiva, a apropriação dá novo significado ao espaço público, conectando as esferas do privado e do público. A reflexão é interessante no sentido de propor a superação da dicotomia entre público e privado, e a compreensão da apropriação como uma concepção em que a complementariedade entre ambas as esferas esteja presente, ainda que com suas contradições: "não se trata de dois âmbitos separados, mas unidos nas suas diferenças" (SOBARZO, 2006, p.105).

A cidade se converte, assim, em um potencial espaço simbólico de construção da cidadania, um espaço físico carregado de identidade (CASTELLS, 1998). Essa cidadania é um princípio que pretende encarnar os valores de liberdade, equidade, diversidade, justiça, tolerância e respeito mútuos, além da participação na vida democrática, expressos no marco do Estado-Nação (LOUREIRO, 2010). Aqui, o conceito de cidadania implica um desafio para as cidades: fazer de seus lugares, tanto centrais quanto periféricos, de seus bairros e espaços públicos, bem como da autoestima de seus habitantes, um produtor de sentido à vida cotidiana. Ao mesmo tempo, a cidadania é construída na sociedade como um espaço de valores, ações e instituições que integram os indivíduos. A cidadania permite o reconhecimento mútuo dos indivíduos como membros de uma mesma comunidade (GENTILI, 2000 *apud* ALDEROQUI, 2003), ao organizar suas identidades individuais e coletivas.

Face ao desenfreado neoliberalismo global, à privatização e às políticas revanchistas em relação aos grupos marginalizados, as modernas sociedades capitalistas vêm desenvolvendo uma cultura de direitos atravessada por *modus operandi* econômicos, políticos, sociais e culturais profundamente desiguais, regulados pelo arbítrio e pelo privilégio. No caso do Brasil, a formação nacional guarda profundas marcas de uma herança colonial, de um regime escravocrata, oligárquico, e de um Estado com caráter tendenciosamente privado. Essa herança vem contribuindo, há séculos, para que a cidadania da maioria da população brasileira seja "mais uma questão retórica do que uma realidade" (TAVARES, 2014). Milton Santos define, de forma magistral, o cenário brasileiro, destacando a cruel simultaneidade de

> [...] processos como a desregularização, as migrações brutais desenraizadoras, a urbanização galopante e concentradora, a expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante, a concentração da mídia escrita, falada e televisionada, a degradação das escolas, a instalação de um regime repressivo com a supressão dos direitos elementares dos indivíduos, a substituição rápida e brutal, o triunfo, ainda que superficial, de uma filosofia de vida que privilegia os meios materiais e se preocupa com aspectos finalistas da existência e entroniza o egoísmo como lei superior, porque é o instrumento da busca da ascensão social. Em lugar do cidadão formou-se um consumidor, que aceita ser chamado de usuário (SANTOS, 1996, p.12-13).

Assim, no Brasil, tratar da cidadania, da urbanidade, de uma educação universal das cidadãs e dos cidadãos, do acesso e da manutenção de uma cultura de direitos é uma questão complexa que não encontra amplo respaldo por parte de toda a sociedade. Nesse contexto, a cidadania da infância ultrapassa as concepções tradicionais, pois sua aceitação implica o exercício de direitos (SARMENTO; FERNANDES; TOMÁS, 2007). Mesmo após a aprovação da Convenção dos Direitos da Criança (Nações Unidas, 1989) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), com seu reconhecimento jurídico no Brasil, a legitimação da criança como sujeito de direitos passa por um lento processo; em outras palavras, seus direitos se apresentam reprimidos ou até mesmo inexistentes na conjuntura social do país.

Vale destacar que, segundo estudos do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), de 2010, diante das atuais condições da globalização, a infância é o grupo social mais afetado pela desigualdade: em sua condição de ser dependente, é profundamente vulnerável à pobreza, à fome, às guerras, à destruição ambiental, ao crime organizado e à ausência de políticas públicas específicas, principalmente nos países africanos, indianos, asiáticos e latino-americanos, como o Brasil. À precariedade de políticas públicas urbanas e de urbanidade, somam-se as deficiências espaciais urbanas, o que acarreta um aumento da violência urbana. Assim, as crianças são justamente as que mais sofrem com a escalada da violência nos bairros e ruas onde vivem. Como salienta Tavares (2014):

> Face às inúmeras e complexas transformações sociais, bem como às mudanças estruturais nos diferentes campos da vida humanas, como trabalho, meio ambiente, *mass media*, economias globalizadas, crise dos Estados providência dentre outros, a ideia-força de uma infância universalmente globalizada não anula, pelo contrário, potencializa a multiplicação das desigualdades inerentes às condições sociais, de gênero, de etnia, de classe, de acesso aos direito fundamentais, dentre eles o direito à alimentação, à educação, a uma vida digna e feliz (p. 38).

Nesse cenário, é urgente transformar a realidade das infâncias brasileiras. É prioritário impulsionar o lugar das crianças e seu "empoderamento"[7] na sociedade contemporânea. Para a construção e o exercício da sua cidadania coletiva, entre outros, são critérios básicos: sua integração em processos participativos e decisórios da vida urbana, a disponibilidade, o uso coletivo e a apropriação dos espaços públicos urbanos, assim como a identificação das crianças com tais espaços. Ao utilizar cotidianamente os espaços urbanos, potenciando sua cidadania e urbanidade[8], as crianças terão a oportunidade de serem pessoas menos individualistas, mais tolerantes e

7 O empoderamento pode ser alcançado por meio do fortalecimento da criança como indivíduo/coletivo, da redução de sua vulnerabilidade, do estímulo ao desenvolvimento humano e da busca por mudanças positivas do contexto social. Saliente-se que o empoderamento tem como base a tomada de consciência, a participação e o controle dos processos sociais envolvidos.

8 Se cidadania pode ser definida como o conjunto de direitos e deveres civis, políticos e sociais, um dos grandes problemas da sociedade contemporânea é a ênfase nos "direitos", relegando os deveres a um segundo plano. Escasseiam, na urbanidade, os comportamentos que expressam respeito entre as pessoas em prol do bem coletivo.

saudáveis – nas diversas dimensões que constituem o ser humano –, mais responsáveis e conscientes de que o bem coletivo se configura, também, como o bem de cada um. Por uma ordem social diferente, uma sociedade mais equitativa e harmônica, de todos e para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No debate acerca dos direitos e da cidadania da infância, é interessante ter em consideração que algumas sociedades e comunidades radicadas no Oriente e no Hemisfério Sul não se caracterizam pela exclusão das crianças da vida social. Elas são incluídas nas assembleias e espaços de decisão coletiva, produzindo-se uma efetiva participação cidadã.

No caso brasileiro, ainda que as demandas da infância sejam reprimidas, sabe-se que se referem à necessidade de políticas públicas, no sentido de garantir os direitos das crianças e de construir uma rede educacional mais ampla e complexa, que, além dos serviços institucionais convencionais, inclua novos serviços e espaços para satisfazer as constantes necessidades que surgem em uma sociedade altamente cambiante.

Buscando alternativas para o envolvimento da infância na vida urbana, planejadores urbanos, arquitetos e educadores têm enfocado a criação e ocupação de espaços por crianças e jovens, ouvindo seus principais interessados. Podem ser elencadas experiências desenvolvidas na Europa nos últimos anos: espaços e programas socioeducativos para a primeira infância e também para as famílias; centros educativos e recreativos destinados ao lazer das crianças; e, de modo geral, (re)qualificação dos espaços públicos, fundamentais para a melhoria da qualidade de vida.

Como exemplos concretos do engajamento das crianças na vida urbana, podem ser citados: os grupos de crianças chamadas a opinar acerca do projeto arquitetônico de uma nova escola em Barcelona, na Espanha; ou, na Itália, crianças que são educadas para o desenvolvimento de sua autonomia para percorrer, a pé e sem os pais, o trajeto da casa à escola (TONUCCI, 2005). Já na Colômbia, experiências recentes como o plano de requalificação urbana de Medellín demonstram a viabilidade de envolver crianças em processos participativos relacionados com a produção de espaços públicos.

No Brasil, embora pontuais, também há exemplos de como as crianças podem participar e influir na elaboração e construção de espaços. Ainda nas décadas de 1970-1980, a *designer* Elvira de Almeida (1997) criou áreas lúdicas infantis e brinquedos com a participação de crianças e o apoio da administração municipal de São Paulo e do SESC-SP. Igualmente, o trabalho de pós-doutorado da autora deste artigo[9] conta com a participação de alunos da escola infantil Criarte (UFES) para o desenvolvimento de uma área lúdica e de equipamentos de brincar no Campus Goiabeiras – UFES, em Vitória, Espírito Santo.

Para ocupação e promoção do uso dos espaços públicos, são comuns, na Europa, propostas que oferecem, nos fins de semana, programações[10] para crianças e jovens em jardins, praças, parques, praias, ruas oportunamente livres de automóveis, equipamentos culturais (museu, biblioteca, brinquedoteca), tais como: espetáculos de marionetes, contação de histórias, teatros, concertos, dança, circo, programas de jo-

9 DIAS, Marina Simone. *Espaços lúdicos infantis: de Barcelona (Espanha) a Vitória (Brasil)*. Pesquisa de pós-doutorado. PPGAU-UFES, Ciência sem Fronteiras / CAPES, 2015-2016.

10 Essas programações são, frequentemente, auxiliadas por associações ambientalistas, culturais, de voluntários e também por grupos voluntários de pais.

gos, resgate de brincadeiras tradicionais, brincadeiras de água, oficinas de atividades criativas e artísticas, atividades de bicicleta/patins/*skate* etc.

Felizmente, no nosso país, com o apoio de movimentos sociais, o espaço público está passando por um momento de redescoberta e de apropriação coletiva nas grandes cidades. Desse modo, espera-se que novos debates – não somente técnicos, mas também sociais, culturais, morais e éticos – sejam abertos, a fim de promover a participação das crianças em processos cidadãos e na produção de espaços de qualidade para as infâncias contemporâneas. Para que isso de fato ocorra, o primeiro passo é a conscientização dos adultos.

Nesse sentido, é fundamental avaliar a relevância e as possibilidades da participação infantil na vida social e na configuração de espaços públicos. Por essa participação passa não apenas a visibilidade das crianças como destinatárias das políticas públicas, mas também sua ascensão como sujeitos sociais plenos de direito. Dito de outro modo, incluir a criança como ator participativo no debate sobre a produção dos espaços urbanos significa compreender sua perspectiva, entender a vida na cidade a partir de seu ponto de vista – e não a partir dos adultos "que a representam" (SARMENTO; FERNANDES; TOMÁS, 2007).

Hoje, é fundamental educar as crianças para

> *[...] la crítica urbana, el cuidado y la conciencia, educar para un entorno que ofrezca una lectura relativamente completa de la sociedad que permita que los niños y jóvenes se sitúen en su medio, se sitúen ellos mismos, imaginen otros escenarios, inventen la ciudad y puedan tomar decisiones* (ALDEROQUI, 2003, p. 170).

A partir da contribuição do seu olhar sensível, de sua voz e ideias, as cidades podem transformar-se em um espaço mais equitativo e harmonioso, compartilhado entre adultos e crianças, como uma base sólida para a vivência da cidadania. Crianças que participam, colaboram, incentivam e vivem efetivamente a cidade têm maiores possibilidades de tornarem-se adultos autônomos, engajados e sensíveis à diversidade. Ter a criança como uma das referências do planejamento urbano, além de contribuir positivamente para seu desenvolvimento cognitivo e emocional, pode fortalecer sua posição como elemento integrante na sociedade, já que sua marginalização se configura como uma questão na atualidade.

No caso brasileiro, as respostas para os problemas das cidades e infâncias não está em copiar as soluções encontradas em outros lugares; ao contrário, elas devem partir da tomada de consciência, da vontade política de resolvê-los e da elaboração das perguntas corretas, com base na realidade, no contexto e nas especificidades locais, com um critério aberto e claro. A resposta está na nossa capacidade como conjunto, como sociedade, de construir um novo modelo de cidade que permita resgatar as parcelas de cidadania perdidas das mãos dos atores e as regras do jogo da economia e de suas lógicas acumulativas (GEHL, 2013). Trata-se de inverter – de subverter – a situação e colocar a cidade, seu território, seus espaços, ao serviço de um projeto de cidadania que inclua, especialmente, as infâncias. Trata-se de criar territórios do brincar[11].

É preciso criar espaços urbanos para as infâncias, para o brincar, onde tanto as crianças das classes mais abastadas quanto as menos favorecidas possam estar em segurança, com liberdade, com espaços próprios e de qualidade. Espaços onde umas e outras possam interagir através do jogo livre e da brincadeira, da fantasia e da criati-

11 *Território do Brincar* (Brasil, 2015), documentário, 90 min. Produção de Maria Farinha Filmes e Ludus Vídeos. Direção de David Reeks e Renata Meirelles.

vidade, não só desenvolvendo seus aspectos físico, cognitivo, emocional e social, mas principalmente, reinventando a infância no aqui-agora.

Na (re)qualificação dos espaços urbanos, espaços lúdicos devem ser planejados e organizados não em função dos pais ou do interesse pessoal dos adultos, mas segundo os desejos, subjetividades e necessidades daqueles que utilizarão os espaços: as crianças. Os espaços urbanos devem ser ambientes acessíveis a todas as infâncias, potenciadores de aprendizagem a partir da liberdade, criatividade, imaginação, fantasia, autonomia e responsabilidade, através da brincadeira e da interação com a diversidade cultural e social. Confrontadas e incorporados à sua realidade, essas experiências promovem o enriquecimento de sua vivência.

É difícil conceber um ambiente público mais saudável, rico e estimulante, para despertar a curiosidade e a imaginação infantil, do que um espaço urbano com areia, terra, árvores, flores, animais, água, sons e aromas, sol, sombra e brisa, e, se possível, equipamentos lúdicos de qualidade. Como proposta, apostamos em espaços lúdicos infantis que assumam uma dimensão educadora e transformadora. Planificado para as infâncias brasileiras, esses espaços devem possibilitar o brincar com um alto nível de interatividade, em que todos os elementos suscitem na criança um forte interesse de serem experimentados, tocados, manipulados, escalados ou percorridos. Esse espaço, com equipamento e ambiente próprio, deve ser promotor de autonomia, aventuras, descobertas, criatividade, desafios, aprendizagem, além de facilitar interações sociais (criança-criança[12], criança-adulto) e com o meio ambiente. Deve estar aberto a uma variedade de interpretações e incluir uma diversidade de desafios, evitando ser demasiado neutro ou apenas escultural. Deve ser dinâmico, vivo, "brincável", transformável e acessível a todos.

Figura 1: Espaço lúdico infantil (Bilbao, Espanha, 2015)

Fonte: Acervo da autora.

Os espaços lúdicos devem estimular a curiosidade e a imaginação da criança, propiciando a apropriação e transformação desse espaço através de sua própria ação, transmutando um espaço físico em um ambiente de fantasia (LIMA, 1989). Mais

12 Cabe destacar também a importância de favorecer, especialmente no Brasil, interações entre crianças de diferentes sexos, e não somente as brincadeiras entre iguais: menina-menina, menino-menino.

que paisagem, um espaço que convide a criança a brincar, a participar de um jogo de relação, principalmente com outras crianças, integrando a diversidade sociocultural. Um jogo no qual o real e o imaginário compartilham o mesmo espaço. Um jogo livre, que ainda não existe, que não está determinado, mas que a criança percebe como possível. Um jogo que propicie a expressão de sentimentos, a resolução de conflitos e o desenvolvimento integral, que valorize a criança não por seu potencial futuro, mas pelo seu valor como pessoa no presente. Assim, brincando nos espaços públicos, a criança constrói a sua cidadania.

Marina Simone Dias:
marinasimonedias@yahoo.com.br

Bruna Ramos Ferreira:
bruna.ramosf@hotmail.com

Artigo recebido em 14 de setembro de 2015 e aprovado para publicação em 2 de dezembro de 2015.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AITKEN, S. Do Apagamento à Revolução: o direito da criança à cidadania/direito à cidade. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas. v. 35, n. 128. p. 629-982, jul./set. 2014.

ALDEROQUI, S. S. La ciudad: un territorio que educa. *Caderno CRH*, Salvador, v. 16, n. 38, p. 153-176, jan./jun. 2003.

ALMEIDA, E. *Arte lúdica*. São Paulo: Edusp, 1997.

ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

ARIÈS, P. *História Social da Infância e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BAUDRILLARD, J. À sombra das maiorias silenciosas. O fim do social e o surgimento das massas. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORJA, J. *Els reptes del territori i els drets de la ciutadania*. Barcelona: Ajuntament de Barcelona, 1999.

CARDOSO, B. B. Infâncias urbanas multidiscursivas. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL. 5., 2010, Brasília. *Anais do V Simpósio Nacional de História Cultural*: Paisagens subjetivas e paisagens sociais. Brasília: UnB, 2010.

CARLOS, A. F. A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007.

CASTELLS, M. Espacios públicos en la sociedad informacional, In: SUBIRÓS, P. (Ed.) *Ciutat real, ciutat ideal, urbanitats*. Barcelona: Centro de Cultura Contemporánea de Barcelona, 1998.

DEBORTOLI, J. A. O.; MARTINS, M. F. A.; MARTINS, S. (Org.). *Infâncias na Metrópole*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2003.

DELGADO, M. Prólogo. In: CABANELLAS, I.; ESLAVA, C. (Coord.). *Territorios de la infancia.* Diálogos entre arquitectura y pedagogía. Barcelona: Editorial Graó, 2014. p. 11-17.

FORTUNA, C. (Org.). *Cidade, Cultura e Globalização*. Oeiras: Celta Edições, 2001.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1993.

GEHL, J. *Cidades para pessoas*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

INDOVINA, F. Un escrit: Ciutat/nens, una simbiosi la ciutat a la fi del mil.leni. In: JORNADES BARCELONA A L'ESCOLA, 4., 1995, Barcelona. *Jornades Barcelona a l'escola*. Barcelona, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico Nacional*. Rio de Janeiro: Ed. IBGE, 2010.

JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2011.

_____. *La producción del espacio*. Madrid: Capitán Swiny, 2013.

LIMA, M. S. *A Cidade e a Criança*. São Paulo: Nobel, 1989.

LOUREIRO, A. S. S. *A cidade também é nossa:* jardim-de-infância, espaço urbano e educação para a cidadania. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia da Infância) - Universidade do Minho, Braga, 2010.

MALHO, M. J. A criança e a cidade: independência de mobilidade e representações sobre o espaço urbano. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA. 5., 2004, Lisboa. *Actas dos ateliers do V Congresso Português de Sociologia*. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia, 2004. p.49-56.

MENDONÇA, E. M. S. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p.296-306, ago. 2007.

NIEMEYER, C. A. C. *Parques Infantis de São Paulo*. Lazer Como Expressão de Cidadania. São Paulo: Annablume; Edusp, 2002.

OLIVEIRA, C. *O Ambiente Urbano e a Formação da Criança*. São Paulo: Aleph, 2004.

POSTMAN, N. *O desaparecimento da Inf*ância. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1999.

SALDANHA, N. *O jardim e a praça*. O privado e o público na vida social e histórica. São Paulo: Edusp, 1993.

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1996.

_____. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

SARMENTO, M. J. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. In: _____; CERISARA A. B. (Org.). *Crianças e miúdos*: Perspectivas sociais pedagógicas da infância e da educação. Porto: ASA, 2004. p. 9-34.

_____. (Org.). *3C – Crianças, Cidades, Cidadania*. Braga: Universidade do Minho; IEC, 2008.

_____. *Notas sobre a infância e a cidade*. Braga: Universidade do Minho; IEC, 2009.

_____; FERNANDES, N.; TOMÁS, C. Políticas públicas e participação infantil. *Revista Educação, Sociedade & Culturas*, Porto, n. 25, p. 183-206, 2007.

SOBARZO, O. A produção do espaço público: da dominação à apropriação. *Revista GEOUSP*, São Paulo, n. 19, p.93-111, maio 2006.

TAVARES, M. T. G. Infância(s) em periferias urbanas: o direito à cidade e a formação das professoras da infância numa escolar de educação infantil. *Revista Aleph*, Niterói, v. 11, n. 22, p.33-49, dez. 2014.

TONUCCI, F. *La città dei bambini*. Un modo nuovo di pensare la città. Bari: Editori Laterza, 2005.

ABSTRACT: *This article discusses the child's place in urban areas and its relation to contemporary society, considering that it is through experience, ownership and subject identification that citizenship is structured. The aim is to give voice to social actors excluded from social mobilization processes. Analysis of Brazilian socio-spatial dynamics shows that cities are not planned taking into account the wants and needs of children, confining them in private and specialized spaces, reinforcing their marginalization and social segregation. Based on the involvement of children in a community, this article shows that the appropriation of urban spaces through childhood can contribute to the reworking the notion of the city as a common space, equal and shared, contributing to the experience of citizenship.*

KEYWORDS: *childhood; city; urban spaces; public spaces; citizenship.*

Do meio do medo nasce a coragem:

o encontro entre pescadores e marisqueiras de Caravelas (BA) e do Ceará e os múltiplos sentidos da política

From fear courage is born:

the encounter between fishermen and crab collectors from Caravelas (Bahia) and Ceará and the multiple meanings of politics

Cecília Campello do Amaral Mello

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo: *Num momento histórico em que as forças do capital se expandem e agenciam-se sobre espaços e domínios que se caracterizam por seu uso público ou comum, como seria possível a constituição de movimentos de resistência em defesa desses mesmos espaços? Este artigo analisa um processo de luta específico que logrou conter a expansão de um mecanismo de produção de desigualdade numa pequena cidade do extremo sul baiano, situada em uma nova fronteira de expansão do capital. Em disputa, os manguezais dos municípios de Caravelas e Nova Viçosa (BA), áreas livres de uso comum, ocupadas por uma população de pescadores e marisqueiros, em aliança com outros agentes, em outras escalas, foram capazes de impedir a instalação de um grande projeto de carcinicultura. Entender os múltiplos sentidos da política implícitos nesse movimento nascido em uma pequena cidade insurgente é a tarefa a que nos propomos.*

Palavras-chave: *conflito ambiental; acumulação por despossessão; resistência; micropolítica; carcinicultura; Reserva Extrativista do Cassurubá; Bahia*.

> *"Sabe-se que as ciências sociais se ocuparam fundamentalmente de uma coisa: verificar a desigualdade. E, de fato, elas sempre a comprovaram. Face a esta ciência da crítica social, que redescobre perpetuamente a desigualdade, parece-me interessante recolocar em foco as práticas que se deram por tarefa precisamente o contrário" (RANCIÈRE, 1998, p. 84, tradução da autora).*

Introdução

Num momento histórico em que as forças do capital se expandem e agenciam-se sobre espaços e domínios que se caracterizam por seu uso público ou comum, como seria possível a constituição de movimentos de resistência em defesa desses mesmos espaços? Este artigo nasceu motivado por essa indagação mais geral e constitui-se como uma tentativa de verificação das condições de possibilidade da luta política

sobre um fundo de hegemonia do que alguns autores (FERGUSON; GUPTA, 2002) denominaram uma *governamentalidade neoliberal*, propondo que o alcance das teorias neoclássicas em economia se desdobraria para além da esfera econômica propriamente dita, sendo capaz de redesenhar os limites da esfera política e de entranhar-se em processos mais sutis, mas não menos importantes, de produção de subjetividade.

A segunda motivação que move a presente reflexão é a tentativa de se pensar como, através de um estudo de caso, o político se constitui a partir da práxis, isto é, do plano de indiscernabilidade entre pensamento e ação (MOREIRA LIMA, 2015), plano em que as ações são a um só tempo concretas, pensadas e vividas e em que, se há sujeito, este se constitui *a posteriori*, como que encarnado pelas ações que o preexistem. Assumimos como ponto de partida a reflexão de Jacques Rancière (1998) sobre o político como o que ele denomina de *encontro* entre as práticas que se articulam no sentido da verificação da igualdade, isto é, os processos de luta insurgentes contra uma situação de iniquidade (que Rancière denominou *a política*), com os mecanismos que buscam governar, gerir, conter e, em última análise, combater esses movimentos em nome da manutenção de uma ordem hierárquica fundada em privilégios a serem perpetuados (*a polícia*). Pois bem, o que se busca aqui é analisar esse *encontro* constitutivo do *político*, descrevendo um processo de luta específico que logrou conter a expansão de um mecanismo de produção de desigualdade numa pequena cidade do extremo sul baiano, situada, justamente, numa nova fronteira de expansão do capital.

O objeto em disputa? Os manguezais dos municípios de Caravelas e Nova Viçosa, áreas livres de uso comum, ocupados por uma população de pescadores e marisqueiros que há gerações retira dali seu sustento. Do ponto de vista do Estado em seu macrodiagóstico sobre a região (BAHIA, 2003), o objeto em disputa seriam "terras devolutas" a serem concedidas e incorporadas por "empreendedores", sujeitos treinados para transformar manguezais em empresas, vida em capital. O meio de produção? Um pacote tecnológico vendido a capitalistas de médio e grande porte conhecido como carcinicultura, ou produção de camarão em cativeiro, um ramo do agronegócio tão lucrativo quanto destrutivo de meios ambientes saudáveis e compartilhados (SHANAHAN *et al*., 2003). Mais um exemplo, dos incontáveis que poderíamos identificar em nosso processo histórico de acumulação primitiva permanente, de dissociação entre o trabalhador e seus meios de produção, a partir da conversão, por métodos violentos, de bens comuns em ativos com alta rentabilidade mercantil.

História de expropriação "inscrita a sangue e fogo nos anais da humanidade" como Marx já definira com toda a clareza em *O Capital*, que Harvey (2011) atualiza sob o conceito de acumulação por despossessão e que Brandão (2010) retoma para a compreensão do Brasil contemporâneo. Conversão violenta de espaços de uso comum ou de livre acesso (OSTROM, 1990) com base na expropriação brutal daquilo que fornece as bases de reprodução de modos de vida apenas parcialmente conectados ao Capitalismo Mundial Integrado (GUATTARI, 1990). Embora esses espaços não estejam alheios às relações mercantis que regem a produção das condições de existência sob o capitalismo, ainda conseguem resguardar uma margem de autonomia e vida digna.

Em outras palavras, um modo de vida que preserva em si um virtual, um outro mundo possível que na verdade não diz respeito a outro mundo, mas a este aqui mesmo e que paradoxalmente já existe em grande medida aqui e agora, porque, segundo a

chave de leitura que propomos, o possível não é o que uma situação contém de potencialidade em si; o possível não está dado, ele precisa ser criado (ZOURABICHVILI, 2000) e, acrescentaríamos, o é a todo minuto. É com este "outro mundo possível" a um só tempo virtual e palpável que desejamos dialogar neste artigo, pois entendemos que pouca atenção tem sido dada aos mundos que ainda resistem Brasil afora, seja por serem considerados residuais, pouco relevantes, insignificantes ou excepcionais, seja por efeito de lógicas acadêmicas regidas por uma vontade de estudar processos "mais amplos" e "mais gerais", que, por mais interessantes que sejam, acabam fixando seu olhar demasiadamente no que se entende como "central", no Estado ou nas regiões mais conhecidas do país em detrimento das áreas de fronteira ou de expansão do capital. Neste artigo, irei me debruçar sobre um desses lugares "pouco relevantes" onde a luta de fato se processa, uma pequena cidade insurgente cujos moradores – em aliança com outros actantes, em outras escalas – foram capazes de erguer-se e dizer não. Um não que é uma afirmação. Entender os sentidos da política implícitos nessa recusa radical é uma das tarefas a que nos propomos neste artigo.

Como afirma Foucault (1977) em relação ao conceito de "luta de classes", os marxistas teriam dado uma ênfase maior à ideia de classe (isto é, à determinação do sujeito das lutas revolucionárias) que ao estudo das lutas propriamente ditas – as relações de forças transformadoras que podem existir no corpo social. O exercício aqui proposto vai no sentido de buscar descrever e atribuir densidade analítica ao intrincado processo de mobilização que se viu instaurar na cidade após o anúncio da iminente chegada da "maior fazenda de camarão do Brasil" (1.500 hectares). Mais do que isso, pretende-se levar a sério a reflexividade própria dos agentes nele envolvidos, em busca de sua definição específica de *político* ou *política*, segundo sua lógica e racionalidade próprias.

Pescadores e marisqueiros caravelenses, apoiados por seus pares do Estado do Ceará (CE), pesquisadores de universidades públicas e Organizações Não Governamentais (ONGs) de projeção local, nacional e internacional, lograram impedir o aplainamento das florestas de mangue e contaminação das águas do rio Caravelas e afluentes para sua transformação em fazendas de camarão para exportação. Como isso foi possível? Tendo vivenciado a luta em primeira mão, pudemos acompanhar o desenrolar desse encontro potente e delicado entre pescadores do Ceará, oriundos de um processo de luta de anos contra a carcinicultura, e pescadores de Caravelas, que até então enxergavam na possível chegada das fazendas de camarão uma "oportunidade", um "emprego", uma "vaga", uma forma de inserção formal no mercado de trabalho, enfim, um caminho rumo ao "desenvolvimento".

CENA 1: A IRRUPÇÃO DA POLÍTICA FORA DO *TEMPO DA POLÍTICA*

Em outubro de 2005, espalhou-se em Caravelas, município de 20.000 habitantes do extremo sul baiano, a notícia de que a maior fazenda de camarão jamais feita no Brasil seria implantada na região. Este artigo, partindo de uma etnografia (MELLO, 2010), se atém basicamente ao intervalo de tempo de quase três meses, transcorridos entre a notícia da entrada desse projeto na cidade e as semanas seguintes à audiência pública, período durante o qual uma série de acontecimentos e encontros provocou o surgimento do que Zourabichvili (2000) denominou de "distribuição

diferencial dos afetos", ou seja, a invenção de uma nova maneira de ser afetado, de novas possibilidades de vida.

Moradores foram contratados pela Cooperativa de Criadores de Camarão do Extremo Sul (Coopex), na verdade composta por uma família de empresários do Espírito Santo e diversos filhos, para disseminar a notícia da abertura de 3 mil empregos na cidade e preencher fichas com os nomes e dados das pessoas interessadas numa "vaga na firma". A empresa divulgou o projeto através da única rádio FM da cidade, de panfletos coloridos e *outdoors*, nos quais se lia "Coopex, desenvolvimento sustentável". Desse modo, deu-se início a uma campanha centrada fundamentalmente na oferta de milhares de empregos, bem como na suposta qualidade ambiental do projeto. Moradores e grupos sociais potencialmente atingidos foram surpreendidos pela notícia inesperada. O simples anúncio da possível chegada de um grande projeto na cidade provocou a eclosão extemporânea de disputas incomuns, somente comparáveis com aquelas do período eleitoral, daí a constatação de um morador de que era tempo da "política depois da política", isto é, de disputas após o período eleitoral (PALMEIRA; HEREDIA, 1994).

O projeto de carcinicultura, em licenciamento no órgão ambiental estadual da Bahia, localizava-se nos manguezais da cidade de Caravelas, entre os rios Macaco e Massangano, próximo ao chamado "Banco dos Abrolhos", área conhecida por abrigar a maior biodiversidade marinha do Atlântico Sul e o primeiro Parque Nacional Marinho brasileiro. Uma reunião foi convocada às pressas no Centro de Convivência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), reunindo as ONGs, técnicos do próprio Ibama, representantes dos pescadores, pesquisadores e um integrante do movimento político e cultural afroindígena da região.

Os presentes puseram-se a delinear as estratégias de ação a serem postas em prática até a data da audiência. O responsável pelo escritório local da Conservação Internacional (CI), organização não governamental internacional que atua na área de conservação de ecossistemas, tivera acesso, poucos dias antes, ao Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) da empresa, e, na reunião, defendeu a elaboração imediata de um parecer técnico independente sobre o EIA-RIMA e a necessidade de se multiplicar as informações e de se formar "células de articulação na comunidade" para esclarecer os moradores sobre os danos irreversíveis ao ecossistema da região ocasionados pela instalação da carcinicultura.

Os moradores da cidade presentes, no entanto, contrapuseram um forte ceticismo ao poder de articulação e persuasão do Ibama e das ONGs. Um representante dos pescadores expressou dúvidas em relação à adesão do seu grupo, uma vez que o empreendedor divulgara a criação de mais de 3 mil empregos e ninguém "em sá consciência" iria se opor à geração de empregos numa cidade cuja renda provinha do extrativismo, das aposentadorias e pensões e dos empregos gerados pela prefeitura.

O integrante do movimento cultural afroindígena trouxe à tona uma lembrança que muitos não gostaram de ver evocada: de que os moradores do município se ressentem em relação às ONGs ambientalistas e ao Ibama por estes terem aceito a instalação do terminal marítimo da empresa Aracruz celulose na cidade três anos antes. As ONGs – após uma breve contraposição inicial – ficaram responsáveis pela implementação de medidas condicionantes e compensatórias definidas pelo Ibama como condições para obtenção da licença. Esse processo foi visto pelos moradores da cidade como pouco transparente e colocou em dúvida o comprometimento das

ONGs e do Ibama com os grupos extrativistas, principais afetados pelo porto recém-construído pela Aracruz Celulose e pelas obras de dragagem correlatas à sua operação, que desestruturaram os pesqueiros de camarão.

No dia seguinte, um representante do órgão ambiental baiano se dirigiu pessoalmente à sede do movimento cultural afroindígena para indagar a respeito das razões do pedido de adiamento da audiência. Sobre o capô do carro a serviço do órgão estadual, o técnico desdobrou um grande mapa da área de manguezal onde o projeto desejava se instalar, buscando persuadir os integrantes do movimento de que a carcinicultura não traria impactos ambientais. Desconcertado pela inusitada situação em que se viu – quando o representante do órgão estatal que se supõe garantir a neutralidade e licitude do processo de licenciamento tentava convencê-lo pessoalmente dos seus supostos benefícios – um dos integrantes do movimento afirmou: "Vai ser muito pior que o eucalipto. Estão tratando essa questão como se fosse a *política*. É muita ganância". Parece-nos significativa a comparação entre o processo de licenciamento com, em primeiro lugar, o "eucalipto", isto é, a chegada da empresa Aracruz Celulose no município três anos antes e as tensões daí advindas, e, em segundo lugar, com a *política*, nome dado ao período eleitoral, momento de acirramento das disputas, quando os moradores são procurados por pessoas e grupos que ocupam cargos na administração pública em busca de apoio para seus candidatos.

Durante "*a política*" "corre muito dinheiro" na cidade e isso gera em virtualmente todas as pessoas um desejo de enriquecimento – a chamada "ganância". Todos querem usufruir da afluência de recursos que, de modo repentino e momentâneo, toma conta da cidade. Embora tida como tão moralmente condenável quanto inevitável, a ganância é entendida como um desencadeador de disputas entre os próprios moradores, que desejam reter parte desse fluxo de riqueza só para si ou sua família, numa prática conhecida como *usura*.

CENA 2: PRINCÍPIO DE BRIGA NO PIRÃO VIRADO

Ao perceber que os empresários proponentes da fazenda de camarão e seus aliados locais buscavam a adesão dos pescadores, alardeando supostos benefícios sociais e ambientais da fazenda de camarão, um pequeno grupo composto por um biólogo da CI, um sociólogo e esta antropóloga decidiu começar um trabalho de "ação direta" e mobilização dos moradores da cidade. Um telão foi montado na praça do Pirão Virado, bar onde os pescadores se reúnem para conversar e beber, e aí apresentamos uma seleção de slides com imagens evidenciando a destruição dos manguezais provocada pelas fazendas de camarão no Brasil e em várias partes do mundo.

Uma grande aglomeração de pescadores se formou em torno do grupo, que se pôs a entoar palavras de ordem e a denunciar os riscos da entrada iminente da maior fazenda de camarão projetada no Brasil. Repentinamente, chegou à praça um técnico do Ibama que não havia sido convidado para a atividade, e os ânimos se exaltaram. Conhecido por sua postura controversa, esse técnico era execrado pelos pescadores por ações de repressão aos grupos extrativistas, especialmente no episódio de uma ocupação de uma área de mangue que acabou sendo transformada no mais novo bairro da cidade, por pressão dos moradores e de políticos a eles aliados, a despeito da

proibição do Ibama. Os pescadores eram muitas vezes acusados pelo Ibama de realizarem pesca predatória e ocuparem indevidamente a área de manguezal. O Ibama, por sua vez, era acusado pelos pescadores artesanais de não proteger os recursos pesqueiros da região dos grandes barcos industriais vindos de Vitória e Salvador, que costumavam fazer verdadeiras varreduras no mar e no mangue.

Com a chegada inoportuna do técnico do Ibama à primeira atividade de mobilização pública, o biólogo da ONG internacional foi imediatamente identificado pelos moradores como aliado do Ibama. Os pescadores passaram então a questionar as ações da CI na cidade, em especial o episódio do licenciamento do porto da empresa Aracruz Celulose, visto como exemplo de capitulação e/ou conivência das ONGs locais com grandes empresários. Ironicamente, entre todas as ONGs de Caravelas, a CI foi a única que manteve sua oposição à empresa e não recebeu recursos das compensações e condicionantes. Mas àquela altura dos acontecimentos, isso não fazia a menor diferença para os pescadores.

Vozes exaltadas eram ouvidas pontualmente, aos poucos começaram a se sobrepor, até que todos falavam ao mesmo tempo. Os pescadores muitas vezes conheciam por experiência própria fazendas de camarão situadas mais ao norte do estado e aproveitaram a ocasião para relatar a situação de destruição, miséria e violência que testemunharam. Outros, porém, garantiam que as fazendas de camarão eram seguras para o meio ambiente e expressavam o desejo de "tentar uma vaga na firma, nem que seja como segurança". Em pouco tempo, os pescadores contrários às fazendas de camarão e aqueles favoráveis discutiam incisivamente entre si. Uma briga parecia iminente, embora fosse difícil saber ao certo quem estaria envolvido, tamanha a confusão criada. Finalmente, o técnico do Ibama deixou o local e os pesquisadores presentes continuaram a conversa com os pescadores mais entusiasmados, até que, após algumas horas, todos foram vencidos pela exaustão.

Os pesquisadores de fora, entre os quais me incluo[1], propusemos desencadear um processo de "mobilização ostensiva" ou "em massa", realizado em praças públicas, com o intuito de "informar a comunidade em geral" sobre o projeto. Uma vez informadas, supunha-se que as pessoas estariam esclarecidas sobre os efeitos sociais e ambientais nocivos das fazendas de camarão e, desse modo, se posicionariam publicamente de forma contrária à entrada do empreendimento no município. Nós, pesquisadores de fora, acreditávamos em um poder inerente à "informação", que encerraria em si mesma uma potência mobilizadora, capaz de desencadear um movimento de resistência nos grupos sociais a ela expostos e por ela "esclarecidos"[2].

Relatei o ocorrido a um integrante do movimento cultural afroindígena, que diagnosticou a intervenção como "um erro". "Se continuar desse jeito aí, num ata nem desata, estão caçando chifre em cabeça de cavalo". Segundo sua perspectiva, os pescadores não confiavam nas ONGs e tinham bons motivos para as identificarem com o Ibama. Ambas as instituições eram vistas como aliadas que desejavam se interpor indevidamente na relação que os pescadores e marisqueiras tinham com seu meio de vida. Portanto, qualquer intervenção protagonizada pelas ONGs ou pelo Ibama estaria fadada à desconfiança e ao insucesso.

Ademais, destacou que o trabalho de mobilização "em massa" nunca funcionaria na cidade; o tipo de mobilização política que "faz muito barulho" não encontraria ressonância junto às pessoas. Afirmou ele: "O povo daqui é sossegado, não gosta de briga. Tem que conversar com as pessoas-chave que têm a confiança dos

1 Fazer etnografia é, em muitos sentidos, um experimento constante seguindo uma lógica de tentativa e erro, em que errar é fundamental para se descobrir, justamente, onde estão as diferenças (WAGNER, 1975, p. 4).

2 Poderíamos dizer que a crença no poder inerente da informação faz parte do que Strathern (1992, p. 132, tradução da autora) apontou como sendo uma das bases do "sistema de conhecimento ocidental", que se fundamentaria "na proposição de que se deve buscar um estado de permanente revelação, para desmistificar e tornar as coisas mais e mais aparentes através de sua transmissão consciente para outros".

moradores". Para ele, "atividades de mobilização" só são viáveis quando se dispõe de algum aliado no local, em suas palavras, "alguém que te convida, que vai te defender e vai garantir que se pode utilizar aquele espaço", mesmo sendo um espaço público, como uma praça. Intervenções endereçadas a um público sem rosto, com o qual não se tem nenhuma relação, seriam inúteis e até mesmo perigosas.

A irrupção da "política" fora do "tempo da política" e a percepção de que desentendimentos entre os próprios moradores da cidade se anunciavam foram motivos de inquietação para os participantes do movimento cultural afroindígena. Para eles, *política* seria uma potência que irrompe à revelia da vontade dos sujeitos, um fluxo incontrolável que, em momentos precisos, adentra e atravessa a cidade, instilando em seus moradores sentimentos e práticas moralmente duvidosas e, consequentemente, gerando brigas, desentendimentos e a mais temida e disseminada das práticas: a chamada "perseguição" (como veremos adiante).

Nesse segundo encontro, comprovou-se que a relação dos pesquisadores de fora com os pescadores estava longe de ser uma relação de confiança mútua. Aqueles pesquisadores de fora ligados às ONGs perceberam que, segundo a percepção dos pescadores, a associação deles com o Ibama era mais viva do que supunham. Ademais, a "intervenção direta" usando a técnica de "fazer barulho" não melhorara em nada a interlocução com os pescadores, pelo contrário, aumentara o afastamento.

Em diálogo com os integrantes do movimento cultural afroindígena, nós, pesquisadores de fora, fomos confrontados com a impossibilidade ou, mais precisamente, com a indignidade de se falar em nome de outrem (FOUCAULT, 1994a). Se os primeiros atingidos pela entrada das fazendas de camarão seriam os pescadores, caberia a esse mesmo grupo assumir o protagonismo das ações. Mas como os pescadores assumiriam abertamente esse embate, considerando as muitas divergências que os separam, a cooptação das colônias de pesca por empresários e o temor de represálias e de perseguição por parte do poder municipal? Como foi possível a esse grupo traçar uma linha de fuga e construir uma saída política em um contexto em que parecia inútil sublevar-se (FOUCAULT, 1994b)?

A saída criada foi a invenção, justamente, de um *encontro*, conhecido como "intercâmbio" ou "troca de experiências" entre pescadores e marisqueiras caravelenses e seus pares, pescadores do Ceará, atingidos pela carcinicultura. Ao tomarem conhecimento da existência de um grupo de pescadores e marisqueiras do Ceará que foi capaz de não mais obedecer, a articulação nascente entre pescadores, pesquisadores de fora, ONGs e moradores decidiu convidá-los para uma temporada em Caravelas. Se uma das marcas da potência do capital é seu poder de deslocalização, sua capacidade de se deslocalizar para onde quer e quando quer (ACSELRAD; BEZERRA, 2010), o que aconteceria se fosse possível deslocalizar a resistência?

Formou-se, então, uma articulação inédita entre os pescadores e marisqueiras da Bahia e do Ceará, com apoio da Red Manglar – rede internacional de grupos de defesa do manguezal –, do Mangrove Action Project – pequena ONG internacional de apoio a movimentos de base ligados ao manguezal, com sede na casa de um ativista de Seattle (EUA) –, do Instituto Terramar – ONG cearense que atua ativamente no debate sobre manguezais e carcinicultura – e do escritório local da Conservação Internacional-Brasil. Um grupo de sete pessoas, entre elas pescadores, marisqueiras, índios Tremembé e professores, chegou a Caravelas para partilhar suas experiências de luta. E, desse modo, as relações de força começaram a se alterar.

CENA 3: A FORMAÇÃO DO COLETIVO

Era a primeira viagem de avião de Dona Fátima Tremembé, 52 anos, moradora da aldeia Passagem Rasa, município de Itarema, costa oeste do Ceará. No aeroporto, ela e o pajé da aldeia, Luís Caboclo, 54 anos, encontraram-se com o professor João Luís, da comunidade do Cumbe, município de Aracati, e Mentinha e Vanilson, marisqueira e pescador, ambos do município de Acaraú, no Ceará. Os cinco percorreram mais de 1.800 km rumo a Caravelas. Em comum, o fato de serem moradores de comunidades atingidas pela carcinicultura no estado do Ceará, onde em 2005 se contavam 247 fazendas instaladas, 84% operando sem qualquer tipo de licença (IBAMA, 2005). Essas pessoas haviam testemunhado a intrusão da carcinicultura em suas comunidades, a contaminação de mangues e rios, o desaparecimento do caranguejo e a diminuição expressiva dos recursos pesqueiros, o que gerou pobreza em áreas outrora afluentes. O cercamento dos manguezais e a limitação do acesso a recursos que eram de uso comum levaram ao aumento de conflitos na região, particularmente da violência contra pescadores.

O grupo do Ceará chegou a Caravelas cinco dias antes da audiência e tomou conhecimento da conjuntura local, passando a traçar estratégias de ação com os grupos locais: ONGs, movimento cultural afroindígena, professores e associações locais. Definiram o que seria a sua "política": em vez de falar com "a comunidade em geral", como haviam feito os pesquisadores de fora, com as ONGs, decidiram focar a ação em conversas diretas com grupos de pescadores e marisqueiras. Dividiram-se em dois grupos e passaram a fazer visitas de casa em casa, de quintal em quintal, tanto na cidade, como no manguezal.

O vídeo *O Verde Violado*, que retrata os efeitos da expansão da carcinicultura no Ceará, foi apresentado em diferentes bairros, juntamente de slides da destruição dos manguezais do Ceará e do Rio Grande do Norte após a chegada da carcinicultura. A ele, seguiram-se debates abertos à participação dos moradores da cidade, com intervenções dos cearenses relatando sua própria experiência.

O primeiro eixo argumentativo elaborado pelos pescadores do Ceará era uma resposta à chantagem do emprego. Para além das disputas em torno do número de empregos efetivamente criados – que variavam entre 100 e 3.000 – os pescadores do CE questionavam a própria necessidade ou desejabilidade de se *ter um emprego* e as consequências disso na vida de quem é acostumado a trabalhar para si, de maneira autônoma. O emprego é associado à falta de liberdade, fraqueza e submissão. Nas palavras do pajé Luis Tremembé, "Nós nunca tivemos isso, o tal do emprego. Eu não gosto de emprego e vivo bem. Meus irmãos também não gostam de emprego e são fortes como eu. A gente nunca chegou a ser submisso de ninguém, nunca chegou a ser controlado por ninguém. [...] Quando eles exportam o camarão, eles exportam junto a tua liberdade".

O segundo eixo argumentativo era a importância de manterem-se unidos: os moradores eram alertados sobre a inevitável introdução de cisões na "comunidade", para as quais deveriam estar preparados, de modo a conjurá-las. Vanilson, pescador de Acaraú, afirmou: "Os mais fortes se instalaram na nossa comunidade sem dizer nada a ninguém. Eles têm muito dinheiro e vão tentar subornar as pessoas mais fortes da comunidade e produzir a discórdia." Guto, pescador caravelense, destacou que as dissensões anunciadas pelo pescador cearense de fato já começavam a se fazer

presentes. Guto relatou seus esforços para convencer seus colegas pescadores de que a carcinicultura não traria benefícios para o seu grupo: "Eu digo 'seu pai te criou, criou seus irmãos, você criou seus filhos com o manguezal, construiu casa, canoa, trocou por barco, tudo por causa do manguezal. Deixe de ser egoísta, olhe para seu irmão, olhe para seu pai que vive do mangue'".

O terceiro eixo argumentativo centrava-se no caráter perene e sustentável do manguezal, em contraposição ao curto tempo de vida das fazendas de camarão, sua insustentabilidade econômica, social e ambiental. Um ilustre participante das mobilizações foi Cocotinha, um *louco lúcido* da cidade, uma espécie de andarilho local que transmite mensagens de conteúdo profético pelas ruas. Seus discursos são ouvidos com atenção pelos outros moradores, que o consideram "culto" e "bem informado". Ao conhecer os pescadores e marisqueiras do Ceará, Cocotinha declarou-se ferrenho opositor das fazendas de camarão, defendendo o valor do manguezal como um *amortecedor social,* um *bolsa família da natureza,* que impediria que, em conjunturas econômicas particularmente desfavoráveis, os moradores da cidade resvalassem na miséria. Em suas palavras:

> Aqui, ninguém passa fome, não. A gente não precisa dessa fazenda de camarão, a gente tem o mangue para recorrer sempre. O mangue tem aroeira, tem caju, tem mangaba, tem pitanga. Os peixes vão morrer, a água vai ficar contaminada, vai sumir os caranguejos, o siri e a ostra do mangue. Eu sou o contra número um.

Por fim, os pescadores do CE relataram a seus pares locais as ações diretas por eles praticadas para conter a expansão das fazendas nas suas áreas de pesca: "A primeira coisa que fizeram ao chegar lá foi colocar uma cerca no mangue. A gente sabia que depois que eles passassem os arames, ia ter dono. Mas os donos do mangue somos nós. Eles fincavam a cerca de um lado e a gente arrancava do outro".

CENA 4: A POLÍTICA DA PERSEGUIÇÃO

À medida que o movimento de oposição à entrada das fazendas de camarão na cidade crescia, aumentava o temor dos moradores quanto a possíveis represálias em função da participação deles ou do envolvimento de seus familiares na coalizão que então se formou.

Numa das exibições do vídeo *O Verde Violado*, uma jovem estudante de 12 anos denunciou publicamente o fato de que "na escola os professores não falaram nada sobre as fazendas de camarão". A partir do depoimento dessa menina, foi possível entender que havia uma orientação da prefeitura no sentido de silenciar possíveis debates nas escolas em torno do empreendimento. Soube-se que o prefeito da cidade convocara uma reunião do Conselho de Educação para apresentar aos diretores de escola o projeto de carcinicultura, defendendo-o com entusiasmo e sugerindo que não toleraria manifestações contrárias ao projeto.

Professores, agentes de saúde, demais funcionários da prefeitura e seus familiares e parentes não podiam se pronunciar publicamente sobre o assunto, pois temiam perder seus empregos. Uma espécie de "lei do silêncio" foi imposta pela prefeitura em relação ao tema da carcinicultura na cidade. Além disso, a Prefeitura realizou um concurso

público com mais de 1.200 moradores inscritos, em sua maioria jovens, poucas semanas antes da audiência pública, e o resultado só foi divulgado algumas semanas após a data da audiência, estratégia que teve como efeito o silenciamento dos jovens da cidade.

A "perseguição" funciona da seguinte forma: um delator ("traíra") transmite para um membro da prefeitura com poder de contratar e demitir servidores e prestadores de serviço a informação de que determinada pessoa (ou parente desta mesma pessoa) atua de modo divergente aos interesses do prefeito, de sua família ou de seus aliados. O sujeito dissonante sofre, então, as consequências políticas de sua dissensão. Emerson, morador vítima de perseguição por ter apoiado o candidato derrotado à prefeitura, descreveu-me como ela funciona. Ele era dono da primeira e única *lan house* da cidade e o novo prefeito eleito, para destruir seus negócios, criou uma *lan house* gratuita, com a qual evidentemente não conseguia competir. Disse-me tal morador: "para eles, a política continua depois da política". A política, segundo essa outra acepção, seria uma potência de divisão do corpo social que deveria se restringir ao "tempo da política" (eleições). Mas os casos de perseguição revelam que essas divisões não desaparecem após o pleito; ao contrário, podem vir a se endurecer e cristalizar-se em torno de facções que buscam sistematicamente neutralizar ou eliminar o poder do grupo definido como adversário pelas circunstâncias. O risco de sofrer perseguição é permanente, seus agentes são invisíveis e seu modo de agir, reservado e silencioso. Segundo Emerson, "as portas e janelas têm bocas e ouvidos, as coisas vazam de maneira surpreendente". Perseguição como máquina microfascista de neutralização da dissidência.

CENA 5: DO MEIO DO MEDO NASCE A CORAGEM

O temor de represálias chegou até mesmo ao único local que se acreditava ser imune às ameaças da prefeitura: o escritório da CI. Embora até o início das atividades de mobilização a sede local da CI fosse tida como um ambiente exclusivo para pesquisadores de fora e pouco permeável aos moradores da cidade, aos poucos seu quintal foi sendo ocupado pelos pescadores e marisqueiras do Ceará e pelos moradores participantes da coalizão. Esse espaço foi visto como estratégico, pois era o único lugar da cidade onde era possível reunir as pessoas sem que seus donos fossem direta ou indiretamente ameaçados pela perseguição.

De centro de pesquisas científicas restritas à biodiversidade marinha, o escritório da CI passou a conviver com uma grande diversidade humana. O quintal do escritório foi ocupado por um grupo que incluía integrantes do movimento cultural afroindígena, um bancário aposentado, biólogos, oceanógrafos, bailarinas, pescadores, sindicalistas, trabalhadores rurais, loucos, recepcionistas, tarólogos, agente de saúde, biscateiros e professores. Esse era o único lugar da cidade, talvez pelo fato de sediar uma instituição sem vínculos locais, que oferecia alguma imunidade contra as práticas de perseguição. No quintal da CI, grupos de trabalho foram formados, juntando pescadores e pesquisadores, numa combinação de saber local e saber científico que se revelou bem-sucedida: jovens doutores da Universidade de São Paulo (USP), com seus *notebooks* de última geração, redigiam as questões formuladas pelos pescadores, buscando ajustar suas perguntas a uma linguagem comum, compreensível para ambos os grupos.

No entanto, às vésperas da audiência, o diretor do Programa Marinho da CI "desceu" de Salvador e, como foi dito, "jogou um balde de água fria" na efervescência que tomava a cabeça e o coração dos participantes da coalizão, da qual o responsável local do escritório da CI era um integrante ativo. O diretor da CI-Brasil propôs, na última reunião antes da audiência, que a posição da coalizão fosse definida da seguinte forma: "O empreendimento, *na forma como está proposto*, é inviável". *Na forma como está proposto*. Essa frase abriria a possibilidade de negociação com os empreendedores a respeito das condições para a instalação da fazenda de camarão sob a forma de condicionantes ambientais, o que é normalmente a orientação da CI, o tal "desenvolvimento sustentável": compatibilizar crescimento e proteção ambiental. Quando confrontado com a demanda de recursos para viabilizar o transporte dos moradores da área ribeirinha para a audiência pública, o diretor da CI alegou que o orçamento da entidade não permitiria flexibilidade no uso dos recursos.

Imediatamente, a ativista da ONG de Seattle sugeriu a realização de um leilão entre os presentes para arrecadar fundos para o transporte dos moradores – "Eu dou dez reais, quem dá mais?" "Eu dou quinze reais!", "Eu dou vinte reais!", disse um professor. "É bom que vocês da CI definam logo até que ponto podemos contar com vocês, porque, se não pudermos mais, nós seguiremos sozinhos". Desse modo, criando um clima de embate e irreverência, os participantes da coalizão conseguiram convencer o diretor da CI a mobilizar recursos do seu orçamento para garantir o pagamento do combustível dos grupos extrativistas. Embora se defina como *apolítica*, a CI foi obrigada a se abrir à *política*, esse fluxo incontrolável que adentrou a cidade e a todos mobilizou.

A percepção de que a oposição frontal ao empreendimento não era consensual dentro da CI gerou reflexões e críticas por parte dos atingidos do Ceará. O pajé comparou o posicionamento da CI com o andar dos caranguejos: "Estavam igual caranguejo, andavam ora pra frente, ora pra trás, mas a gente não deixou eles entrarem no buraco".

Na ocasião, os pescadores cearenses reafirmaram que, paralela à deslocalização das fazendas, havia a deslocalização da solidariedade dos grupos que não desejavam ver repetir em outros locais a experiência que, segundo eles, "deixaram marcas dentro da gente". Mentinha, pescadora e poeta, concluiu:

> O mangue é a nossa liberdade. Não só nossa, humanos, mas também das plantas e dos animais. É verdade que agora vocês têm um conflito. A gente não veio aqui para dizer coisas boas para vocês, mas vocês têm que estar preparados. Vocês estão tendo este privilégio. Nós não tivemos essa chance de ouvir outras comunidades que foram afetadas. Não vou dizer que estamos leves depois de toda a nossa luta, porque quem está sobre esse chão está sujeito a tudo. Mas estamos mais fortes. Do meio do medo nasce a coragem.

CENA 6: A AUDIÊNCIA PÚBLICA

A atmosfera durante a manhã era de apreensão. Logo Vanilson, pescador de Curral Velho, pegou o violão e começou a tocar uma ciranda. O pajé Luis Tremembé, de chocalho de cabaça em punho, marcava o ritmo e os demais começaram a cantarolar uma melodia. Uma grande roda se formou com todos os presentes: biólogos,

pescadores, representantes de ONGs locais e internacionais, marisqueiras, sociólogos, um padre holandês da igreja católica, um profeta, antigos sindicalistas, donas de casa, ambientalistas de Salvador, artistas locais, professores e o pajé Tremembé. De mãos dadas na ciranda, espontaneamente, alguns tomaram a palavra e pediram proteção a entidades espirituais.

Cocotinha, o profeta louco-lúcido, afirmou que, embora forte, aquele grupo correria sempre o risco de não ser bem-sucedido na audiência, mas nada estava definido, uma vez que tudo podia se transformar repentinamente, já que "o tempo e o acaso governam tudo", citando um trecho do Eclesiastes. Seu Manoel, telegrafista aposentado da ferrovia Bahia-Minas e ex-presidente do sindicato dos telégrafos, leu para todos o trecho da Bíblia: "Na verdade, a terra está contaminada por causa dos seus moradores, porquanto transgridem as leis, mudam os estatutos e quebram a aliança eterna" (Isaías, 24:5). Seu Manoel afirmou que a destruição da natureza é provocada pelos próprios homens e que a separação da natureza, a "quebra da aliança eterna", conduzirá a humanidade a seu fim. Mas isso não é inelutável; segundo ele, é sempre possível impedir a "transgressão das leis" por meio da luta.

O Pajé Luis Tremembé concluiu as intervenções entoando um canto do seu grupo, que aos poucos foi repetido por todos os presentes, tomados por forte emoção:

> Não tem rio que eu não atravesse / não tem mangue que eu não ande / não tem pau que eu não arranque / nem tem pedra que eu não quebre / Não tem mal que nós não cure / Viemos lá da cachoeira / Os encantados nos mandou / Viemos aqui fazer limpeza. Os encantados nos mandou / viemos aqui fazer limpeza.

Os aliados dos carcinicultores ligados à prefeitura se surpreenderam com a chegada adiantada da coalizão, e policiais armados foram chamados para fechar o acesso de carros à rua. Em seguida, uma massa impressionante de pescadores do distrito da Barra de Caravelas chegou de ônibus para a audiência e desceu a rua gritando palavras de ordem, como "Queremos união, não queremos destruição!", "O povo unido jamais será vencido!", e empunhando cartazes que diziam: "Camarão estrangeiro: o eucalipto do mar"; "Não queremos viveiros, queremos viver"; "O manguezal é a feira do povo"; "Manguezal: o verdadeiro emprego do povo".

Logo depois, outro ônibus desembarcou, mas dessa vez com dezenas de desempregados dos distritos rurais do município, onde a monocultura do eucalipto se espalhou por quase a totalidade das terras agricultu ráveis. Esses homens gritavam "queremos trabalhar"; eles foram pagos para provocar tumulto no local onde se realizava a audiência pública. Os pescadores, indignados com os "intrusos" que se aliavam aos empresários, replicavam: "vai fazer carvão", em alusão à atividade econômica que restou aos moradores dos distritos rurais, a produção de carvão a partir do refugo de eucalipto, que vem se espalhando vertiginosamente na região. Atingidos pelo eucalipto e atingidos pela carcinicultura se encontraram como inimigos na audiência pública e trocaram insultos e acusações. Os antigos trabalhadores e pequenos proprietários rurais, destituídos pela expansão dos plantios de eucalipto na região, desejavam um emprego que custaria o sacrifício do meio de vida dos pescadores e marisqueiras.

A coalizão realizou inscrições em grande número e, ininterruptamente, produziu perguntas que tornavam evidentes as inúmeras contradições, omissões, inverdades e erros técnicos do projeto. O público se mostrou polarizado, e os empresários, que

esperavam um domínio da audiência, ficaram perplexos com as manifestações contrárias a eles. Era evidente, porém, que apenas as pessoas "de fora" tomavam a palavra publicamente e faziam questionamentos diretos ao microfone. Os pescadores e marisqueiras de Caravelas presentes temiam se pronunciar publicamente. No entanto, em grupo, gritavam, vaiavam, cantavam, enfim, produziam um eco coletivo que transmitia claramente para o público sua insatisfação com a chegada do empreendimento. Uma marisqueira fez uma pergunta por escrito que resumiu todo o ceticismo do seu grupo quanto aos supostos benefícios da carcinicultura no município: "Tem uma coisa que eu não entendo: se os empresários querem tanto o camarão, gerar emprego e preservar o mangue, não seria mais fácil comprar o camarão nativo da mão do pescador daqui?"

A DISPUTA APÓS A AUDIÊNCIA

A disputa, então, ganhou visibilidade nacional e começou a ser encenada na esfera jurídica e administrativa. Em maio de 2006, foi publicada a portaria 39/2006 do Ibama, definindo a Zona de Amortecimento (ZA) do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, numa extensão de aproximadamente 95 mil quilômetros quadrados, incluindo uma ampla área de 380 km de linha de costa, entre a foz do rio Doce (ES) e Prado (BA). Esse mecanismo impediu, provisoriamente, a instalação de projetos potencialmente poluidores dentro da ZA e colocou em xeque a competência do órgão estadual para prosseguir o licenciamento da Coopex, uma vez que a área passou a estar também sob a jurisdição do Ibama. Em seguida, o Conselho Estadual de Meio Ambiente da Bahia, a despeito dos estudos que comprovavam os graves danos potenciais da carcinicultura (MOURA *et al*., 2005) e da clara oposição local dos pescadores e moradores, emitiu a Licença Prévia, que atestou a viabilidade social e ambiental do projeto.

No mesmo mês, no Senado Federal, um grupo de senadores capitaneado por João Batista Motta (PSDB/ES) e Antônio Carlos Magalhães (então PFL/BA) publicou um Projeto de Decreto Legislativo visando a anular a portaria 39/2006 do Ibama. A imprensa nacional descobriu, então, que o autor do projeto do decreto e membros da sua família eram sócios da Coopex e que, portanto, ele estaria ferindo diretamente os princípios de impessoalidade, moralidade e legalidade da Constituição Federal, ao colocar seu mandato a serviço de si mesmo e da própria família.

Em junho de 2007, a Justiça Federal anulou a Zona de Amortecimento de Abrolhos. No entanto, a essa altura outras medidas administrativas já haviam sido tomadas: o primeiro ato de Julio Rocha, Secretário de Recursos Hídricos do primeiro governo Jacques Wagner, fora cassar a outorga de água necessária para a Coopex operar, inviabilizando o projeto. Ao mesmo tempo, nos municípios de Caravelas e Nova Viçosa, intensificou-se a mobilização dos pescadores, marisqueiros, Ibama/ICMBio e ONGs para a criação de uma Reserva Extrativista de Uso Sustentável (RESEX Cassurubá), finalmente criada em junho de 2009, protegendo os manguezais, estuários e grupos extrativistas da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de luta descrito no presente artigo e a reflexividade própria dos agentes nele envolvidos permitem-nos vislumbrar a articulação de alguns sentidos do fazer *político* expressivos de uma certa leitura do mundo, cujas consequências podem ser interessantes para a teoria social. Um dos riscos centrais ao se fazer pesquisa antropológica numa coletividade que fala a mesma língua do observador é a expectativa de que o sentido daquilo sobre o que os nativos falam seja autoevidente ou imediatamente familiar, por coincidir, supostamente, com as nossas próprias categorias (GOLDMAN, 2006). Outro risco bastante comum é o aplainamento ou a seleção das falas nativas que se encaixam na teoria de onde se parte e que se deseja comprovar, num movimento tautológico que impede que se tenha acesso à singularidade de sua linguagem. O efeito disso é a perda de sua opacidade ou rugosidade próprias e a limitação da dimensão criativa produtora de sentido capaz de afetar as "teorias aprendidas" do pesquisador.

Em primeiro lugar, vimos a chegada da *política depois do tempo da política*, como uma potência incontrolável que invadiu o tecido social e produziu um efeito de divisão entre os agentes. As clivagens já existentes foram recodificadas segundo um novo critério e novos grupos e/ou adesões foram criados. Em seguida, observamos a prática de *mobilização em massa* implementada pelo grupo de pesquisadores de fora chocando-se com seu limite, isto é, a disputa extrema que gera o não diálogo e o não reconhecimento mútuo. A *política de fazer barulho* e de *mobilização em massa* possuía um agente, os pesquisadores e as ONGs, mas era endereçada a uma massa informe, que não se conhecia, com quem não se travava nenhuma relação.

Identificou-se também a *política do silêncio* imposta pela prefeitura, cujo efeito foi provocar medo e efetivamente logrou silenciar muitos, especialmente os jovens. A política da "perseguição" possui um remetente claro – os dissidentes – mas seu agente é sem rosto, está encoberto, invisível e, no entanto, onipresente e onisciente, como um *panopticum*. Não há "massa" ou "anonimato", conhece-se tudo e todos, assim como todos os laços de parentesco que possam comprometer alguém.

O encontro dos cearenses com seus pares caravelenses, por sua vez, provocou a criação de uma outra forma de fazer política, uma espécie de alternativa entre o barulho inaudível dos pesquisadores e o silêncio ensurdecedor da prefeitura. Propôs-se, simplesmente, *conversar*: "o boca-a-boca, a rádio cipó, a fofoca, a *política artesanal*", como definiu um integrante do movimento cultural, acrescentando que era fundamental tentar estabelecer algum diálogo com as pessoas "do outro lado":

> Tem que ser *na miúda*, abre o verbo dentro da casa do cara. Uma conversa honesta não é perda de tempo. Isso é um ganho. É uma relação de colega pra colega, nos momentos oportunos. Sou filho da cidade, colega, amigo, a minha família tem amizade com a deles, é um jeito diferente. Se conversar com ele direitinho, você deixa uma dúvida na cabeça do cara, tem que sensibilizar a figura humana. Esses caras são sensíveis a uma conversa pé no chão. Ele vai refletir quando chegar em casa, vai pensar nisso antes de dormir.

Essa seria a forma por excelência de se construir microalianças locais, solidificadas pelas relações de respeito e confiança preexistentes entre os moradores da cidade. Trata-se da interlocução entre sujeitos com rosto, que se veem e se reconhecem mutuamente e sabem os limites de sua exposição. Enquanto a ênfase dos pesquisadores de

fora foi no poder inerente da informação como catalisador do "esclarecimento" dos moradores, segundo a análise desse integrante do movimento cultural, a informação é apenas o conteúdo da conversa, esta sim fundamental. Entende-se que a informação pura e simples, sem nenhum tipo de relação prévia entre os sujeitos, é inócua, incapaz de gerar laços de proximidade. As relações entre os sujeitos seriam primeiras e mais fundamentais que a informação; a conversa é capaz de provocar a adesão do interlocutor e se dá, antes de tudo, em função daquilo que os liga previamente.

Os dados etnográficos aqui apresentados revelam que os grupos sociais analisados não ocupam posições fixas ou dicotômicas, como grupos dominantes e dominados. A dinâmica do processo de luta revela que essas posições são intercambiáveis de acordo com a conjuntura e que os sujeitos não estão alinhados *a priori* a nenhum desses dois polos. As posições dominante-dominado, por exemplo, só podem ser entendidas como condensações ou resultantes das relações – sempre precárias – que os sujeitos estão em vias de constituir e que, ao mesmo tempo, os ultrapassa. As posições dos sujeitos nas relações de força não estão dadas, embora, logicamente, não se possa perder de vista que esses grupos são vulneráveis, sim, ao poder, mas essa vulnerabilidade não pode ser confundida com fatalidade.

Podemos, por fim, arriscar a afirmar que a *política artesanal* é um processo imanente de "entre-captura", no sentido que Stengers (1997) dá a esse termo. Não se trata de uma harmonização entre os polos ou de chegada a um consenso que sobrecodificaria seus interesses. Trata-se de um diálogo, uma troca, uma captura mútua entre seres heterogêneos enquanto heterogêneos que potencializa as partes, sem referência a algo exterior que transcenderia os termos. Os encontros aqui descritos desencadearam uma alteração nas relações de força, entendidas como potências clivadas, que envolvem a faculdade dos sujeitos de afetarem e serem afetados pelos acontecimentos por eles mesmos produzidos. A partir das mutações de sensibilidade engendradas ao longo do processo de luta tornou-se viável a criação de um novo campo de possíveis no horizonte dos sujeitos envolvidos.

Cecília Campello do Amaral Mello:
ceciliamellobr@gmail.com

Artigo recebido em 30 de agosto de 2015 e aprovado para publicação em 2 de dezembro de 2015.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H.; BEZERRA, G. Desregulação, deslocalização e conflito ambiental: considerações sobre o controle das demandas sociais. In: ALMEIDA et al. *Capitalismo Globalizado e recursos territoriais*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 179-209.

BAHIA. Secretaria de Agricultura. *Macrodiagnóstico do Potencial da Bahia para Carcinicultura Marinha*. Salvador: Bahia Pesca, 2003. 1 CD-ROM.

BRANDÃO, C. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ALMEIDA et al (Org.). *Capitalismo Globalizado e recursos territoriais*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 39-69.

FERGUSON, J.; GUPTA, A. Spatializing States: towards an Ethnography of Neoliberal Governmentality. *American Ethnolog*ist , v. 29, n. 4, p. 981-1002, nov. 2002.

FOUCAULT, M. Entretien inédit entre Michel Foucault et quatre militants de la LCR, membres de la rubrique culturelle du journal quotidien Rouge (juillet 1977). Disponível em: <http://questionmarx.typepad.fr/files/entretien-avec-michel-foucault-1.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2015.

_____. Les intellectuels et le pouvoir. In: _____. *Dits et Ecrits*. Tome II. Paris: Gallimard, 1994a.

_____.Inutile de se soulever? In: _____. *Dits et Ecrits.* Tome III. Paris: Gallimard, 1994b.

GOLDMAN, M. *Como funciona a democracia:* uma teoria etnográfica da política. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

GUATTARI, F. *As três ecologias*. Campinas: Papirus, 1990.

HARVEY, D. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. *Diagnóstico da Carcinicultura no Estado do Ceará*. Brasília: abr. 2005. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/0B19D3B1/DIAGDACARCINICULTURACEARA.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2015.

MELLO, C. C. A. *Política, Meio Ambiente e Arte*: percursos de um movimento cultural do extremo sul da Bahia. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MOREIRA LIMA, V. Sete considerações sobre o pensamento político de Félix Guattari. In: ENCONTROS DO NÚCLEO DE ANTROPOLOGIA SIMÉTRICA, 2015, Rio de Janeiro. *Encontros do Núcleo de Antropologia Simétrica*. Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, maio 2015. Mimeografado.

MOURA, R. L. *et al*. Parecer independente e questionamentos sobre o EIA-RIMA do Projeto de Carcinicultura da Cooperativa dos Criadores de Camarão do Extremo Sul da Bahia (Coopex). Caravelas, out. 2005. Mimeografado.

OSTROM, E. *Governing the Commons:* the Evolution of Institutions for Collective Action. New York: Cambridge University Press, 1990

PALMEIRA, M.; HEREDIA, B. Le Temps de La Politique. *Etudes Rurales*, v. 131, n. 32, p. 73-87, 1994.

RANCIÈRE, J. *Aux bords du politique*. Paris: Gallimard, 1998.

SHANAHAN, M. *et al. Smash & Grab*: Conflict, Corruption and Human Rights Abuses in the Shrimp Farming Industry. London: Environmental Justice Foundation, 2003.

STENGERS, I. *Cosmopolitiques 1 :* La guerre des sciences, L'invention de la mécanique: pouvoir et raison. Paris: La Découverte, 1997.

STRATHERN, M. *After Nature.* English kinship in the late twentieth century. Cambrigde: Cambridge University Press, 1992.

WAGNER, R. *The Invention of Culture*. Chicago: University of Chicago Press, 1975.

ZOURABICHVILI, F. Deleuze e o possível (sobre o involuntarismo na política). In: ALLIEZ, E. (Org.). *Gilles Deleuze:* uma vida filosófica. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000. p. 333-355.

ABSTRACT: *In a historical moment in which the forces of capital expand over spaces and areas characterized by their public or common use, how is it possible to create resistance movements in defense of those spaces? This article analyzes a specific process of struggle which was able to contain the spread of an inequality production mechanism in a small town in the extreme south of Bahia, located in a new frontier of capital. In dispute, the mangroves of the municipalities of Caravelas and Nova Viçosa (BA), free common areas occupied by a population of fishermen and shellfish collectors which, in alliance with other agents in other scales were able to prevent the installation of a large shrimp farm project. This article aims to understand the various meanings of politics implicit in this movement born in a small insurgent town.*

KEYWORDS: *environmental conflict; accumulation by dispossession; resistance; micropolitics; shrimp farm; Cassurubá Extractive Reserve; Bahia.*

A luta pelo espaço no contexto do Projeto Porto Maravilha:

novos sujeitos e contradições[1]

The struggle for space in the context of *Porto Maravilha:*

new subjetcs and contradictions

Letícia de Carvalho Giannella
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Resumo: *Ao mesmo tempo em que os promotores do Projeto Porto Maravilha se empenham em divulgar imagens de uma cidade devidamente asséptica e isenta de conflitos, observa-se que estes têm se intensificado na cidade do Rio de Janeiro nos últimos anos. O artigo procura desvendar tais conflitos a partir do campo das resistências e das diversas formas de luta que têm sido construídas e mobilizadas atualmente, em especial no escopo do Fórum Comunitário do Porto, coletivo, formado em 2011, que atuou na denúncia de violações de direitos das populações afetadas pelo projeto e na articulação interinstitucional para a defesa de seus direitos. Buscamos submeter à análise os novos processos de mobilização, a construção de contrapoderes e as fissuras que se dão no cerne da produção do espaço, identificando também as contradições internas à luta e apontando para a necessidade de abordagens teóricas que ajudem a compreender o mundo contemporâneo.*

Palavras-chave: *Porto Maravilha; Fórum Comunitário do Porto; conflitos urbanos; luta pelo espaço; movimentos sociais.*

Junho de 2009. Os jornais estampam uma fotografia em que o então presidente Lula, Sérgio Cabral, governador do Rio de Janeiro, e o prefeito da capital do estado, Eduardo Paes, aparecem em comunhão para celebrar a Operação Urbana Consorciada (OUC) da Região do Porto do Rio de Janeiro, ordinariamente conhecida como Projeto Porto Maravilha[2].

Junho de 2013. Assistimos, perplexos, à ebulição da juventude brasileira, que se espraiou pelas ruas do país como poucas vezes em nossa história. A euforia que se espalhou pelo Brasil com a eleição do país para sede da Copa do Mundo de 2014 e com a escolha do Rio de Janeiro para sede dos Jogos Olímpicos de 2016 não se sustentou. Rolnik (2013, p. 8) compreende "essas manifestações como um terremoto [...] que fez emergir não uma, mas uma infinidade de agendas mal resolvidas, contradições e paradoxos".

As insatisfações populares visibilizadas nas manifestações de 2013 puseram na pauta pública aquilo que, há tempos, diversos coletivos e pesquisadores já vinham alertando: as cidades brasileiras se tornaram mais fragmentadas, desiguais

1 Agradecemos aos pareceristas pelas sugestões; à Ana Luiza Accioly Pereira, pela revisão ortográfica; e aos sujeitos que nos concederam as entrevistas e materiais necessários para as análises.

2 Parceria público-privada de R$ 7,6 bilhões (aproximadamente US$ 2,0 bilhões, em 02/12/2015), alinhada ao modo neoliberal de pensar e produzir cidades, tendo como objetivo central revitalizar o espaço portuário carioca a fim de possibilitar a reprodução do capital. Esse objetivo tem sido alcançado por meio da dominação sobre os usos atuais daquele espaço, o que implica a construção e mobilização de distintas relações de poder e resistências, que possuem como centro a luta pelo espaço. É importante dizer que utilizamos o termo revitalização por ser este o vocábulo mais frequentemente empregado pela grande mídia e pelos discursos públicos. Revitalizar, em seu sentido estrito, significa trazer vida a um determinado espaço que estava morto, com o que, particularmente, não concordamos. Uma boa análise sobre o termo, confrontando-o com outros, como requalificação, renovação e reabilitação, pode ser encontrada em Duarte (2005).

e excludentes com a reconfiguração das relações entre capital, Estado e sociedade, desenhada desde os anos 1980-1990.

O Projeto Porto Maravilha, inserido nesse contexto, apresenta uma contradição fundamental: ao mesmo tempo em que seus promotores se apressam em divulgar imagens daquilo que se tornará uma cidade asséptica e isenta de antigos conflitos – imagens centrais para a atração de investidores e de "usuários solventes" (VAINER, 2009 [2000]) –, assistimos ao agravamento dos mesmos conflitos nos últimos anos.

Este artigo é uma síntese de um dos eixos de uma pesquisa mais ampla (GIANNELLA, 2015) que intencionou compreender esses conflitos a partir de uma perspectiva teórica que partisse do materialismo histórico e dialético e dialogasse com o entendimento das relações de poder na produção do espaço urbano. Os autores centrais para essa investigação foram Henri Lefebvre, David Harvey, Michel Foucault, John Holloway e, para tratar especificamente das novas formas de mobilização no contexto latino-americano, Raul Zibechi.

Neste texto, enfatizaremos, em particular, a dimensão das diversas formas de luta pelo espaço, configuradas no contexto de acirramento de conflitos. As lutas e sujeitos trazidos aqui derivam da nossa observação participante do/no Fórum Comunitário do Porto (FCP), coletivo formado em 2011 e que atuou na denúncia de violações dos direitos das populações afetadas pela intervenção do Porto Maravilha e na articulação interinstitucional para a defesa de seus direitos. É desse lugar que falamos, ainda que não nos posicionemos como representantes do coletivo ou de qualquer um dos sujeitos que o compuseram. Dessa forma, a metodologia da pesquisa tem como eixo central essa experiência. Contudo, recorremos também à análise de documentos produzidos coletivamente pelo FCP e/ou por organizações que o formaram, bem como a entrevistas semiestruturadas com os sujeitos abordados[3].

Buscaremos, aqui, responder às seguintes indagações: (i) A partir de quais estratégias têm-se desenrolado as diversas formas de luta pelo espaço elencadas na investigação?; (ii) O que essas lutas evidenciam em termos de concepções sobre o urbano?; (iii) Quais sujeitos estão envolvidos nesse processo de luta e quais conquistas podem ser consideradas?; (iv) Quais limites e desafios se colocam para essas lutas e quais contradições internas elas apresentam?

Vale ressaltar, de antemão, a importância de submeter à análise os novos processos de mobilização, de construção de contrapoderes e de fissuras[4]. Como aponta Raul Zibechi (2007; 2008), na América Latina, saltam aos olhos os novos movimentos sociais e as novas formas de luta. Esses movimentos – fluidos, flexíveis, abertos, não hierárquicos – lutam contra relações de poder que se inscrevem no cotidiano. O espaço urbano, em especial, é lócus privilegiado de análise, uma vez que, de acordo com Zibechi, tais movimentos se constroem e mobilizam-se a partir da potência que existe no próprio processo de produção do espaço. Este é produzido, dialeticamente, como obra e produto, valor de uso e valor de troca, fazer concreto e trabalho abstrato. Assim, não se pode esperar o uso de um tempo longo para enfrentar o oponente. Falamos sobre a práxis urgente, sobre a luta pelo espaço, que, no limite, é a luta pela sobrevivência (HOLLOWAY, 2013).

Nas seções seguintes, procuramos, em um primeiro momento, apresentar a construção do processo de luta pelo espaço no contexto do Porto Maravilha, evidenciando quem são os seus distintos sujeitos, bem como quais estratégias, concepções sobre a cidade e o urbano e ações concretas estão em jogo[5]. Em um

3 Tais entrevistas foram realizadas entre abril e dezembro de 2014. Cumpre pontuar que a seleção dos sujeitos baseia-se, inevitavelmente, na nossa experiência no FCP, desde 2011, e, portanto, tem uma dimensão subjetiva. O fato de tais sujeitos estarem presentes aqui não quer dizer que outros sujeitos, situados em cada um dos segmentos analisados, não tenham contribuído, igualmente, para o processo estudado. Entre os sujeitos apresentados no quadro, não entrevistamos, devido a impossibilidades de diversas ordens, os representantes do Departamento de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), da Comunidade Remanescente do Quilombo da Pedra do Sal e os moradores da Rua do Livramento, ainda que estes tenham sido entrevistados no contexto de elaboração do Relatório de Violações de Direitos e Reivindicações do FCP, em 2011, do qual participamos.

4 O conceito de fissura é tomado do marxista heterodoxo John Holloway (2013), que considera a necessidade de, no mundo contemporâneo, procurar (e criar) processos sociais que estejam orientados na direção da subversão do trabalho abstrato em fazer, na dupla característica do trabalho, indo além da luta entre trabalho e capital. As fissuras se constroem no cotidiano, no tempo imediato; não abandonam o horizonte temporal mais largo para a transformação, ainda que não o priorizem.

5 Para um aprofundamento a respeito dos sujeitos no campo hegemônico da operação, ver Giannella (2015).

segundo momento, apontamos as contradições que essas lutas apresentam, em especial entre seus distintos sujeitos, ou seja, na escala dos micropoderes. Em resumo, intentamos evidenciar – tendo como referência empírica o FCP – a necessidade de construção de novas abordagens teóricas diante das novas mobilizações sociais.

O LUGAR DE ONDE FALAMOS: CONTEXTUALIZANDO O FÓRUM COMUNITÁRIO DO PORTO

O Projeto Porto Maravilha foi lançado oficialmente em 23 de junho de 2009. Pouco depois, em março de 2010, realizou-se no Rio de Janeiro o 5º Fórum Urbano Mundial (FUM), promovido pelo programa das Nações Unidas para o Habitat (ONU-Habitat). Na mesma semana, foi organizado, como contraponto ao FUM, o Fórum Social Urbano (FSU), com o objetivo de fazer com que a questão urbana entrasse na pauta de discussões a partir de uma perspectiva crítica e radical. Participando como ouvinte de tal evento, despertamo-nos para a investigação da temática deste artigo, um dos desdobramentos de uma pesquisa mais ampla.

Um dos interlocutores mais expressivos a respeito das contradições do Porto Maravilha era o ex-vereador e atual deputado estadual Eliomar Coelho (PSOL), que tinha proposto diversas emendas parlamentares aos projetos de lei que estruturaram a operação – projetos estes aprovados às pressas na Câmara dos Vereadores, em 23 de novembro de 2009. Antes do FSU, a sua equipe e outros grupos tinham realizado algumas reuniões para debater o caso do Porto Maravilha, inclusive com o intuito de embasar a elaboração das emendas parlamentares; após o evento, foi organizada uma nova reunião ampliada com pesquisadores e moradores para traçar estratégias de mobilização.

Esse encontro foi sucedido por diversos outros, os quais contaram, entretanto, com poucos moradores da Zona Portuária. Em janeiro de 2011, o grupo foi convidado para participar de uma reunião comunitária que ocorreria no Centro Cultural José Bonifácio (CCJB), organizada por uma liderança local, frente à incipiente repercussão do projeto e aos primeiros relatos de ameaças de violações de direitos. Tais ameaças se referiam aos moradores dos imóveis privados e abandonados da Rua do Livramento, no bairro da Gamboa. Do agrupamento daqueles que vinham se reunindo na Câmara, no decorrer do segundo semestre de 2010, com os moradores que se encontravam no centro cultural, formou-se o Fórum Comunitário do Porto (FCP).

Nas primeiras reuniões, realizadas, em 2010, na Câmara dos Vereadores, o debate se centrou na operação, nas propostas e nos possíveis impactos. Como ainda não havia violações de direitos efetivamente praticadas associadas à operação, a preocupação principal era a construção de estratégias que impedissem o andamento da intervenção tal como aparecia nos projetos de lei que a tinham criado. Desse modo, o coletivo tinha como objetivos centrais a elaboração de um projeto alternativo e a divulgação ampla dos possíveis impactos do Porto Maravilha no cotidiano dos moradores da Zona Portuária, buscando desconstruir o discurso hegemônico.

Quando se formou o FCP e o grupo inicial passou a se reunir com os primeiros moradores ameaçados pelo Porto Maravilha no CCJB, a intenção de elaborar um projeto alternativo e de divulgar os possíveis impactos do projeto foi substituída pela constituição de um espaço onde se compilavam as denúncias de violações de direitos

na Zona Portuária e onde eram facilitadas articulações institucionais voltadas à defesa desses direitos.

Logo, além de pesquisadores, militantes, representantes de mandatos parlamentares e moradores, os encontros seguintes do FCP contaram também com a presença de representantes da Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro (DPGE), do Ministério Público Federal (MPF) e, eventualmente, de representantes da Secretaria Municipal de Habitação (SMH) e da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio (CDURP), empresa de economia mista que administra o território no qual intervém a OUC. Pouco a pouco, o FCP ganhou reconhecimento dentro e fora do espaço portuário, passando a atrair novos sujeitos.

A dinâmica que se estabeleceu no coletivo, então, passou pela agregação de sujeitos com expectativas, alinhamentos e experiências distintas entre si. Ainda, o FCP surgiu devido a uma problemática específica, o que o difere de outros movimentos norteados por um projeto de longo prazo de transformação da sociedade. Essa característica tornou o FCP um coletivo que "dançou conforme a música"; isso implica dizer que, quando a problemática se apaziguava – mesmo considerando que, geralmente, esse apaziguamento se dava, de um lado, como resultado da luta e, de outro, como estratégia política dos sujeitos hegemônicos –, o coletivo, de certa forma, se esvaziava.

A resistência no contexto do FCP se deu à proporção que a intervenção se inscreveu no cotidiano daquele espaço, vide a relação intrínseca que se estabeleceu entre o curso das obras e a chegada dos novos sujeitos ao FCP. A luta se iniciou com os moradores da Rua do Livramento (nos encontros do CCJB), justamente porque ali ocorreram os primeiros sinais de violações. Quando as obras chegaram ao Morro da Providência, por sua vez, seus moradores passaram a frequentar as reuniões do FCP. E, mesmo no interior do Morro da Providência, inicialmente chegaram os moradores do Sessenta, que foram os primeiros a ter as suas casas marcadas pela SMH, junto dos moradores da Pedra Lisa, que começaram a ouvir rumores a respeito da remoção de todas as casas da localidade. Em seguida, chegaram os moradores dos edifícios da Ladeira do Barroso e da Ladeira do Faria, somados aos moradores do lado direito da escadaria (de quem sobe), por onde passaria, inicialmente, o plano inclinado. E, por fim, chegaram os moradores do lado esquerdo da escadaria (de quem sobe), acompanhando a mudança do projeto do plano inclinado. Os moradores cujas ameaças cessavam, com algumas exceções, deixavam de frequentar os encontros do FCP.

Hoje, o coletivo não está efetivamente ativo. Seus membros estão relativamente dispersos, alguns voltados para a docência e à pesquisa, outros voltados para o trabalho em suas instituições, outros, por sua vez, continuam exercendo sua atuação militante em outros coletivos; os moradores, cada vez em menor número, cansados, estão articulados diretamente com os órgãos de governo, em especial com a Defensoria Pública Geral do Estado (DPGE).

Não nos ocuparemos em fazer uma discussão profunda a respeito dos conflitos entre as distintas instituições/organizações que compuseram o FCP, pois esse esforço demandaria uma análise que não faz parte da nossa proposta. Não obstante, é importante identificar os distintos interesses, as estratégias e os alinhamentos político-ideológicos a fim de entendê-los como distintas formas de luta que possuem, no fundo, um objetivo comum. Estamos falando, dessa forma, mais de comunhão de lutas que de desagregação. É isso que queremos enfatizar, esperando que o exercício contribua para a valorização do papel cumprido por cada um dos sujeitos analisados. Mais do

que apontar os conflitos de uma forma desagregadora, é interessante identificar que muitas das contradições em questão eram históricas, existindo, portanto, diversas alternativas não consumadas e virtualidades não realizadas (LEFEBVRE, 2013 [1974]) que vieram à tona nesse momento de luta.

Uma das contradições presentes no processo de luta receberá, porém, um pouco mais de atenção. Trata-se da já citada contradição entre os "de fora" e os "de dentro". Generalizando, há, por um lado, as instituições/organizações que costumam atuar de forma mais idealizada, apostando na formação política dos moradores e no projeto global de transformação, enquanto, por outro, há os moradores, que, em boa medida, estão preocupados em garantir a sobrevivência física (HOLLOWAY, 2013). A luta pela sobrevivência, pela permanência em seus espaços de vida, é uma luta urgente, isto é, que não conta com um projeto de futuro.

Na próxima seção, apresentamos os principais sujeitos que compuseram, em algum momento, o FCP, suas distintas formas de luta e as contradições, a fim de respondermos às indagações elencadas na introdução.

SUJEITOS E CONTRADIÇÕES DA LUTA PELO ESPAÇO NO CONTEXTO DO PORTO MARAVILHA

No quadro 1, agrupamos os sujeitos envolvidos no FCP nos seguintes segmentos de atividade: pesquisadores, mandatos parlamentares, organizações sociais, organizações culturais, movimentos de moradia, órgãos jurídicos, apoio técnico e, por fim, moradores. Em cada um desses segmentos, selecionamos aqueles sujeitos cuja participação na luta efetivou-se com intensidade – a partir do ponto de vista da nossa experiência, e, portanto, baseando-nos em um recorte subjetivo. No quadro, estão sintetizados os momentos em que os sujeitos se inscreveram no processo de luta, a relação entre eles e a Zona Portuária, os interesses, as principais ações empreendidas, as alianças formadas, a concepção de espaço que cada um incorporou e os alinhamentos político-ideológicos.

Iniciaremos nossa análise observando o segmento dos moradores, uma vez que estamos interessados em investigar as contradições que se estabeleceram entre esse grupo e as organizações/instituições. Ao procurarmos destrinchar o papel desempenhado pelos moradores na luta pelo espaço portuário, os demais segmentos virão à tona, inevitavelmente, pois, conforme já dissemos, trata-se da análise de um coletivo fluido, no qual as ações e estratégias dos sujeitos estão imbricadas, pendendo ora para a necessidade urgente de lutar pela própria sobrevivência, ora para a construção de um horizonte global de transformação da sociedade, e, muitas vezes, instaurando contradições entre essas duas tendências.

Tanto Foucault (2008 [1977-1978]; 2010 [1975]; 2011 [1979]) quanto Lefebvre (1973; 2008 [1970]; 2013 [1974]) acreditam, cada um com suas especificidades, que as relações capitalistas se reproduzem, para além do plano econômico, na constituição de um cotidiano programado para esse fim e por meio da produção do espaço urbano. As resistências de Foucault (nossa análise parte das resistências, que são a outra ponta das relações de poder nas mais diversas escalas, e por isso a menção ao autor), assim, estariam mais ou menos no campo da utopia urbana de Lefebvre, utopia que compreende o espaço efetivamente apropriado – a potência do urbano

Quadro 1: Os principais sujeitos da luta pelo espaço

	SUJEITOS POR SEGMENTOS		
	PESQUISADORES		MANDATO PARLAMENTAR
QUALIFICANDO OS SUJEITOS			
PRINCIPAIS SUJEITOS	**Projeto de Extensão do Departamento de Serviço Social da UERJ**	**Pesquisadores "isolados" de diversas partes do país e outros países**	**Equipe do vereador Eliomar Coelho (PSOL)**
QUANDO SE INSERE NA LUTA ANALISADA?	Desde 2010 como pesquisador; desde 2012 como projeto de extensão	Desde 2010, a maioria de forma intermitente	Desde o FSU, em 2010
QUE RELAÇÃO POSSUI COM O ESPAÇO PORTUÁRIO?	Pesquisa e assistência social	Pesquisa (os mais atuantes e permanentes se esforçam em contribuir com a luta)	Forte envolvimento desde 2003, quando impediu a construção do Museu Guggenheim, e forte diálogo com os movimentos de moradia
INTERESSES NA INSERÇÃO NA LUTA PELO ESPAÇO PORTUÁRIO	Contribuir para a luta, atuar como assistente social, formar assistentes sociais com inserção direta na questão urbana, atuar segundo a perspectiva da educação popular	Contribuir para a luta e obter dados e informações para a realização de suas pesquisas	Contribuir para a luta, se afirmar como um vereador combativo e em diálogo com os movimentos populares, estabelecer parcerias, construir uma proposta alternativa para o espaço portuário
AÇÕES CONCRETAS	Assistência direta aos moradores, organização do FCP, elaboração do relatório de 2011, coordenação das reuniões, formação da Comissão de Moradores da Providência, organização do curso de políticas públicas em 2011 e 2014, manutenção do blog do FCP, articulação com a DGPE, preparação dos moradores para reuniões nos espaços institucionais, redação de textos e manifestos, recolhimento de imagens e depoimentos dos moradores, organização da Ciranda	Alguns pesquisadores contribuiram mais organicamente com o FCP em diversos momentos, outros somente participaram de alguns encontros, articularam contatos com moradores e realizaram entrevistas com os mesmos, gravadas e/ou filmadas	Organização dos primeiros encontros na Câmara; articulação entre os pesquisadores, militantes e moradores; organização e secretariado do FCP; elaboração do relatório de 2011 e outros relatos sobre a Providência, em 2012/2014; formação da Comissão de Moradores da Providência, articulação com a DGPE e o MPF; preparação dos moradores para reuniões nos espaços institucionais; agregação de distintos sujeitos, organização da Ciranda, aprovação do projeto de lei que cria a AEIC do Quilombo da Pedra do Sal
COM QUE SUJEITOS ESTABELECE ALIANÇAS NO PROCESSO DE LUTA?	Com todos, em graus variáveis	Com todos, mas especialmente: Comissão de Moradores da Providência, Mandato	UERJ, pesquisadores, FASE, IBASE, Afoxé Filhos de Gandhi, CMP, DGPE, MPF, Apoio técnico, moradores (com os demais sujeitos em muito menor grau)
QUE CONCEPÇÃO DE ESPAÇO SUBJACE À SUA ATUAÇÃO NA LUTA?	Espaço é por excelência o lugar do conflito e entende-se que ele deva ser, cada vez mais, produzido como obra, como valor de uso	Não é possível generalizar	Espaço deve ser produzido por e para todos os cidadãos. A ideia da apropriação e do uso se associa à efetivação do direito à cidade. É possível conduzir a produção do espaço por meio de políticas públicas
QUAL É O SEU ALINHAMENTO POLÍTICO-IDEOLÓGICO?	Atuação está fundamentada na teoria sobre a produção do espaço urbano de base marxista (Harvey, Lefèbvre), porém considera a possibilidade de interlocução com o Estado desde que tal interlocução seja conduzida pelos sujeitos da luta, em uma posição de elevada crítica às políticas urbanas neoliberais em curso no Rio de Janeiro	Não é possível generalizar	Atuação está fundamentada na crítica às políticas urbanas neoliberais em curso no Rio de Janeiro. Acredita, porém, na interlocução com o Estado como uma das formas de luta. É importante destacar também que o mandato está no campo da oposição às alianças políticas envolvidas no mandado de Eduardo Paes como prefeito da cidade

Quadro 1: Os principais sujeitos da luta pelo espaço			
	SUJEITOS POR SEGMENTOS		
QUALIFICANDO OS SUJEITOS		ORGANIZAÇÕES SOCIAIS	
	PRINCIPAIS SUJEITOS	**ONG FASE**	**GEP Providência**
	QUANDO SE INSERE NA LUTA ANALISADA?	Desde 2010, com intensidade a partir de 2011, nas reuniões do CCJB	Desde 2011
	QUE RELAÇÃO POSSUI COM O ESPAÇO PORTUÁRIO?	Eixo "Direito à cidade"; articulação com movimentos de moradia; secretaria do FNRU	Atuação cotidiana no Morro da Providência desde 2008 com educação popular (pré-vestibular comunitário, EJA)
	INTERESSES NA INSERÇÃO NA LUTA PELO ESPAÇO PORTUÁRIO	Contribuir para a luta, estabelecer parcerias, se afirmar como uma instituição que atua no campo do direito à cidade	Contribuir para a luta, aproveitar o contexto para trabalhar com os moradores as possibilidades de luta e mudança social desde o cotidiano
	AÇÕES CONCRETAS	Organização das reuniões, elaboração do blog do FCP, redação de textos e manifestos, secretariado do FCP, assistência direta aos moradores, articulação com a DGPE e outros sujeitos, elaboração do relatório de 2011, formação da Comissão de Moradores da Providência, preparação dos moradores para reuniões nos espaços institucionais, cessão de espaço próprio para reuniões do FCP, recolhimento de imagens e depoimentos dos moradores, organização da Ciranda, participação em diversos fóruns de debate representando o FCP, articulação com mídias para divulgação dos impactos, organização do curso de políticas públicas, mapeamento crítico das resistências na zona portuária	Formação política dos moradores por meio das ações do pré-vestibular comunitário, organização de manifestações, participação nas reuniões do FCP, organização de eventos culturais no morro
	COM QUE SUJEITOS ESTABELECE ALIANÇAS NO PROCESSO DE LUTA?	UERJ, pesquisadores, Mandato, Afoxé Filhos de Gandhi, Apoio técnico, DGPE, MPF, Moradores	Pesquisadores, CMP, Apoio técnico, Moradores (especialmente CM e ocupações)
	QUE CONCEPÇÃO DE ESPAÇO SUBJACE À SUA ATUAÇÃO NA LUTA?	Espaço deve ser produzido à luz da democracia substantiva, equilibrada entre a representação e a participação direta, e deve priorizar a distribuição equitativa dos equipamentos públicos. A troca deve estar submetida ao uso	Espaço deve ser produzido desde uma perspectiva libertária, submetendo a troca ao uso, a dominação à apropriação do espaço, na construção de relações horizontais e solidárias, sob o princípio da autogestão
	QUAL É O SEU ALINHAMENTO POLÍTICO-IDEOLÓGICO?	ONG tem história de mais de 50 anos envolvendo a organização comunitária e associativa. Atualmente, a atuação se baseia na crítica profunda às políticas neoliberais e na participação em redes e fóruns de debates. Acredita, porém, na possibilidade de interlocução com o Estado	Grupo atua com base em uma carta de princípios que se aproxima da corrente libertária. Os seus militantes, por exemplo, não podem fazer campanha política para qualquer candidado do executivo ou legislativo. Há divergências internas, mas alguns membros acreditam que é possível, em alguns momentos, fazer uma aposta tática na luta institucional para potencializar a luta social

Quadro 1: Os principais sujeitos da luta pelo espaço

	SUJEITOS POR SEGMENTOS				
QUALIFICANDO OS SUJEITOS		ORGANIZAÇÕES CULTURAIS			
	PRINCIPAIS SUJEITOS	**IPN**	**Bloco Afoxé Filhos de Gandhi**	**Instituto Favelarte/Casa Amarela**	**Comunidade de remanescentes do Quilombo da Pedra do Sal**
	QUANDO SE INSERE NA LUTA ANALISADA?	Desde 2011	Entre 2011 e 2012	Entre 2010 e 2011	Desde 2010
	QUE RELAÇÃO POSSUI COM O ESPAÇO PORTUÁRIO?	Coordenado por um casal de moradores da Saúde que descobrem as ossadas dos pretos novos	Presidente é morador da Saúde, foi articulador do SAGAS e possui forte ligação com a herança africana do espaço	Presidente é da favela e atua desde 2010 com projetos de educação e geração de emprego e renda	Luta pelo reconhecimento da área enquanto território quilombola desde os anos 1980. São 30 famílias
	INTERESSES NA INSERÇÃO NA LUTA PELO ESPAÇO PORTUÁRIO	Contribuir para a luta, ganhar reconhecimento e recursos para a manutenção do instituto	Contribuir para a luta, ganhar reconhecimento e recursos, conscientizar os moradores a respeito dos impactos do projeto, estabelecer parcerias, consolidar a herança africana do espaço	Contribuir para a luta, ganhar reconhecimento e recursos para a manutenção dos seus projetos	Contribuir para a luta, garantir a sua preservação e reconhecimento enquanto território quilombola
	AÇÕES CONCRETAS	Cessão de espaço para reuniões do FCP, participação nos espaços de discussão institucionais mediados pela CDURP e Porto Novo, trabalho sério de valorização e resgate da memória do espaço portuário	Convocação das primeiras reuniões no CCJB, participação intensa nas reuniões de 2011, preparação dos moradores para reuniões nos espaços institucionais, participação nos espaços de discussão institucionais mediados pela CDURP e Porto Novo, organização de eventos culturais	Participação nas primeiras reuniões do FCP, cessão de entrevistas para documentaristas, realização de projetos sociais	Participação nas primeiras reuniões do FCP, aprovação do projeto de lei que cria a AEIC do Quilombo da Pedra do Sal
	COM QUE SUJEITOS ESTABELECE ALIANÇAS NO PROCESSO DE LUTA?	Alianças construídas com outros sujeitos que não os listados aqui, exceto o Afoxé	UERJ, Mandato, FASE, IPN, Instituto Favelarte/ Casa Amarela, Moradores (em especial Rua do Livramento e ocupação Machado de Assis)	Mandato, Bloco Afoxé Filhos de Gandhi, Quilombo da Pedra do Sal	Mandato, Instituto Favelarte/Casa Amarela, Bloco Afoxé Filhos de Gandhi
	QUE CONCEPÇÃO DE ESPAÇO SUBJACE À SUA ATUAÇÃO NA LUTA?	Espaço produzido deve valorizar a memória, a cultura popular, e deve permitir a convivência entre distintas classes sociais	Espaço produzido deve ser efetivamente um espaço apropriado onde o valor de troca não esteja acima do valor de uso. Além disso, também se deve levar em conta a celebração da herança africana da área	Espaço produzido deve valorizar a memória, que abrange a herança africana mas também a questão do trabalho portuário. Deve-se garantir também a permanência dos moradores nos seus lugares de vida	Espaço produzido deve garantir o reconhecimento da herança africana e também possibilitar a permanência dos quilombolas no seu território
	QUAL É O SEU ALINHAMENTO POLÍTICO-IDEOLÓGICO?	Não possui. Está alinhado à operação à medida que esta apoia o projeto, e destaca o papel da cultura	Acredita que a resistência passa pela interlocução com o Estado. Além disso, destaca o papel da cultura na transformação social	Acredita que a resistência passa pela interlocução com o Estado. Além disso, destaca o papel da cultura na transformação social	Acredita que a resistência passa pela interlocução com o Estado, até mesmo porque as garantias de reconhecimento do território quilombola se dão no campo da legislação federal, estadual e municipal

Quadro 1: Os principais sujeitos da luta pelo espaço

	SUJEITOS POR SEGMENTOS			
QUALIFICANDO OS SUJEITOS		MOVIMENTO DE MORADIA	ÓRGÃOS JURÍDICOS	APOIO TÉCNICO
	PRINCIPAIS SUJEITOS	**CMP**	**DGPE** / **MPF**	**Maurício Campos e Marcos Asevedo**
	QUANDO SE INSERE NA LUTA ANALISADA?	Desde 2010	Desde 2011 / Desde 2011	Desde 2011
	QUE RELAÇÃO POSSUI COM O ESPAÇO PORTUÁRIO?	Articulador da Chiquinha Gonzaga, Quilombo das Guerreiras, Zumbi dos Palmares e negociação do Quilombo da Gamboa	Atua na defesa das populações ameaçadas de remoção, começando pela Rua do Livramento / A PFDC atua na proteção dos direitos previstos na Constituição. O tema no caso é "Direito à moradia adequada"	Maurício atua na FLP, que organizou diversas ocupações no espaço portuário, e na Rede de Comunidades contra a Violência. Marcos sempre esteve nos debates sobre projetos
	INTERESSES NA INSERÇÃO NA LUTA PELO ESPAÇO PORTUÁRIO	Contribuir para a luta, canalisar as políticas públicas para a provisão de HIS no espaço portuário, levantar a bandeira da luta pela moradia na área central	Contribuir para a luta, atuar na defesa das populações atingidas pela intervenção / Contribuir para a luta, investigar violações de direitos relacionadas aos megaeventos	Contribuir para a luta, incentivar um processo de formação política, aproveitar o contexto para trabalhar possibilidades de mudança social desde o cotidiano
	AÇÕES CONCRETAS	Participação na CMConflitos, participação nas primeiras reuniões do FCP, articulação do Quilombo da Gamboa, participação nas ocupações Chiquina Gonzaga e Zumbi dos Palmares, organização de seminário sobre moradia na CDURP	Acompanhamento dos casos de violações de direitos, participação na CMConflitos, participação em diversas reuniões do FCP, ação civil pública, cartilha / Organização de duas audiências públicas (uma específica e outra extensiva aos impactos dos megaeventos na cidade), elaboração do TAC, instauração de inquérito civil sobre o Porto Maravilha, participação em algumas reuniões do FCP	Elaboração do contralaudo da Providência, acompanhamento dos moradores em reuniões com a prefeitura e Georio para apresentação do documento
	COM QUE SUJEITOS ESTABELECE ALIANÇAS NO PROCESSO DE LUTA?	Moradores (especialmente Rua do Livramento e ocupações), Maurício Campos e outros sujeitos que não os listados aqui	UERJ, Mandato, FASE, Apoio técnico, Moradores / UERJ, Mandato, FASE, Apoio técnico, Moradores	UERJ, Mandato, FASE, GEP, DGPE, MPF, Moradores
	QUE CONCEPÇÃO DE ESPAÇO SUBJACE À SUA ATUAÇÃO NA LUTA?	Espaço deve valorizar a memória, a tradição, a cultura popular. A troca deve estar submetida ao uso	Espaço deve ser o lugar da efetivação de direitos sociais, tais como o direito à moradia digna, o direito à informação e participação, etc / Espaço deve ser o lugar da efetivação de direitos sociais, tais como o direito à moradia digna, o direito à informação e participação, etc	Maurício: espaço deve ser produzido pela autogestão, sem passar pela atuação do Estado, como um horizonte político para a luta
	QUAL É O SEU ALINHAMENTO POLÍTICO-IDEOLÓGICO?	Acredita no diálogo com o Estado (atuação de baixo conflito), o que leva a muitas críticas de outros coletivos	Aposta na estratégia jurídica da resistência, mas sempre destaca a necessidade de mobilização / Aposta na estratégia jurídica da resistência, mas sempre destaca a necessidade de mobilização popular	No contexto do contra-laudo, os técnicos acreditam na possibilidade de diálogo a partir da construção de projetos alternativos

Quadro 1: Os principais sujeitos da luta pelo espaço

	SUJEITOS POR SEGMENTOS			
QUALIFICANDO OS SUJEITOS		MORADORES		
	PRINCIPAIS SUJEITOS	**Comissão de Moradores da Providência**	**Moradores da Rua do Livramento**	**Moradores das ocupações**
	QUANDO SE INSERE NA LUTA ANALISADA?	Primeira fase: desde 2011; Segunda fase: desde 2012	Somente em 2011	Machado de Assis: 2011; Quilombo das Guerreiras: desde 2010
	QUE RELAÇÃO POSSUI COM O ESPAÇO PORTUÁRIO?	Moradores, a maioria há mais de trinta anos. Possuem relação afetiva com o espaço	Moradores, a maioria em 2011 há mais de cinco anos	Na Machado, eram pessoas sem-teto não organizadas em movimento. A Quilombo, era uma ocupação organizada
	INTERESSES NA INSERÇÃO NA LUTA PELO ESPAÇO PORTUÁRIO	Garantir a permanência no morro em primeiro lugar, estabelecer parcerias, divulgar suas próprias demandas	Garantir a sua permanência	Garantir a sua permanência, no caso da Machado. No caso da Quilombo, aproveitar o contexto para levantar a bandeira do direito à cidade e da luta pela moradia na área central
	AÇÕES CONCRETAS	Organização de reuniões na favela e outros espaços, articulação com o poder público e órgãos jurídicos, mobilização de outros moradores, redação de textos, cessão de entrevistas para documentaristas e pesquisadores, elaboração de propostas	Participação nas plenárias do FCP de 2011, cessão de entrevistas para a elaboração do relatório do FCP e para o processo judicial	Machado: participação das plenárias e outras reuniões em 2011, participação no mapeamento crítico. Quilombo: participação de algumas reuniões do FCP, organização de atos, divulgação dos impactos do projeto em blogs e nas redes sociais
	COM QUE SUJEITOS ESTABELECE ALIANÇAS NO PROCESSO DE LUTA?	UERJ, pesquisadores, Mandato, FASE, IBASE, GEP, DGPE, MPF, Apoio técnico	UERJ, pesquisadores, Mandato, FASE, Afoxé Filhos de Gandhi, CMP, DGPE, MPF	Machado: UERJ, Mandato, FASE, GEP, Afoxé Filhos de Gadhi, CMP, DGPE, MPF, Moradores (Rua do Livramento). Quilombo: pesquisadores, GEP, CMP
	QUE CONCEPÇÃO DE ESPAÇO SUBJACE À SUA ATUAÇÃO NA LUTA?	Espaço apropriado é aquele onde os moradores tenham acesso à moradia digna, mobilidade urbana, sistemas de saúde, escolas, etc	Espaço apropriado é aquele onde os moradores tenham acesso à moradia digna, mobilidade urbana, sistemas de saúde, escolas, etc	Espaço apropriado é aquele onde os moradores tenham acesso à moradia digna, mobilidade urbana, sistemas de saúde, escolas, etc
	QUAL É O SEU ALINHAMENTO POLÍTICO-IDEOLÓGICO?	Oscila. Na maioria dos momentos o grupo aposta no diálogo com o Estado e em outros assume uma postura mais combativa	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: organizado pela autora.

como valor de uso presente no processo de produção e reprodução do espaço. Ainda que Foucault considere que as relações de poder ultrapassam as relações de produção e Lefebvre aponte que o capitalismo se mantém por meio da reprodução das relações de produção, a produção é usada, neste artigo, em seu sentido abrangente – produção como obra – e está inscrita no cotidiano[6].

Ao trazermos esses autores para a análise – junto de Holloway (2013), Zibechi (2006; 2007; 2008) e De Certeau (2012 [1990]) –, levantamos a hipótese de que a contradição fundamental existente entre moradores do espaço portuário, de um lado, e organizações/instituições do FCP, de outro, está fundada na falta de percepção de que há distintas formas de luta, as quais apresentam, porém, como horizonte, a luta pelo espaço, a luta do uso contra a troca, da apropriação contra a dominação, da obra contra o produto, do fazer concreto contra o trabalho abstrato. É preciso entender, ainda, que a luta empreendida pelos moradores se traduz, muitas vezes, na luta pela própria vida.

6 Para uma problematização da relação entre Lefebvre e Foucault, ver: Giannella (2015).

As concepções de espaço dos sujeitos envolvidos com a luta divergem entre si em alguns pontos, mas convergem para a ideia de que a luta pelo espaço deve se dar até que o uso não esteja mais submetido à troca. Ratificamos, ainda, que considerar a luta pelo espaço é uma forma de colocar em tela justamente as contradições que não se esgotam no conflito de classes.

Assim, de início, é necessário dizer que as favelas e as ocupações urbanas são, por si só, espaços de resistência, o que Lefebvre, de certa forma, já dizia nos anos 1970. A luta pelo espaço na favela é uma luta desde sempre cotidiana, independente da chegada de projetos de intervenção urbana nos moldes do Porto Maravilha ou do Morar Carioca. Viver na favela é transgredir e resistir, cotidianamente. É aprender a lidar com o preconceito, com os estigmas, com a violência, institucional ou não, física ou simbólica, com a vigilância cada vez mais opressora, com a falta de saneamento básico, com o lixo na porta de casa e, claro, com as pragas urbanas associadas a ele, com a falta de água ou com a necessidade de carregar baldes de água por quilômetros, com a falta de mobilidade, enfim, com tensões e constrangimentos cotidianos de toda ordem. Não obstante, viver na favela é também viver em comunidade, para a qual a palavra "vizinhança" possui um significado especial: viver com solidariedade; com mais liberdade do que em muitos enclaves territoriais urbanos. Viver na favela é viver com criatividade, com festas, com regras próprias (tácitas ou explícitas); é viver lutando e tornar a luta a essência da própria vida.

Os moradores da favela da Providência – e de todas as outras periferias urbanas do mundo – são, nesse sentido, lutadores. Todos. Sempre. Portanto, quando uma intervenção como o Porto Maravilha se inscreve no espaço, é com um grupo de lutadores que ela se defronta.

Apesar disso, vivemos hoje um alto grau de fragmentação, de despolitização e individualismo, movido pelo ideário neoliberal, que acaba tendo influência fundamental na conformação das relações de poder nesses espaços. Somadas a esse fator, encontram-se as contradições produzidas no próprio processo histórico de produção espacial.

Esse é, *grosso modo*, o cenário geral a partir do qual se desenvolve a luta pelo espaço aqui estudada. De um lado, vemos no quadro quais são as instituições/organizações nela presentes, seus interesses, as estratégias e os alinhamentos político-ideológicos. As lutas, no campo das resistências cotidianas, podem ser traduzidas na

luta pela vida, que, estrategicamente, em determinados momentos se institucionaliza e, em outros, não, comportando, assim, contradições. Essa luta, dado o exposto, está imersa em um quadro complexo de relações sociais que não podem ser reduzidas à dicotomia instituição-morador.

O segmento dos moradores que aparece no quadro apresenta três grupos principais: os moradores que formaram a Comissão de Moradores da Providência[7]; os da Rua do Livramento, que participaram ativamente no início do FCP, tendo um papel crucial para a própria existência do coletivo; e, por fim, os moradores das principais ocupações que já existiam no espaço portuário carioca e que dialogaram com o FCP, a saber, a Machado de Assis, situada na Rua do Livramento, e a Quilombo das Guerreiras, localizada na Avenida Francisco Bicalho. Iniciemos a análise a partir do último grupo.

7 Essa comissão teve duas fases distintas, as quais acompanharam, de certa forma, o curso dos projetos no morro.

Já foram publicadas muitas pesquisas a respeito das ocupações do espaço portuário; neste texto, o que buscamos ressaltar – sem ineditismo, é importante dizer – é o caráter de resistência e luta que essas ocupações comportam. A luta pelo espaço no contexto das ocupações urbanas é constituída por uma mescla de táticas e estratégias (DE CERTEAU, 2012 [1990]). Muitos dos trabalhadores que nela se engajam estão lutando taticamente pela própria sobrevivência no horizonte temporal da emergência, isto é, por aquilo que é urgente. Não há projeto global; não há a totalização do adversário em um espaço distinto, opera-se "golpe por golpe", dia após dia. Morar é urgente. Por esse prisma, as ocupações são vistas como fissuras (HOLLOWAY, 2013), com um forte caráter espacial.

É necessário ressaltar, ainda, que a existência de imóveis vazios, de um lado, e a ocupação deles por movimentos organizados ou não, de outro, fazem parte de um mesmo processo de produção do espaço. A competição capitalista leva à superacumulação, que, por sua vez, leva à mudança do fluxo de capital do circuito primário para o secundário, processo que, todavia, apresenta um limite que implica a desvalorização periódica e estratégica de determinadas porções do espaço. Esses espaços, por outro lado, estão implicados na capacidade do capital de se apropriar da renda. Novos valores de uso são criados, e os imóveis que antes estavam vazios – mas não abandonados, uma vez que tal condição é estratégica – inserem-se novamente no circuito da troca. A renda, assim, é determinada relacionalmente, com as expectativas futuras incorporadas no cálculo (HARVEY, 1980 [1973]). O capital não pode deixar que as pessoas subvertam a troca, apropriando-se desses espaços simplesmente como valor de uso. Logo, quando um imóvel é ocupado, seu proprietário (Estado ou proprietário privado), ao perceber que existe um movimento do capital – conduzido por uma aliança entre frações de classe e Estado – que prevê ali a criação de novos valores de uso, que, por sua vez, estarão submetidos à troca, promove a reintegração de posse, mesmo que a função social da propriedade não seja cumprida depois desse processo.

No caso do espaço portuário, a situação é mais grave, porque terrenos públicos que deveriam ser, prioritariamente, destinados à habitação social estão sendo repassados ao capital privado por meio de um mecanismo que envolve a reprodução do capital na esfera financeira, concentrando-os nas mãos de poucas empreiteiras, incorporadoras e financeiras. O caso da Ocupação Zumbi dos Palmares é exemplar. Trata-se de uma ocupação com cerca de 130 famílias que foi desmantelada ainda em meados de 2010. As famílias ocupavam um edifício situado na Rua Venezuela, pertencente ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), e, até o momento, já em 2015, o edifício encontra-se vazio e sem uso.

A dialética valor de uso/valor de troca está sempre presente, e a luta se dá no sentido de deslocar essa relação até o ponto em que a troca esteja completamente submetida ao uso. Os princípios das ocupações urbanas, bem como a concepção de espaço que elas envolvem passam por essa questão. A luta urgente, que, no limite, é a luta pela vida, constituída por fissuras, é a luta do uso contra a troca. Assim, com os aportes teóricos de Lefebvre, vemos que o próprio processo de produção do espaço comporta, em si, a luta, na medida em que a produção é entendida, dialeticamente, como produto e obra.

A Ocupação Machado de Assis funcionava em um edifício da multinacional Unilever, vazio há mais de 20 anos. Em 2008, cerca de 80 famílias se instalaram ali e conseguiram rapidamente aprovar um projeto de reabilitação do edifício e de destinação dele para Habitação de Interesse Social (HIS). Tratava-se, em sua maioria, de ex-moradores de rua e trabalhadores informais do centro da cidade. Entretanto, com a chegada do Porto Maravilha, a estratégia da prefeitura mudou, e foi feita a reintegração de posse.

Naquele momento, todavia, a ocupação já contava com mais de 200 famílias e diversas problemáticas tinham vindo à tona, entre elas a entrada de sujeitos ligados às atividades ilícitas de venda de drogas. Essas contradições – geralmente apropriadas pelo discurso hegemônico para deslegitimar as fissuras do capitalismo, como a existência de interesses ilícitos em jogo, a bandidagem etc. – são, na realidade, parte da luta cotidiana pelo espaço, dado que se trata da luta pela própria vida a partir de meios conhecidos, na maior parte dos casos, pelas pessoas. E mais: o agravamento dessas contradições geralmente ocorre quando a resolução da questão e a construção de unidades de HIS para os moradores das ocupações se arrastam no tempo. Por fim, essas ocupações são exemplos de novas formas de se movimentar, para as quais não existem manuais ou diretrizes claras; elas são espaços que tentam se organizar minimamente, de forma flexível, polifuncional, o que pode levar, em contrapartida, à configuração de realidades contraditórias.

Trazendo Raul Zibechi (2008) para a análise, é visível que esses movimentos tomam como ponto de partida o que já existe na vida cotidiana. A capacidade que as pessoas têm, por exemplo, de fazer ligações de luz e de água é uma experiência que se constrói cotidianamente e que está relacionada à luta diária pela vida. É possível considerar, igualmente, que essas ocupações são desvios (LEFEBVRE, 2013 [1974]) que provisoriamente apontam para outras formas de conceber o espaço e de nele viver.

Nessas ocupações, há grupos de trabalhadores sem-teto ao lado de militantes diversos, de pesquisadores etc. Elas são espaços, como o FCP, compostos por diversos interesses, estratégias e alinhamentos político-ideológicos. Há que considerar, ademais, que existem forças e constrangimentos que estão situados em outras escalas, acima do espaço confinado da ocupação, os quais fazem com que as contradições que existem desde sempre aflorem em determinados momentos, tendo como consequência a desagregação.

Os imóveis ocupados da Rua do Livramento (vizinhos ao edifício da Unilever) apresentam situações próximas às das ocupações de imóveis abandonados supracitadas, porém com a diferença de que não há movimentos de moradia envolvidos no processo. São imóveis privados, abandonados há décadas, que foram sendo ocupados por famílias de forma menos planejada e mais espontânea do que a Machado de Assis e, principalmente, a Quilombo das Guerreiras.

A destinação desses imóveis, após a remoção dos seus moradores, em finais de 2011, é, até o momento, desconhecida. Muitos deles se encontram, atualmente, com as portas e janelas fechadas com tijolos e cimento para impedir novas ocupações; outros, por sua vez, foram novamente ocupados.

A luta dos moradores desses imóveis é uma luta essencialmente inscrita no cotidiano, tal como a dos moradores das favelas. Nesse sentido, é importante fazer uma distinção entre esse grupo e aquele das ocupações organizadas por movimentos de moradia, que contam com projetos de longo prazo, horizontes políticos e alinhamentos ideológicos claros, além de se delimitarem como um componente central da luta pela moradia. Os moradores da Rua do Livramento, justamente pela ausência de tais elementos, podem ser caracterizados como um grupo mais suscetível a violações de direitos, o que pode explicar o fato de terem sido os primeiros ameaçados e removidos de toda a área portuária, no final de 2011.

Partimos agora desses casos para abordar os sujeitos que acompanhamos mais de perto ao longo de todo o processo: os moradores do Morro da Providência. Consideramos, primeiramente, que a luta desses moradores é uma luta cotidiana pela própria sobrevivência. Inserimos essa luta no campo de uma luta mais abrangente: a luta pelo espaço portuário no contexto do Porto Maravilha. Nesse processo, novas táticas e estratégias foram criadas e novas relações de poder foram estabelecidas e/ou mobilizadas.

A luta desses moradores no âmbito do FCP partiu da marcação das casas pela prefeitura. Sentindo que a própria sobrevivência, atrelada à permanência em seus espaços de vida, encontrava-se ameaçada, eles buscaram interlocutores e parceiros que pudessem contribuir para visibilizar o problema e articular soluções. Quando chegaram aos primeiros encontros do FCP, depararam-se com uma diversidade de posicionamentos político-ideológicos e de debates a respeito de distintas estratégias de ação, enquanto o que eles buscavam era a garantia da permanência em seus espaços de vida e da sobrevivência. Dessa forma, na dialética morador/organizações, construiu-se um tipo de movimento que, intrinsecamente, comportava tensões e contradições.

A declaração de uma moradora da Ladeira do Barroso explicita o objetivo central da luta cotidiana: "Mas eu vou falar outra coisa pra você. É... O que a gente da Providência quer é todos nós permanecermos dentro das nossas casas, sabia?" (Entrevista concedida por moradora da Ladeira do Barroso, em maio de 2014). Pode-se dizer que a luta desses moradores é permanente e cotidiana, mas a articulação entre ela e outras formas de luta, inclusive aquelas que eles mesmos assumiram no processo, deu-se a partir do momento em que surgiu uma ameaça específica e pontual. Em relação a esse aspecto, Zibechi (2008) afirma que os novos movimentos sociais seriam mais voltados a demandas específicas que a horizontes de transformação total da sociedade, o que fica patente ao observar a experiência do FCP.

O fato de os moradores se aproximarem da luta somente quando se sentiam pessoalmente ameaçados gerou conflitos dentro da própria favela. Alguns moradores acusaram outros de oportunismo ou de falta de coletividade. É possível que essa suposta falta de coletividade tenha-se dado em função, de um lado, do baixo grau de politização dos atuais espaços populares e, de outro, das relações de poder que se estabelecem em todas as escalas e reproduzem o ideário neoliberal da competitividade, do individualismo e da satisfação pelo consumo[8].

8 Vale ressaltar que uma das ações do Projeto Porto Maravilha é o Porto Cidadão, que se traduz em uma estratégia de promoção do empreendedorismo na região. São processos como estes que criam uma imagem de inclusão e, ao mesmo tempo, resultam na fragmentação e despolitização dos moradores.

De qualquer modo, o processo de marcação das casas plantou medo e desconfiança, acabando por levar os moradores à luta em outros campos que não o das táticas de transgressão e resistência cotidianas.

Assim, os moradores do Sessenta, da Pedra Lisa e da escadaria compareceram aos encontros do FCP e encaminharam, por orientação do MPF, a elaboração do Relatório de Violação de Direitos e Reivindicações. Foi aí que as suas lutas cotidianas passaram a se articular à luta contra as remoções. A luta se instalou justamente no contexto das ameaças à sobrevivência das pessoas:

> Minha casa tá marcada, mas eu não vou sair da minha casa. Eu não vou sair. Eles acham que vão encontrar barro mole, mas comigo eles vão encontrar barro duro, porque eu passei necessidade pra mim levantar minha casa do chão (Entrevista concedida por moradora do Sessenta, em maio de 2011).

É possível lembrar novamente de Zibechi (2007), que constata que as periferias urbanas, especialmente as latino-americanas, são uma das fraturas mais importantes do capitalismo no mundo contemporâneo, justamente pelo fato de, nesses espaços, a terra, a casa e o bairro autoconstruídos serem sentidos como valores de uso, e não como valores de troca. A luta, no limite, é a luta pela própria vida.

> Porque se tira a tua família, a tua casa, te mata, mata a tua cultura, mata a tua vida. Por que que eles vieram fazer isso com a gente aqui? Aqui só tem gente pobre e miserável, cara. É mesmo! Eu vejo os dois lados. Hoje, hoje eu acho que não é nem bom conhecer o outro lado. A maioria aqui não conhece o lado do rico. Você vê que isso aqui é uma senzala aberta. Desculpa. [...] **Eu acho que a maior luta que a gente tem é a nossa vida**, a gente aprender a lidar com o próximo. **Eu acho que a maior luta da vida eu já tinha dentro de mim e não sabia** (Entrevista concedida por moradora da Escadaria em novembro de 2014, grifo nosso).

Frente a essas ameaças, que são o acirramento das contradições no processo de produção do espaço urbano, os moradores deslocaram as lutas cotidianas para outras escalas. A dimensão cotidiana da luta, assim, articulou-se a uma luta de dimensão mais organizativa.

Ao considerar a dimensão do cotidiano na produção do espaço urbano, Lefebvre assinala que quem faz a revolução são homens e mulheres comuns, o que significa, conforme ele mostra, um deslocamento das lutas do chão das fábricas para o espaço urbano. Para Holloway (2013), tal revolução já acontece, está aí, apresenta-se como fissuras, normalmente, imperceptíveis, construídas à medida que novas relações sociais, horizontais e solidárias, são efetivadas.

Quando a Praça Américo Brum foi fechada para dar início à construção do teleférico, os moradores fizeram cartazes com dizeres como "não queremos teleférico", "a praça é do povo", "nossa cultura é nosso povo" etc., e foram para a rua impedir o andamento da obra, junto dos representantes de organizações/instituições do FCP. Ainda que a ação não tenha impedido o fechamento da praça, a articulação da luta organizada pelos moradores com a luta no campo das organizações/instituições contribuiu para a ampla divulgação do ocorrido, atraindo diversos jornalistas e militantes de mídias alternativas e transformando o acontecimento em um fato político.

Foi naquele contexto que instituições/organizações do FCP se reuniram com alguns moradores para começar a pensar a articulação de uma comissão de representantes de moradores por área. A ideia era que o processo começasse a tomar corpo a partir dos próprios moradores, para que eles se mobilizassem e se organizassem independentemente da assistência direta do FCP, e, assim, construíssem um processo autônomo em meio a tantos desafios cotidianos.

Segundo alguns entrevistados, os participantes da primeira fase da comissão de moradores tinham, em geral, interesses próprios que suplantavam os interesses coletivos:

> Pessoal tá acostumado a participar dessas coisas, mais "toma lá dá cá". Trocar, eu quebro o galho de vocês, mas eu quero um retorno. Então, a preocupação, [...] a preocupação da gente não era essa. A nossa preocupação não era essa. A nossa preocupação era num sentido mais geral, não tem nada a ver de ficar trocando favor por favor (Entrevista concedida por morador da Ladeira do Livramento, em maio de 2014).

Na realidade, com a luta que se inscreve no cotidiano, no processo de produção do espaço, pode-se dizer que havia, em todo caso, a luta por interesses particulares. Os moradores que participaram da luta, no limite, estavam lutando pela própria sobrevivência. O questionamento se deu quando essa luta, para além da sobrevivência, atendia a interesses particulares que passavam pela possibilidade de acumular capital em um contexto de extrema fragilidade econômica.

Referente às contradições entre moradores, de um lado, e organizações/instituições que apoiavam a luta, de outro, deve-se levar em consideração que o contexto vivido pelos moradores passava por constrangimentos, pressões e relações de poder de toda ordem. Com efeito, eram poucos os que verdadeiramente se engajavam na luta, de modo que esses poucos acabavam concentrando as pressões que vinham de diversos sujeitos, como a SMH, a Concessionária Rio Faz[9], a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), a Associação de Moradores, a CDURP, as organizações de venda de drogas ilícitas, as pressões financeiras, o contexto de competição e individualismo desenfreados. Enfim, tratava-se de uma complexidade de relações que deve ser levada em consideração.

9 Responsável pela execução das obras no Morro da Providência.

No contexto de desagregação da Comissão de Mediação de Conflitos (CMConflitos) – formada em 2011 e composta por diversas instituições, incluindo representantes da prefeitura, mas desfeita rapidamente –, a primeira comissão de moradores foi se esvaziando pouco a pouco. Algumas das principais lideranças que se constituíram no processo de construção da primeira comissão passaram a ser atendidas, de forma não transparente, pelo poder público, representado, no caso, pela SMH e pela CDURP. E o FCP continuou atuando especialmente na articulação direta com a DPGE.

Nesse meio tempo, muitas demolições e remoções aconteceram; foram organizados reuniões, encontros, seminários e diversas tentativas de reestruturação do FCP. Em 2012, o FCP organizou um encontro em que compareceram diversos moradores de áreas do morro que não tinham qualquer relação nem com o FCP, nem com a primeira fase da Comissão de Moradores. O comparecimento em peso de moradores da Providência mostrou que as remoções estavam avançando. Quando foi anunciada a mudança de lado no projeto do plano inclinado, os moradores de casas

situadas no lado esquerdo (de quem sobe) passaram a se preocupar com a questão, sendo precursores de uma mobilização que resultou na paralisação das obras por meio de uma Ação Civil Pública (ACP) ocorrida no final do mesmo ano. Foi formada, assim, naquela reunião, uma segunda fase da Comissão de Moradores da Providência, que até hoje se encontra relativamente ativa. É importante destacar também que essa nova comissão se consolidou em meio ao processo de organização da Ciranda da Resistência, atividade cultural e política realizada na Cúpula dos Povos[10], em junho de 2012, no Instituto Central do Povo (ICP)

10 Evento paralelo à Rio+20, organizado por diversos coletivos e movimentos sociais em contraponto às discussões do evento oficial, que teria, segundo os organizadores da Cúpula dos Povos, um caráter mais conservador.

A partir de então, pouco a pouco, a nova Comissão de Moradores foi construindo um processo de aquisição de autonomia, e o espaço do FCP, que era o espaço fundamental de mediação e articulação institucional na área portuária, e em especial no Morro da Providência, passou a ter o seu sentido questionado. Os moradores passaram a se articular diretamente com os órgãos jurídicos de defesa e também com outras organizações/instituições, sendo a mais expressiva delas o Grupo de Educação Popular (GEP) (Quadro 1). As contradições entre moradores e demais sujeitos que compunham o FCP vieram à tona, e a Comissão de Moradores começou a se reunir por si só e com outros sujeitos, sem demandar a presença do coletivo.

Na realidade, com a delimitação, cada vez mais clara, do grupo que compunha o FCP, de um lado, e da Comissão de Moradores, de outro – separação que não havia antes, sendo a comissão entendida como um dos sujeitos componentes do FCP –, o próprio perfil do FCP foi redefinido. O coletivo passou a concentrar cada vez mais pesquisadores, além do mandato parlamentar, que o acompanhava desde o início, e da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). A forte presença de pessoas da academia pôs em pauta uma das contradições entre os dois grupos:

> Começou aquela... Só que a comissão daquela época era com um pessoal que eu não tinha certa... Quer dizer, as pessoas não tinham maturidade política. [...] Mas teve um período que, quando reformulou a comissão, que reformulou outras cabeças, que eram pessoas mais seguras, que tinham mais produções, isso aí começou a cobrar algumas coisas do Fórum. A comissão, ela começou a perceber, pela minha visão particular, aqui, a questão da remoção, dessa resistência, isso era uma coisa muito séria, a gente estava brigando em função de dez mil moradores. Quer contribuir? Contribui participando, mas não direcionando. Então eu sempre coloquei isso, eu ficaria muito triste se, a partir do momento que existisse essa participação... e as pessoas estivessem usando a situação séria que está acontecendo para outros fins, não tem sentido. Não tem sentido você pegar uma situação, citando exemplo, pegar isso e transformar isso numa exposição, numa projeção de um seminário a favor (Entrevista concedida por morador da Ladeira do Livramento em maio de 2014).

O clímax da tensão entre esses dois blocos se deu em novembro de 2013, quando os moradores organizaram, junto de parceiros para além dos grupos que compunham o FCP – o que demonstra a autonomia e as articulações diretas com sujeitos diversos –, uma manifestação que partiria do Cruzeiro e desceria para a "parte plana" do espaço portuário, pela Ladeira do Faria. Falando muito brevemente sobre esse acontecimento, é importante demarcar, em primeiro lugar, o contexto em que ele é pensado, contexto efervescente em decorrência das chamadas "Jornadas de Junho", quando diversos jovens passaram a se manifestar segundo as táticas *black blocs*. A complexidade envolvida nesse dia é representativa das inúmeras pressões e relações de

poder com as quais os moradores necessitavam lidar na luta cotidiana. Espalhou-se pelo morro o boato de que a comissão estaria preparando um ato com organizações que agiam conforme as táticas *black blocs*, razão pela qual diversos sujeitos começaram a pressionar os moradores. A maioria dos presentes era de fora da favela e não conhecia a complexidade das múltiplas relações de poder que estavam em jogo naquele espaço, o que gerou tensões consideráveis.

A partir daí, ainda ocorreram novos encontros do FCP e da Comissão de Moradores, mas o desgaste das contradições que, pouco a pouco, vieram à tona, a aquisição progressiva de autonomia por parte dos moradores – um dos objetivos do FCP, desde o início, inclusive – e a "aquietação" da luta por meio da permanência da liminar que mantém as obras paralisadas até os dias atuais levaram ao espaçamento entre as reuniões, até o ponto em que o FCP, de certa forma, saiu de cena. Todavia, as contradições são, muitas vezes, apagadas do processo de valorização da luta, conforme podemos ver nestas declarações de moradores a respeito da relação entre a Comissão de Moradores e o FCP:

> Pra mim o Fórum foi uma escola... Assim, sinceramente, o meu coração é muito grato. Ah gente... Eu agradeço tudo porque vocês não sabem a importância que foi vocês na nossa vida. Tinha vez que a gente estava aqui e o refúgio da gente era o Fórum. Tinha vez que o morro estava pegando fogo ali, quando vocês estavam lá, desabafava. Para mim, o Fórum foi, sei lá, pra mim foi muito importante. Eu não tenho nada o que falar do Fórum. Tem nossas crises? Tem. Todo mundo tem briga, mas pra mim vocês... Muitas pessoas estão dentro das casas: agradeça o Fórum também. Porque se não é o Fórum que está ali dando o sustento com a gente brigando, a gente não ia aguentar. Foi muita luta. [...] Tinha mais gente de fora do que daqui do morro. Não era? Eram estudantes, era os apoiadores, um tanto de alunos, então aquilo dali era tipo... Tu não vai fazer terapia? Pobre não faz terapia. A gente não faz. Então era uma terapia pra gente, era uma força. Quando tu chega na casa da tua mãe: 'mãe...'. Era tipo assim a casa de uma mãe que a gente se acolhia, 'gente, vamos fazer isso, vamos lá fora, vamos pegar um cartaz', então aquilo dali dava fôlego pra gente esses três anos. Pra mim o Fórum foi um fôlego, pra mim (Entrevista concedida por moradora da escadaria, em novembro de 2014).
>
> O Fórum, no início, eu achava que era um grupo de pesquisa, de estudos acadêmicos. Quando a D. me contou, só que a primeira vista eu pensava que era defender alguma tese, alguma coisa, juntou a fome com a vontade de comer: 'eles vão nos ajudar e daqui vão [palavra incompreensível] os trabalhos deles. Depois, quando eu fui me aprofundando, eu vi que a coisa era mais séria. E realmente o pessoal estava destinado a ajudar. [...] Aquela vez que nós subimos aqui, fomos parar lá em cima no meio da chuva. Andamos para caramba. Para mim é importante, o apoio de vocês foi fundamental, até porque aquele momento ali foi único. Teve um momento em que a coisa estava muito unida, muito (Entrevista concedida por morador do Sessenta, em maio de 2014).

Como podemos notar, as declarações expõem uma contradição estabelecida entre distintas formas de luta no processo mais amplo da luta pelo espaço portuário que merece ser bem compreendida, não a fim de enfatizar e reforçar estigmas mútuos ou segmentações, mas, sim, a fim de compreender aquilo que potencialmente é agregador e que já está presente como semente e utopia no próprio processo de produção do espaço urbano.

É importante entender que existem novas formas de movimentação social, múltiplas, fluidas e heterogêneas, no contexto contemporâneo. Os sujeitos envolvidos nesses novos movimentos compreendem desde aqueles tidos como mais tradicionais, voltados para a construção de horizontes utópicos de transformação total das relações sociais, até sujeitos que passam a se movimentar pela necessidade urgente de preservar a vida. Quando esses sujeitos se aproximam e somam-se em um coletivo que atende a demandas mais pontuais e causas específicas, as contradições afloram, sendo preciso exercitar a capacidade de trabalhar com elas a fim de resistir coletivamente a uma conjuntura que, por si só, é extremamente adversa e desagregadora.

TRAZENDO AS CONTRADIÇÕES PARA A LUTA

É importante dizer que, metodologicamente, a contradição é parte essencial do processo social analisado. Como dissemos, a pesquisa se funda no materialismo histórico e dialético e, portanto, seria incoerente tratar o processo de luta examinado de forma homogênea e/ou não contraditória. Sendo assim, este artigo se configura como uma espécie de chamado para que as diversas formas de luta sejam entendidas em suas singularidades, bem como em partes da totalidade social.

Há, desse modo, uma diferença de escala analítica. Ao olharmos para a totalidade do processo de produção do espaço, no escopo do Projeto Porto Maravilha, para os conflitos e resistências associados a ele, notamos, de saída, a contradição fundamental entre os sujeitos e processos hegemônicos e os sujeitos da resistência, estes últimos compreendidos como um bloco mais ou menos homogêneo. Ao aproximarmos a escala de observação – e aí somente contando com um percurso empírico de pesquisa que exigiu certo grau de envolvimento e subjetividade –, vêm à tona as contradições no interior do processo de luta mais amplo, contradições que se configuram na dialética com a contradição central entre dominantes e dominados. É por esse motivo que as novas formas de luta e os novos sujeitos (ou antigos sujeitos com novas roupagens) devem ser considerados em suas singularidades e particularidades, sem perder de vista a dimensão central da luta.

O que intencionamos destacar é que, no fundo, como já foi dito, trata-se de uma única luta: a luta pelo espaço. Em meio ao processo de produção do espaço urbano, o uso está sempre latente. Assim, a luta se sintetiza na construção de possibilidades de submissão da troca ao uso. Pensar na dialética do espaço é, nesse sentido, pensar na superação das contradições entre valor de uso e valor de troca. Essa superação está presente como virtualidade, e significa, efetivamente, a luta pela restituição do uso. Só é possível pensar nessa luta, por sua vez, por meio da atenção à dimensão cotidiana da vida.

A luta, para Holloway (2013), é urgente e está, portanto, presente no cotidiano, na permanente dialética entre exclusão-recusa-criação. Assim, no próprio movimento de reprodução da sociedade, movimento que busca atender à urgência e ao desespero por mudanças, são construídas fissuras. Estas estão presentes no fazer concreto que se encontra em cada uma das nossas ações, e a forma de expansão delas passa pela construção de relações horizontais que ofereçam outros modos de viver e de edificar o mundo, numa luta constante contra a verticalidade.

Analisando a luta pelo espaço empreendida pelos grupos de moradores considerados aqui – ocupações urbanas, moradores dos casarões da Rua do Livramento e Comissão de Moradores da Providência –, é perfeitamente possível enxergar que se trata de uma luta inscrita no cotidiano, e não em espaços institucionalizados. Ademais, ela tem uma demanda específica e urgente: a permanência dos moradores em seus lugares de vida. Tal permanência está associada à própria sobrevivência das pessoas. É visível o movimento de exclusão-recusa-criação no processo analisado. Os moradores, pouco a pouco, abrem mais e mais fissuras, à medida que resistem e criam novas formas de relações sociais, que são, também, espaciais. Formar uma comissão tal como foi feito, no caso estudado, resultou na construção de relações horizontais e solidárias entre moradores que pouco se conheciam.

Ainda, a luta evidencia a construção de um novo modo de conceber o e viver no espaço. Os moradores constroem, na luta, novas representações do espaço, em relação dialética tanto com o espaço percebido quanto com o espaço vivido. Seus sonhos, seus desejos, aquilo que não pode ser racionalizado pelo saber hegemônico, passam a povoar suas concepções a respeito do que deve ser o espaço urbano.

A luta se movimenta, assim, na construção de fissuras que, no horizonte, se expandidas e consideradas dentro de um projeto amplo de transformação social, podem resultar na construção de contra-espaços (LEFEBVRE, 2013 [1974]), construção progressiva que parte justamente das lutas cotidianas, mas que implica a elaboração de um projeto. Enquanto os contra-espaços não são efetivamente construídos – ainda que o sejam na dimensão das novas representações do espaço, o que já é um grande passo –, é importante prestar atenção, seguindo Lefebvre, aos desvios, aos modos de ocupação reivindicativa de determinadas formas espaciais, que apontam para o fim da dominação, ao menos provisoriamente. As ocupações urbanas podem ser perfeitamente interpretadas sob esse prisma, bem como a vigília realizada na Praça Américo Brum, no dia previsto para o seu fechamento.

O fato de mais de 700 casas previstas para serem derrubadas terem permanecido no Morro da Providência pode ser considerado como um exemplo de fissura?[11] Seriam tais casas, por si só, fissuras, uma vez que foram construídas de forma horizontal, solidária e autônoma, comportando uma relação dialética que submete o valor de troca ao valor de uso?

Esses espaços apresentam contradições que são produzidas no processo histórico – contradições diacrônicas que permanecem em um olhar sincrônico contemporâneo. Além disso, vivemos uma conjuntura política e econômica, em escala global e nacional, que tem acirrado o individualismo, a competição, a fragmentação e a despolitização.

Os moradores envolvidos na luta, que lutam pela sua própria sobrevivência, mas que se articulam a uma luta mais ampla, estão imersos em um cenário altamente complexo, com múltiplas relações de poder e contradições que aparecem justamente quando vem à tona a contradição entre suas formas de luta, táticas, estratégias, demandas e seus objetivos e as formas de luta das organizações e instituições que compõem o FCP. Dessa forma, o que desejamos ressaltar aqui é aquilo que essas lutas possuem em comum, a fim de que este trabalho possa contribuir para o entendimento de que, no fundo, todos os sujeitos em questão estão buscando formas e estratégias para atingir um objetivo que é comum, objetivo que se constrói na luta pelo espaço. Enfatizamos, então, mais as aproximações que os afastamentos, mais a união que a desagregação.

Frente ao grande desafio com o qual nos deparamos em relação às possibilidades

11 Devido ao tamanho do artigo, não aprofundamos essa questão. Vale mencionar que, inicialmente, das aproximadamente duas mil casas existentes na favela da Providência, 832 estavam previstas para serem removidas. Com a luta dos moradores associados ao FCP e parceiros diversos, tendo como protagonista a DPGE, esse número passou para cerca de 70 (pouco mais de cem já tinham sido removidas), o que foi novamente contestado pelos moradores e apoiadores. Para maiores detalhes, ver: Giannella (2015) e Faulhaber & Azevedo (2015).

de análise teórica das novas formas de mobilização social, novas formas de luta e novos (ou não tão novos assim) sujeitos, este trabalho aponta para a necessidade de encararmos tais processos a partir de *démarches* que considerem: (a) as diferenças de escala no processo de luta; (b) as múltiplas relações de poder e a historicidade que envolve a construção delas; e (c) os diferentes sujeitos da resistência, tanto em suas singularidades, como também em suas particularidades, compreendendo-os como parte de uma luta mais ampla – a luta pelo espaço.

Tais afirmações, as quais se aproximam mais de apontamentos e abertura que de conclusões e fechamento, embasam-se principalmente na nossa experiência no FCP entre 2011 e 2014, em alguns momentos com maior envolvimento e intensidade e, em outros, com maior distanciamento. Os processos de desagregação vivenciados e observados no coletivo deram origem à motivação para a compreensão mais aprofundada das lutas contemporâneas, já que não era possível conceber aquele processo por meio de leituras que desconsiderassem as contradições apresentadas.

A busca por esse entendimento continua em processo e, certamente, assim permanecerá, uma vez que as dinâmicas são cada vez mais fluidas, múltiplas, contraditórias e heterogêneas. Nesse sentido, finalizamos o artigo com a transcrição de uma passagem inspiradora de John Holloway (2013, p. 246-247):

> Não existe uma resposta certa, apenas milhões de experimentos: não existe resposta certa única à desesperada (e pertinente) questão sobre o que deve ser feito. Talvez a melhor resposta que pode ser dada é: pensem por si mesmo e por si mesmos [...]. Para alguns, isso significa se atirar de cabeça nas preparações para a próxima cúpula anti-G-8. Para outros, significará tentar abrir perspectivas de um mundo diferente para as crianças para quem dão aulas na escola. Outros se unirão aos seus vizinhos para criar uma horta comunitária, ou participarão das atividades do centro social próximo. Alguns dedicarão todas as suas energias para organizar a oposição à extensão da estrada que ameaça o sustento de milhares de camponeses, alguns se dedicarão à permacultura ou a criar software livre, outros simplesmente brincarão com seus filhos e amigos ou escreverão um livro sobre como mudar o mundo. Tudo isso são gritos de esperança, projeções em direção a uma maneira diferente de viver, tentativas de fazer algo melhor com nossas vidas do que criar o capitalismo. Talvez nem tudo tenha o mesmo impacto, mas felizmente não temos um padrão com o qual medi-los. Quem dirá que fazer parte do assim chamado *black bloc* em uma anticúpula do G-8 é mais ou menos efetivo como meio de luta do que criar um jardim como meio de lutar contra o massacre de outras formas de vida pelos humanos? Não existe resposta correta, única, mas isto não significa que todas essas lutas sejam atomizadas. Há uma ressonância entre elas, um reconhecimento mútuo como sendo parte de um movimento contra-e-mais-além, um constante compartilhar de ideias e informação.

Letícia de Carvalho Giannella: *leticiagiannella@gmail.com.*

Artigo recebido em 11 de setembro de 2015 e aprovado para publicação em 2 de dezembro de 2015.

REFERÊNCIAS

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS. *Dossiê Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro, 2014*. Rio de Janeiro: Comitê Popular da Copa e Olimpíadas, 2014. Disponível em: <http://rio.portalpopulardacopa.org.br/>. Acesso em: 15 maio 2015.

DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2012 [1990].

DUARTE, R. G. O processo de reabilitação e renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro

e suas perspectivas. *Scripta Nova*, Barcelona, v. IX, n. 194, n.p., 2005.
FAULHABER, L.; AZEVEDO, L. *SMH 2016*: remoções no Rio de Janeiro olímpico. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.
FOUCAULT, M. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008 [1977-1978].
_____. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 2010 [1975].
_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2011 [1979].
GIANNELLA, L. *Revirando o Porto Maravilha*: luta pelo espaço e contradições urbanas na zona portuária do Rio de Janeiro. 2015. 309 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
HARVEY, D. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980 [1973].
HOLLOWAY, J. *Fissurar o capitalismo*. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.
LEFEBVRE, H. *A re-produção das relações de produção*. Porto: Escorpião, 1973.
_____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008 [1970].
_____. *La producción del espacio*. Madrid: Capitain Swing, 2013 [1974].
ROLNIK, R. Apresentação – As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, E *et al*. *Cidades rebeldes*: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p. 7-12.
VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único*: desmanchando consensos. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2009 [2000]. p. 75-104.
ZIBECHI, R. *Dispersar el poder*: los movimientos como poderes antiestatales. Buenos Aires: Tinta Limón, 2006.
_____. *Autonomías y emancipaciones*: América Latina en movimento. Lima: Fondo Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales (UNMSM), 2007.
_____. Espacios, territorios y regiones: la creatividad social de los nuevos movimientos sociales en América Latina. *Cuchará y paso atrá*, n. 18, p. 95-119, 2008.

ABSTRACT: While the *Porto Maravilha's* promoters work to disseminate images of an aseptic and free of conflicts city, we can observe that the conflicts has been intensified in the city of Rio de Janeiro in recent years. Within this framework, the article seeks to uncover such conflicts from the field of resistance and various forms of struggle that has been built and mobilized, especially in the scope of *Fórum Comunitário do Porto*, collective formed in 2011 who served in reporting rights violations in populations affected by the intervention and articulating institutions for the defense of those rights. We sought to submit to analysis the new mobilization processes, the construction of counter-powers and cracks that occur in the heart of the production of space, also identifying the internal contradictions of the struggle and pointing to the need for new theoretical approaches the could help to understand the contemporary world.

KEYWORDS: *Porto Maravilha*; *Fórum Comunitário do Porto*; urban conflicts; struggle for space; social movements.

Entrevista

Mobilidade urbana e direito à cidade:

uma entrevista com Lúcio Gregori sobre transporte coletivo e Tarifa Zero

Urban mobility and the right to the city:

an interview with Lúcio Gregori on (free) public transport

Mariana Fix
Giovani Espíndola Ribeiro
André Doca Prado
Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, Brasil

Resumo: *Neste artigo, apresentamos e discutimos uma entrevista realizada, em 2015, com Lúcio Gregori, proponente da Tarifa Zero em São Paulo. Buscamos compreender o surgimento da proposta, nos anos 1990, e seus desdobramentos. Para tanto, são analisadas algumas das manifestações de apoio e resistência à aprovação da proposta, assim como sua formulação técnica, os jogos de interesses nela envolvidos e as modalidades de financiamento que a viabilizariam. São examinadas, igualmente, as características do "negócio" do transporte e das empresas que atuam em tal setor. Situamos a proposta da Tarifa Zero no debate sobre mobilidade urbana, relacionando-a com a luta pelo Direito à Cidade. Além disso, discutimos a hegemonia do transporte individual privado e algumas de suas consequências.*

Palavras-Chave: *mobilidade urbana; tarifa zero; direito à cidade; ônibus; transporte coletivo.*

As manifestações de Junho de 2013 contra a elevação da tarifa de ônibus, iniciadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), puseram o transporte público e sua regulação na pauta do debate sobre cidades e políticas urbano-regionais. Ainda que momentaneamente, a crise de (i)mobilidade, que afeta as grandes metrópoles e inúmeras cidades brasileiras, ganhou espaço na agenda política e nas universidades.

Entrevistamos Lúcio Gregori para conhecer melhor sua experiência como gestor público, especialmente no período em que esteve à frente da Secretaria Municipal de Transportes (1989-1992), quando propôs a Tarifa Zero para os ônibus da cidade de São Paulo[1]. Buscamos compreender o surgimento dessa proposta e seus desdobramentos, as reações de apoio a ela e as resistências à sua aprovação, sua formulação técnica e os jogos de interesses nela envolvidos, bem como as modalidades de financiamento que a viabilizariam e as características do transporte como negócio e das empresas que atuam no setor.

Além de compartilhar o olhar de quem já esteve em cargos executivos relacionados a políticas de mobilidade, Gregori nos apresentou suas propostas, principalmente aquelas que se referem à remuneração e regulação das empresas de ônibus. Sua crítica é, ao mesmo tempo, radical, no sentido de buscar a raiz dos problemas, e prática, ao propor soluções.

1 A entrevista foi realizada na residência de Lúcio Gregori, em 6 de maio de 2015, como parte da pesquisa de um dos autores (RIBEIRO, 2015). Lúcio Gregori foi secretário de Serviços e Obras e, posteriormente, secretário de Transportes na gestão Erundina (1989-1992), no município de São Paulo, diretor técnico da Empresa de Planejamento da Grande São Paulo (EMPLASA) entre 1976-1979, gerente de programação e controle da Companhia do Metropolitano de São Paulo (1968-1970), diretor de planejamento da Empresa Municipal de Urbanização de São Paulo (EMURB) e superintendente de planejamento territorial da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) (1984-1986).

No Brasil, a hegemonia do transporte individual privado é tanto reiterada quanto contestada, configurando, desse modo, um campo de disputa material e simbólico. Como resposta anticíclica à crise financeira mundial de 2008, o governo Lula (Partido dos Trabalhadores (PT), 2003-2010), ao garantir crédito fácil e barato aos consumidores e desonerações fiscais às montadoras, conseguiu resultados do ponto de vista macroeconômico, mantendo o nível de emprego e renda sem grandes impactos inflacionários. Manteve-se não somente o emprego, mas também o elevado lucro da indústria automobilística, à custa de uma importante renúncia fiscal: "[...] deixamos de recolher impostos no valor de R$ 26 bilhões desde o final de 2008 e US$ 14 bilhões foram enviados ao exterior, para as matrizes das empresas que estão no Brasil aliviando a crise que estas estavam vivendo na Europa e Estados Unidos" (AFONSO *apud* MARICATO, 2013, p. 46).

Do ponto de vista urbano, tais políticas significaram uma avalanche de carros nas ruas. Passamos de 2,25 milhões de veículos emplacados, em 2003, para 5,88 milhões, em 2011, segundo dados do Denatran[2]. Considerando-se apenas o período entre 2009 e 2011, o número de veículos emplacados cresceu 24%. Como resultado, observamos o surgimento de congestionamentos em cidades pequenas e médias e o aumento do tempo gasto em deslocamentos nas grandes metrópoles (IPEA, 2013).

2 Dados disponíveis em: <http://www.denatran.gov.br/frota.htm>. Acesso em: 25 jul. 2015.

Em 2011, a taxa média de ocupação do carro em São Paulo era de 1,4 ocupante por carro, ou seja, 28% de ocupação para carros com cinco lugares (VOITCH, 2011). Um transporte público de qualidade, que motivasse os cidadãos a trocar o modal individual privado pelo coletivo público, atuaria no sentido de democratizar os espaços da cidade, começando pelas ruas e avenidas. O preço da tarifa do sistema de transporte, com seus constantes aumentos acima da inflação, tem atuado no sentido contrário, excluindo pessoas. Estas passaram a trocar trechos que faziam em modais coletivos pelo modal privado motorizado ou mesmo por viagens a pé, quando não podem pagar pelo transporte, como mostram diversos estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (CARVALHO; PEREIRA, 2011; 2012; CARVALHO *et al.,* 2013).

A hegemonia do automóvel contribui para a difusão da ideia de que a mobilidade é assunto privado. Na contramão dessa ideologia, movimentos sociais afirmam a mobilidade urbana como condição para o exercício de outros direitos. Por isso, a tarifa zero é apresentada como

> [...] o meio mais prático e efetivo de assegurar o direito de ir e vir de toda população nas cidades [...]. Essa ideia tem como fundamento o entendimento de que o transporte é um serviço público essencial, direito fundamental que assegura o acesso das pessoas aos demais direitos, como, por exemplo, a saúde e a educação (Disponível em: <http://tarifazero.org/tarifazero/> Acesso em: 20 nov. 2015).

Dito de outro modo,

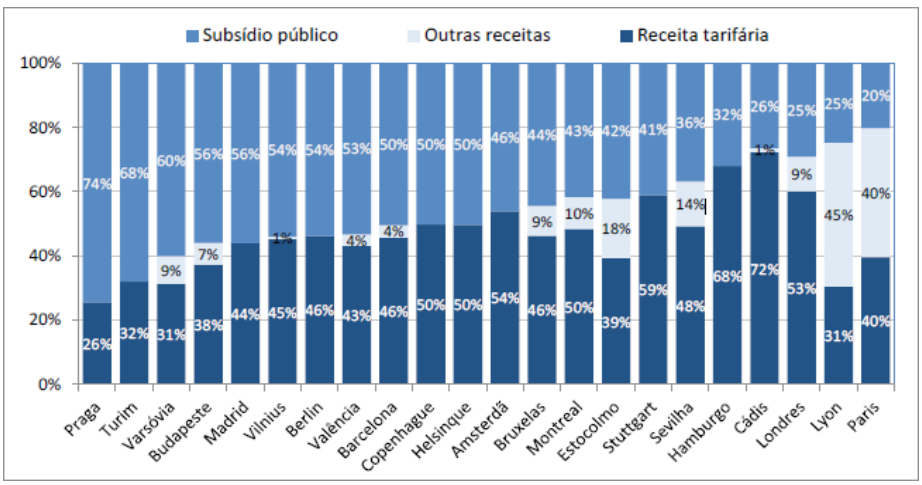
> [...] as condições de mobilidade urbana são uma catraca que restringe a efetivação do direito à cidade em seus mais variados aspectos. Primeiro, ao restringirem a possibilidade de circulação na cidade àqueles que têm condições de pagar por seus deslocamentos, não permitem que as pessoas acessem livremente a cultura, a educação e a saúde. Segundo, impedem a apropriação política da cidade, tanto porque é mais difícil ir a qualquer

> atividade política quando se tem que pagar por isto quanto pelo fato de a restrição de circulação dificultar a troca de experiências políticas (LEGUME, 2015, s/p).

Em dezembro de 2014, em São Paulo, o usuário pagante era responsável por financiar 63% do sistema, o empregador, 12%, o município, 23%, e outras fontes (multas, publicidade, taxas de recarga, aluguéis), 2% (SÃO PAULO, 2015). Como pensar a Tarifa Zero nesse contexto? Essa é uma importante questão que Gregori e outros defensores de tal proposta nos ajudam a compreender melhor.

A mobilidade urbana deve possuir fundos próprios, em vez de recair, em última instância, sobre o passageiro, como é feito no sistema atual. Nas principais cidades europeias, por exemplo, o financiamento é, em grande medida, de responsabilidade do Estado, assumindo a forma de subsídios públicos, como podemos ver no Gráfico 1. Algumas opções possíveis de financiamento no sistema tributário brasileiro foram tratadas na entrevista, como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), a Municipalização da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) sobre combustíveis e o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros (REITUP). Se a Tarifa Zero é, no limite, uma reforma tributária, é importante que haja uma estrutura tributária que permita ao município arrecadar os recursos necessários à prestação do serviço de forma progressiva, incidente sobre a população de maior renda, que tem maior capacidade de contribuição.

Gráfico 1: Composição de receitas para financiamento do transporte público para diversas cidades do mundo



Fonte: *European Metropolitan Transport Authorities* – EMTA Barometer 2011.

Ao propor o projeto da Tarifa Zero, nos anos 1990, Gregori comparou a política de mobilidade a outros serviços públicos, como a coleta de lixo e a segurança. Tais serviços se destacam pela universalidade de pessoas atendidas e pela gratuidade – fator primordial para garantir o acesso a todos.

Para Gregori e Zilbovicius (2013), o grande problema da regulação atual é o critério da remuneração: paga-se hoje por passageiro transportado. Isso produz um círculo vicioso no qual é vantajoso para os empresários manter os ônibus sempre lotados e, por vezes, descumprir viagens, a fim de que os veículos sempre transportem mais passageiros.

Na atual fórmula do cálculo da tarifa, divide-se o custo operacional pelo número de passageiros pagantes, excluídas as gratuidades e descontados os subsídios, quando existem. A tendência inflacionária nos custos – aumento no preço do diesel, salários dos funcionários, manutenção dos veículos etc. – pressiona, por consequência, a tarifa para cima, fazendo com que o governo municipal a reajuste recorrentemente acima da inflação. Como a renda da população que mais utiliza o transporte público não acompanha o ritmo de tais aumentos, menos passageiros conseguem fazer uso do sistema. Com menos passageiros para ratear o custo do transporte público, a tarifa sofre uma segunda onda de pressão de aumento – dessa vez, não pela elevação do numerador (custo) da fórmula de tarifa, mas pela diminuição do denominador (passageiros pagantes). Com a queda no número de passageiros no sistema público, as empresas de ônibus passam a ter déficits, e uma nova elevação tarifária é sancionada pela cláusula de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Instaura-se, assim, o ciclo vicioso da perda de qualidade no transporte público, cuja causa última se encontra na forma de regulação, favorecedora de lucros extraordinários para os empresários, sem a contrapartida de um serviço de qualidade.

Figura 1: Equação do financiamento do Transporte Público Urbano no Brasil.

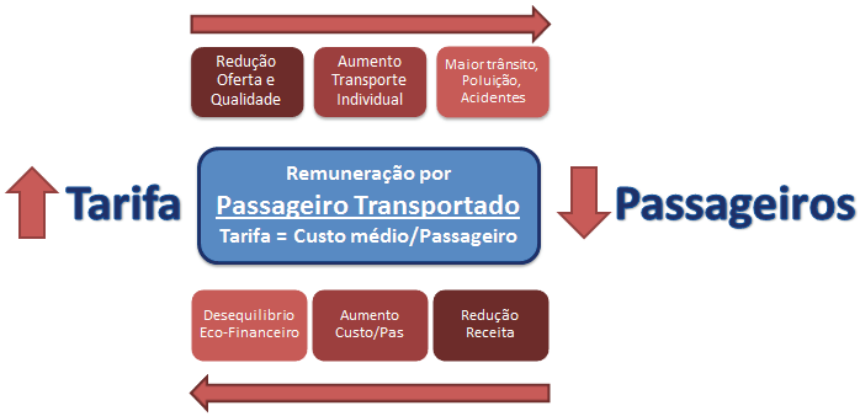
$$\uparrow Tar = \frac{C_{km}}{IPK_e} = \frac{\frac{CT}{Km}}{\frac{Pe}{Km}} = \frac{CT}{Pe} \updownarrow$$

Fonte: Carvalho e Pereira (2011)[3].

3 A Fórmula da Tarifa explica o caso da maior parte das cidades brasileiras. Para as cidades que têm subsídios, a fórmula é imprecisa, por não descontá-los do custo total.

Com uma tarifa cada vez mais elevada e sempre em vias de ser reajustada, ocorre a migração para o modal individual de deslocamento, o que aumenta o trânsito, reduz a eficiência do transporte coletivo e gera enormes externalidades negativas: maior poluição *per capita*, com consequências graves para a saúde e o meio ambiente; elevação da quantidade de mortes e de acidentes causados por carros e motos, que, além da perda humana em si, representam custos para o Sistema Único de Saúde (SUS) e para a previdência social; aceleração do processo de desgaste das vias, implicando maiores gastos com manutenção.

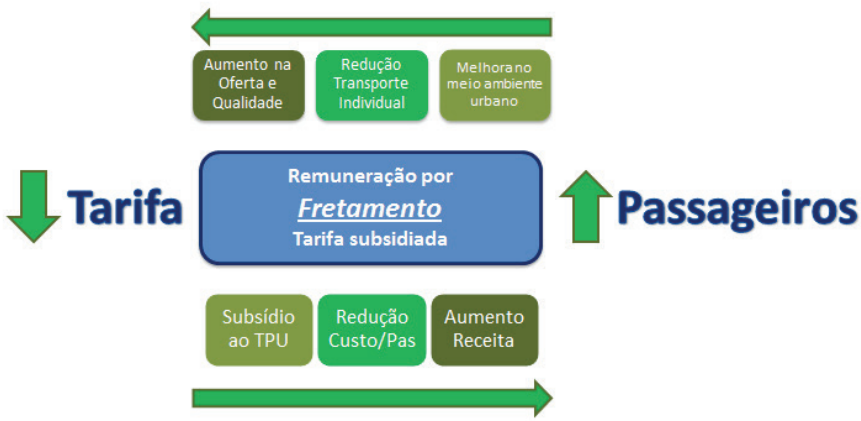
Figura 2: Ciclo vicioso da remuneração por passageiro transportado



Fonte: Ribeiro (2015).

Com maiores incentivos ao modal coletivo público, os custos sociais decorrentes do uso intensivo do modal individual seriam diluídos. Nesse processo, a mudança do modo de remunerar as empresas – no qual o custo é o principal parâmetro – assume um papel central na reversão do ciclo vicioso em um ciclo virtuoso, em que o transporte público será o mais utilizado. Tal transformação pode possibilitar a redução tanto do custo operacional por passageiro quanto, eventualmente, do valor da tarifa.

Figura 3: Ciclo virtuoso da regulação por *Fretamento*



Fonte: Ribeiro (2015).

Para compreender o argumento de Gregori, é essencial diferenciar remuneração e operador de custos. Atualmente, como o empresário do setor de ônibus público coletivo é remunerado de acordo com a quantidade de giros da roleta de ônibus, o passageiro é entendido como custo. A tese de Lúcio Gregori é a de que o passageiro não é custo, mas, sim, receita. Nesse sentido, ele defende que a remuneração das empresas deve ser calculada pelo custo real do serviço: custo fixo mais o custo variável, somado ao custo de oportunidade do capital do empresário. Gregori alcunha esse modelo de *Fretamento*: remunera-se o operador pela rota pré-definida, isto é, pela distância que deverá ser percorrida, e não pelo número de passageiros pagantes.

O pagamento aos empresários, por usa vez, deve responder a critérios de execução do serviço. Ou seja, o valor de repasse aos prestadores do serviço seria definido por seus custos, mas as condições de realização desse repasse dependeriam da qualidade da execução.

As reações provocadas pela proposta e os entraves que a ela se apresentaram foram também tratados na entrevista. Um documento para debate produzido pelo próprio PT trazia diversas visões sobre o tema e explicitava as resistências internas à sua implantação. Lúcio Gregori contou ainda alguns dos bastidores das negociações na Câmara Municipal de São Paulo com os vereadores da oposição, "sem propostas para melhorar a vida da população" e que "sempre defenderam um jeito de não prejudicar as empresas". Em seguida, ele relembrou algumas das empresas que atuavam na época, várias delas ainda na ativa, destacando o fato de que o *core-business* delas era ganhar a concorrência, ganhar a licitação, o que tornava a rede de contatos um ingrediente importante na sua atuação.

Até o Fórum Mundial de Porto Alegre, em 2004, a Tarifa Zero havia sido, segundo Lúcio Gregori, "enterrada". A partir de então, grupos de luta por transportes retomaram a proposta e acirraram a luta nas ruas.

***

As questões apresentadas por Lúcio Gregori têm motivado o renovado ativismo das ruas, que elegeu o direito à mobilidade urbana como tema central de suas lutas, assim como algumas tentativas de avanço nas políticas públicas e nas pesquisas universitárias. Trata-se de um tema complexo, cercado de paradoxos e conflitos, para o qual convergem várias áreas do conhecimento – um desafio para novos programas de ensino, pesquisas e extensão nas universidades brasileiras. Nele, estão entrelaçados aspectos relacionados às seguintes discussões: uso do solo e distribuição de atividades no território; economia política dos transportes e da logística de cargas; conflitos nas ruas e avenidas entre automóveis e transporte coletivo, com políticas públicas envolvendo investimentos, renúncias fiscais e subsídios; modelos de concessão e prestação do serviço; política tarifária (catraca) como limite ao atendimento universal; articulação entre modais de transporte e suas infraestruturas; qualidade do serviço, inclusão dos usuários e bom desenho dos equipamentos; impactos ambientais, com diferentes modelos energéticos e de emissão de gases; consequências para a economia urbana e para a saúde pública. Esses aspectos demonstram que o tema da mobilidade é decisivo para o futuro da urbanização. É mais do que necessário avançarmos o pensamento crítico e propositivo em nossas universidades, de forma a influenciar e orientar políticas públicas de mobilidade urbana no Brasil atual.

Por fim, a pedido de Lúcio Gregori, destacamos esta ressalva: "o relato a seguir tem muitas considerações feitas a partir da memória, ou seja, trata-se de um relato de memória dos acontecimentos. Outras pessoas que participaram das mesmas experiências poderão ter outras memórias, tão respeitáveis quanto a minha".

ENTREVISTA

Como foi sua experiência à frente da Secretaria de Transportes na gestão da Luiza Erundina? Como o senhor foi escolhido para o cargo?

Lúcio Gregori (LG): Eu me tornei secretário de Transportes por circunstância: era, na verdade, secretário dos Serviços e Obras, tomava conta do destino final do lixo, dos serviços funerários, dos parques e jardins... Secretaria curiosa aquela. Por conta de um problema no setor dos transportes, em que o secretário nomeado teria agido em desacordo com a prefeita, ela [Luiza Erundina] resolve afastá-lo, e se abre uma baita crise.

Crise, em primeiro lugar, porque o transporte fora o carro-chefe da campanha de Erundina. A grande plataforma era estatizá-lo e fazer uma tarifa acessível. Na verdade, passados quase dois anos de governo, a situação estava praticamente tão caótica, ou mais, do que no começo: todos os contratos estavam vencidos desde os tempos de Jânio Quadros. As posturas e teses do PT a respeito do transporte poderiam ser muito bem-intencionadas, mas outra coisa é quando se chega ao governo e tem que fazer acontecer. No trânsito, a CET [Companhia de Engenharia de Tráfego] também não estava muito bem.

Outro ponto é que a Secretaria dos Transportes era, ao mesmo tempo, muito e pouco ambicionada. Era ambicionada por quem queria aparecer, pois o secretário de Transportes era o sujeito mais entrevistado pela mídia (eu pude comprovar isso). Era uma forma de mostrar o quanto as coisas não iam bem; então, sempre nos chamavam. Com um problema adicional: muita gente que ambicionava esse cargo buscava, principalmente, fazer carreira política, para aparecer – naquela linha getulista do "falem mal, mas falem de mim".

O lado pouco desejado é que o mesmo sujeito que toda hora tinha o microfone na boca, o secretário de Transportes, era quem menos mandava na secretaria. O presidente da CET, rigorosamente, não dava muita bola, e o da CMTC [Companhia Municipal de Transportes Coletivos], idem. Vejam como hoje o Jilmar Tatto é presidente da SPTrans, da CET, e é secretário de Transportes. Eles aprenderam a lição.

Isso é tão verdade que levei à Erundina uma carta na qual sugeria extinguir a secretaria, pois eu parecia uma "rainha da Inglaterra" [...] só servia para atrapalhar o governo. Mas isso não era possível, porque existem funções de Estado que só podem ser exercidas por pessoas de carreira na prefeitura, vinculadas à secretaria, e não a empresas.

Eu continuei secretário, nessa crise, como "interino". Fui chamado às 11 horas da noite para ir à prefeitura. Estavam lá a Erundina, o Chico Whitaker [líder do governo], o homem do Fórum Social Mundial, e o José Eduardo Cardozo, hoje ministro da Justiça. Aceitei o convite nessa condição de quebrar o galho enquanto não se encontrava uma solução definitiva, tanto que acumulei as duas secretarias até o final de 1991.

O presidente da CMTC, nomeado antes de mim, era Paulo Sandroni, economista extremamente preparado e uma pessoa que, como outros no governo, estava lá para fazer a coisa dar certo. Não estava nem aí se era dono do pedaço, se ia aparecer muito. O que ele queria é que a coisa desse certo. Eu me incluía nessa turma.

Como surgiu a ideia da Tarifa Zero?

LG: Como encarregado dos Transportes por ônibus em São Paulo, pensei: "a tarifa é um sufoco! Se já é sufoco para qualquer dirigente, com uma inflação de 80% ao mês e reajustes de tarifa frequentes, então, era um negócio descabido". Tinha que reajustar a toda hora, e a cada vez era um grande desgaste.

Ao examinar a situação, descobri que para arrecadar a tarifa gastava-se, na época, entre 25 e 28% da arrecadação. Aliás, conta que pouco se faz até hoje. Pensei: "Que coisa estúpida!" Assim, meu raciocínio foi pela linha da racionalidade, da engenharia, e, claro, com um fundo político que eu não contava para todo mundo.

Gastar 25% da arrecadação para arrecadar não tem lógica. Não sei quanto é hoje, deve ser menos. Juntando A com B, pensei numa proposta, radicalizando. Como havia sido secretário que cuidava do lixo, também me passou pela cabeça que o lixo não é pago no ato da utilização. Para mim, era, então, uma coisa muito óbvia... e claro que isso propiciava uma forma de redistribuir impostos e renda.

Foi aí que tive a ideia, e a levei ao secretariado, ao Paulo Sandroni, que considerou a proposta interessante e precipitou uma conversa com a prefeita. Veja os detalhes no livro do Paul Singer, *Um governo de esquerda para todos* [SINGER, 1996]. A Erundina gostou e juntou duas coisas, uma das quais não veio a se concretizar. Em primeiro lugar, ela vislumbrou a radicalidade da proposta de redistribuição de renda e de uma política tributária realmente progressiva. Em segundo, vislumbrou a possibilidade de [os] movimentos populares pressionarem a Câmara Municipal e exigirem a Tarifa Zero. Essa segunda parte não aconteceu. Ou melhor, ocorreu de maneira até mais radical em 2013.

Assim nascia o projeto de Tarifa Zero. Uma série de estudos foram feitos, mas não aconteceu na prática. Não aconteceu por duas razões. A primeira delas é que realmente a Câmara Municipal responde aos interesses de certa faixa da população, quem os coloca lá, a maioria através de recursos financeiros.

Explico a segunda razão: a gente previa começar a Tarifa Zero em seis meses, em julho de 1991. Se isso ocorresse nessa época, a probabilidade maior seria que a Erundina virasse a rainha da cidade brasileira. Um delírio total! Tentariam atrapalhar, mas, se tivéssemos conseguido implantar 4.500 ônibus na cidade à tarifa zero, com reforma tributária... pela madrugada! É claro que eles não iriam "botar essa azeitona na empada" da Luiza, aliás, ninguém iria pôr, nem o PT quis pôr. A proposta foi violentamente combatida internamente, em alguns casos quase que radicalmente. A proposta não chegou a ser votada na câmara, no final.

No limite, os que embarcaram no projeto para valer – porque a Erundina pediu que fossem aos bairros no período de discussão – foram a Marilena Chauí e o [Paul] Singer. Fizeram campanha, discutiram, enfrentaram a população e os debates etc. O Gabriel Bolaffi foi a favor, radicalmente a favor; o conheci como diretor da Empresa de Planejamento da Grande São Paulo [Emplasa] um pouco depois de 1970. Foi um grande entusiasta.

O projeto da Tarifa Zero com resistências até dentro do PT... polêmico, não?

LG: O projeto tinha essa característica: alguns aderiam para valer e outros eram radicalmente contra. O documento "Debates: Projeto Tarifa Zero", feito pelo PT de São Paulo, é imperdível. Essa publicação do Diretório Municipal de então, presidido pelo hoje presidente do PT, Rui Falcão, tem frases antológicas. Vale a pena como documento histórico.

Por exemplo, a turma d'*O Trabalho*, que era um grupo mais radical, era a favor. Já o Carlos Zarattini, depois secretário, escreveu um texto cheio de questionamentos:

> Abolir a cobrança é um caminho acertado? Outro assunto pouco discutido em nosso meio é a abolição da relação mercantil que se materializa na tarifa. Será esse um caminho que educa as massas ou as deseduca? Será que no socialismo[,] no futuro[,] as mercadorias devem ser 'grátis' aos olhos da massa? Por que será que nos países do socialismo real 'as tarifas também eram cobradas'? Por outro lado, parece equivocado afirmar que a educação e a saúde pública têm tarifa zero, não sofrem vandalismo. Qualquer um que conhece as escolas e hospitais percebe o alto grau de degradação e abandono.

[*Nesse momento Lúcio interrompe a leitura e nos pergunta, incrédulo*]: Isso não é vandalismo, não é? É degradação e abandono. [*Lúcio retoma a leitura*].

> Não será isso uma forma de vandalismo dos próprios funcionários, abandonados pelos governantes? (DIRETÓRIO MUNICIPAL PT/SP, 1990).

O ex-secretário de Transportes de Campinas, na administração do Jacob Bittar, Laurindo Junqueira Filho, demoliu a proposta; disse que era tecnocrática, ou seja, exatamente o oposto do que era:

> Os trabalhadores brasileiros têm razões de sobra para ter medo dos tecnocratas, mas não podem confundir esses últimos com os técnicos. Além disso, para nós do corpo técnico do próprio PT, nos parece temerário defender a Tarifa Zero. Ter que voltar atrás diante de um indesejável insucesso será muito doloroso pelas expectativas criadas na população. E o caminho que os técnicos de todo o mundo vêm recomendando para rebaixar os custos generalizados do transporte não passa pela adoção generalizada de ônibus diesel, mas sim pela utilização de veículos maiores em corredores preferenciais, pela construção de ônibus e bondes modernos e metrôs mais baratos, além de estimular o não-transporte: localizar emprego próximo à residência, privilegiar o pedestre e multiplicar os centros de compra. Que esse 'barato' não saia caro e que a Tarifa Zero não venha a ser o transporte zero.

Outra boa frase recente é a do diretor de Planejamento Financeiro da SPTrans, que se dizia contra a Tarifa Zero porque ela tiraria a eficácia do sistema. Hoje as pessoas andam a pé. Sendo gratuito, as pessoas utilizariam o ônibus para descer um ou dois pontos adiante. Não entendi muito bem a proposição, mas meu amigo José Jairo me explicou: "contribui para a obesidade da população". Conclusão: a tarifa alta é quase uma academia.

Até o Lula, quando perguntado sobre o Tarifa Zero, disse algo como: "Não, eu acho que o trabalhador não precisa ter ônibus de graça; o trabalhador precisa ganhar o suficiente para ter um transporte de boa qualidade". Eu juro para vocês que, depois que ouvi essa frase do Lula, eu nunca mais consegui levá-lo muito a sério. Essa frase condensa tudo: tem que ganhar bastante para ter um automóvel. No fundo, é isto que está por trás: o consumo.

E os empresários dos ônibus, como viam a Tarifa Zero?

LG: Os empresários foram contra. Eram contra, mas, "desde que paguem a gente", não haveria problema. Mas não eram a favor.

Mesmo não tendo sido votada, como foi o posicionamento dos vereadores em relação ao projeto da Tarifa Zero?

LG: Por não ter sido aprovada, a Câmara ficou associada ao problema dos transportes. Essa é uma leitura muito apropriada que o Chico Whitaker fez como líder do governo. Estava ruim, vocês não podem imaginar; havia gente andando na capota do ônibus, uma coisa dantesca. Assim, a Câmara ficou "sócia". A gente mandou uma proposta e vocês não votaram, não deram bola, como é que é?

Então, constituiu-se uma comissão de vereadores de oposição – o Chico Whitaker na articulação, e eu como secretário de Transportes. Começamos uma série de reuniões para elaborar uma nova lei, já que as concessões estavam vencidas. Desse trabalho, nasceu a Lei da Municipalização [Lei n.º 11.037, de 25 de julho de 1991].

Essa lei foi discutida, artigo por artigo, nas reuniões realizadas, quase sempre, na secretaria, vez ou outra na Câmara, só com vereadores da oposição: Andrade Figueira (PFL), Antônio Carlos Caruso (PMDB), Paulo Kobayashi (PSDB), Antônio Sampaio (PDS) e mais um que me falta o nome. Esses cinco, eu e o Chico discutimos muito.

Foi uma situação muito curiosa, uma discussão sem disfarces. Posso testemunhar a vocês que eles praticamente só defenderam os interesses das empresas... só, só, só! Não teve uma proposta desse grupo de vereadores, que eu me lembre, que fosse para melhorar a vida da população. Sempre defenderam um jeito de não prejudicar as empresas. A gente fez várias concessões para ter a lei aprovada, e ela saiu. Em algumas reuniões, chamamos os empresários. Nas reuniões, em geral, ia o representante da TransUrb (nome do então Sindicato dos Empresários de Ônibus), o dono da Viação Tupi, Sergio Pavani, e o assessor técnico do sindicato deles, irmão do [Gilberto] Kassab, Pedro Kassab, engenheiro pela Poli [Escola Politécnica da USP] e consultor técnico da TransUrb. Aliás, um sujeito muito bem preparado.

Os vereadores também, sempre que possível, defendiam os interesses dos empresários. Por exemplo: "a gente vai remunerar o custo por quilômetro, assim ou assado, e vai pagar nove dias depois de apurado o valor". Respondiam algo como: "Ah, Lúcio! Assim não dá! Vamos diminuir esse prazo para cinco dias".

Qual sua relação com o Movimento Passe Livre (MPL)? Sem dúvida, a discussão sobre a Tarifa Zero e a mobilidade urbana se elevou a outros patamares com a atuação desse grupo.

LG: Conheci o MPL através do André Takahaski, que não é mais do MPL. Ele me convidou para falar em um encontro no Sindicato dos Jornalistas no dia 15 de outubro de 2005. Estava eu e o Csaba Deák. O Csaba discutiu o uso de solo na metrópole e eu falei sobre transporte. E eu disse que a proposta do MPL era reacionária; era ruim, porque a gratuidade para estudante se fazia seguramente com subsídio cruzado. Desse modo, além de tudo, você deixa com raiva o sujeito que paga, pois ele sabe que, indiretamente, está pagando um pouquinho a mais para ser de graça para o estudante. Eles discutiram mais, e acabaram adotando a Tarifa Zero. Primeiro, adotaram o nome Passe Livre Universal em 2007-2008. O nome não prosperou, e aí adotaram Tarifa Zero.

Então, conheço várias pessoas do MPL, mas é uma relação de colaboração e amizade.

Como você planejava financiar o projeto da Tarifa Zero na época?

LG: Quanto ao financiamento nos tempos Erundina, buscou-se utilizar o IPTU. A proposta original de uma taxa geral do serviço, a taxa-transporte, mostrou-se inconstitucional. Pensávamos em uma taxa proporcional ao número de empregados das empresas, quase igual à *Taux-du-Versement* francesa. A da França é melhor porque não é proporcional ao número de empregados, mas ao faturamento da empresa. Melhor ainda. Mas isso era inconstitucional, ou melhor, depois da Constituição de 1988 os municípios só podem criar novos impostos e taxas, mediante aprovação do Congresso Nacional.

Quando a procuradora-geral da prefeitura deu o parecer, dizendo que não seria possível a taxa-transporte, teria que passar por autorização do Congresso Federal, eu entrei em prostração profunda porque concluí que não daria mais para fazer. O Mauro Zilbovicius estava na mesma sala que eu, e disse: "Então façamos pelo IPTU". Pensei, "puxa, é mesmo!" Falei com a Erundina: "Vamos fazer via IPTU. Vale?" – "Vale! Pode fazer".

Amir Khair fez uma primeira proposta, mudou um pouco mais, e chegou-se à proposta enviada. Então, o IPTU surgiu como quebra-galho, mas não foi aprovado. Na verdade, a câmara não votou, simplesmente não votou. Foi feita a aprovação do orçamento, sem incluir qualquer mudança no IPTU. No outro ano, 1992, é que a prefeitura fez uma nova reforma tributária, mas de outro caráter, muito menos radical que a Tarifa Zero, mas aí um tribunal rejeitou. Essa a Câmara tinha aprovado.

Vale lembrar que a pesquisa realizada pelo Instituto Toledo e Associados no final de 1990 indicou que 76% dos entrevistados eram favoráveis à reforma tributária e quase 68% queriam que a Câmara aprovasse a Tarifa Zero, com base nessa reforma tributária.

O MPL defendeu o IPTU como a forma mais progressiva de se financiar o transporte público. Como você enxerga essa proposta?

LG: O IPTU foi uma solução datada. Não é boa, não é robusta. Uma coisa desse tipo tem que ter robustez, para usar o termo clássico. Numa crise como a atual, ninguém tem condição de fazer reajuste do IPTU direito. Além disso, o aumento do IPTU não paga um sistema de transporte com qualidade. Hoje, um aumento de 10% no IPTU talvez pague apenas o subsídio de um ano. É uma circunstância da estrutura tributária e da sua divisão entre os entes federados, na qual, para elevar a arrecadação, os municípios têm autonomia para aumentar o IPTU.

Na época o IPTU era mais significativo. Hoje o ISS [Imposto Sobre Serviços] já o ultrapassou. Isso revela que, na estrutura tributária nacional, o município ficou com o "mico": tributo pequeno e direto do bolso do contribuinte.

E a municipalização da Cide [Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico] sobre combustíveis?

LG: Eu tenho algumas considerações a fazer quanto à proposta do Haddad de municipalização da Cide. A ideia de mudança no imposto sobre combustível e redistribuição desses impostos no Brasil, que hoje é muito da União, é razoavelmente

boa. A Cide, no entanto, é um caso particular; é uma contribuição de intervenção no domínio econômico e, nesse sentido, é uma coisa "meia-boca". Não é institucional. Contar com imposto sobre combustível para financiar tarifa me parece uma coisa razoavelmente interessante. Tem estudo desde 2002 da Fundação João Pinheiro sobre política tributária sobre combustíveis para financiar os transportes coletivos.

Por que eu digo que imposto sobre combustível é razoavelmente interessante? Ele é indiretamente progressivo. Ele, em si, não é progressivo: paga igualmente o dono do SUV [Veículo Utilitário Esportivo] e o dono do carro 1.0. O preço de imposto de gasolina é o mesmo. É um problema. Mas ele pode ser indiretamente progressivo, como menciona o estudo do Samuel Pessôa, da FGV [Fundação Getúlio Vargas], encomendado pelo Haddad junto com a União dos Usineiros de Açúcar e Álcool.

Como o "transporte coletivo" entra no cálculo da inflação, na medida em que ele é financiado pelo combustível, o índice de inflação cai. Acaba sendo uma vantagem para os de menor renda. É uma distribuição de renda por via transversa; o imposto em si não é progressivo. Mas é uma hipótese. Você desestimula o transporte individual, mas desestimula igualmente o dono do SUV e o dono do 1.0. Pesa muito mais para população de menor renda. Não é uma medida rigorosamente progressiva.

Outra forma é o IPVA [Imposto Sobre Propriedade de Veículo Automotor]. Aí já inclui o valor do automóvel. Reajustar o imposto sobre a propriedade de carros e incluir o IPVA sobre jatinho, helicóptero, iate. Mas, por uma decisão do Gilmar Mendes, que eu saiba, fez-se uma interpretação de que veículo automotor é somente automóvel. Veja você, jatinho não é veículo automotor! Pode ser que pague imposto ou taxa por uso de aeroporto ou hangar, por exemplo, mas não por propriedade, tipo IPVA. Seria uma forma de alavancar recursos para transporte coletivo. Se se pensa em imposto sobre grande fortuna...

Também se discute no Legislativo a possibilidade de desoneração fiscal das empresas de ônibus, o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros [Reitup]. Parece uma boa saída?

LG: Para mim, o Reitup é o tal negócio "meia-boca". Eu vivo falando isso, e me tomam por antipático. Não sou contra isenção de impostos sobre insumos de serviços públicos, mas tem que ser racional. Se você isenta de imposto um determinado setor da economia, a arrecadação do Estado, genericamente falando, diminui. Se não tiver a contrapartida de aumentar a arrecadação do outro, você tem menos recurso. O Reitup é um caso típico. Você isenta do ISS, isenta do imposto sobre combustível, de PIS/Cofins e outras isenções. A tarifa pode diminuir um pouco, não diminui muito. Há discussões quanto a isso. Mas eu complemento: se, por outro lado, não aumentar o imposto de renda do empresário de ônibus por exemplo, você perdeu dinheiro na história. E o Estado já não tem dinheiro suficiente. Veja que curioso, o Estado brasileiro não tem dinheiro suficiente para bancar um Fundo de Financiamento de Tarifa; então, ele isenta de imposto, ou seja, vai ter menos dinheiro ainda. Não faz sentido. Sou a favor do Reitup, desde que se aumente a alíquota de Imposto de Renda (IR) de 27,5 para 52% para quem ganhar acima de "*x*" mil reais por mês. Como é nos EUA, no Canadá. Meu filho, no Canadá, paga 43% de IR. Aqui ele pagaria 27,5%.

Então é complicado. Não temos muitas alternativas. A margem é estreita. Aliás, o Paulo Arantes falou isso numa entrevista ao Estadão. No limite, Tarifa Zero é reforma tributária. É o nome complicado de dizer reforma tributária. Ou melhor,

ao contrário, é uma forma bem palpável de dizer o que é reforma tributária. A estrutura tributária brasileira ainda é a de 1967. Mantemos a estrutura tributária até hoje, inclusive ICMS [Imposto Sobre Circulação de Mercadorias], que é um imposto louco, imposto maluco. E, pela guerra tributária, não se vai dar jeito nisso tão cedo.

O Paul Singer defende a desmercantilização. Se você assume tal necessidade e passa a tratar o transporte como direito, algum tributo vai ter que vir. O SUS é assim. A segurança pública também é. A bala de borracha que você recebe na cara é gratuita! Não paga nada por ela. Está embutida no conjunto de impostos. A manutenção das vias é de graça. Sinalização horizontal, vertical, semáforo, pavimentação, tapa-buraco, tudo incluído na tributação geral. Por que o transporte público não pode sê-lo?

Você defende que um transporte público orientado para o cidadão deva ser regulado pela modalidade de *fretamento*. Como você acredita que os empresários devem ser pagos?

LG: O Paulo Sandroni defendeu recentemente uma remuneração que seja composta 70% pelo quilômetro rodado, 20% pelo passageiro transportado e 10% pela qualidade. Eu gosto dessa proposta. Entretanto, é preciso distinguir; não sei exatamente a terminologia correta, mas uma coisa é "cálculo de custo", outra é "forma de pagamento" – são coisas diferentes. O primeiro, para mim, não tem nada a ver; os tais 70%, 20% e 10% [são] cálculo operacional. É capital fixo, mais capital variável e remuneração do capital. Ponto. Agora, forma de pagamento é outra coisa.

O Sandroni fala de forma de remuneração, mas forma de pagamento talvez seja melhor. Na municipalização, se você cumprisse a quilometragem, receberia 80%, e se transportasse os passageiros previstos, completaria os 20%. Ele sugere uma coisa que eu concordo: se você cumprir o trajeto, recebe 70%; se transportar os passageiros programados, recebe os outros 20%; se cumprir todos os índices operacionais obrigatórios – por exemplo, partidas realizadas, baixo índice de quebras, não ter multa por não cumprimento de alguma especificação de contrato prevista –, recebe. Se não cumpriu, não recebe os 10%. Castigo! Se ele faz dois meses assim, só recebe 90% do devido... e aí vai à falência.

Estamos esperando uma nova licitação atualmente, e gosto do negócio da garagem, de adquirir todas as garagens para o município, de modo que não sejam de um empresário específico. A garagem é um fator estratégico na concorrência. Quem tem uma garagem — e tem que ter, por ser exigência para entrar na disputa licitatória — tem vantagem relativa em relação a quem não tem. Comprar um terreno na cidade de São Paulo para fazer uma garagem em qualquer lugar é caro, é complicado. Então, se a prefeitura faz a desapropriação das garagens, isso deixa de ser uma vantagem para empresas que já operam. Acho uma boa medida.

No entanto, é bom registrar, o edital de concorrência de São Paulo tem prazo de contrato por 20 anos renováveis por mais 20 – é absurdo!

Desde a sua época à frente da Secretaria, houve mudanças significativas nos empresários que comandam o mercado?

LG: Os mesmos empresários concessionários de hoje já estão desde aquela época. Houve algumas variações. Ruas Vaz, Nenê Constantino, o da empresa Para Todos, a Viação Tupi, que opera próxima ao aeroporto de Congonhas, Zona Sul, o Belarmino Marta, que atua em Campinas/SP. Estão todos desde a época em que fui secretário

de Transportes. Depois, entrou o Baltazar. Mas eles eram mais ou menos os mesmos. Recentemente, apareceram outros, que são os antigos perueiros. Vocês devem ter visto matérias de dois ou três antigos perueiros que hoje são milionários de ônibus.

O José Ruas Vaz, por exemplo, eu conheci. A história dele é curiosa. Ele tinha uma padaria na periferia de São Paulo. Ele observou que certo número de pessoas entrava e saía da padaria dele. No outro quarteirão, havia um ponto de ônibus sempre cheio de gente. Tonto que ele não é, Ruas foi na CMTC da época e pediu para mudarem o ponto para frente da padaria. A padaria dele deu uma alavancada. Ainda, ele sabia de um terreno muito longe, e o comprou para revender. Um dos elementos de venda era puxar a linha de ônibus até lá. Assim, foi lá na empresa de ônibus e deu um jeitinho de dar uma esticada na linha para atender aquele loteamento. Assim, valorizava o terreno. Daí pensou: "Por que não fazer minha própria empresa de ônibus?".

O transporte público coletivo municipal por ônibus tem-se caracterizado por ser um setor em que há a predominância do chamado capital mercantil, com pouca inovação e predomínio de uma lógica rentista e patrimonialista. Qual a sua visão sobre isso?

LG: É a cultura de cada homem de negócio. O homem de negócio da Apple, por exemplo, tem uma cultura de inovação, revolucionária, novos padrões etc. Faz parte do *business* dele. Na outra extremidade, o empresário de ônibus é o oposto. É o cara que não inventa problema: "Eu compro meu ônibus. Alugo para você, e não me encha a paciência. O máximo que eu faço é limpá-lo, fazer manutenção e pronto". O empresário de ônibus é mais do estilo cartório. Como caracteriza Hélio Jaguaribe: "passa de pai para filho". Veja a Gatti, na Zona Oeste de São Paulo. Os irmãos Gatti operam mais ou menos desde 1910. Mais de 100 anos que operam na Zona Oeste. Isso já passou de pai para filho, tio para sobrinho... quando vem a concorrência, ele já sabe direitinho como é que vai ser, como é que não vai ser. Pode ter certeza de que o Gatti não vai perder uma concorrência para a Zona Oeste de São Paulo. O *core-business* dele está em como ganhar a concorrência, como ganhar a licitação.

E a prevalência desse "estilo cartório" de empresas tem a ver com financiamento de campanha?

LG: Relacionar isso ao financiamento de campanha não é simples. Campanha tendo serviço público financiando é mais complicado. É permitido financiamento de campanha de empreiteiras, mas de concessionárias de serviço público é proibido, até onde eu sei. Então, as empresas de ônibus, em tese, não podem fazer contribuição para campanha eleitoral. Fazer caixa dois é outra coisa.

É uma questão pessoal, de contatos. Você pode imaginar que a turma do Ruas, do Gatti, que estão aí há 100 anos, deve conhecer o nome do limpador de vaso sanitário da SPTrans. Eles conhecem. Fazem isso aí há muito tempo.

Quanto influencia na gestão o número de empresários concessionários? Há um número ideal de empresas prestadoras do serviço? Hoje são 12…

LG: Refletindo sobre a opção de *fretamento*, chega-se à conclusão de que pode ser até um só empresário para todo o sistema. Não faria diferença. A questão não é quem presta o serviço, mas como se regula. Talvez até não mude muito, em termos

técnicos, o setor ser mais ou menos concentrado, pensando pela oferta do serviço. Mas, do ponto de vista político, se há apenas um concessionário, com sua enorme estrutura física e operacional instalada em São Paulo, ele não pode levar os ônibus e garagens para outro lugar. Se ele perde a licitação, ele fica sem nada. Isso cria uma dinâmica complicada.

São jogos do sistema capitalista. Temos vários jogos possíveis. Fugir disso é sempre um risco para a prefeitura. Como o Barata [dono de empresas] no Rio de Janeiro: "Ah! Você não quer me contratar? O.k., não brinco mais". Aí o secretário de Transportes fica na mão, porque ninguém entra. Ninguém entra rápido e ninguém quer sair por nada. Existem também outros setores que dependem de licitações, claro, como os serviços tecnológicos. Mas, se perdem a licitação, têm outros negócios para trabalhar. No caso do ônibus urbano, não. É um mercado relativamente limitado, embora muito grande. Se não entram na licitação das prefeituras... é um problema.

Uma possibilidade seria só contratar empresas com, no máximo, cinquenta ônibus. Ora, a prefeitura iria fazer uma concorrência para muitas empresas, e o administrador iria ficar "louco de pedra". Com cinquenta ônibus, seriam trezentas empresas para gerenciar. Ficaria "louquinho da silva".

Então, esse é um jogo que, de um lado, a questão econômica gerencial pesa, e, de outro, a questão ética, moral, também pesa.

Qual a sua visão sobre a proposta da criação de empresas estatais? Não resolveria esse problema?

LG: Então, a estatização tem o mesmo risco da grande empresa, só que com sinal trocado. São jogos de gerenciamento de sistemas em que se buscam soluções médias.

Tanto a concessão quanto a estatização têm problemas de racionalidade. É complicado. Você pode ter radicalidades opostas. Já ouvi propostas do tipo "a prefeitura é dona dos ônibus e os outros simplesmente operam". Você sairia de um problema e embarcaria em outro. Deixa de ter o grande concorrente, mas, em compensação, a Prefeitura de São Paulo teria que desembolsar 7 bilhões de reais para comprar ônibus. "Baita gelada" para ela, "empatar" essa montanha de dinheiro em ônibus. São jogos...

Porto Alegre tem uma empresa que existe até hoje, e é estatal: a Carris. Ela tem uma tradição razoavelmente boa em Porto Alegre, diferentemente da CMTC em São Paulo. Cá entre nós, eu nunca embarquei muito na teoria da estatização do transporte. Explico por quê. Não que eu seja contra, mas também não é o único jeito. Dentro do sistema econômico que vivemos, a estatal tem vantagens e tem riscos. Está aí a Petrobrás, que não me deixa mentir, está aí a CMTC, que não me deixa mentir, estão aí exemplos variados. A Petrobrás era o exemplo melhor de como uma estatal poderia ser exemplar, tecnologicamente avançada, economicamente consistente etc. Agora "melou" tudo. Vai ter de reconstruir a imagem.

Como tem empresa estatal no transporte urbano em Porto Alegre, muitos utilizam o argumento de que, tendo parte do serviço estatal, você teria controle maior sobre [os] custos. A estatal serviria como parâmetro para as outras. Mas essa tese é "furada". Hoje, para conhecer os custos de transporte, não [é necessário], de forma alguma, ter uma empresa de ônibus. Isso é mais do que "manjado". Não tem mistério, sobretudo se fizer o *fretamento*. Para calcular o custo operacional de um veículo por

quilômetro, não tem mágica nenhuma, absolutamente nenhuma. Todos os índices: quanto pneu gasta, pastilha de freio, combustível por quilômetro, custo de mão de obra... a famosa planilha de custos. É um negócio completamente simples, qualquer aluno, sem nenhum demérito, da Escola Politécnica da USP ou da Economia faz isso com os "pés nas costas", e chega à conclusão de que o quilômetro rodado custa tanto.

A questão de Porto Alegre é que há uma história lá. É um espaço que formou profissionais etc. Mas não vejo [...] como [uma necessidade] o Estado ter propriedade dos veículos. Isso eu chamo estatização. A estatização do tipo "ser dono do serviço e fazer operar de acordo com regras/parâmetros orientados pelo Estado e população" é uma coisa. Agora, ser proprietário do veículo, isso não se justifica. Não sou contra estatizar, mas não vejo como "a" solução, realmente, sobretudo depois da experiência que tivemos com o *fretamento*.

Estatal, então, de jeito nenhum?

LG: Olha, uma alternativa de estatal que tenho pensado é o *leasing* dos ônibus, e que se contrata os funcionários etc. Tal como boa parte das empresas de aviação que fazem *leasing* dos aviões. Ou seja, você muda o eixo do setor empresarial com o qual o Estado vai lidar. Agora, a estatal assim constituída teria de ter formas de controle social que impedissem o que aconteceu, por exemplo, com a Petrobrás. Pelo menos se sai desse tipo de contrato proposto de vinte mais vinte anos, como no edital divulgado pela Prefeitura de São Paulo.

Após a sua experiência frente à Secretaria de Transportes, a Tarifa Zero ficou enterrada?

LG: Sim, enterradíssima... até 2005, no encontro com o MPL que falei antes. Isso foi uma prova de que tudo pode acontecer nesta vida.

Mariana Fix:
marianafix@gmail.com

Giovani Espíndola Ribeiro:
giovanieribeiro@gmail.com

André Doca Prado:
doca.an@gmail.com

Entrevista recebida em 13 de setembro de 2015 e aprovada para publicação em 13 de dezembro de 2015.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, C. H. de; PEREIRA, R. H. M. Efeitos da variação da tarifa e da renda da população sobre a demanda de transporte público coletivo urbano no Brasil. *Texto para Discussão,* Brasília, n. 1595, mar. 2011.

_____. Gastos das famílias brasileiras com transporte urbano público e privado no Brasil: uma análise da POF 2003 e 2009. *Texto para Discussão,* Brasília, n. 1803, dez. 2012.

CARVALHO, C. H. R. et al. Tarifação e financiamento do transporte público urbano. Brasília: IPEA, jul. 2013. (Nota Técnica, 2).

DIAS, J. L. S. Por uma nova política de mobilidade urbana. *Teoria e Debate*, São Paulo, n. 93, out. 2011.

DIRETÓRIO MUNICIPAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES DE SÃO PAULO. *Tribuna de Debates*: Debate sobre o projeto Tarifa Zero. São Paulo: Diretório Municipal PT/SP, nov. 1990.

ERNST & YOUNG. *Verificação Independente dos Contratos de Concessão e Permissão do Sistema de Transporte Público por Ônibus de São Paulo*. São Paulo: Ernst & Young, 2014. Disponível em: <http://www.sptrans.com.br/verifica/wp-content/uploads/2014/12/Sumario-Executivo-Resultados-da-Verificacao-Independente.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2016.

GUIMARÃES, D. Os dominantes não querem que os subalternos sejam iguais. Entrevista

com Lúcio Gregori. *TarifaZero.org*. São Paulo: 4 nov. 2009. Disponível em: <http://tarifazero.org/2009/11/04/os-dominantes-nao-querem-que-os-subalternos-sejam-iguais-entrevista-com-lucio-gregori/>. Acesso em: 18 jan. 2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. Ricos e pobres perdem cada vez mais tempo no trânsito. *Portal IPEA*, Brasília, 12 mar. 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=17212>. Acesso em: 20 jul. 2015.

LEGUME, Lucas. Mobilidade Urbana como um problema. *TarifaZero.org*. São Paulo: 21 jan. 2015. Disponível em: <http://tarifazero.org/2015/01/21/mobilidade-urbana-como-um-problema/>. Acesso em: 11 set. 2015.21

RIBEIRO, G. E. *Transporte público como direito social*: regulação e financiamento do transporte por ônibus municipal em São Paulo de 1988 a 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015. Disponível em: <https://issuu.com/giovaniespindolaribeiro/docs/monografia_final_revisada_-_giovani>. Acesso em: 30 nov. 2015.

SANDRONI, P. Tarifa Zero. *Estadão*, São Paulo, 19 jan. 2015. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/blogs/paulo-sandroni/tarifa-zero/>. Acesso em: 27 jul. 2015.

SÃO PAULO. Prefeitura. *Evolução da Política Tarifária e da Remuneração dos Operadores*. São Paulo: Secretaria de Transportes, 2015.

SINGER, P. *Um governo de esquerda para todos*: Luiza Erundina na Prefeitura de São Paulo (1989-1992). São Paulo: Brasiliense, 1996.

TARIFAZERO.ORG. O que é Tarifa Zero? *TarifaZero.org*. São Paulo: 2007. Disponível em: <http://tarifazero.org/tarifazero/>. Acesso em: 11 set. 2015

VOITCH, G. São Paulo tem média de 1,4 ocupante por carro. *O Globo*, Rio de Janeiro, 22 set. 2011. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/sao-paulo-tem-media-de-14-ocupante-por-carro-2695421>. Acesso em: 27 jul. 2015.

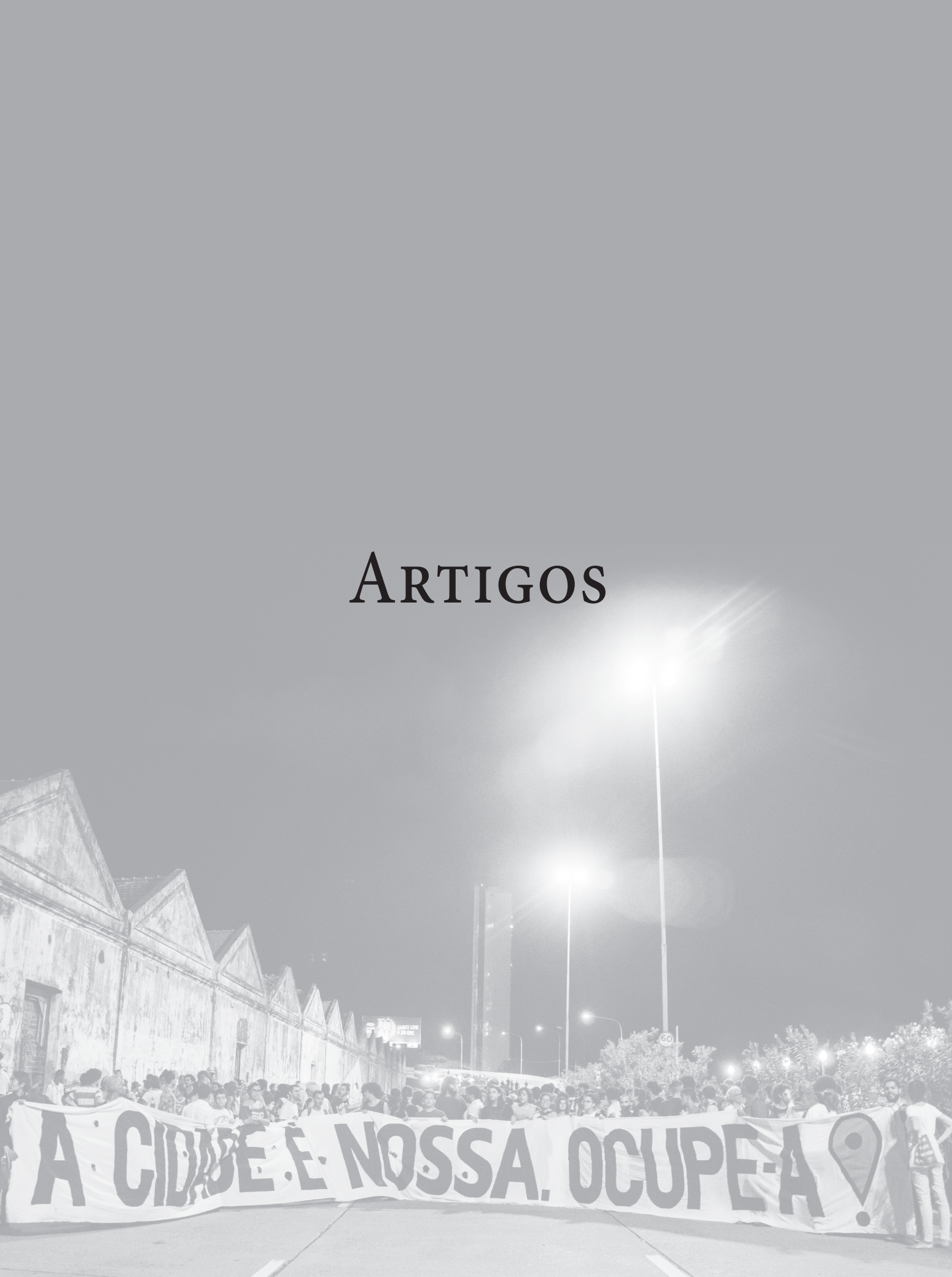
WHITAKER, C. Procurando Entender a Tarifa Zero. *TarifaZero.org*. São Paulo: 25 ago. 2011. Disponível em: <http://tarifazero.org/2011/08/25/procurando-entender-a-tarifa-zero/>. Acesso em: 11 set. 2015.

ZILBOVICIUS, M.; GREGORI, L. Tarifa do Transporte: o que está por trás dela? *TarifaZero.org*. São Paulo: 9 ago. 2013. Disponível em: <http://tarifazero.org/2013/08/09/tarifa-do-transporte-o-que-esta-por-tras-dela/>. Acesso em: 11 set. 2015.

ABSTRACT: *In this article, we present and discuss an interview with Lúcio Gregori, in 2015, the proposer of the* Tarifa Zero *(Zero-Fare Public Transit) Bill. We seek to understand the emergence of the proposal, in the 1990s, and its consequences. Therefore, we discuss some of the expressions of support and resistance to the adoption of the proposal, as well as its technical formulation, the power games involved, and the financing arrangements that would allow it. The characteristics of the "business" of transport and of the companies operating in this sector are also examined. We situate the proposal of Zero-Fare in the debate on urban mobility, linking it to the struggle for the right to the city. In addition, we discuss the hegemony of private individual transport and some of its consequences.*

KEYWORDS: *urban mobility; Zero-Fare; right to the city; bus; public transport.*

Artigos



O projeto Porto Maravilha e o *rent gap* de Neil Smith

The *Porto Maravilha* project and the Neil Smith's rent gap theory

Renato Domingues Fialho Martins
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Itaguaí, RJ, Brasil

Resumo: *A Operação Urbana Consorciada (OUC) Porto Maravilha refere-se a um conjunto de intervenções urbanísticas, viárias, imobiliárias e financeiras na zona portuária do Rio de Janeiro, levado a cabo por um consórcio que envolve o poder público municipal e grandes empreiteiras transnacionais. Trata-se de uma operação urbana de evidente destaque, sendo a maior parceria público-privada do país. O objetivo deste artigo é analisar a OUC Porto Maravilha a partir da formulação teórica do* rent gap*, proposta por Neil Smith, e a consequente discussão sobre o conceito de gentrificação. A ideia é verificar se a teoria do* rent gap *pode ajudar a compreender esse grupo de intervenções urbanas. Além disso, pretende-se examinar os limites e virtudes do* rent gap. *Várias questões são consideradas no estudo, tais como: (1) é possível importar uma teoria formulada para cidades de países centrais e aplicá-la na experiência carioca? Em caso positivo, (2) quais distinções devem ser sublinhadas e quais precauções precisam ser tomadas?*

Palavras-chave: *Porto Maravilha; gentrificação;* rent gap; *empreendedorismo urbano.*

Introdução

A Operação Urbana Consorciada (OUC) Porto Maravilha refere-se a um conjunto de intervenções urbanísticas, viárias, imobiliárias e financeiras levado a cabo por um consórcio que envolve o poder público municipal e grandes empreiteiras transnacionais[1]. Trata-se da maior parceria público-privada do país, conforme destacam os empreendedores[2].

Essas intervenções ocorrem na zona portuária, que compreende os bairros Santo Cristo, Gamboa, Saúde, parte do Caju e São Cristóvão, todos localizados na área central da cidade do Rio de Janeiro. Tais bairros comportam, ainda, os morros da Providência, do Pinto, do Livramento e da Conceição. Eles são de grande relevância para a cidade, pois foram uma das primeiras ocupações após a chegada dos europeus à baía de Guanabara, além de serem palco de manifestações relacionadas à cultura negra.

Os bairros portuários tornaram-se espaços de importantes atividades econômicas, industriais e comerciais, tendo experimentado o seu auge após a reforma portuária de 1904-1911. A partir da década de 1960, essa zona se converteu numa área de

1 Instituída pela lei municipal complementar n° 101/2009, a OUC Porto Maravilha é conduzida pelo Consórcio Porto Novo S.A., que envolve o poder público municipal e grandes empreiteiras privadas (Odebrecht, OAS e Carioca Engenharia).

2 Disponível em: <http://portomaravilha.com.br/materias/entenda-o-negocio/e-o-n.aspx>. Acesso em: 15 de ago. 2015.

obsolescência, com a deterioração dos prédios, o sucateamento dos equipamentos urbanos, o predomínio de moradores mais pobres e a estigmatização espacial, associada à imagem de área ligada à prostituição, ao comércio de drogas ilícitas e à violência.

Figura 1: Mapa do perímetro da OUC Porto Maravilha

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Lei municipal complementar nº 101, de 23/11/09.

Diante de tais condições, a meta principal do Porto Maravilha é, nas palavras dos empreendedores, "preparar a região portuária, há muitos anos relegada a segundo plano, para se integrar a[o] processo de desenvolvimento, já que o Rio de Janeiro dá claros sinais de uma nova dinâmica econômica, impulsionada pelos grandes eventos que vão ocorrer na cidade nos próximos anos"[3].

3 Disponível em: <http://portomaravilha.com.br/web/sup/OperUrbana Apresent.aspx>. Acesso em: 10 maio 2015.

O objetivo deste artigo é efetuar uma análise da OUC Porto Maravilha a partir da formulação teórica do *rent gap* proposta por Neil Smith e da consequente discussão sobre o conceito de *gentrificação*. Busca-se verificar se a teoria de Smith pode ajudar a compreender as intervenções urbanas no Rio de Janeiro, apontando alguns de seus limites e virtudes. Várias questões são consideradas, tais como: é possível importar uma teoria formulada para cidades de países centrais e aplicá-la na experiência carioca? Em caso positivo, quais distinções e cuidados devem ser sublinhados? Passaram-se quatro ou cinco décadas desde que o processo de gentrificação começou a ganhar fôlego nos países centrais. Considerando isso, quais as implicações desse hiato temporal em relação às experiências norte-americanas e europeias para o caso carioca?

Para dar conta dessa tarefa, foram adotados alguns procedimentos metodológicos. Em primeiro lugar, revisou-se a bibliografia acerca do debate sobre gentrificação e *rent gap*. A proposta teórica de Smith foi posta em confronto com alguns de seus críticos. É importante destacar que apenas algumas críticas (favoráveis ou contrárias) foram expostas, apesar de ter-se em conta a amplitude da discussão. Em seguida, pesquisaram-se dados do mercado imobiliário carioca a fim de aplicar o *rent gap* ao Porto Maravilha. O resultado dessa pesquisa e a análise dos dados encontram-se na seção 5. Por fim, foram inventariadas as principais informações sobre o projeto examinado e sobre o processo de esvaziamento econômico da zona portuária que precedeu o Porto Maravilha.

CONVERSÃO DA ZONA PORTUÁRIA EM ÁREA DE OBSOLESCÊNCIA

Em 1904, começaram as obras da modernização portuária. Os bairros que compunham essa área passaram por um processo de rápida adequação às novas exigências de uma cidade que crescia a passos largos, com a construção de grandes armazéns, depósitos e edificações que visavam a atender as tarefas do porto.

Durante a primeira metade do século XX, o centro da cidade apresentava um perfil demográfico claramente proletarizado. Baseado nos dados do censo de 1950, Geiger (1960, p. 32) destaca que, entre os 16 distritos do município, o centro era um dos que apresentavam os maiores percentuais de operários.

Como bem explica Smith (1996), a gentrificação, em geral, é precedida por um processo de deterioração física e econômica. No caso pesquisado, após a década de 1950, os bairros do porto passaram a enfrentar um cenário de degradação estrutural e de esvaziamento econômico. Há uma carência de estudos minuciosos que apontem as razões desse processo. A seguir, serão apresentadas algumas explicações possíveis para ele.

Esses bairros têm certa importância nos setores industriais[4] desde meados do século XIX. Nesse sentido, o deslocamento das indústrias para áreas mais afastadas do centro da cidade pode ter contribuído para seu esvaziamento econômico (FREITAS FILHO, 2004). Outra razão comumente citada relaciona-se ao declínio relativo das atividades do porto carioca diante da concorrência de outros portos brasileiros – fato também associado à própria estagnação da economia fluminense após a transferência da capital brasileira para Brasília, em 1960 (OSÓRIO; VERSIANI, 2013). É possível dizer, igualmente, que as mudanças tecnológicas na operação do porto influenciaram seu declínio econômico. Ao longo da segunda metade do século XX, foram introduzidos máquinas, guindastes e equipamentos que substituíram parte dos estivadores, o que ocasionou a redução do número de trabalhadores necessários para a operação portuária. Em consequência disso, o comércio, que dependia da circulação dos portuários nos bairros, encolheu.

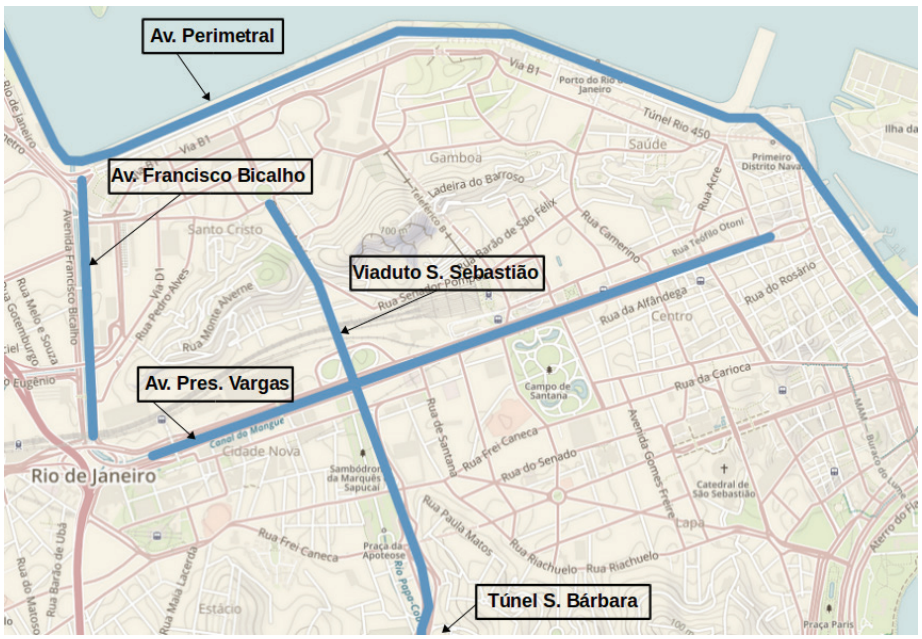
4 "Às atividades comerciais e portuárias em franca expansão, acrescente a presença de atividades manufatureiras, que na década de 1840 registraram significativo avanço" (LAMARÃO, 2006, p. 40).

Além desses elementos, as mudanças viárias no centro do Rio também costumam ser destacadas como responsáveis pelo esvaziamento da zona portuária. A abertura da avenida Presidente Vargas, concluída em fins de 1944, acompanhada da demolição de vários imóveis, cortiços e igrejas, inaugurou um novo eixo vetorial no centro e, posteriormente, passou a concentrar as atividades comerciais. Essa avenida, de sentido leste-oeste, se estende ao longo da área portuária. O CBD (*central business district*) em formação configurou-se ao sul dessa via e ao longo da avenida Rio Branco, de "costas", portanto, para o porto. Ao lado disso, embora talvez seja menos relevante, é preciso acrescentar a dimensão natural: a avenida Presidente Vargas segue paralela a uma sequência de morros – Conceição, Livramento, Providência, Pinto e São Diogo –, os quais constituem uma barreira física entre o CBD e o porto.

Houve ainda a construção do elevado da Perimetral, cujo primeiro trecho foi inaugurado em 1960. A Perimetral contornava o limite norte na zona portuária, sobre a avenida Rodrigues Alves. Ademais, devem ser citadas as construções, em 1963, do túnel Santa Bárbara e do viaduto São Sebastião sobre o bairro do Catumbi, que também ligam a Zona Sul às principais avenidas de acesso à cidade. Esses três

exemplos de mudanças viárias contribuíram para tornar a zona portuária um conjunto de "bairros de passagem", nos quais as vias de maior circulação estão localizadas no seu perímetro. As ruas internas, curtas, estreitas e sinuosas, assim como os becos, ladeiras e vielas dos morros permaneceram à margem das mudanças.

Figura 2: Principais vias próximas à zona portuária do Rio de Janeiro



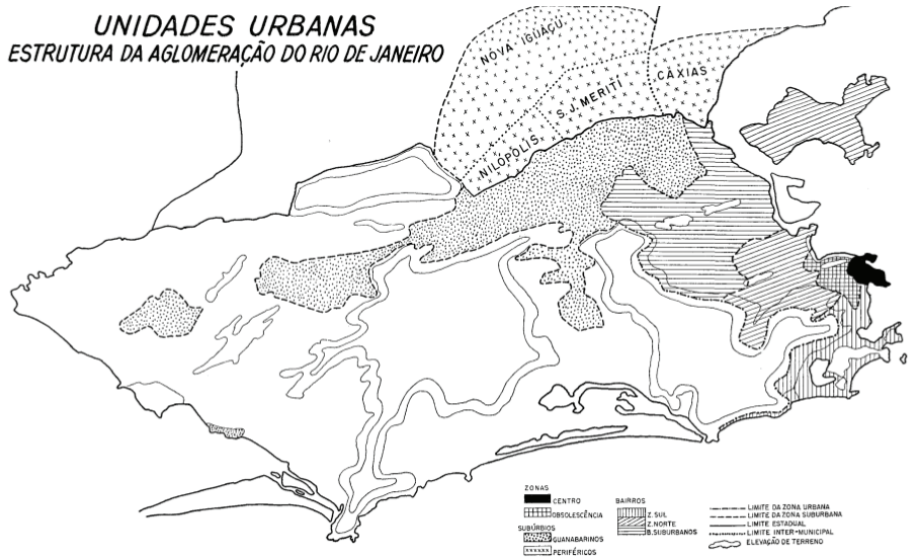
Fonte: Elaborado pelo autor a partir da ferramenta MapBox.

Publicado durante o início do processo de degradação urbana, o artigo de Maria Therezinha Segadas Soares sublinha elementos que iluminam o entendimento desse processo. A autora identifica, nos anos 1960, duas fisionomias distintas nos bairros próximos ao porto: (a) as áreas aterradas, onde notava-se a presença das atividades portuárias, desde a Praça Mauá até a Ponta do Caju. Segundo Soares, "depósitos, armazéns, estações de passageiros, frigoríficos, moinhos, depósitos de gás e combustíveis, cais de minérios, linhas ferroviárias cruzando as ruas para atingirem o porto e um movimento constante de carga e descarga caracteriza[va]m esta área"; (b) as áreas não aterradas, nas quais "uma população pobre viv[ia] nos sobrados antigos da área vizinha ao porto, que se integra[va] na zona de obsolescência da cidade, e que [era] habitada por uma classe trabalhadora, […] que aí encontrou alojamento barato e próximo do centro" (SOARES, 1965, p. 340-341).

O artigo também aborda o deslocamento das indústrias, que tiveram um relevante papel para o crescimento da cidade nos anos anteriores. De acordo com a autora, "devido à escassez de terrenos amplos e baratos, decorrente dos problemas do sítio urbano, as grandes indústrias buscaram a periferia da cidade para a sua instalação" (SOARES, 1965, p. 342).

Referente à estrutura urbana carioca, Soares classifica a cidade em quatro espaços: centro, área de obsolescência, bairros e subúrbios, conforme mostra a Figura 3. A área de obsolescência definida pela autora, na qual está incluída a zona portuária, abrange a Lapa, Paula Matos (Santa Teresa), a Glória, parte do Catete, o Mangue (redondezas da avenida Francisco Bicalho), a Gamboa e parte de São Cristóvão. Já tinham se passado 20 anos desde a inauguração da avenida Presidente Vargas no momento de publicação do artigo de Soares, mas essa via, com exceção do cruzamento com a Rio Branco, ainda não estava ocupada pelos arranha-céus atuais. Por isso, curiosamente, ela foi incluída na área de obsolescência.

Figura 3: Estrutura urbana do município do Rio de Janeiro na década de 1960



Fonte: Soares (1965, p. 356).

A autora descreve os bairros como espaços em que "prédios velhos, sobrados estreitos ou pequenas casas geminadas de frente de rua [eram] utilizados para os mais diversos fins ou habitados por pessoas de baixo padrão social" (SOARES, 1965, p. 358). Uma descrição semelhante a certa parte da zona portuária dos dias atuais.

É interessante compreender as explicações de Soares para as causas que levaram à formação dessa área de obsolescência no Rio de Janeiro, pois elas serão úteis para examinar o conceito de *rent gap* nas próximas seções.

A pesquisadora afirma que a zona central e comercial (por vezes também industrial, é necessário acrescentar) de uma cidade, à medida que se expande horizontalmente, acaba ocupando zonas até então exclusivamente residenciais. Os moradores dessas localidades, incomodados com seus novos usos, tendem a buscar freguesias mais agradáveis. O deslocamento se intensifica com a expansão espacial dos transportes em direção às novas zonas residenciais. No caso carioca, a população de renda mais elevada tomou o caminho em direção à Zona Sul (Botafogo, Laranjeiras, Copacabana); a de renda média, para os bairros da Zona Norte (Tijuca, Vila Isabel, Grajaú, Andaraí); já a população de renda mais baixa seguiu o curso dos bairros suburbanos, ao longo das estações das linhas ferroviárias (SOARES, 1965, p. 360-361).

A explicação da autora não dá conta de todo o fenômeno; contudo, há nela observações relevantes, como esta: "Constituiu-se, assim, uma área desvalorizada para residência, com um valor potencial grande, decorrente das previsões do provável avanço do centro sobre ela. O valor real dessa área não é desprezível, por sua proximidade da área central" (SOARES, 1965, p. 361). O que Soares chama de "valor potencial grande" pode ser o embrião de uma teorização mais aprofundada do conceito de *rent gap* para a realidade do projeto Porto Maravilha.

TEORIA DA GENTRIFICAÇÃO

O primeiro uso do termo gentrificação aparece em um trabalho de Ruth Glass publicado em 1964, no qual a autora pesquisa o distrito londrino de Islington. Nesse momento, o fenômeno urbano da gentrificação ainda se apresentava de maneira bastante tímida. Poucos poderiam imaginar que, a partir dos anos 1970, ele assumiria uma dimensão central e emergiria como um novo modelo de urbanismo. No início deste século, a gentrificação adquiriu um caráter generalizado. Com efeito, uma realidade absolutamente local e identificada, em seu início, apenas nas grandes cidades de capitalismo avançado tornou-se mundial (SMITH, 2006, p. 61-62).

Como um modelo de desenvolvimento urbano a ser seguido, o fenômeno da gentrificação expandiu-se também para as principais cidades de países periféricos: Cidade do Cabo, Cidade do México, Xangai, Buenos Aires, São Paulo e Rio de Janeiro. Smith (2006, p. 62) destaca que os casos de gentrificação são os mais variados e diversificados, pois, ao mesmo tempo em que estão imersos em redes globais, possuem particularidades locais e articulações econômicas em escalas nacionais.

Os sinais iniciais da gentrificação, como observa Smith (1979; 1996), surgiram ainda nos anos 1950 e ampliaram-se nas duas décadas seguintes. Já nos anos 1970, a gentrificação havia alcançado muitas das principais cidades estadunidenses, europeias e australianas. Assim que esse movimento urbano se difundiu, a pesquisa acadêmica passou a lhe oferecer especial atenção. Nos últimos 40 anos, as causas e os efeitos da gentrificação são objeto de muitas investigações em todo o mundo e há uma série de divergências no interior desse debate.

Na tentativa de interpretar a gentrificação, Smith (1996) identificou duas matrizes teóricas explicativas para sua gênese, as quais são hegemônicas desde o final dos anos 1970: por um lado, estão aquelas que dão ênfase a elementos culturais; e, por outro, as que destacam as dimensões econômicas.

Para o primeiro grupo, a gentrificação ocorre devido a uma mudança cultural nas populações de classe média, que passam a valorizar o centro das cidades como local de moradia. Jovens profissionais liberais, trabalhadores do setor terciário, famílias de poucos filhos (ou sem filhos), ao adotarem um novo estilo de vida, abandonam o sonho de morar no subúrbio (uma tradicional aspiração da classe média norte-americana) pelo desejo de residir nas áreas centrais. A explicação para esse fato, segundo alguns autores, está na mudança dos padrões de consumo desses grupos sociais. Assim, nas cidades pós-industriais, é o consumo, e não a produção, que dita os novos usos do solo urbano. A gentrificação seria uma expressão urbana da pós-modernidade. Já os pesquisadores do segundo grupo salientam que o custo de novas construções habitacionais aumenta conforme se amplia a distância em relação ao

centro da cidade. Acrescente-se também que esse maior distanciamento do centro implica custos maiores de deslocamento, tanto em transporte público quanto privado. Tendo isso em vista, a reabilitação de áreas centrais se apresenta como uma resposta economicamente mais viável que a contínua expansão rumo aos subúrbios.

Essas duas hipóteses explicativas não se excluem; ao contrário, salienta Smith, elas são frequentemente apresentadas como complementares, além de compartilharem uma perspectiva essencial: "a ênfase na preferência dos consumidores e nas restrições dentro das quais essas preferências são implementadas" (SMITH, 1996, p. 50, tradução nossa). O autor sublinha, ainda, que ambas as matrizes possuem uma raiz nas teorias econômicas neoclássicas e, por consequência, sugerem que tanto o movimento de suburbanização[5] quanto o de gentrificação são resultados de mudanças nas escolhas pessoais. Nesse sentido, os novos moradores de áreas gentrificadas seriam ex-suburbanos arrependidos ou desiludidos. Vale pontuar, que a gentrificação foi tratada nos EUA como um "movimento de retorno à cidade"; esse ponto, em particular, será importante para compreender o caso do Porto Maravilha.

5 É importante ressaltar que o conceito de subúrbio é distinto nos EUA e no Rio de Janeiro. No primeiro caso, trata-se de bairros de classe média, no segundo, de bairros ocupados por camadas sociais mais pobres.

Smith (1979; 1996) apresenta uma crítica às teorias que dão primazia à preferência pessoal na explicação da gentrificação. Por meio de informações empíricas, ele refuta a hipótese de que a gentrificação seria propalada por ex-suburbanos. Os casos analisados, como Society Hill (Filadélfia, EUA), Jordaan (Amsterdã, Holanda), Baltimore (EUA), Washington (EUA), apontam que, entre os novos moradores das áreas gentrificadas, a minoria vinha dos subúrbios.

Se a escolha cultural e as preferências dos consumidores desvendam a gentrificação, isso significa dizer que essas preferências mudam de maneira simultânea. Algo difícil de se provar, já que a gentrificação não é um fenômeno exclusivo norte-americano, dada a sua escala global. Esse fato pressupõe que famílias em várias cidades do mundo, de modo sincrônico, tomem a decisão de mudar-se para áreas centrais.

O autor propõe uma outra explicação para a gentrificação, na qual são considerados os papéis de diversos atores: construtores, incorporadores, promotores, instituições estatais e financeiras. Ele também salienta que uma teorização ampla da gentrificação tem de dar conta tanto do papel dos produtores quanto dos consumidores. Nesse caso, Smith sinaliza que as necessidades de produção e de lucro são elementos muito mais decisivos que a preferência dos consumidores. Há uma relação dialética entre produção e consumo; a produção assume o protagonismo nessa relação: "o chamado renascimento urbano tem sido estimulado mais por forças econômicas do que culturais. Na decisão de reabilitar uma estrutura do centro da cidade, uma preferência do consumidor tende a se destacar acima das demais – a preferência pelo lucro" (SMITH, 1979, p. 540, tradução nossa).

Ao considerar esses pontos, uma teoria da gentrificação deve responder às seguintes questões: por que alguns bairros são rentáveis à "renovação urbana" e outros, não? Quais são as condições da lucratividade? As teorias de inspiração neoclássicas – isto é, da primazia das preferências dos consumidores – não dão conta de respondê-las, pois tomam a disponibilidade de áreas para gentrificação como algo dado, e isso é justamente o que precisa ser esclarecido (SMITH, 1979; 1996).

Smith, sob influência do pensamento marxista, encontra na teoria do valor-trabalho o aporte teórico para sua interpretação da renda da terra. Desse modo, ele afirma que, numa sociedade capitalista, tanto a terra quanto as benfeitorias construídas sobre ela são mercadorias (SMITH, 1996, p. 55). Todavia, estas últimas

não são de qualquer tipo; na verdade, possuem características particulares que as distinguem das demais mercadorias. Smith explica três delas. Em primeiro lugar, a propriedade privada garante ao proprietário o monopólio do uso da terra, ainda que as regulamentações estatais imponham algumas restrições ao uso do solo (zoneamento urbano, desapropriação por interesse público).

Em segundo, a terra e os investimentos feitos sobre ela estão fixados no espaço, já seus valores variam. Os investimentos sobre a terra estão sujeitos a todas as influências sobre seus valores, mas há uma diferença essencial em relação às demais mercadorias: por um lado, o valor das construções influencia a renda da terra que os proprietários podem demandar; por outro, como a terra e as construções são inseparáveis, quando mudam de dono, o preço das edificações também reflete o nível da renda da terra. Enquanto um pedaço de terra não necessita de manutenção para manter seu potencial de uso, as construções precisam ser conservadas (SMITH, 1996, p. 55-56).

Finalmente, diferente da terra, as construções sobre ela não são permanentes, apesar de terem um período longo de vida útil, tanto em termos físicos quanto de valores. Por essa razão, instituições financeiras possuem um papel relevante no mercado imobiliário. Os padrões de depreciação de capital representam uma variável decisiva para determinar se o preço de venda de uma edificação reflete o nível da renda da terra e, mais do que isso, qual a proporção desse reflexo (SMITH, 1996, p. 56).

No final do século XIX, nos principais centros urbanos dos países industrializados, a variação do valor da terra apresentava o formato de cone: o vértice sobre o centro urbano, com um declínio gradativo em direção às periferias. Esse clássico modelo cônico foi proposto por Homer Hoyt, nos anos 1930, em suas pesquisas sobre Chicago. O próprio Hoyt identificou uma anomalia no comportamento do gráfico. Havia um "vale" entre o cume do cone e as áreas periféricas, para o qual ele não havia dedicado muita atenção.

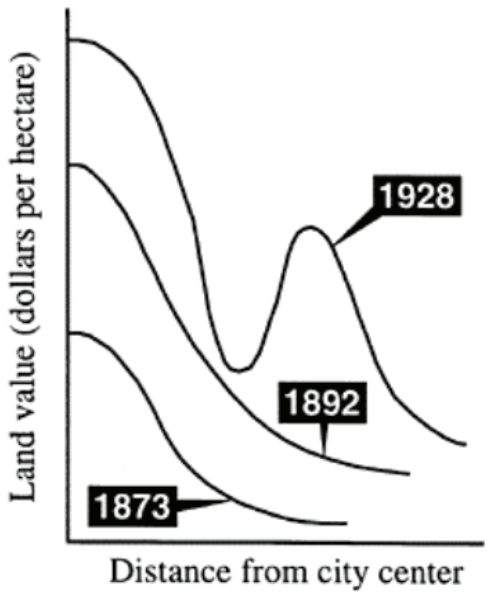
Com o processo de deslocamento das camadas média e alta em direção aos subúrbios das cidades norte-americanas, o comportamento do valor da terra se transformou; por consequência, o "vale" se tornou mais profundo e amplo. É justamente nesse movimento de transformação que residem as explicações de Smith (1996, p. 57) para a formação das *inner-cities* – áreas próximas ao centro, habitadas por populações mais pobres. Houve, nesse momento, um deslocamento do capital em direção aos subúrbios, onde as taxas de lucratividades eram maiores. Assim, uma combinação de negligência e desinvestimento deliberado iniciou um longo período de deterioração e falta de novos investimentos de capital na *inner-city*.

De acordo com Smith (1979, p. 542; 1996, p. 58), uma teoria da gentrificação tem de explicar detalhadamente o processo histórico de desvalorização da *inner-city* e, de forma mais precisa, como tal desvalorização produz a possibilidade de reinvestimentos lucrativos. Para ele, o elo principal aqui é a relação entre "valor da terra"' e "valor da propriedade". Assim, para dar conta dessa tarefa, o autor propõe a separação dos dois termos em quatro categorias: (a) valor da edificação; (b) preço de venda da edificação e terreno; (c) renda da terra capitalizada; e (d) renda da terra potencial.

A teoria neoclássica, ao enfatizar a preferência do consumidor, explica o preço como uma relação entre demanda e oferta. Por sua vez, ao seguir a tradição marxista da teoria do valor-trabalho, Smith distingue o valor da edificação do seu preço. Se o valor de uma mercadoria é medido pela quantidade de força de trabalho socialmente necessária para produzi-la, uma edificação qualquer também pode ter seu valor

mensurado pela força de trabalho empregada na sua construção. É apenas no mercado imobiliário que o valor é convertido em preço. Há aí uma estreita relação entre valor e preço. Apesar de o segundo refletir o primeiro, ambos não podem ser mecanicamente equalizados, alerta o autor, pois é preciso considerar as interferências da oferta e da procura e das demais nuances do mercado. Uma particularidade que se apresenta no mercado imobiliário o torna um pouco mais complexo, a saber: as edificações, periodicamente, retornam ao mercado através da revenda. Além disso, é necessário levar em conta a taxa de depreciação devido ao uso cotidiano ao longo do tempo e a taxa de apreciação a partir dos investimentos em manutenção, reformas e reparos, que, consequentemente, acrescentam mais valor à edificação (SMITH, 1996, p. 59).

Figura 4: Gráfico do valor da terra na cidade de Chicago (1933) e a formação do "vale"



Fonte: Smith (1996, p. 58).

A categoria preço ainda exige mais algumas considerações. O preço de venda da edificação representa não somente o seu valor, mas também um componente adicional da renda, já que a terra é geralmente vendida com a sua estrutura. Portanto, aqui é preferível falar em renda da terra em vez de valor da terra, já que seu preço não reflete a quantidade de força de trabalho aplicado nela, como no caso do valor de uma mercadoria (SMITH, 1979, p. 542-543; 1996, p. 59).

A discussão a respeito da renda da terra possui uma longa tradição no campo da economia política, tendo recebido contribuições teóricas de A. Smith, Malthus, Ricardo e Marx. Neil Smith também envereda por esse debate. Ele afirma que a renda da terra é uma reivindicação feita pelos proprietários pelo uso de sua terra e que representa uma redução da mais-valia criada além do preço de custo dos produtores sobre o terreno. A renda da terra capitalizada se refere à real quantidade de renda da terra apropriada pelo proprietário, dado seu atual uso. No caso de aluguel imobiliário, as funções de produção e propriedade estão combinadas, e a renda da terra se torna uma categoria ainda mais intangível, embora possua uma presença real. A renda da

terra capitalizada do proprietário retorna principalmente na forma de aluguel pago pelo inquilino. No caso da ocupação do edifício pelo próprio proprietário, a renda da terra é capitalizada somente quando o imóvel é vendido e quando aparece como parte do preço de venda. Desse modo, conclui Smith, preço de venda = valor da edificação + renda da terra capitalizada (SMITH, 1979. p. 543; 1996, p. 59).

De acordo com seu atual uso da terra, um terreno ou um bairro, por exemplo, é capaz de capitalizar uma certa quantidade de renda da terra. Por razões de localização, geralmente, uma área pode capitalizar maiores quantidades de renda da terra sob um uso diferente. A renda da terra potencial é a quantia que pode ser capitalizada sob o "maior e melhor uso" que se faz dela. Esse conceito é particularmente importante para explicar a gentrificação.

A partir das categorias citadas acima, o processo histórico que tornou alguns bairros predispostos à gentrificação pode ser delineado (SMITH, 1979. p. 543; 1996, p. 60). Smith demonstra que a deterioração física e a depreciação econômica da *inner-city* seguem uma lógica racional do mercado imobiliário, não se tratando de mudanças ao acaso. O declínio de um bairro é resultado de decisões de um conjunto de atores – privados e/ou governamentais. É possível deduzir a mesma ideia para o movimento oposto: a gentrificação também é resultado de decisões econômicas de atores hegemônicos.

Feitas essas observações, chega-se, pois, à teoria do *rent gap*[6], que tem sido objeto de discussões entre os pesquisadores dos fenômenos relacionados à gentrificação, desde que foi elaborada por Smith em 1979. Aqueles que fundamentam suas investigações nas formulações econômicas neoclássicas tendem a rejeitar tal teoria ou a impor-lhe tantas limitações que ela se torna inaplicável. Alguns a admitem, mas destacam as suas limitações; já outros a aceitam com entusiasmo.

6 Nas poucas traduções dos textos de Smith, o termo *rent gap* é traduzido como "renda diferencial" ou "diferencial de renda". Neste texto, optou-se por manter a expressão em inglês para evitar qualquer confusão com o termo marxista *differential rent*.

O *rent gap*, nas palavras de Smith, é "a disparidade entre o nível de renda da terra potencial e a real renda da terra capitalizada sob o seu uso atual da terra" (SMITH, 1996, p. 65, tradução nossa). O *rent gap* é produzido principalmente pela desvalorização do capital (que diminui a proporção de renda da terra apta para ser capitalizada), bem como pela expansão e pelo contínuo desenvolvimento urbano (que, historicamente, têm aumentado o nível de renda da terra potencial na *inner-city*). Dessa maneira, o "vale" identificado por Hoyt pode ser interpretado como uma ampliação do *rent gap*. A gentrificação está estreitamente relacionada ao *rent gap*, pois aquela só se realiza quando este é amplo o suficiente para que os investidores comprem imóveis e terrenos a preços reduzidos, paguem os custos e o lucro dos construtores para a requalificação urbana, cubram os juros sobre hipotecas e empréstimos de construção e, posteriormente, vendam o produto final por um preço capaz de lhes deixar uma satisfatória margem de lucro (SMITH, 1979, p. 545; 1996, p. 65).

Para Smith (1979, p. 546; 1996, p. 66), a gentrificação não é uma ocorrência ao acaso. Pelo contrário, é esperada. A desvalorização do capital em *inner-cities* do século XIX, paralelo ao crescimento urbano contínuo durante a primeira metade do século XX, produziu as condições para que o reinvestimento rentável fosse possível. Se a teoria do *rent gap* está correta, a requalificação deve ocorrer onde o *gap* é maior e os retornos disponíveis são mais elevados, ou seja, em bairros próximos ao centro da cidade, particularmente.

O autor também destaca o papel do Estado nesse processo. Em suas pesquisas sobre os primeiros casos de gentrificação nos EUA, ele observa que o Estado se incumbiu

de reunir as propriedades com preços de mercado, retornando-as aos investidores com preços subavaliados. O Estado suportou os custos nos últimos estágios da desvalorização do capital e, assim, garantiu aos investidores os mais elevados retornos financeiros, sem os quais a requalificação urbana da área não teria acontecido. Além disso, foi bem-sucedido economicamente, pois proporcionou as condições gerais para a revitalização do mercado privado (SMITH, 1996, p. 67). Em Society Hill, na Filadélfia, onde dedicou boa parte de suas investigações, Smith notou que o governo federal foi duplamente decisivo, isto é, atuou na construção de um arcabouço jurídico, que regulamentou as renovações urbanas, e na desapropriação por interesse público (SMITH, 1996, p. 120-123). É necessário ter certo cuidado na compreensão do papel do Estado, isto porque a participação dele contempla uma grande diversidade de ações nos episódios de gentrificação em todo o mundo, logo qualquer generalização soaria bastante vaga.

Destaque-se, ainda, que Smith afirma que a gentrificação é um produto estrutural do mercado imobiliário e de terras. O capital desloca-se para onde a taxa de retorno é mais elevada, e o movimento do capital aos subúrbios, ao longo da contínua desvalorização da *inner-city*, produz, eventualmente, o *rent gap*. Quando este é suficientemente amplo, o capital retorna aos bairros anteriormente deteriorados. Smith dá razão àqueles que defendem a gentrificação como um "movimento de retorno à cidade", conforme ressaltam as propagandas dos empreendedores do mercado imobiliário. Porém, ele faz referência a um retorno do capital, não das pessoas.

AS CRÍTICAS AO *RENT GAP*

Após sua publicação, a teoria do *rent gap* foi objeto de inúmeras discussões, realizadas, fundamentalmente, por pesquisadores de países centrais. Muitas críticas foram apontadas, e o próprio Neil Smith reconheceu o mérito de algumas delas. Talvez o principal limite da teoria seja a sua difícil operacionalização – e é justamente esse ponto que será tratado mais adiante, a partir do caso particular do projeto Porto Maravilha. A presente seção busca assinalar algumas das críticas feitas à teoria do *rent gap*.

Alguns pesquisadores rejeitam a existência do *rent gap*. Fundamentado na experiência canadense de gentrificação, Ley (1986, p. 529, tradução nossa) defende que "a tese do *rent gap* não é confirmada pelos resultados". Ele não sustenta a relação entre a revitalização e o mercado imobiliário, pois seus dados demonstram que a gentrificação ocorreu em *inner-cities* com preços de imóveis mais elevados que a média metropolitana. Para Ley, a gentrificação é explicada pelas "amenidades urbanas", ou seja, a escolha por parte de alguns proprietários de um pacote de amenidades urbanas oferecidas pelo centro da cidade, não encontradas nos subúrbios, como o acesso a empregos. O autor sugere, inclusive, que essas escolhas estão associadas a movimentos de contracultura, a artistas de vanguarda, comunidades gays e ativistas de associações políticas. Como conclusão, ele pontua que "há um revitalizante efeito recíproco e acumulativo da interação entre a oferta de empregos do centro da cidade e a qualidade de vida de áreas centrais" (LEY, 1986, p. 532, tradução nossa). Os argumentos desse pesquisador o colocam no já citado grupo dos que defendem a

"soberania dos consumidores" como aspecto primordial para explicar a gentrificação. Em resposta a tal crítica, Smith (1987) afirma que Ley não compreendeu nem conseguiu operacionalizar o *rent gap*.[7]

Hamnett (1991), por sua vez, argumenta que as duas perspectivas teóricas (consumo x produção), apesar de focarem em diferentes aspectos, não são antagônicas, pelo contrário, são complementares. No entanto, Hamnett faz algumas críticas ao trabalho de Smith. Para ele, a relutância de Smith em aceitar o papel da nova classe (média), das características culturais e de consumo dela, assim como em enxergar qualquer papel significativo dos atores individuais limita o valor de sua abordagem para explicar a gentrificação. Na ótica de Hamnett, embora o *rent gap* seja necessário para que a gentrificação ocorra, ele não é suficiente.

Há ainda um outro autor que segue uma linha argumentativa semelhante à de Hamnett. Eric Clark (1988) propôs a realização de um teste empírico do *rent gap*, a partir da experiência de seis localidades em Malmö, Suécia. Após analisar os dados demográficos e do mercado imobiliário local, ele concluiu que "os seis casos revelavam um quadro bastante claro de *rent gap*", e que, além disso, "as evidências empíricas dos casos estudados apoiavam a visão destacada por Smith" (CLARK, 1988, p. 251-252, tradução nossa). Em outra passagem, Clark acrescenta que parece plausível sugerir que o *rent gap* se constitui como uma importante condição para decisões e ações das formas de requalificação urbana. Ele deixa claro que a teoria do *rent gap* não pode cumprir o duvidoso desejo de ser uma explicação completa para as várias formas de requalificação urbana, como o próprio Smith admitiu mais tarde[8]; apesar disso, dificilmente alguém pode ser contra ela (CLARK, 1988, p. 245).

7 "A definição conceitual de Ley para o *rent gap* é severamente distorcida desde o início. Ele a redefine como uma característica da 'dinâmica do mercado imobiliário', sem referência direta ao mercado de terras, e ele a divorcia de um processo econômico mais amplo [...] em que o *rent gap* está incorporado e a partir do qual se desenvolve" (SMITH, 1987, p. 463, tradução nossa)

8 "A existência do *rent gap* é apenas uma explicação parcial" (SMITH, 1986, p. 25, tradução nossa).

OS LIMITES E AS VIRTUDES DA TEORIA DO *RENT GAP*: O CASO DO PROJETO PORTO MARAVILHA

A ideia aqui é verificar se o *rent gap* pode ser usado como uma ferramenta teórica que ajude a explicar o projeto Porto Maravilha. Entretanto, é necessário ter alguma cautela nessa tarefa, em função das observações expostas a seguir. A primeira delas diz respeito ao fato de que o *rent gap* foi formulado a partir de experiências em países centrais, especialmente nos Estados Unidos e na Europa, o que implica algumas adaptações para trazê-lo para o Rio de Janeiro, metrópole de um país inserido perifericamente na economia-mundo. Mais do que isso, a própria formação da urbe carioca a torna bem diferente das cidades norte-americanas e europeias.

Existem, contudo, argumentos que fazem crer que o *rent gap* contribui para compreender a "revitalização" da zona portuária do Rio. O modo de produção capitalista produz o espaço urbano de maneira diferente em cada parte. Mesmo os espaços urbanos produzidos dentro de um mesmo país podem se revelar bastante distintos. A despeito das idiossincrasias de cada espaço urbano, as lógicas de produção espacial que operam sob o domínio do capital possuem um sem-número de características comuns, como mostrou Henri Lefebvre em diversas publicações, e essa é a lógica do mercado. Do contrário, como sustentar que grandes cidades de diferentes continentes experimentaram, simultaneamente, um processo de degradação de bairros próximos ao

centro e, posteriormente, a gentrificação – o outro lado da mesma moeda? É possível explicar isso somente se se aceita que há algum somatório de elementos capaz de orientar a produção do espaço. Ou, então, deve-se aceitar que tudo é uma coincidência sincrônica.

A segunda precaução está ligada ao fato de que os processos relacionados à gentrificação desenvolveram-se nas cidades dos países centrais a partir da segunda metade do século XX. Já o caso carioca do Porto Maravilha – semelhante ao de outras cidades latino-americanas – manifestou-se com algumas décadas de atraso. Isso implica que, em consonância com a dinâmica do mercado global, a atuação de alguns atores apresente mudanças. Assim, a lógica de atuação do grande capital internacional na produção do espaço urbano, ainda que apresente elementos centrais comuns, expressa algumas variações em função da conjuntura. Por exemplo, a célebre marca norte-americana de arranha-céus, as *Trump Towers*, já manifestou o interesse de investir no Porto Maravilha (cinco torres comerciais de 38 andares)[9]. Pode-se supor que esse movimento tenha sido influenciado pela recente crise imobiliária nos EUA. Nesse sentido, os investidores do ramo imobiliário estariam ávidos por deslocar o seu capital para mercados emergentes – onde esperam conseguir taxas maiores de lucratividade.

9 Disponível em: <http://www.trumptowersrio.com/>. Acesso em: 10 de abr. 2015.

O terceiro cuidado refere-se à dificuldade de aplicar o *rent ga*p em um caso concreto – dificuldade decorrente dos obstáculos para medir a renda da terra potencial e a renda da terra capitalizada, já que, em sua formulação, Smith explica que o r*ent gap* é a diferença entre a renda da terra potencial (no seu maior e melhor uso) e a real renda da terra capitalizada, sob seu uso atual da terra. O próprio Neil Smith admite a complexidade da operacionalização[10].

Ele sugere que o "preço de venda = valor da edificação + renda da terra capitalizada". O valor da edificação – isto é, o tempo de força de trabalho socialmente necessário para construí-la – não pode ser medido facilmente. Porém, esse valor, em uma mesma conjuntura econômica, não deve variar significativamente entre distintos bairros. Supõe-se que o valor para construir uma edificação idêntica não apresente grandes variações, independentemente do bairro. Apenas quando o valor se transforma em preço (com as interferências do mercado, localização, oferta e demanda, amenidades etc.), ocorre uma diferença. Assim, é possível considerar o valor da edificação como uma constante. Por opção metodológica, a partir da equação acima, o preço de venda deve ser uma aproximação da renda da terra capitalizada. Nesse caso, interessa a oscilação de preços entre os bairros ao longo de um determinado recorte temporal.

10 "É um conceito difícil de operacionalizar" (SMITH, 1996, p. 69, tradução nossa).

De antemão, pode-se afirmar que apenas os preços das edificações não são suficientes para dar conta da tarefa. Para melhor perceber a gentrificação, Smith salienta a necessidade de combinar alguns indicadores:

> Por definição, indicadores são sempre aproximações ao significado do conceito, mas no caso da gentrificação é possível conseguir aproximações mais precisas. Para capturar mudanças no mercado imobiliário, algumas medidas, como preço dos imóveis e/ou níveis de aluguel, são também importantes. A combinação de indicadores de renda e aluguéis é muito mais satisfatória (SMITH, 1987, p. 463, tradução nossa).

Em função do caráter inicial do projeto Porto Maravilha, ainda não se dispõe de dados sobre a transição do perfil demográfico da zona portuária. Neste artigo são usados somente os dados do mercado imobiliário. Para tanto, optou-se por utilizar os

preços médios na venda de apartamentos, medidos pela FipeZap[11]. Seguem algumas observações sobre os dados do Gráfico 1.

A Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (Fipe), em parceria com um jornal de grande circulação, passou a monitorar o mercado imobiliário há alguns anos. Os dados da Tabela 1 e do Gráfico 1 são referentes ao preço médio de venda de apartamentos (independente do número de dormitórios), por metro quadrado, praticado pelo mercado em cada bairro selecionado e divulgado nos classificados dos principais diários cariocas. Sabe-se que o preço anunciado não é, necessariamente, o preço de venda, contudo, é próximo o suficiente para que justifique a comparação entre os bairros selecionados. Trata-se do único índice que permite fazer comparações entre períodos desde 2008.

Foram selecionados os bairros da zona portuária[12], o centro e alguns bairros imediatos das Zonas Sul e Norte (Figura 5). Para mensurar a relação entre o preço dos imóveis e a distância entre os bairros, foi definido um ponto de referência no centro (ponto zero)[13], assim como em cada um dos bairros selecionados. Nos períodos escolhidos (julho/2009, janeiro/2012 e abril/2014), analisou-se a variação dos dados em três momentos: antes do lançamento do projeto Porto Maravilha e em dois intervalos posteriores, com períodos aproximados de 30 meses entre eles, de modo a notar o comportamento do mercado.

O resultado pode ser visto no Gráfico 1. O objetivo aqui é perceber o *rent gap* na zona portuária. Portanto, escolheu-se como referência espacial o centro da cidade e dois vetores: um em direção à Zona Sul, onde se localizavam os tradicionais bairros das camadas mais elevadas, e outro em direção aos bairros imediatos da Zona Norte, ocupados por populações de camadas médias e baixas.

A análise do gráfico parece ratificar as teorias de Smith sobre gentrificação e *rent gap*. Nos dados referentes a julho de 2009, antes do lançamento do projeto Porto Maravilha, observa-se um pequeno "vale" formado na zona portuária (Santo Cristo e Gamboa). Enquanto nesses bairros os preços se situam próximos a R$ 1.500/m², nos bairros mais imediatos, os preços ultrapassam os R$ 4 mil/m² (Catete) ou R$ 3 mil/m² (Glória). E elevam-se ainda mais em direção à Zona Sul. No vetor norte, os preços alcançam por volta de R$ 2.300/m² (Tijuca, Maracanã e São Cristóvão). Considerando apenas esses resultados, o "vale" que se forma no gráfico é ainda pouco acentuado.

O "vale" aprofunda-se e alarga-se trinta meses depois. Em janeiro de 2012, os bairros portuários atingem preços próximos a R$ 3.100/m². No vetor sul, Glória e Catete alcançam R$ 7.700/m² e 8.500/m², respectivamente. Em direção aos bairros litorâneos, os preços ultrapassam os R$ 10 mil/m². Por sua vez, em direção à Zona Norte, a Tijuca e arredores alcançam preços por volta de R$ 5 mil/m². Segundo a ótica de Smith, pode-se interpretar esse aprofundamento e alargamento do "vale" como uma ampliação do *rent gap*. Desse modo, os bairros portuários converteram-se em espaços preferenciais para o investimento imobiliário, já que têm um maior potencial de crescimento e, consequentemente, uma maior taxa de lucratividade. Boa parte do aprofundamento tal *gap* está relacionada ao lançamento do projeto Porto Maravilha e ao anúncio das obras viárias na localidade.

11 Disponível em: <www.zap.com.br/imoveis/fipezap/>. Acesso em: 25 maio. 2014.

12 O bairro Saúde ficou de fora da análise, pois, durante a pesquisa, não possuía amostras suficientes de anúncio de venda de imóveis.

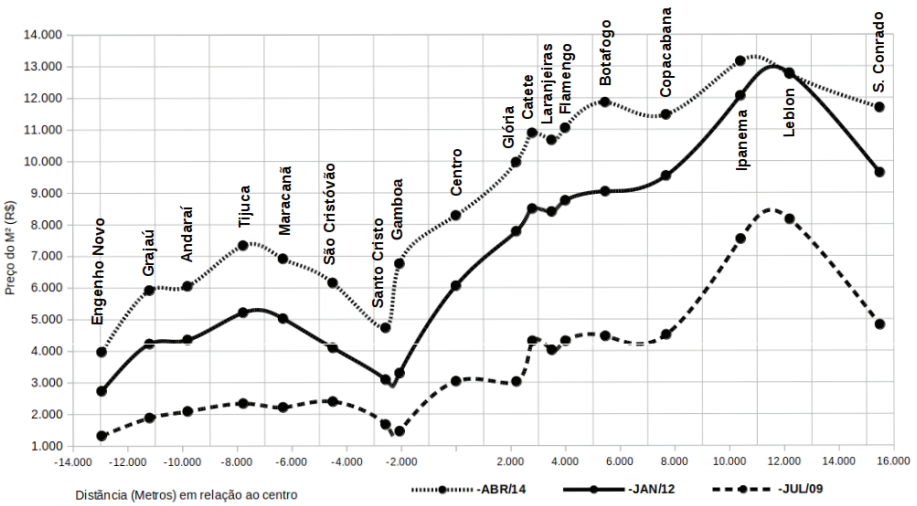
13 O ponto zero está localizado no cruzamento entre as avenidas Rio Branco e Presidente Vargas.

Tabela 1: Preços correntes de venda, por metro quadrado, de imóveis em bairros selecionados, em três períodos diferentes

Bairro	Distância em relação ao centro (m)	ABR/14 R$	JAN/12 R$	JUL/09 R$
Eng. Novo	- 12.956	3.971,00	2.734,00	1.322,00
Grajaú	- 11.204	5.920,00	4.228,00	1.887,00
Andaraí	- 9812	6.051,00	4.355,00	2.093,00
Tijuca	- 7779	7.335,00	5.214,00	2.339,00
Maracanã	- 6322	6.917,00	5.027,00	2.217,00
S. Cristóvão	- 4503	6.150,00	4.095,00	2.397,00
Sto. Cristo	- 2576	4.727,00	3.088,00	1.667,00
Gamboa	- 2064	6.757,00	3.296,00	1.457,00
Centro	0	8.280,00	6.058,00	3.036,00
Glória	2.207	9.965,00	7.776,00	3.025,00
Catete	2.794	10.890,00	8.494,00	4.310,00
Laranjeiras	3.502	10.665,00	8.400,00	4.024,00
Flamengo	4.003	11.050,00	8.752,00	4.311,00
Botafogo	5.463	11.858,00	9.038,00	4.461,00
Copacabana	7.688	11.466,00	9.534,00	4.508,00
Ipanema	10.412	13.153,00	12.063,00	7.534,00
Leblon	12.205	12.749,00	12.779,00	8.155,00
S. Conrado	15.497	11.685,00	9.629,00	4.815,00

Fonte: FipeZap (Disponível em: <http://www.zap.com.br/imoveis/fipe-zap-b/>. Acesso em: 5 mai. 2014).

Gráfico 1: Preços correntes de venda de imóveis no município do Rio de Janeiro (bairros selecionados)



Fonte: FipeZap (Disponível em: <http://www.zap.com.br/imoveis/fipe-zap-b/>. Acesso em: 5 mai. 2014).

Dados mais recentes (abril de 2014) demonstram que os preços médios dos imóveis nos bairros portuários e no entorno continuam a elevar-se. Entretanto, percebe-se que o "vale" tem se tornado menos profundo. Esses últimos dados são posteriores ao início da execução das obras no Porto Maravilha. O mercado imobiliário local se aqueceu e assistiu à elevação dos preços. A partir daí, é razoável concluir que o "potencial" da renda da terra está sendo "consumido". Se essa tendência prosseguir, o "vale" deve reduzir-se até o instante em que não for mais do interesse do mercado imobiliário investir da mesma maneira, já que a taxa de lucratividade também tende a diminuir.

Figura 5: Bairros selecionados do Rio de Janeiro

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da ferramenta MapBox.

Percentualmente, o bairro Gamboa foi, entre os selecionados, aquele que mais se valorizou entre julho de 2009 e abril de 2014 – aproximadamente 364%. O restante dos bairros apresentou os seguintes índices: Glória (229%), Tijuca (213%), Santo Cristo (184%), São Cristóvão (156%), Centro (172%), Botafogo (165%), Ipanema (74%) e Leblon (56%).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível apresentar alguns apontamentos preliminares a partir das discussões realizadas até aqui.

Parte-se da ideia de que as formulações teóricas sobre a gentrificação e o *rent gap* de Smith são úteis para entender o episódio carioca, apesar de não darem conta de todo o processo, conforme a crítica de alguns pesquisadores já citados.

A zona portuária do Rio de Janeiro atravessou um período de deterioração física e econômica a partir da década de 1950. Esse processo é comumente chamado de *filtering*[14] pela literatura acadêmica anglófona de inspiração neoclássica. Tal conceito foi desenvolvido por Brian Berry, que o explica da seguinte forma: quando novas edificações são construídas, elas são ocupadas, em geral, por famílias de renda mais elevada. As edificações anteriores deixadas por essas famílias são "filtradas" para famílias de renda inferior. Em cadeia, cada família ocupa uma residência melhor, deixada por uma família de renda superior, e, por conseguinte, libera uma residência para uma família de renda inferior. O limite do processo ocorre quando os piores imóveis saem do mercado por abandono ou demolição (BERRY, 1980, p. 16). Portanto, o *filtering* seria a explicação para a deterioração física e o esvaziamento econômico sofridos por alguns bairros próximos aos centros das cidades.

O modelo de *filtering* não contribui para o exemplo do Rio de Janeiro, pois a deterioração dos bairros portuários ocorreu mais em função da transferência de indústrias para pontos mais distantes do centro e do declínio das atividades portuárias do que pelo deslocamento de famílias de renda mais elevada para bairros mais valorizados. A proposição de Smith (1996, p. 60) de que "nós podemos pensar n[a] explicação [do *rent gap*] como uma correção, pelo lado da produção, do tradicional conceito de '*filtering*'" tampouco ajuda, porque aparenta ser mais adequada à realidade do sistema urbano estadunidense. Todavia, é válida a seguinte observação. A deterioração econômica de determinadas áreas da cidade não deve ser entendida como inevitável, uma vez que são os agentes das forças de mercado que a produzem. Os mecanismos que perpassam o *filtering* são a depreciação e a desvalorização do capital investido em *inner-cities*, portanto, decisões de mercado. Tal desvalorização produz as condições econômicas objetivas que fazem da valorização do capital (gentrificação) uma resposta racional do mercado, o que é chamado por Smith de *rent gap*.

Eis uma importante contribuição de Smith para entender o Porto Maravilha. Tanto o já citado processo de deterioração física e de esvaziamento econômico da zona portuária durante a segunda metade do século XX, quanto o recente movimento para gentrificá-la são resultados das escolhas e da correlação de forças dos agentes de mercado – órgãos governamentais, proprietários de terra e de imóveis ou instituições financeiras. O próprio processo de deterioração de um bairro não é visto necessariamente de maneira negativa pelo mercado imobiliário, pois se apresenta como uma grande oportunidade de negócio. A gentrificação ocorre justamente quando o *rent gap* é amplo o suficiente.

O trabalho de Smith ajuda a perceber que a gentrificação deixou de ser uma "anomalia local" para se tornar uma estratégia urbana global generalizada (SMITH, 2006). Essa é uma das polêmicas dele com Clark (2005), que questiona se a generalização é realmente uma novidade, dado que, de alguma maneira, o alcance global do fenômeno não seria recente.

14 O f*iltering,* ou *filtering down*, como já foi chamado no passado, é o oposto da gentrificação. Ocorre quando as famílias que se mudam para determinado bairro são de nível socioeconômico mais baixo que o daquelas que se movem para fora. Entendido como um processo de mudança espacial, social e urbana, ele é associado à Escola de Chicago, particularmente ao modelo de zonas concêntricas de E. Burgess e, mais ainda, ao modelo setorial de uso da terra de H. Hoyt (CLARK, 2010).

A generalização da gentrificação, argumenta Smith (2006, p. 75-78), possui algumas características centrais interligadas, como o novo papel do Estado, o protagonismo dos governos locais e a parceria com o capital privado – características que se destacam como elementos comuns em diversas experiências internacionais. O caso carioca é um bom exemplo, já que o projeto tem sido conduzido por um consórcio do qual participa a prefeitura municipal e algumas empresas privadas. Vê-se a presença do capital financeiro e do novo papel desempenhado pela globalização do capital. Nesse ponto, a intenção de construção das *Trump Towers* no Rio é emblemática. Há diversas empresas internacionais envolvidas no projeto, conforme mostra a página eletrônica do empreendimento. A resistência contra a gentrificação também tem sido observada em escala global – Berlim, Nova Iorque, Vancouver, São Francisco, Paris são alguns dos casos citados por Smith. No Rio de Janeiro, o Fórum Comunitário do Porto produziu um relatório, publicado em maio de 2011, que destaca as violações de direitos e as reivindicações dos moradores.

Cabe destacar, ainda, alguns aspectos do caráter classista da gentrificação. Trata-se de uma produção de paisagens urbanas que precisam ser consumidas pelos novos moradores de renda mais elevada. A lógica do mercado, e não mais a dos financiamentos de serviços sociais, é que serve de orientação para as políticas urbanas (SMITH, 2006, p. 80).

O debate sobre o *rent gap* foi levado adiante por muitos pesquisadores de países centrais, porém foi deixado de lado nas reflexões sobre as experiências de renovações urbanas no Brasil. A despeito de serem indissociáveis na ótica de Smith, o termo gentrificação obteve expressivo alcance nos estudos urbanos brasileiros; afirmação semelhante não pode ser feita para o caso do *rent gap*.

Antes de finalizar, reconhece-se que, a partir deste artigo, vários pontos devem ser aprofundados. Por exemplo, é necessário levantar mais dados sobre o mercado imobiliário, verificar a transição do perfil dos moradores dos bairros portuários e pôr tais informações em escrutínio. Igualmente, outros indicadores precisam ser incorporados à análise, assim como outras experiências de aplicação empírica do *rent gap*. A zona portuária encontra-se em pleno curso de transformação, e esse fato impõe algumas limitações metodológicas.

Por essas razões, é oportuno sugerir alguns elementos para uma possível agenda de pesquisa. O monitoramento do mercado imobiliário local trará informações sobre uma eventual mudança do perfil demográfico dos bairros portuários. Por pressão de movimentos populares de luta por moradia, encontra-se em discussão nos órgãos municipais o Plano de Habitação de Interesse Social do Porto. Acompanhar o plano e a sua execução é uma tarefa relevante na verificação de algum efeito considerável nesse espaço urbano. Observar a participação do Estado nos casos de gentrificação e realizar um estudo comparativo com experiências internacionais podem ser ações úteis para compreender a diversidade das atuações governamentais. Enquanto em alguns casos os governos são sutis, no episódio carioca, eles desempenham ações decisivas.

Renato Domingues Fialho Martins:
renatofmartins@yahoo.com.br.

Artigo recebido em 10 de junho de 2015 e aprovado para publicação em 20 de novembro de 2015.

REFERÊNCIAS

BERRY, B. Inner-city futures: an American dilemma revisited. *Transactions of the Institute of British Geographers*, n. 5, p. 1-28, 1980.

CLARK, E. The rent gap and transformation of the built environment: case studies in Malmö 1860-1985. *Geografiska Annaler*, v. 70, n. 2, p. 241-254, 1988.

_____. On gaps in gentrifiction theory. *Housing Studies*, v. 7, n. 1, p. 16-26, 1992.

_____. The rent gap re-examined. *Urban Studies*, v. 32, n. 4, p. 1489-1503, 1995.

_____. The order and simplicity of gentrification: a political challenge. In: ATKINSON, R. & BRIDGE, G. (Ed.). *Gentrification in a global context*: the new urban colonialism. New York: Routledge, 2005. p. 261-269.

_____. Filtering. *Encyclopedia of Geography*, 2010. Disponível em <http://www.sage-ereference.com/geography/Article_n429.html>. Acesso em: 5 maio de 2015.

FREITAS FILHO, A.P. A indústria do Rio de Janeiro no início da década de 1960 e o pensamento dos industriais cariocas sobre a fusão (1960-75). In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 11., 2004, Rio de Janeiro. Anais do XI Encontro Regional de História. Rio de Janeiro: ANPUH-RJ, v.1, 2004. Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2004/Simposios%20Tematicos/Almir%20Pita%20Freitas%20Filho.doc>. Acesso em: 7 dez. 2015.

GEIGER, P. Ensaio para a estrutura urbana do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 22, n. 1, p. 3-46, jan./mar. 1960.

GLASS, R. *London*: aspects of changes. London: Centre for Urban Studies and MacGibbon and Kee, 1964.

HAMNETT, C. The blind men and the elephant: the explanation of gentrification. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 16, n. 2, p. 173-189, 1991.

LAMARÃO, S. T. N. *Dos trapiches ao porto*: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 2006.

LEY, D. Alternative explanations for inner-city gentrification: a canadian assessment. *Annals of Association of American Geographers*, v. 76, n. 4, p. 521-535, 1986.

OSORIO, M.; VERSIANI, M. H. O papel das instituições na trajetória econômico-social do Estado do Rio de Janeiro. *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 188-210, jul. 2013.

SMITH, N. Toward a theory of gentrification: a back too a city movement by capital, not people. *Journal of the American Planning Association*, v. 45, n. 4, p. 538-548, 1979.

_____. Gentrification and rent gap. *Annals of Association of American Geographers*, v. 77, n. 3, p. 462-465, 1987.

_____. *New urban frontier*: gentrification and the revanchist city. London: Routledge, 1996.

_____. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à "regeneração" urbana como estratégia urbana global. In: BIDOU-ZACHARIASEN (Ed.). *De volta à cidade*: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006. p. 59-87.

_____. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. *GeoUSP*, São Paulo, n. 21, p. 15-31, 2007.

SOARES, M. T. S. Fisionomia e estrutura do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 329-387, jul./set. 1965.

ABSTRACT: *The Operação Urbana Consorciada (OUC) Porto Maravilha refers to a set of urban interpositions on roads, real state and financial apport in the port area of Rio de Janeiro. The interpositions are performed by a consortium involving the municipal government and transnational contractors. The urban operation in question stands out from others because this is the largest brazilian public-private partnership. The aim of this paper is to perform an analysis of the OUC Porto Maravilha from the theoretical rent gap formulation proposed by Neil Smith with the consequent discussion about the concept of gentrification. The purpose is to make sure that it can help to understand the urban interventions in Rio. In addition, it intends to examine the limits and virtues of the the rent gap. There are several issues to consider: Is it possible to "import" a theory formulated to cities of core countries and apply it in Rio experience? If so, what are the distinctions and precautions that should be outlined?*

KEYWORDS: *Porto Maravilha; gentrification;* rent gap*; urban entrepreneurship*.

Verticalização e permeabilização do solo urbano nos setores censitários de Belo Horizonte/MG[1]

Verticalization and soil sealing in the census tracts of Belo Horizonte/MG

1 Agradecimento à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pelo apoio financeiro concedido por meio do Programa "Pesquisador Mineiro".

Carlos Lobo
Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências,
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belo Horizonte, MG, Brasil

Diego Ferreira Fonseca
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Belo Horizonte, MG, Brasil

Ricardo Alexandrino Garcia
Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências,
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belo Horizonte, MG, Brasil

Resumo: *Nas últimas décadas, a discussão sobre a forma/densidade de ocupação e a qualidade ambiental do espaço urbano ganhou ampla repercussão no cenário político e na mídia internacional. Por sua vez, a relação específica entre a verticalização construtiva e o nível de impermeabilização do solo tem sido objeto de recorrentes debates e controvérsias na literatura acadêmica. Embora a influência positiva de áreas permeáveis na qualidade do ambiente urbano pareça consensual, sobretudo no que diz respeito às dinâmicas atmosférica e hídrica, tem-se a necessidade de produção de informações mais precisas, detalhadas e úteis para a tomada de decisão na esfera política e no âmbito do planejamento territorial, especialmente naquele sob competência do poder público. A partir de técnicas de geoprocessamento e métodos de estatística inferencial e espacial, este artigo tem como objetivo avaliar a relação entre a verticalização construtiva e o nível de impermeabilização do solo urbano, tendo como unidade de análise os setores censitários do município de Belo Horizonte/MG em 2000. Considerando os resultados do modelo de regressão linear local, não foram observados níveis significativos de determinação da impermeabilização do solo, em função dos valores de altura das edificações. Destaque-se, contudo, que os* clusters *identificados com alto nível de verticalização corresponderam exatamente àqueles com maiores níveis de impermeabilização.*

Palavras-Chave: *verticalização; permeabilização do solo urbano; Belo Horizonte.*

INTRODUÇÃO

As maiores transformações da civilização moderna ocorreram nos últimos cem anos, sobretudo nas grandes cidades (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1996). O crescimento urbano, que já experimentou certa tendência de estabilização nos países desenvolvidos, onde os efeitos da transição demográfica se manifestaram há tempos, deu sinais de arrefecimento nos países em desenvolvimento. Apesar disso, a expansão das áreas urbanas na atualidade parece impor sérios limites à melhoria da qualidade de vida nas grandes cidades, a exemplo dos gargalos de mobilidade e dos recorrentes problemas ambientais em áreas urbanas. Como assinala Zahn (1983), levantamentos da Organização das Nações Unidas (ONU) divulgados no final do século passado demonstraram que o contingente populacional urbano cresceu de 704 milhões em 1950 (28%) para 1.352 milhões em 1970 (37%), o que representou um incremento bruto de 92% (enquanto a população total cresceu apenas 46%). Projeções da ONU publicadas em 2014 estimavam uma população urbana mundial de 3.329 milhões (51%) para o final do século XX. Em 2014, conforme novas estimativas da organização, 54% da população mundial vivia em áreas urbanas, proporção que, assim se espera, atingirá 66% em 2050 (UNITED NATIONS, 2014).

O incremento técnico-acumulativo ocorrido no século passado intensificou o processo de exploração da natureza pelo homem, superando algumas das restrições naturais impostas pelo ambiente modificado. Após a Segunda Guerra Mundial, o aumento das forças produtivas, impulsionado pelo progresso científico e técnico, rompeu com todas as proporções históricas anteriores. O sistema produtivo, indo além da exploração de recursos naturais, passou a produzir uma "outra natureza", que, materializada nos grandes aglomerados urbanos, redimensionou as formas de ocupação e de transformação da superfície terrestre em seus diversos subsistemas. A cobertura vegetal, os recursos hídricos e os componentes atmosféricos foram sensivelmente afetados. A intensidade do adensamento humano nas cidades industriais teve forte efeito perturbador no clima local.

Avaliar os efeitos decorrentes da atividade humana é uma tarefa cada vez mais essencial da administração pública municipal, em particular nos âmbitos da gestão e do planejamento territorial, que devem ter o propósito de melhorar a qualidade de vida das populações que vivem nas cidades. Nesse contexto, uma questão que recorrentemente tem envolvido o debate político, sendo citada pela literatura técnico-científica, refere-se à perda de área permeável, resultante, como se supõe, do forte adensamento populacional e da chamada verticalização construtiva.

Este trabalho analisa a possível influência do processo de verticalização construtiva nos níveis de impermeabilização do solo urbano. A hipótese investigada, com base em técnicas de Geoprocessamento/Processamento Digital de Imagens e em métodos de Estatística Espacial e Inferencial, é a da suposta relação de determinação estatística (regressão linear) da variável de proporção de áreas impermeáveis pela altura média das edificações, tendo como exemplo analítico os setores censitários do município de Belo Horizonte. Foram utilizadas as bases vetoriais que compõem o cadastro municipal das edificações da Prefeitura Municipal, o levantamento plano/altimétrico e o mosaico de cenas, obtido pelo sistema sensor *RapidEye*, de todo o território do município de Belo Horizonte.

VERTICALIZAÇÃO E PERMEABILIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: PROMESSAS E CONTROVÉRSIAS DA CHAMADA "CIDADE COMPACTA"

Como destacam Santos e Tavares (2011), o espaço urbano apresenta-se como objeto intrínseco do processo de acumulação capitalista, o qual se transformou em mercadoria de alto valor, favorecendo a ampliação da mais-valia de grupos seletos inseridos no sistema financeiro mundial. Para Machado e Méndes (2003), a verticalização pode ser vista como uma materialização das transformações técnicas que atingem as cidades contemporâneas. Não deve ser considerada como uma consequência natural do processo de urbanização, mas sim como uma das possíveis opções traçadas e definidas pelos diferentes fatores sociais e pelos interesses econômicos que envolvem a estrutura das cidades. Ela é, ainda, uma das grandes responsáveis pelas alterações morfológicas e funcionais de amplos segmentos da paisagem urbana, a qual permitiu a existência e multiplicação de solos superpostos e a revalorização do espaço pelo aumento do potencial de aproveitamento (MACEDO, 1987)[2].

Santos e Tavares (2011) pontuam que o processo de verticalização aparece como uma das principais modalidades de apropriação do espaço urbano nas grandes cidades do mundo e também no Brasil, pois representa um tipo de habitação – ao menos no discurso racionalizante global – atrelado ao que há de moderno, o que gera no mercado habitacional expectativas e sentimentos de satisfação. Esse processo é tanto resultado da multiplicação do solo urbano (FERREIRA, 1987) quanto produto no espaço de uma estratégia entre múltiplas formas de capital: o fundiário, o imobiliário e o financeiro (SOUZA, 1989). Como resultado da multiplicação do solo urbano (SOUZA, 1994; SOMEKH, 1997), no Brasil, a verticalização também esteve associada, sobretudo, à habitação e não ao setor de serviços, como aconteceu em muitos outros países do mundo. Ademais, apesar de algumas experiências isoladas, ao analisar o caso da capital paulista, Somekh (1997) destaca que os apartamentos não eram opção de moradia barata da classe baixa, mas sim a opção para uma elite cultural inclinada aos padrões de modernidade ou para uma classe média formada por imigrantes (RAMIRES, 1998)[3]. Souza (1994, p. 138) afirma que "a produção de edifícios constitui[u]-se [como] uma possibilidade inusitada de articulação das múltiplas formas do capital num objeto – o edifício, num mesmo lugar – o urbano, num tempo/circulação extremamente reduzidos".

O processo de verticalização tem sido acompanhado por outras questões não menos relevantes, como segregação social, revisão da legislação urbana e agravamento dos problemas ambientais (MENDES, 1992). Para Scussel e Sattler (2010), o exame da literatura permite afirmar que a verticalização não é, em si, boa ou má. A questão é bem mais complexa, estando relacionada a um conjunto de fatores, como custos de infraestrutura urbana, tipologia das edificações, estruturação da malha viária, que, combinados, definem a qualidade do espaço urbano.

A mudança na paisagem urbana é apenas um dos elementos decorrentes do processo de verticalização e está ligada ao comprometimento da relação homem-meio (MACHADO; MENDES, 2003), a qual produz reflexos diretos no meio físico, incluindo impactos ambientais no clima urbano, na drenagem, na cobertura vegetal,

2 É possível compartimentar o espaço urbano, segundo seus elementos físicos, em três sistemas integrados: sistema de espaços com construções, sistema de espaços de integração viária e sistema de espaços livres de construção (CAVALHEIRO; DEL PICCHIA, 1992). Como espaço livre, compreende-se qualquer espaço urbano fora das edificações e ao ar livre, de caráter aberto, e que, independentemente do uso, seja destinado ao pedestre e ao público em geral. Os espaços livres de construção, como elementos integradores da paisagem urbana, são normalmente associados à função de lazer, como praças, jardins ou parques, que devem ser elaborados de acordo com as atividades e necessidades do homem urbano, a fim de favorecer a qualidade de vida nas cidades.

3 Para Ramires (1998), apesar das controvérsias, é possível identificar alguns pontos de consenso nos debates sobre a verticalização e temas afins: 1º) eles entendem a verticalização como um fato típico dos tempos modernos, e, na maioria dos trabalhos, o arranha-céu é apontando como um marco revolucionário para a fisionomia das cidades; 2º) veem a verticalização como representante de uma revolução na forma de construir, evidenciando a importância da técnica na produção do espaço urbano; 3º) apontam a verticalização como responsável por profundas alterações na estrutura interna das cidades, com destaque para as transformações sociais; 4º) eles reforçam a necessidade de ação do poder público para disciplinar o processo de verticalização por meio de zoneamentos, definição de gabaritos de prédios, estipulação das taxas de ocupação e de índices de aproveitamento (legislação urbana); 5º) sublinham a necessidade de incorporar a análise da lógica imobiliária na compreensão da produção do espaço urbano; 6º) destacam a necessidade de periodização como uma forma de contextualização histórica do processo de verticalização (análise por etapas).

no conforto térmico e na qualidade do ar (NUCCI, 2001). Nesse aspecto, alguns dos graves problemas presentes nas grandes cidades do Brasil e do mundo são a escassez de áreas verdes e a excessiva impermeabilização do solo, cujas consequências são observadas no comportamento térmico das áreas urbanas e na agudização dos processos erosivos[4]. A existência de áreas verdes ou permeáveis, entre outros aspectos, também interfere no equilíbrio térmico, alterando a quantidade de vapor de água na atmosfera e a absorção do calor[5]. Já a permeabilidade do solo é essencial ao controle natural das enchentes, tão frequentes nos principais centros urbanos do país. Conforme as condições da superfície do solo, a água pode nele se infiltrar e seguir vários caminhos em seu interior até atingir, por vezes, as águas superficiais, de forma lenta e contínua. A água que permanece na superfície do solo escoa rapidamente em direção ao sistema de drenagem superficial, formado por canais artificiais, rios, lagos e reservatórios. Essa parcela da precipitação é a principal responsável pela formação das enchentes (PINHEIRO, 2007).

Apesar do relativo consenso sobre a importância da cobertura vegetal e da permeabilização do solo para o equilíbrio ambiental das cidades, constata-se, com certa frequência, que essas áreas verdes não têm sido devidamente protegidas da expansão territorial e do crescimento populacional das principais cidades brasileiras, sendo alvos recorrentes de agentes do mercado imobiliário. A expansão urbana não deve ser interpretada necessariamente como um problema, sobretudo nos casos em que ela é planejada e monitorada de modo adequado pelo poder público; existem, na literatura, estudos que indicam que aglomeração espacial pode ser positiva do ponto de vista ambiental[6].

Segundo Silva (2008), as cidades atuais desenvolveram-se à custa das tecnologias de transporte que emergiram em fins do século XIX e princípios do século XX, quando, para o mesmo tempo de viagem, foram ampliadas, consideravelmente, as distâncias percorridas. Recursos passaram a ser consumidos em larga escala e, concomitantemente, geraram-se enormes montantes de desperdícios e de emissões de gases de efeito estufa, entre outros poluentes.

As cidades contemporâneas, estruturadas sob a lógica do transporte rodoviário, centrado no automóvel individual e nos grandes edifícios monofuncionais, em detrimento do transporte coletivo de massa e dos espaços públicos, devem ser repensadas e rediscutidas, e o aparato tecnológico deve estar a serviço da sociedade na busca por cidades sustentáveis (LIMA, 2014)[7]. A urbanização espacialmente dispersa representaria, nesse cenário, o desenvolvimento das cidades em função do transporte motorizado e individual, pouco sustentável do ponto de vista ambiental. Além disso, haveria um consumo excessivo do solo, com a redução da presença de áreas permeáveis e o aumento do congestionamento de veículos, dos níveis de ruído, da poluição atmosférica, associado aos elevados custos em infraestruturas e à ineficiência do fornecimento de serviços pelas autoridades locais.

Rogers e Gumuchdjian (1997) propõem uma organização das cidades fundamentada em um conceito de cidade compacta, que exige a rejeição do modelo de desenvolvimento monofuncional e da predominância do automóvel, princípios iconográficos do pensamento moderno. O foco dessa lógica reside em uma concepção de planejamento que permite uma mobilidade urbana eficiente, uma menor emissão de CO_2 e uma maior dinâmica entre espaços multifuncionais, espaços públicos e cidadãos (LIMA, 2014). O modelo de "cidade compacta" apresenta, portanto, um

4 Normalmente, a cobertura vegetal tende a estabilizar os efeitos do clima local nos arredores imediatos, minimizando condições de extremos térmicos e hídricos. O próprio processo de fotossíntese, responsável pela reciclagem de oxigênio e gás carbônico, auxilia na umidificação atmosférica. Os benefícios gerais que as áreas verdes possuem não são poucos, e alguns são de grande relevância – por exemplo, as propriedades de permeabilidade e fertilidade do solo são mantidas em áreas que possuem vegetação.

5 Nas áreas arborizadas, parte da energia obtida é utilizada na evaporação da água superficial e infiltrada no solo e também na evapotranspiração, favorecendo um menor acúmulo de energia.

6 Numa escala global, como sugere Glaeser (2011), metade dos seres humanos ocupa 4% das terras cultiváveis, o que libera mais espaço para a agricultura e para as áreas verdes.

7 Nas últimas décadas, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, prevaleceu um modelo de urbanização fundamentado nos princípios da "Carta de Atenas" (CIAM, 1933), que, mais tarde, culminou no Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. Um documento dela resultante, publicado por Le Corbusier em 1942, concentrava-se no conceito de "cidade funcional", baseado na criação de zonas independentes para as funções de habitação, trabalho, lazer e circulação (SILVA, 2008). Um bom exemplo de cidade fundado nesse paradigma é Brasília. De acordo com Silva (2008), esse modelo urbanístico é desarticulado, com componentes que não interagem ou que tornam os custos muito elevados. Com base nesses princípios de funcionalidade, o planejamento urbano das grandes cidades tem fomentado o desenvolvimento de estruturas amorfas, extremamente consumidoras de tempo e energia, nas quais as estradas determinam a geometria urbana, com edifícios ligados às rodovias e cada vez menos interligados.

paradigma de desenvolvimento urbano que intenta responder a um conjunto de problemas associados ao modelo "extensivo" de cidade[8]. A lógica do discurso daqueles que defendem essa proposta baseia-se na ideia de que vias pavimentadas, redes de esgotos e linhas de transmissão elétrica menos extensas (isto é, mais próximas ao local de residência/trabalho/estudo), somadas à possibilidade de redução de deslocamentos por meio de carros e de aumento da quantidade de pessoas que frequentam o mesmo lugar, favoreceriam a melhora da qualidade de vida da população e diminuiriam o impacto negativo sobre o ambiente urbano[9]. Para Acselrad (1999), o discurso da sustentabilidade urbana foi pretensamente apresentado como uma promessa de articular, centrado na intervenção da forma urbana como fator determinante, as estratégias argumentativas da eficiência ecoenergética e da qualidade de vida. Assim, a noção de cidade compacta reunia, da perspectiva de documentos da Comissão das Comunidades Europeias, os atributos de alta densidade e de uso misto, tendendo a possuir uma maior eficiência energética ao reduzir as distâncias dos trajetos, maximizar a oferta de transporte público e prover os residentes de uma melhor qualidade de vida.

A metáfora da cidade compacta teve, como configuração formal mais aceita, o modelo policêntrico em rede, com diversificação de funções dos subcentros bem servidos de transportes públicos (CAMAGNI; GIBELLI, 1997). Contudo, sua capacidade de conjugar a eficiência no uso dos recursos ambientais com a qualidade da vida urbana não foi aceita de forma consensual. Para Jim (2004), o modelo de cidade compacta incorre em obstáculos físicos (dados os limites de expansão do sítio urbano), institucionais e legais, restringindo a quantidade e qualidade da preservação da vegetação no ambiente urbano. Ademais, a recente tendência em adotar a política de cidade compacta em alguns países desenvolvidos também exige uma abordagem diferente, capaz de incluir a preservação e a ampliação das áreas verdes. Como as estratégias da política econômica nacional podem convergir, cidades de ambos os mundos (desenvolvido e em desenvolvimento) necessitam da troca de conhecimentos obtidos de experiências exitosas (JIM, 2004).

Há a crença de que a eficácia energética e a melhoria na qualidade de vida são atributos de cidades pouco densas e descentralizadas, uma vez que estas recorrem a fontes locais de energia e de produção de alimentos em solos rurais disponíveis. Nesses modelos de cidades, emprega-se o argumento de que a forma sustentável deve mesclar, ainda que em escalas distintas, zonas de trabalho, moradia e lazer, reduzindo distâncias e "pedestrizando" o espaço urbano, de modo a frear a mobilidade de energia, pessoas e bens. A eficiência ecoenergética e as condições de vida da população resultariam, no âmbito desse discurso, da emergência de formas urbanas capazes de expressar o desejo crescente de cidades autossuficientes (ACSELRAD, 1999). Nessa hipótese prevalece, explícita e implicitamente, a expectativa de que a contração das áreas urbanas, por meio de sistemas de construções, favoreça o aumento de espaços livres. A verticalização, segundo tal discurso, permitiria uma maior concentração demográfica, favorecendo, assim, a criação/preservação de espaços abertos de uso público, livres do efeito da verticalização e da alta densidade demográfica.

O debate sobre a relação entre crescimento urbano, verticalização e qualidade de vida urbana não é ignorado pela mídia. Os argumentos que nela aparecem são centrados na oferta de áreas verdes e de uso público e no uso planejado do solo, sobretudo nos problemas ambientais relacionados à exposição da população a riscos, comumente ligados a fatores geotécnicos de inundações/enchentes. Um bom exemplo

8 A ideia das cidades compactas é uma contribuição europeia, proposta para reduzir os custos de construção de infraestruturas, propiciar uma circulação mais eficiente e menos dispendiosa e para reduzir a necessidade de expansão urbana sobre novas áreas naturais (SILVEIRA; SILVEIRA, 2014).

9 Rogers e Gumuchdjian (1997) defendem um conceito de "cidade compacta" caracterizado por: evitar a expansão sobre as áreas rurais e de preservação ambiental; aumentar o desempenho da energia; reduzir o nível de poluição e o consumo de recursos; oferecer vantagens de se morar ao lado do outro pela redescoberta dos benefícios da proximidade, sem o risco à saúde, fato típico das cidades densas do século XIX. Para esses autores, a cidade compacta é essencialmente sustentável e promove a equidade, abrigando atividades diversas e, ao mesmo tempo, sobrepostas. É uma cidade livre que favorece os contatos pessoais em espaços coletivos – uma cidade bela e conectada com a arte e, ainda, possível de ser reconstruída.

de exposição pública desse debate ocorreu na edição de dezembro de 2011 da revista *National Geographic* do Brasil, cuja matéria de capa trazia a ideia de que a solução para a crise ambiental proveniente da escassez dos recursos naturais e das mudanças climáticas poderia ser encontrada na concentração da população em cidades[10]. Trata-se de uma questão que requer, além de retórica, uma análise apurada, fundada em evidências empíricas e em reflexões menos tendenciosas[11]. A aposta em uma relação direta e automática entre concentração populacional e preservação ambiental, mais que uma simplificação analítica, pode ser a base de um discurso, eminentemente ideológico, que justifica a apropriação do espaço urbano por meio de um alto grau de adensamento construtivo, o que favorece a atuação especulativa de agentes do mercado imobiliário.

MATERIAIS E MÉTODOS

As bases digitais utilizadas neste trabalho – em formato vetorial (planta cadastral de Belo Horizonte, malha digital pontual altimétrica e setores censitários) e matricial (imagem de satélite de alta resolução) – permitiram a elaboração de dois conjuntos de indicadores, quais sejam: verticalização e impermeabilização do solo, como mostra a Figura 1. A estimativa de verticalização foi obtida do tratamento dos dados altimétricos extraídos por sensores remotos ativos (imageamento a laser). Utilizando técnicas de geoprocessamento, por meio das ferramentas de *Intersect* e *Dissolve*, disponíveis no aplicativo *ArcMap/Arcgis®*, os valores de altitudes, dispostos em uma matriz de pontos (1x1 metro), foram incorporados aos polígonos das edificações de Belo Horizonte[12]. Em seguida, para cada um dos vetores que representavam as edificações de uso particular, foi indexado um atributo relativo à estimativa de altura, derivado da média aritmética simples da matriz de pontos. A Figura 2 representa os valores de verticalização (altura média em metros) para os setores censitários de Belo Horizonte, conforme o recorte definido no Censo Demográfico de 2000[13]. Em geral, os resultados preliminares possibilitaram observar, como esperado, que os maiores níveis de verticalização correspondem às áreas centrais e pericentrais, ainda que outras áreas também se destaquem no município. São espaços que, do ponto de vista legal, possuem legislação mais permissiva e que apresentam maiores níveis de Coeficiente de Aproveitamento (CAs), em função de um zoneamento urbano com menor restrição à atuação de grandes corporações do mercado imobiliário[14].

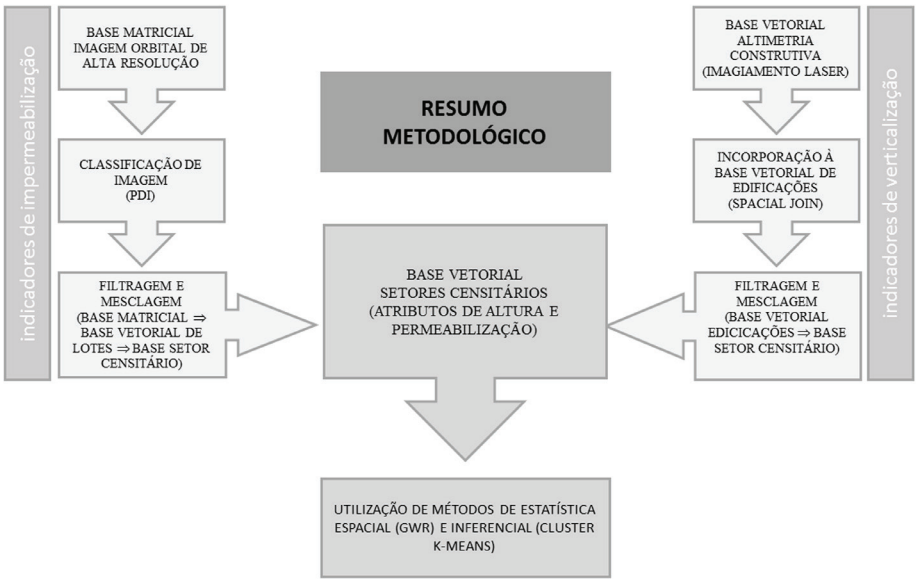
O indicador de impermeabilidade foi derivado, em uma primeira etapa, da classificação do mosaico de cenas referentes ao ano 2000, oriundo das imagens orbitais do sistema *RapidEye*, com resolução espacial de 5 metros[15]. As áreas impermeáveis foram identificadas por uma classificação supervisionada por pixel, usando o método da Máxima Verossimilhança (ferramenta disponível no *Spring* 5.2.1®). Em um segundo momento, com base em "máscaras vetoriais", foram extraídas todas as células da matriz que não era "ocupável" do ponto de vista legal, como as Zonas de Preservação Ambiental (ZPAMs), algumas zonas de grandes equipamentos urbanos (ZEs), as áreas verdes de uso público e as Áreas de Preservação Permanente (APPs), bem como aquelas com restrições de uso particular, como as vias (ruas, avenidas, travessas etc.), os parques, as praças, os corpos hídricos etc. As categorias da classificação que se referem às áreas edificadas/impermeabilizadas de uso particular foram exportadas

10 Para Glaeser (2011), se são observados os países mais urbanizados do mundo, verifica-se que não há países pobres. Disso surge a ideia de que a cidade representa, independentemente do modo de apropriação do espaço, uma forma de panaceia de desenvolvimento.

11 Tratalos et al. (2007), a partir da investigação de como a forma urbana afeta o desempenho ecológico do ambiente urbano, por meio de uma avaliação das relações entre forma urbana e medidas de qualidade ambiental e do potencial de biodiversidade em cinco cidades do Reino Unido, sugerem que não são evidentes os impactos sobre o desempenho ecológico e ambiental das zonas associadas à elevada densidade de desenvolvimento urbano. Os desafios para medir a densidade urbana indicam que são necessários vários indicadores para uma boa compreensão de como o fenômeno está relacionada ao desempenho ecológico. O uso da densidade domiciliar, por exemplo, como uma única medida de densificação pode subestimar a densidade urbana no centro da cidade, devido à proporção relativamente pequena de edifícios que são residenciais (TRATALOS et al., 2007). Utilizando como base metodológica de avaliação a ferramenta denominada Qualidade do Espaço Residencial (QER), adaptada à realidade do bairro Tambaú, em João Pessoa (PB), Silveira e Silveira (2014) concluem que a verticalização pode interferir na área onde esse processo se insere, por exemplo, por meio do incremento do tráfego de veículos ou, como demonstram Scussel e Sattler (2010), pelo aumento da poluição do ar, sonora e visual – responsáveis por alterar, negativamente, os níveis dos indicadores de qualidade do ambiente urbano.

em formato vetorial, o que permitiu calcular a proporção de impermeáveis em cada setor censitário (Figura 2). Diferente da distribuição espacial observada para a altura das edificações, as áreas impermeáveis são menos concentradas, com uma frequência de valores elevados fora da área central e em setores com amplas áreas menos verticalizadas.

Figura 1: Resumo metodológico



Fonte: Elaborado pelos autores.

As bases digitais obtidas das técnicas descritas, incluindo as estimativas de verticalização e impermeabilização, permitiram, ao executar ferramentas do *software* SPSS®, a aplicação de métodos de estatística espacial e multivariada. A partir dos atributos altura média das edificações e percentual de área impermeável, foi utilizado o modelo *Geographically Weighted Regression* (GWR)[16], a fim de avaliar a predição dos níveis de impermeabilização do solo (variável dependente), com base no parâmetro de verticalização, estimado pela altura média das edificações (variável independente/explicativa). Além dos índices de regressão local (R^2) estimados para cada setor censitário, foram identificados os padrões e a distribuição espacial dos resíduos, que representam os casos de maior e menor explicação do modelo. Complementarmente, recorreu-se ao método de classificação *k-means*[17], com o propósito de definir os agrupamentos, identificando os *clusters* compostos pelos setores censitários por combinação de diferentes níveis de verticalização e impermeabilização do solo[18].

12 Os dados da altimetria construtiva, derivados das bases topográficas cedidas pela PBH/Prodabel, foram corrigidos em função de um Modelo Digital de Terreno (MDT).

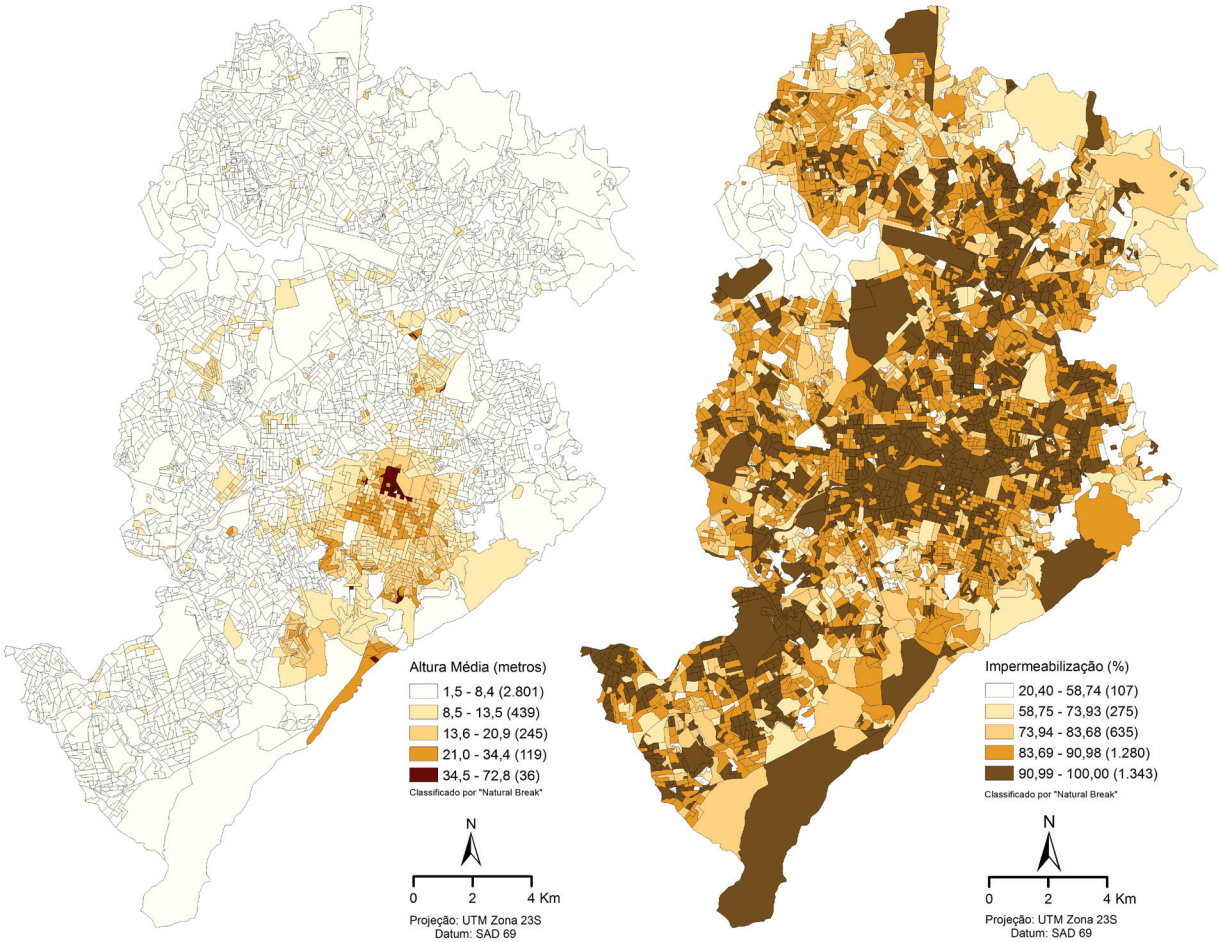
13 Foram utilizados os dados do Censo Demográfico de 2000 pelo fato de este ser uma base mais compatível temporalmente com o levantamento orbital do sistema *RapidEye* disponibilizado pela PBH, que também se refere ao ano 2000.

14 É bom destacar, contudo, que parte das áreas centrais é de ocupação antiga, o que extrapola o poder de explicação do caráter menos restritivo da legislação.

15 As cenas de imagem do *RapidEye* passaram por um pré-processamento, que consistiu em: registro; correção geométrica e radiométrica; mosaicagem e filtragem (filtro de mediana); e realce, utilizando o aplicativo *Spring* 5.2.1®.

16 Trata-se de uma ferramenta desenvolvida com o propósito de analisar fenômenos que sofrem variação na área estudada, derivada da heterogeneidade espacial. O modelo GWR tem como base o ajustamento de um modelo de regressão local para cada elemento no conjunto de dados, ponderando as observações em razão da distância a esse elemento. Pressupõe-se que pontos mais próximos ao ponto de estudo têm maiores influências nos parâmetros da regressão que os mais distanciados (CARVALHO *et al*., 2006). O método usado para definir a largura de banda ou vizinhos foi o AICC (*Akaike Information Criterion*). Esta é uma medida de desempenho, e ela é útil para comparar diferentes modelos de regressão. Nela, leva-se em conta a complexidade do modelo, o que possibilita um melhor ajustamento dos dados observados. AICC não é uma medida absoluta de bondade de ajuste, mas é útil para comparar modelos com diferentes variáveis explicativas, aplicados à mesma variável dependente.

Figura 2: Percentual de impermeabilização do solo e altura média das edificações particulares nos setores censitários de Belo Horizonte/MG, 2000



Fonte: Cadastro Municipal PBH/Prodabel, Censo Demográfico de 2000 e Mosaico de Cenas RapidEye 2000 (resolução: 5m).

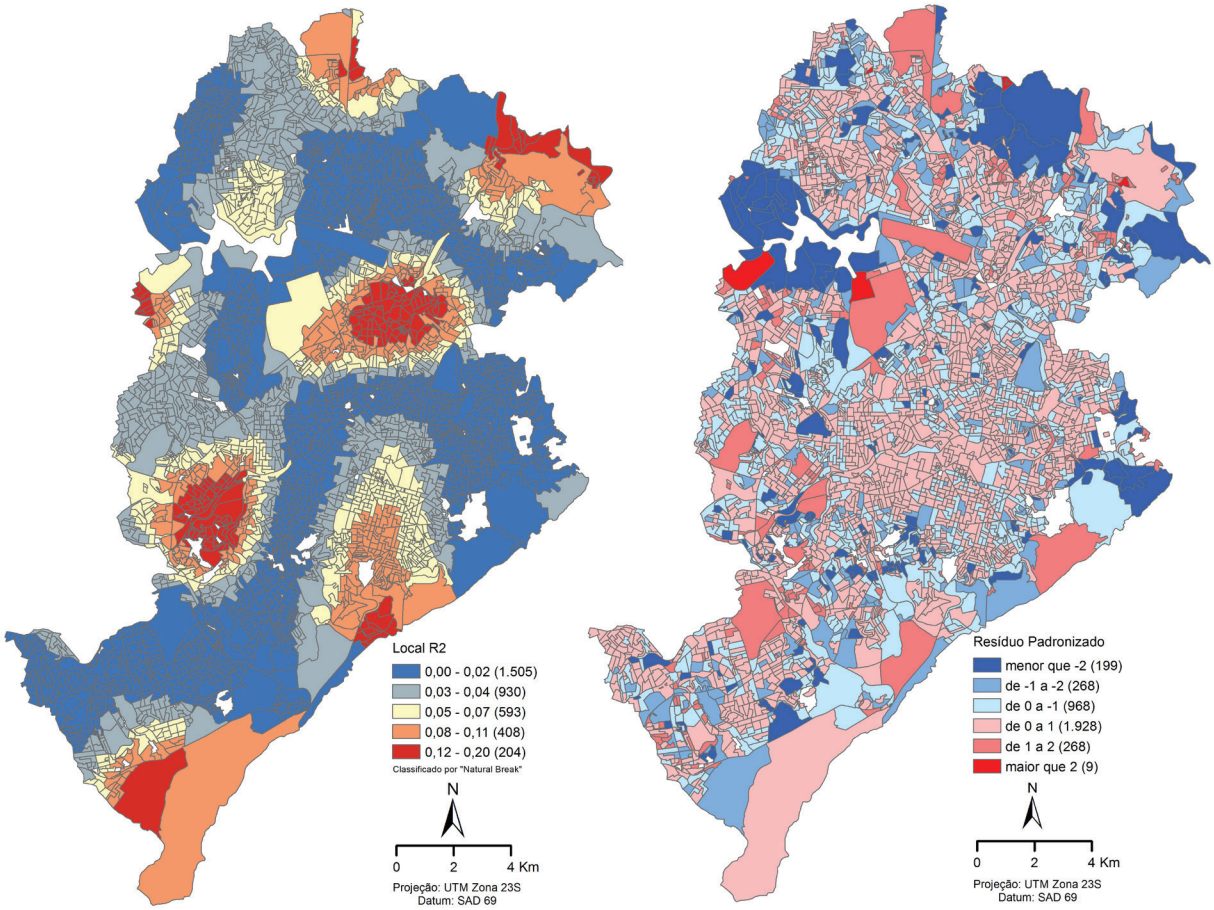
EVIDÊNCIAS NO CASO DE BELO HORIZONTE: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

De modo geral, como representado na Figura 3, os resultados sugerem que não há uma associação direta entre a altura média das edificações e a proporção de áreas impermeáveis nos setores censitários de Belo Horizonte. O valor de R^2 global ajustado, definida a altura das edificações como variável explicativa, foi de 0,2. Os escores de R^2 local também foram baixos e não ultrapassaram o valor de 0,2, o que sugere o baixo poder explicativo do nível de verticalização sobre o percentual de áreas permeáveis em cada agrupamento dos setores censitários. Contudo, os escores de resíduo padronizado permitem identificar algumas particularidades na distribuição espacial.

17 Considerado como não hierárquico, o *k-means* é um método de classificação que leva em conta a distância de cada elemento amostral, cujo centroide corresponde ao ponto mais próximo do vetor de valores observados para o respectivo elemento (MINGOTI, 2005).

18 O agrupamento inicial e o número de classes (*K=9*) foram definidos utilizando inicialmente o método *TwoStep Cluster*. Uma grande vantagem desse método é a possibilidade automática de encontrar, caso seja desconhecido, o chamado "valor ótimo" de agrupamentos, obtido das informações estatísticas fornecidas pelo Critério de Informação Bayesiano (BIC ou CIB).

Figura 3: Verticalização e Impermeabilização do solo nos Setores Censitários de Belo Horizonte/MG, 2000 – Regressão Espacialmente Ponderada (*GWR*): R^2 e Resíduos Padronizados



Fonte: Cadastro Municipal PBH/Prodabel, Censo Demográfico de 2000 e Cenas RapidEye 2000.

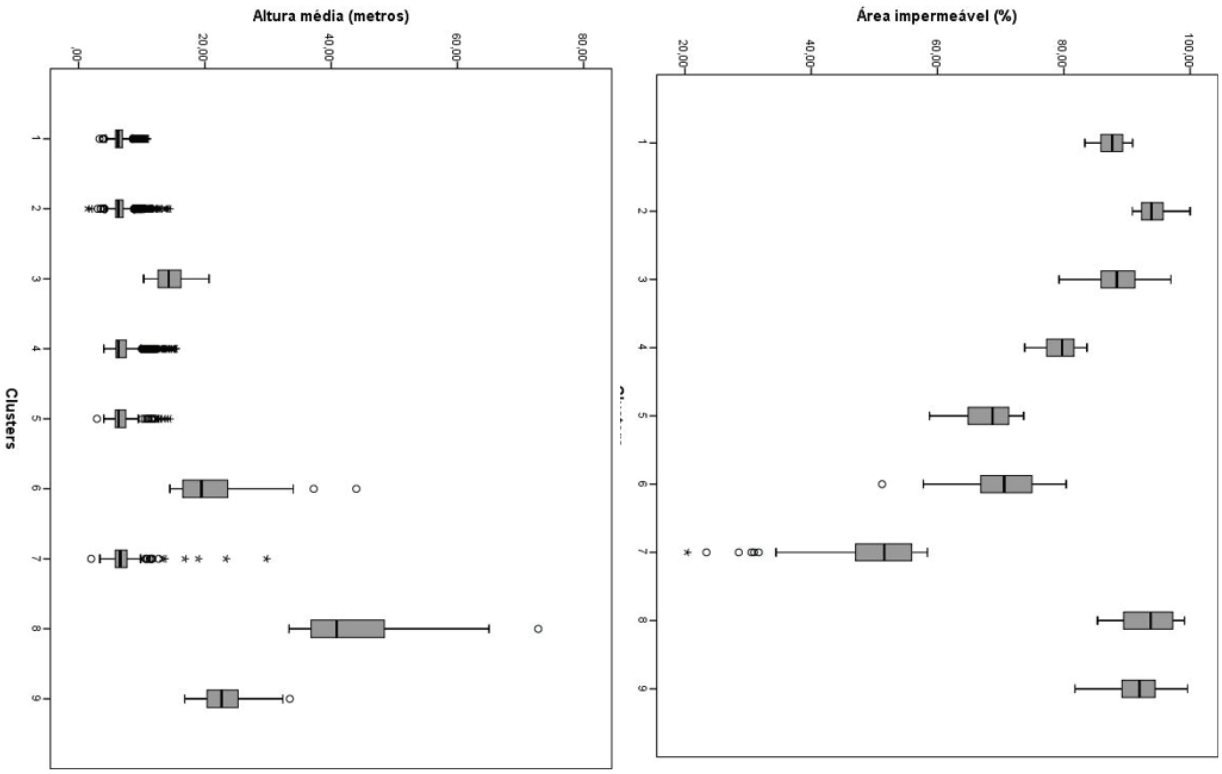
Enquanto os setores censitários com valores de impermeabilização que se ajustam melhor aos parâmetros estabelecidos pelo modelo se distribuem de modo mais disperso, sobretudo aqueles com desvios positivos em relação ao valor predito, os que mais destoam da reta de regressão apresentam uma relativa concentração espacial. Como observado na Figura 3, destacam-se nesse grupo 199 setores, cujos valores de desvio padrão são inferiores a 2, localizados próximos da orla da Lagoa da Pampulha e também em partes das regiões Norte e Leste de Belo Horizonte. Em tais casos, os valores de impermeabilização são menores que o esperado, dadas as médias de altura das edificações. Eles compõem, em sua maioria, loteamentos de classe alta e média alta, cujas áreas são maiores e correspondem às zonas com os Coeficientes de Aproveitamento (CAs) mais baixos, o que permite e induz a manutenção de maiores áreas não edificadas.

Além do baixo poder explicativo do modelo de regressão utilizado, os resultados da análise de *cluster* também não confirmam uma relação direta entre a verticalização e a proporção de áreas impermeáveis. Há, contudo, casos que caracterizam a relação inversa entre as duas variáveis analisadas. Dos nove *clusters* identificados[19], os dois com maiores níveis de altura das edificações (*clusters* 8 e 9), cujos valores da mediana de

19 Os parâmetros obtidos do teste de Analise de Variância (ANOVA), cujos níveis de significância foram superiores a 95% em ambos os casos, indicam valores críticos (*F*) que permitem identificar diferenças entre as médias dos *clusters* para as duas variáveis utilizadas (altura das edificações e percentual de impermeabilização).

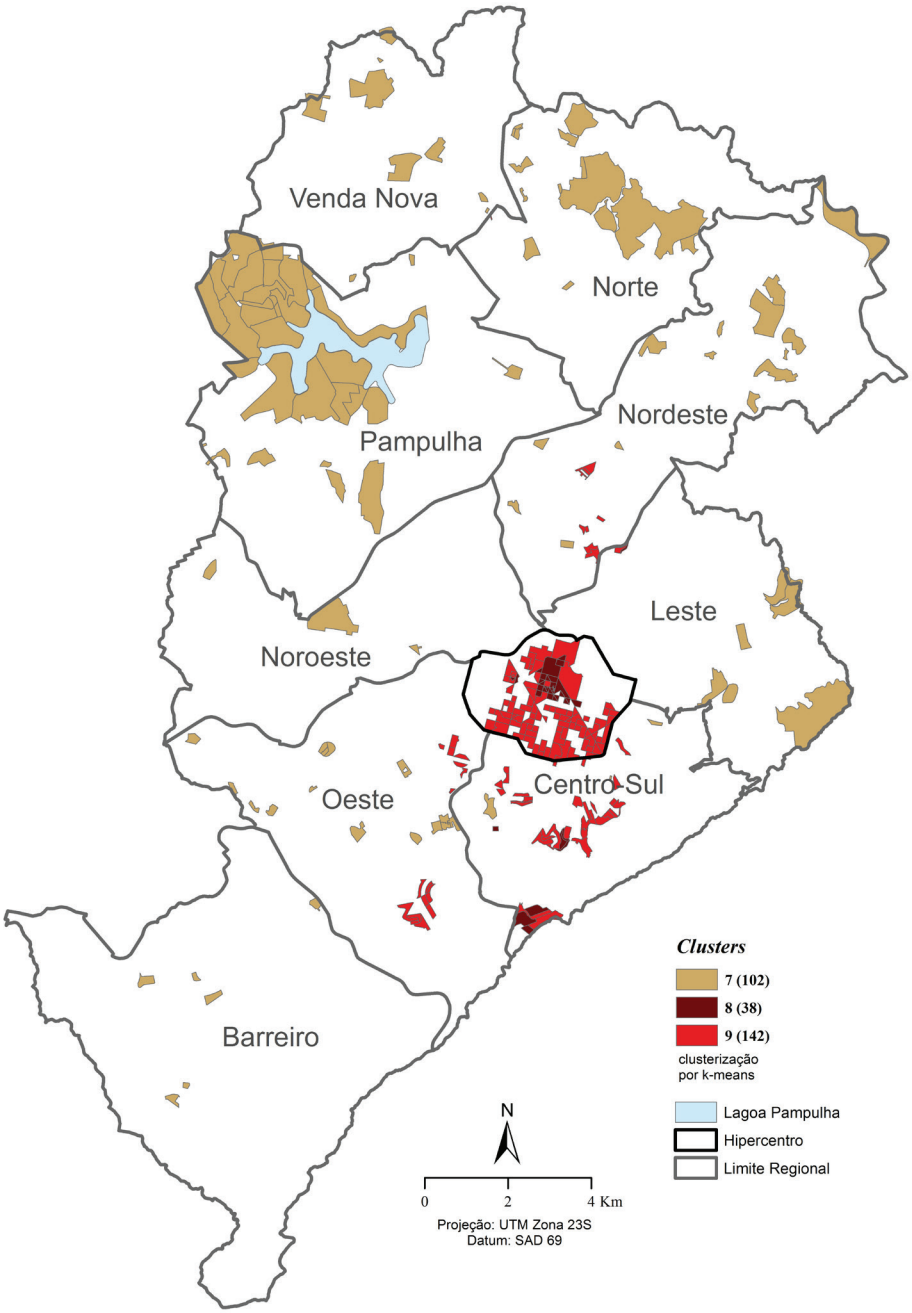
altura são superiores a 20 metros, correspondem àqueles com maiores níveis de impermeabilização do solo. Os valores do centroide desses agrupamentos correspondem a, respectivamente, 93,28% e 91,77% de área impermeável. Esses mesmos *clusters* (8 e 9), que compreendem 38 e 142 setores censitários, nessa ordem, localizam-se predominantemente na porção central de Belo Horizonte, em especial no chamado Hipercentro (Figura 4). Por outro lado, o *cluster* 7, que envolve 107 setores censitários com menor nível de impermeabilidade, concentra-se na regional Pampulha, notadamente às margens da lagoa. Nesse caso, os valores medianos de impermeabilização são os mais baixos. No entanto, existem vários setores desse agrupamento localizados em diversas Regionais Administrativas, particularmente em Venda Nova, Norte, Nordeste e Leste.

Figura 4: Verticalização e Impermeabilização do solo (*Box-Plot*) nos Setores Censitários de Belo Horizonte/MG, 2000, conforme classificação *k-means*



Fonte: Cadastro Municipal PBH/Prodabel, Censo Demográfico de 2000 e Cenas RapidEye 2000.

Figura 5: Clusters de maior verticalização (*k-means*) nos Setores Censitários de Belo Horizonte/MG, 2000 (agrupamentos selecionados)



Fonte: Cadastro Municipal PBH/Prodabel, Censo Demográfico de 2000 e Cenas RapidEye 2000.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se, por um lado, a premissa de que a cidade compacta poderia reduzir os impactos ambientais derivados do crescimento acelerado do espaço urbano, notadamente aqueles decorrentes da perda de áreas permeáveis, possa parecer razoável no plano teórico, por outro, as evidencias empíricas trazidas neste *paper* revelam que os setores censitários de Belo Horizonte com maiores níveis de verticalização não correspondem àqueles com menor grau de impermeabilização do solo. Consideradas apenas essas variáveis, no recorte temporal e espacial analisado, os resultados demostram uma aleatoriedade estatística quando se observa a correlação espacial entre a verticalização e a existência de áreas permeáveis no espaço urbano da capital mineira. Os baixos valores de R^2 confirmam o baixo poder de determinação da altura média das edificações sobre a variável.

Em Belo Horizonte, assim como em outros municípios brasileiros, a ocupação inadequada, não planejada ou mal planejada do espaço e a não observância da lei de uso e ocupação do solo vêm agravando uma série de problemas ambientais que afeta principalmente a população de baixa renda, a qual ocupa as chamadas áreas de riscos. O processo de verticalização, ainda que tenha a vantagem de concentrar a população em uma área menor, pode acentuar os níveis de degradação do espaço urbano, aumentando potencialmente os riscos ambientais de um adensamento populacional. Ademais, quando associado ao crescimento da impermeabilização do solo e à retirada da cobertura vegetal, esse processo pode contribuir para o desequilíbrio ambiental local, provocando, por exemplo, alterações no microclima, diminuição da área de infiltração da água de chuva e elevação do escoamento pluvial, o que favorece o processo de enchentes e enxurradas. Os resultados sinteticamente apresentados, embora sejam limitados em suas escalas temporal e espacial, reforçam a necessidade de um maior investimento em análises mais detalhadas de problemas ambientais urbanos bastante discutidos no meio acadêmico e no cenário político internacional.

No Brasil, historicamente, o poder público não tem cumprido seu papel de mediador na ordenação do crescimento urbano e na definição de políticas eficazes, capazes de adequar o uso e a ocupação do solo às necessidades da população. O acentuado processo de verticalização, como alertam Silveira e Silveira (2014), tem confrontado combinações e conflitos urbanos entre os atores que produzem e reproduzem o espaço intraurbano. Ele é resultado direto e indireto de ações, projetos e também do jogo de interesses de atores que interagem no espaço da cidade. Em geral, a gestão e o planejamento urbano nas principais cidades brasileiras têm sido pouco efetivos em garantir a função social da terra, prevista na Constituição de 1988 e no Estatuto da Cidade, publicado em 2001, que inclui a dimensão ambiental. Tal ineficiência favorece a redução das áreas verdes e permeáveis do espaço urbano. Não raro, isso tem elevado os custos para mitigar os efeitos ambientais negativos e, claro, onerado os cofres públicos.

Carlos Lobo:
carlosfflobo@gmail.com.

Diego Ferreira Fonseca:
diegof@oi.com.br.

Ricardo Alexandrino Garcia:
alexandrinogarcia@gmail.com.

Artigo recebido em 19 de junho de 2015 e aprovado para publicação em 2 de dezembro de 2015.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. Discursos da sustentabilidade urbana. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 1, p. 79-90, maio 1999.

CAMAGNI, R. ; GIBELLI, M. C. *Développement Urbain Durable – Quatre Métropoles Européennes*. Paris: DATAR-L'Aube, 1997.

CARVALHO, L. E. *et al*. Regressão Linear Geograficamente Ponderada em ambiente SIG. *Transportes*, v. XIV, n. 2, p. 18-26, 2006.

CAVALHEIRO, F.; DEL PICCHIA, P. C. D. Áreas verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento. In: CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, 1., 1992, Vitória; ENCONTRO NACIONAL SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, 4., 1992, Vitória. *Anais do 1º Congresso Brasileiro Sobre Arborização Urbana e do 4º Encontro Nacional Sobre Arborização Urbana*. Vitória: SBAU, 1992, p. 29-38.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUITETURA MODERNA – CIAM. *Carta de Atenas*. Atenas: CIAM, 1933.

FERREIRA, N. S. M. *A (des)verticalização de São Paulo*. 1987. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *A questão ambiental em Minas Gerais:* discurso e política. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1996.

GLAESER, E. *Triumph of the city:* how our greatest invention makes us richer, smarter, greener, healthier, and happier. Nova Iorque: Penguin press, 2011.

JIM, C. Y. Green-space preservation and allocation for sustainable greening of compact cities. *Cities*, v. 21, n. 4, p. 311–320, 2004.

LIMA, F. T. de A. Parametrização do conceito de cidade compacta: uma abordagem "pós-moderna" para centros urbanos contemporâneos sustentáveis. *Oculum Ensaios*, Campinas, v. 11, n. 2, p. 259-270, jul./dez. 2014.

MACEDO, S. S. *São Paulo, Paisagem e habitação verticalizada* - os espaços livres como elementos do desenho urbano. 1987. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

MACHADO, J. R. e MÉNDES, C. M. O processo de verticalização do centro de Maringá-PR, Brasil. *Investigaciones Geográficas*, n. 52, p. 53-71, 2003.

MENDES, C. M. A Verticalização, um dos reflexos do processo da metrópole em formação: Maringá-PR. *Boletim de Geografia*, Maringá, v. 10, n. 1, p. 51-60, 1992.

MINGOTI, S. A. *Análise de dados através de métodos de estatística multivariada:* uma abordagem aplicada. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

NUCCI, J. C. *Qualidade Ambiental e Adensamento Urbano*. São Paulo: Humanitas; FFLCH -USP, 2001.

PINHEIRO, A. Enchente e inundação – enchente em Porto Velho. In: SANTOS, R. F. (Org.). *Vulnerabilidade Ambiental*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Qualidade Ambiental, 2007. p. 96-106.

RAMIRES, J. C. L. O processo de verticalização das cidades brasileiras. *Boletim de Geografia*, Maringá, v. 16, n. 1, p. 97-106, 1998.

ROGERS, R.; GUMUCHDJIAN, P. *Cidades para um pequeno planeta*. Barcelona: Gustavo Gili. 1997.

SANTOS, L. E. N.; TAVARES, J. C. A produção do espaço urbano e o cotidiano: reflexões para o município de São Luís, MA. *Cadernos de Pesquisa*, São Luís, v. 18, n. especial, p. 7-17, dez. 2011.

SCUSSEL, M. C. B.; SATTLER, M. A. Cidades em (Trans)Formação: impacto da vertica-

lização e densificação na qualidade do espaço residencial. *Ambiente Construído*, Porto Alegre, v. 10, n. 3, p. 137-150, jul./set. 2010.

SILVA, G. P. Forma Urbana e Sustentabilidade: algumas notas sobre o modelo de cidade compacta. *Prospectiva e Planeamento*. Lisboa, v. 15, p. 101-126, 2008.

SILVEIRA, F. A.; SILVEIRA, J. A. R. da. Qualidade do espaço residencial: efeitos da verticalização no bairro de Tambaú, na cidade de João Pessoa (PB). *URBE. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 6, n. 3, p. 289-305, set./dez. 2014.

SOMEKH, N. *A cidade vertical e o urbanismo modernizador.* São Paulo: Edusp, 1997.

SOUZA. M. A. A. *A identidade da metrópole*: a verticalização de São Paulo. 1989. Tese (Livre-Docência em Geografia) – Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

_____. *A identidade da metrópole:* a verticalização de São Paulo. São Paulo: Edusp, Brasil, 1994.

TRATALOS, J. *et al*. Urban form, biodiversity potential and ecosystem services. *Landscape Urban Planning*, n. 83, v. 4, p. 308-317, dez. 2007.

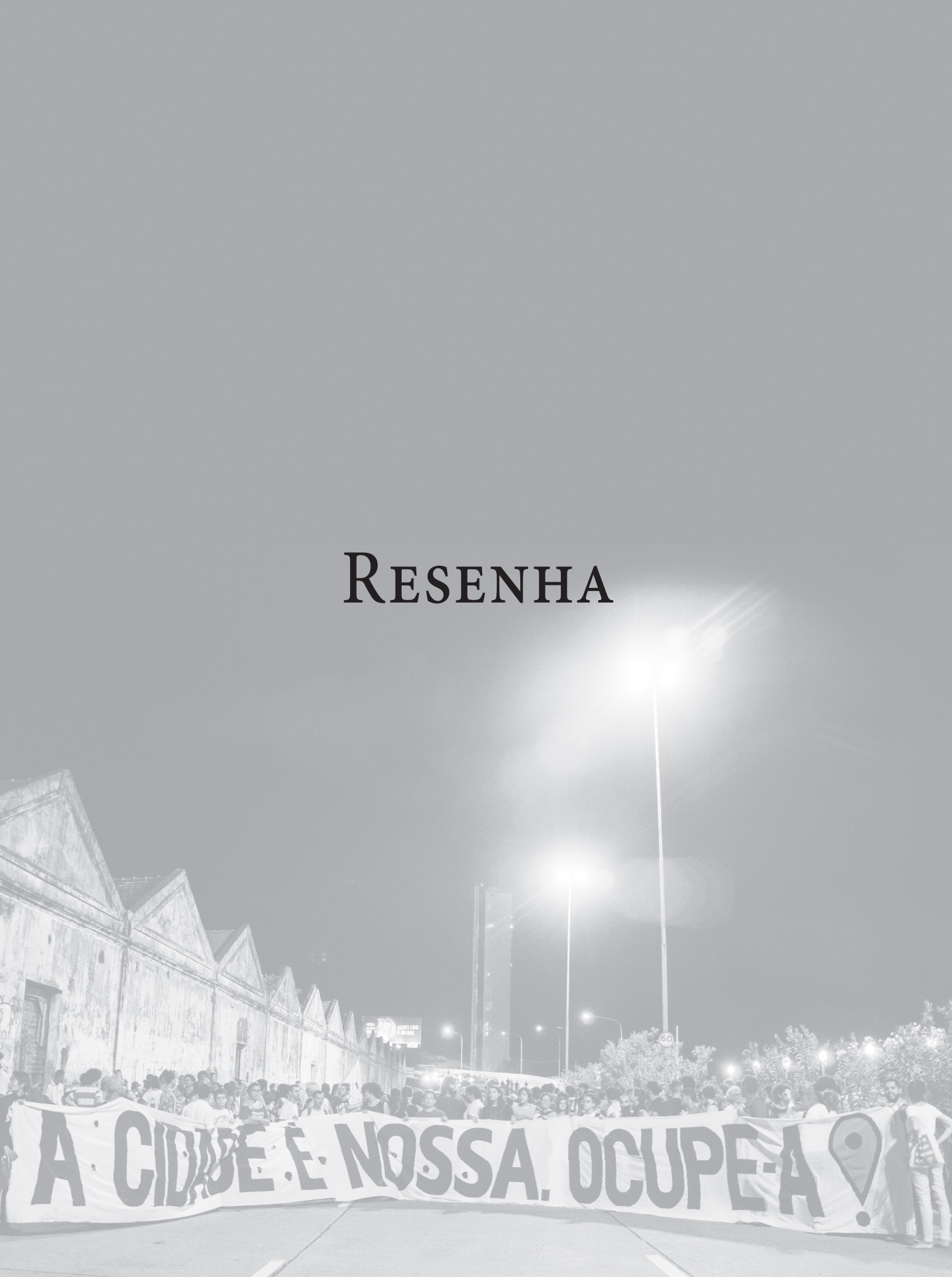
UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affair. Population Division. *World Urbanization Prospects: The 2014 Revision, Highlights*. New York: United Nations, 2014.

ZAHN, C. E. O processo de urbanização: características e evolução In: BRUNA, G. C. (Org.). *Questões de organização do espaço regional*. São Paulo: Edusp, 1983

ABSTRACT: *In the last decades, the discussion about the shape, the land occupation density in the cities and the environmental quality of urban spaces gained wide repercussions in the political scenario and international media. However, the relationship between the vertical expansion and the soil sealing level has been subject of recurring debate and controversy in the academic literature. Despite the fact the positive influence of permeable areas in urban environment quality seems consensual especially regarding the atmospheric and water dynamics, it is necessary to produce more accurate and detailed information, which are useful to decision-making in politics and territorial planning, especially the one under government jurisdiction. This paper is based on geo-referenced data, spatial statistics and inferential techniques. Therefore, we aim to analyze the influence of the concentration of vertical constructions and their relation to soil sealing, taking as an example the city of* Belo Horizonte/MG. *In general, considering the results of the linear regression model, it was not observed significant levels of determination of soil sealing, given the height values of the constructions. It is noteworthy, however, that the identified clusters that showed a high level of verticalization correspond exactly to those with higher levels of sealing soil.*

KEYWORDS: *vertical; permeabilization of urban land;* Belo Horizonte.

Resenha



Intervenções urbanas em áreas em transformação de cidades da América Latina

Eduardo Alberto Cusce Nobre e Jorge Bassani (Org.)
São Paulo: FAU USP, 2015.

Luciana de Oliveira Royer
Universidade de São Paulo,
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, SP, Brasil

Intervenções urbanas em áreas em transformação de cidades da América Latina é uma coletânea de artigos organizada pelos professores Eduardo Nobre e Jorge Bassani, do Núcleo de Apoio à Pesquisa: Produção e Linguagem do Ambiente Construído (NAPPLAC), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade de São Paulo (FAU-USP). Composto por nove textos, mais uma apresentação de autoria dos organizadores, o livro é dividido em três partes. A primeira delas aborda os impactos da Copa do Mundo Fifa 2014 no Brasil, a partir de estudos de caso que focalizam as cidades do Rio de Janeiro, Porto Alegre e Fortaleza. A segunda examina intervenções em áreas centrais, como a experiência do *Paseo de la Reforma* na Cidade do México, o projeto Nova Luz em São Paulo e as recentes transformações em Challao, na Argentina. Por fim, a terceira parte trata de intervenções urbanas em áreas ambientalmente frágeis, como os igarapés de Manaus e a atual expansão urbana de Belém do Pará, e também de intervenções em áreas urbanas abandonadas, como a estrada de ferro da cidade argentina de Santa Fé.

Ainda que os artigos sejam significativamente heterogêneos no que diz respeito às abordagens teóricas, à escala analítica e às características dos casos estudados, a obra, em conjunto, possui um fio condutor: a reflexão acerca das recentes intervenções em áreas em transformação em algumas cidades latino-americanas. Na apresentação (p. 5-14), os organizadores sugerem uma conceituação para a expressão "áreas em transformação". Estas, na acepção deles, são "áreas produtivas obsoletas [...], centros históricos abandonados, [...] terrenos vagos ou subutilizados" (p. 6). A partir da constatação de que a reestruturação produtiva, em curso desde final da década de 1970, impactou fortemente as cidades em todo o mundo, os autores chamam a atenção especificamente para projetos de renovação urbana, que incluem mudança de uso e construção de grandes empreendimentos multifuncionais em cidades de países desenvolvidos. Partindo dos projetos das London Docklands, do Battery Park em Nova Iorque e da Vila Olímpica em Barcelona, Nobre e Bassani sublinham que as experiências examinadas em cada um dos artigos são parte integrante do mesmo processo de atração de capitais e investimentos financeiros nas cidades, fenômeno que integra o estudado e conceituado por Harvey (1996) como "empresariamento urbano".

Outro ponto de conexão entre os casos analisados pode ser observado na resistência e na oposição exercidas pelos setores populares impactados, direta e indiretamente, por diferentes intervenções urbanas. Os questionamentos e resistências elaborados por meio de instrumentos participativos formalmente constituídos – como o Conselho Gestor da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) do Projeto Nova Luz (GATTI, p. 121-140), através do qual a representação da sociedade civil conseguiu mover uma ação judicial na Defensoria Pública em São Paulo – são vistos pelos autores como um passo importante na construção de uma oposição à tendência, quase inexorável, da estruturação e implementação de grandes projetos urbanos. Indo na direção desse argumento, a paralisação e a mudança de planos obtida junto ao complexo de intervenções do Novo Maracanã também podem ser lidas como uma vitória da intensa mobilização das populações atingidas pelo projeto.

O discurso do legado das grandes intervenções feitas para os megaeventos é tema do artigo "A reforma do estádio do Maracanã para a realização da Copa do Mundo 2014: impactos sociais e urbanos". De acordo com Leal *et al.*, esse tipo de discurso legitima e favorece as denominadas "estratégias locais de valorização fundiária" (p. 20). Nesse texto, há uma pertinente problematização da noção de legado dos grandes eventos. Os autores apontam para o caráter ideológico da expressão, que visa, na realidade, à "promoção do consenso" – ação necessária para legitimar as obras e os recursos públicos que serão utilizados na implementação delas. O processo

de construção do complexo do Novo Maracanã mostrou como a mobilização popular e o Comitê Popular da Copa e Olímpiadas do Rio de Janeiro foram fundamentais para que o curso da transformação espacial fosse modificado: não houve, por exemplo, a completa demolição dos equipamentos educacionais e esportivos que estavam na mira do projeto inicial.

Ao que tudo indica, nas experiências do Rio de Janeiro, de Fortaleza e de Porto Alegre, a participação da população no processo decisório de elaboração e gestão de projetos relacionados aos megaeventos sucumbiu ao fim do exíguo tempo requerido para a contratação das obras, tendo sido relegada a uma participação, no máximo, instrumental. Em contrapartida, as muitas mudanças institucionais e legais, como a aprovação em nível federal do Regime Diferenciado de Contratações, bem como as medidas para concessão administrativa de gestão, operação e manutenção dos equipamentos entre outras foram autorizadas com rapidez. Ressalte-se que Leal *et al*. (p. 17-36) pontuam que, no caso do Novo Maracanã, ocorreram mudanças institucionais e legais nos âmbitos federal, estadual e municipal. Processo similar pode ser verificado nos municípios de Fortaleza (VIANA, p. 71-92) e Porto Alegre (ROVATI, p. 37-69), os quais possuem obras e complexos um pouco diferentes entre si, mas movidos pelas mesmas estratégias de legitimação. Nessas três cidades, enfim, observa-se que as obras propagandeadas como aquelas que deixariam um legado histórico ou não se iniciaram (Porto Alegre) ou estão paralisadas (Rio de Janeiro e Fortaleza).

As estratégias de acumulação dos agentes que produzem o espaço construído são também tematizadas pelos artigos que abordam a expansão urbana de Belém (LIMA *et al*., p. 163-188) e a última renovação do Paseo de La Reforma (LÓPEZ, p. 95-120). Ainda que no primeiro caso se trate da expansão da mancha urbana para áreas ambientalmente frágeis e, no segundo, de uma renovação no seio da Cidade do México, verifica-se, em ambos os exemplos, a estratégia de rentabilidade de empresas internacionais com suas coalizões locais, sob a direção de fundos internacionais que buscam lucratividade a partir de intervenções urbanas de porte. O Paseo de la Reforma trouxe, como sustenta López, a modernidade necessária para o governo da cidade, transformando a avenida em um dos seus mais importantes centros financeiros. Além disso, o programa de renovação de cidades globais foi seguido à risca no Paseo, com usos de atividades comerciais e de serviços de luxo em edifícios com assinatura de arquitetos renomados.

Já em Belém, o contexto da crise de 2008, a ampliação do crédito habitacional e a criação do programa Minha Casa, Minha Vida formaram as condições necessárias aos interesses locais para abertura de novas frentes de expansão imobiliária. Como Lima *et al.* assinalam, por um lado, "a extração de riqueza pela transformação do ambiente construído de Belém é tão reduzida que parece não despertar interesse [...] [para] capturar megaeventos esportivos para a cidade"; por outro, os projetos de expansão urbana, como o Nova Belém, parecem trazer "uma carga de peculiaridades que a torna a face do grande projeto urbano em espaços de formação econômica periférica" (p. 168).

Uma investigação dos financiamentos internacionais em países em desenvolvimento, como aqueles do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pode ser outra forma de observar as características do processo de inserção do espaço urbano no circuito de valorização do capital financeiro atual. A experiência do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM), como demonstra Batista (p. 189-213), embora não seja esse o ponto central de sua análise, auxilia na compreensão dos efeitos da normatividade, implícita e explícita, na concessão de empréstimos internacionais. Lembre-se, por exemplo, que um dos indicadores de sucesso dos programas financiados com recursos do BID é a valorização imobiliária dos imóveis do entorno das intervenções.

Para concluir, apesar de ser significativa a diferença entre as experiências estudadas, fato que impede uma análise única, cada um dos casos levanta questões que dialogam com as discussões associadas aos grandes projetos urbanos no atual contexto de dominação do capital financeiro. O livro contribui, portanto, para o conhecimento da produção e estruturação desses complexos imobiliários urbanos.

Luciana de Oliveira Royer: luroyer@usp.br.

REVISTA BRASILEIRA DE
ESTUDOS
publicação da associação nacional de pós-graduação
URBANOS E
e pesquisa em planejamento urbano e regional
REGIONAIS

Normas Para Publicação

1) São publicados apenas textos inéditos e dentro do escopo da Revista.
2) Os textos não devem estar em avaliação em outros Periódicos.
3) Os artigos não devem conter quaisquer informações sobre os/as autores/as, nem mesmo nas referências bibliográficas, que devem evitar menções a trabalhos próprios.
4) Os dados dos/as autores/as devem ser encaminhados em arquivo separado.
5) Todos os artigos devem ser enviados por meio do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER).
6) São aceitos textos em português, espanhol e inglês.
7) Todos os artigos recebidos são submetidos à avaliação não identificada de dois pareceristas com domínio sobre o conteúdo específico do trabalho (avaliação cega e por pares).
8) Em caso de discordância entre os dois pareceristas o artigo será encaminhado a um/a terceiro/a avaliador/a, também reconhecido na área específica do trabalho, para que a decisão editorial seja tomada.
9) Após avaliação, os artigos podem ser ACEITOS, INDICADOS A UMA NOVA SUBMISSÃO ou REJEITADOS.

Normas De Formatação

1) Os textos encaminhados à seção "Artigos" devem ter de 16 (dezesseis) a 20 (vinte) páginas ou de 6.000 (seis mil) a 8.000 (oito mil) palavras, incluindo tabelas, gráficos, figuras e referências bibliográficas.
2) Os textos encaminhados à seção "Resenhas" devem ter, no máximo, 05 (cinco) páginas ou 2.500 (duas mil e quinhentas) palavras, incluindo referências bibliográficas quando necessário.
3) Os textos devem ser enviados em Word (.doc) com fonte Arial tamanho 11; espaçamento de 1,5 cm; e margens laterais, superior e inferior de 2,5 cm.
4) Além de inseridos no corpo do texto, as tabelas e gráficos devem ser enviados em *Excel* (.xml), em arquivo separado.
5) O título e os subtítulos devem ser numerados e ordenados da seguinte maneira:
   Título: Arial, tamanho 14, normal, negrito;
   Subtítulo 1: Arial, tamanho 12, normal, negrito;
   Subtítulo 2: Arial, tamanho 11, itálico, negrito;
   Subtítulo 3: Arial, tamanho 11, sublinhado.
6) Todas as figuras devem ser enviadas em grayscale (escala de cinza), em formato EPS ou TIF, com resolução de 300 dpi. Figuras coloridas devem ser readequadas a esse padrão.
7) As notas de rodapé devem ser utilizadas apenas para informações complementares e de natureza substantiva, sem ultrapassar 3 linhas, em fonte Arial tamanho 9, espaçamento simples.
8) As referências bibliográficas devem seguir as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e colocadas no final do texto, em ordem alfabética, de acordo com os exemplos abaixo:
   * **Livro:** SANTOS, M. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
   * **Artigo de periódico:** PIQUET, R. P. S.; RIBEIRO, A. C. T. Tempos, ideias e lugares: o ensino do Planejamento Urbano e Regional no Brasil.*Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 10, n. 1, p. 49-59, mai. 2008.
   * **Capítulo de livro:** LAFER, C. O Planejamento no Brasil: observações sobre o Plano de Metas (1956-1961). In: LAFER, B. M. *Planejamento no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 29-50.
   * **Trabalho publicado em Anais:** VAINER, C. B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9, 2001, Rio de Janeiro. *Anais do IX Encontro Nacional da Anpur*. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001. p. 140-151.
   * Se houver **até três autores,** todos devem ser citados; **se mais de três,** devem ser citados os coordenadores, organizadores ou editores da obra (por exemplo: LEME, M. C. (Coord.). *O urbanismo no Brasil*: 1895-1965. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999); ou utilizada a expressão "et al." (por exemplo, LEME, M. C. et al. *O urbanismo no Brasil*: 1895-1965. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999).
9) As citações no decorrer do texto devem seguir a forma (Autor, data) ou (Autor, data, página), como nos exemplos: (LEME, 1999) e (SANTOS, 1996, p. 217). Se houver mais de um título do mesmo autor publicado no mesmo ano, eles devem ser diferenciados por uma letra após a data: (SANTOS, 1996a); (SANTOS, 1996b), etc.
10) Quando não houver informações sobre as referências, utilizar "s.n.", "s.l." e "s.d." para, respectivamente, *sine nomine* (sem editora), *sine loco*(sem o local de edição) e *sine data* (sem referência de data).

Envio Do Texto

Primeiramente, faça seu cadastro no sistema ou acesse caso já seja cadastrado. Em seguida, siga rigorosamente os passos da submissão:

Passo 1. Iniciar submissão

* *Seção*: escolha uma seção da RBEUR, como "Artigos", "Resenhas", etc.
* *Condições de Submissão*: leia e marque todas as condições de publicação da RBEUR.
* *Declaração de Direito Autoral*: leia e concorde com os termos da Declaração de Direito Autoral da RBEUR.

Passo 2. Transferência do manuscrito

* *Transferir arquivo*: acesse os campos "Escolher Arquivo" → "Transferir".

Passo 3. Metadados da submissão (Indexação)

* *Autores*: insira os dados do/as autores/as, como nome, e-mail, instituição e biografia.
* *Título e resumo*: informe título e resumo do trabalho.
* *Indexação*: insira informações sobre campo de conhecimento, palavras-chave e idioma.
* *Agências de fomento*: informe as entidades financiadoras do trabalho.
* *Referências*: insira a lista de referências bibliográficas utilizadas no texto, de acordo com as normas da RBEUR.

Passo 4. Transferência de documentos suplementares

* *Transferir documentos suplementares*: passo opcional no processo de submissão, para transferência de documentos suplementares, como imagens, tabelas e outros arquivos pertinentes.
* **Nesse passo, a Comissão Editorial solicita a inserção de arquivo Word (.doc), constando das seguintes informações:**

- título do trabalho;
- nome dos/as autores/as, formação e titulação acadêmica, atividade profissional, instituição em que atua, e-mail, telefone e endereço para correspondência;
- resumo em português e abstract em inglês, contendo entre 100 (cem) e 150 (cento e cinquenta) palavras, com indicação de 5 (cinco) a 7 (sete) palavras-chave e keywords.

Passo 5. Confirmação da submissão

* *Concluir submissão*: após concluídos e verificados os passos anteriores, confirme o envio do seu trabalho à Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Um e-mail de confirmação será encaminhado em seguida. Acompanhe a situação da submissão, dentro do processo editorial da Revista, acessando o sistema como autor/a.

Esta obra foi impressa em processo digital,
na Oficina de Livros para a Letra Capital Editora.
Utilizou-se o papel offset 90g/m². Rio de Janeiro, 2015.